



ALMT
Assembleia Legislativa



Câmara Setorial Temática da Mulher

2021



Deputado solicitante:

O ano de 2021 vai ser um ano especial para esse parlamento, porque nós vamos apresentar a Mato Grosso e ao Brasil, um documento que eu espero que possa contribuir de maneira pragmática para efetivar direitos humanos e reduzir a violência contra as mulheres neste país. Quero agradecer aos deputados Eduardo Botelho, deputado Max Russi, a deputada Janaina, a toda a Mesa Diretora, que não faltou apoio, não faltou logística. Tudo o que a comissão temática necessitou que chegasse a nós, tudo foi providenciado para que esse trabalho fosse realizado da melhor maneira possível. Eu sou apaixonado por esse tipo de comissão temática, porque ela extrapola os limites do parlamento, ela pula os muros do parlamento e traz pra cá, representantes da magistratura, do Ministério Público, da Defensoria, das polícias, das universidades, da intelectualidade, de vítimas, de algozes dessa violência. Eu não tenho dúvida que esse será um dos melhores trabalhos produzidos neste parlamento nos últimos 10 anos. Com certeza absoluta! À desembargadora Maria Erotides, à professora Jacy Proença, que presidiram de maneira exemplar, responsável, essa comissão temática, os nossos sinceros agradecimentos e parabéns!

Deputado Wilson Santos.



CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA DA MULHER

“A CSTM foi pensada com intuito de se fazer uma análise criteriosa, independente, apartidária no combate da violência doméstica em Mato Grosso, planejando o futuro, para que possamos mudar a realidade das nossas mulheres, jovens, crianças, no que tange o combate à violência doméstica, e, a diminuição, principalmente dos números, da violência doméstica no Estado de Mato Grosso. Então, é um orgulho muito grande ter participado da criação da câmara”. **Deputada Janaína Riva**

“Tem muita alegria em ver o trabalho e o rumo que a CSTM está tomando. Propõe que a cada reunião seja destinado uns dez minutos, por exemplo, para que um membro possa apresentar um estudo sobre uma mulher que julga importante, mulher que atuou para além do seu tempo, servindo como referência”. **Deputado Wilson Santos** – reunião ordinária do dia 01/07/2019.

“É muito importante a CSTM, principalmente frente a essa questão da violência, sendo necessária a realização de audiências públicas, já que possibilitará as pessoas de tratarem e ouvirem acerca do assunto, e, assim, passarem a ter consciência da problemática.” **Deputado Eduardo Botelho** – reunião extraordinária com a diretoria da CSTM em 02/07/2019.

A Câmara Setorial Temática da Mulher (CST-Mulher) tornou-se um verdadeiro termômetro quando o assunto é legislação e políticas públicas que efetivamente garantam direitos humanos e a proteção da mulher vítima de violência em Mato Grosso. Um brilhante trabalho que tem mapeado os 141 municípios mato-grossenses para que, através do Parlamento Estadual, possamos criar políticas públicas que, de fato, atendam suas necessidades. A CST-Mulher, criada pela Casa de Leis, é pioneira no Brasil e já existem estados que se espelham nas medidas que adotamos, para desenvolver em cada um de seus poderes. A Assembleia Legislativa abraçou a causa e, juntos, vamos trabalhar incessantemente pela liberdade e autonomia de todas! Esse trabalho é apenas o início de um grande resgate que faremos em nosso estado. Não poderia deixar de agradecer e enaltecer o compromisso, a dedicação e o trabalho desempenhado por cada membro da CST.

Deputado Max Joel Russi (PSB)- Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso



ALMT
Assembleia Legislativa

Mesa Diretora (2021-2022). Fazer fusão das páginas 05 e 06

Deputado Max Russi

Presidente

Deputado Dilmar Dal Bosco

1ª Vice-Presidente

Deputado Wilson Santos

2º Vice-Presidente

Deputado Eduardo Botelho

1º Secretário

Deputada Janaína Riva

2º Secretária

Deputado Delegado Claudinei

3º Secretário



Mesa Diretora (2019-2020)

Deputado Eduardo Botelho

Presidente

Deputada Janaína Riva

1ª Vice-Presidente

Deputado João Batista

2º Vice-Presidente

Deputado Max Russi

1º Secretário

Deputado Valdir Barranco

2º Secretário

Deputado Valmir Moretto

3º Secretário

Deputado Paulo Araújo

4º Secretário



LISTA DOS/AS DEPUTADOS/AS- MANDATO 2019-2023

Carlos Avalone- PSDB

Valdir Barranco- PT

Delegado Claudinei- PSL

Valmir Moretto- PRB

Dilmar Dal Bosco- DEM

Wilson Santos- PSDB

Dr. Eugênio- PSB

Xuxu Dal Molin- PSC

Dr. Gimenez- PV

Eduardo Botelho- DEM

Faissal- PV

Janaina Riva- MDB

João Batista do Sindspen- PROS

Ludio Cabral- PT

Max Russi- PSB

Nininho- PSD

Paulo Araújo- PP

Prof. Allan Kardec- PDT

Romoaldo Júnior- MDB

Sargento Elizeu Nascimento- DC

Sebastião Rezende- PSC

Silvio Fávero- PSL (*in memorian*)

Gilberto Cattani -PSL

Thiago Silva- MDB

Ulysses Moraes- PSL



ALMT
Assembleia Legislativa

DEDICATÓRIA

Dedicamos as reuniões e trabalhos desenvolvidos na Câmara Setorial Temática da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso à nossa saudosa companheira de luta e amiga Eliana Vitaliano que nos deixou em 23 de março deste ano, vítima da Covid-19, mas que sempre será lembrada pela sua força, graça, garra e alegria que contagiava a todas as pessoas.

Eliana, uma pessoa de essência comunitária; de uma existência dedicada à doação e serviço às causas da humanidade, do humano, sempre sensível às vulnerabilidades e àqueles que mais necessitavam. Colocou sua alma no "Lar Provisório", cuidou de mulheres e filhos oriundos da violência doméstica; cuidou dos corações que choravam incertezas desmedidas e feridas não cicatrizadas. Eliana estava à frente da Casa e da Pastoral do Migrante por mais de 20 (vinte) anos. Professora tinha o dom de encantar com o seu carisma em todo e qualquer lugar por onde estivesse, se enternecendo por aqueles e aquelas que recebia.

Eliana seguiu junto a nós na CSTM, lado-a-lado, onde desfrutamos de seus sorrisos, da fortaleza dos seus passos e da dimensão de seu grandioso coração. A sua essência incontida alcançou o PAI, onde desfruta do absoluto amor e plena paz de Deus.

Seu destemor, sua dimensão plural, segue com cada um de nós. Sua existência tornou o mundo melhor. E, por essa verdade, manifestamos a nossa gratidão, respeito e reverência a sua história e tempo existencial. Um plano simbólico que levaremos como missão.

A sua imagem estará sempre aqui. Estará em nós, em nossos corações e memória, guarnecendo os espaços representativos da Câmara Setorial Temática da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, onde nos dedicamos à esperança da reconstrução da humanidade como unidade universal, em sua representação de equidade.

Em nome dela todas as mulheres de Mato Grosso se sintam homenageadas!

Integrantes da CSTM/ALMT



ALMT
Assembleia Legislativa

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados para catalogação na publicação (CIP)

2021, Edições ALMT

Mato Grosso, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso – ALMT
Plano Estratégico da Câmara Setorial Temática da Mulher – Assembleia
Legislativa de Mato Grosso – Cuiabá: ALMT.

1. Administração Pública. 2. Poder Legislativo. 3. Prestação de Serviços. 4.
Serviço Público. I. Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Secretário-Geral

Abiezer Ferreira da Silva

Superintendente de Planejamento Estratégico

Joselito Espírito Santo de Paula

Responsável pelo Plano Estratégico da Câmara Setorial Temática da Mulher

Clélia Maria de Oliveira

Equipe Técnica de Desenvolvimento e Revisão

Ariadne Fabienne e Silva de Jesus Carvalho

André Vieira Dalberto

Clélia Maria de Oliveira

Felipe de Oliveira Largura

Sérgio Maurício Capitula

É permitida a reprodução total ou parcial deste manual desde que citada a fonte.
Superintendência de Planejamento Estratégico - Normatização: SUPE/PQSAL



ALMT
Assembleia Legislativa

Primeira Composição da Câmara Setorial Temática da Mulher

Fazer fusão das páginas 10 e 11

Desembargadora Dr^a Maria Erotides Kneip
Presidente

Dr^a Rosana Leite Antunes de Barros
Relatora

Prof^a Jacy Proença
Secretária

Membras/os:

Dr^a Lindinalva Rodrigues
Dr^a Jozirlethe Aparecida Magalhães Criveletto
Dr^a Amini Haddad Campos
Dr^a Glaucia Anne Kelly Rodrigues Amaral
Dr^a Clarissa Lopes
Mayana Vitória de Souza Alves
Prof^a Vera Bertolini
Eliana Vitalino
Eliane Rodrigues de Lima
Telma Reis
Luciana Rosa Gomes
Willian Cesar de Moraes
Tânia Mara Arantes Figueira



ALMT
Assembleia Legislativa

Segunda Composição da Câmara Setorial Temática da Mulher

ATO Nº 075/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 35, § 1º, V, do Regimento Interno, combinado com o § 4º do art. 4º da Lei nº 10.825, de 5 de fevereiro de 2019, altera o Ato nº 029/2019, publicado no DOEAL/MT de 29 de maio de 2019, para incluir a Senhora **Jacy Proença** como presidente da Câmara Setorial Temática criada com o objetivo de *levantar e/ou propor legislação e políticas públicas que efetivem direitos às mulheres no Estado de Mato Grosso*, em substituição à Senhora Maria Erotides Kneip.

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 19 de dezembro de 2019.

Original assinado: Dep. Eduardo Botelho - Presidente

Profª Jacy Proença
Presidente

Drª Rosana Leite Antunes de Barros
Relatora

Desembargadora Drª Maria Erotides Kneip
Secretária

Membras/os:

Drª Lindinalva Rodrigues
Drª Jozirlethe Aparecida Magalhães Criveletto
Drª Amini Haddad Campos
Drª Glaucia Anne Kelly Rodrigues Amaral
Drª Clarissa Lopes
Eunice Ramos
Eliana Vitalino
Eliane Rodrigues de Lima
Mayana Vitória de Souza Alves
Telma Reis
Willian Cesar de Moraes
Tânia Mara Arantes Figueira



SUMÁRIO **Reorganizar o sumário**

Introdução.....	10
Galeria das/os membras/os	14
Palavras das presidentes	
Desembargadora Maria Erotides Kneip	
Professora Jacy Proença	
Palavra da relatora Rosana Leite Antunes de Barros.....	
Empatia nas palavras dos membros	
Desenvolvimento dos trabalhos	
Planejamento estratégico	
Fotos	
Análise das leis de Mato Grosso	
Mulheres homenageadas	
Considerações finais	
Anexos	
Atas das reuniões ordinárias do pleno	
Atas da Diretoria	
Regimento interno da CSTM	



INTRODUÇÃO

Desde o início do movimento feminista, com a I Convenção dos Direitos das Mulheres ocorrida em New York, no ano de 1848, o Brasil vem gradativamente marcando posição privilegiada na batalha por dias melhores. Leis foram aprovadas, e a história começa a trazer alguns nomes de mulheres brasileiras que enfrentaram o patriarcalismo em busca de dias melhores para as novas gerações.

A verdade é que as mulheres sempre buscaram 'brechas' em conquistas masculinas. E assim foi na Revolução Francesa, quando o ideário francês de igualdade, liberdade, e fraternidade, fez com que várias mulheres passassem a discutir os seus direitos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos só recebeu mencionada denominação por intervenção de uma mulher, Bertha Lutz, porquanto, já se encontrava convencionada chamar Declaração Universal dos Direitos do Homem. Com a era feminista, e a declaração universal reconhecendo a condição importante delas na sociedade, o Brasil passa, também, por respeito ao gênero feminino.

A Bossa Nova, por exemplo, contou com mulheres que divulgaram o nome do país, com realce para Nara Leão. Antes disso, Carmem Miranda fazia bonito lá fora, já que em terras brasileiras não mereceu o tratamento de estrela. Na década de 60, a MPB se tornara música dos intelectuais, e cantoras tiveram o respectivo reconhecimento, tais como: Elis Regina e Máisa. Rita Lee se consagrava como roqueira. Mato Grosso, no feminismo, máxime na busca pelo sufrágio, teve na professora Bernardina Rich uma representante de destaque nacional.

Em 1962, foi sancionado o Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121/62), quando a mulher deixa de ser dependente do marido, passando ao reconhecimento de capaz. Em 1977, a Lei nº 6.515/77, conhecida como Lei do Divórcio, garantiu a mulheres o direito à guarda e alimentos a ela, filhos e filhas. O Conselho Nacional da Mulher é criado em 1980, reforçando o tema. Com a redemocratização do Brasil, a bancada feminina aproveita para inserir a igualdade formal, no artigo 5º da Constituição Cidadã, ano de 1988, através da 'Bancada do Batom' ou 'Lobby do Batom', se constituiu em importante movimento das mulheres Senadoras e Deputadas Federais, com a finalidade de dar vez e voz aos direitos das



mulheres. Conquistou-se, então, a igualdade formal, inserida na 'Constituição Cidadã', no artigo 5º, I. Interessava, todavia, a igualdade material, que representa o direito equânime a ser conquistado por ambos os gêneros.

A Lei nº 10.224/2001, que tipifica o assédio sexual no Código Penal, artigo 216- A, também se constitui em marco. A notificação compulsória em caso de violência contra mulheres atendidas pelos serviços de saúde público e privado se torna obrigatória com a Lei nº 10.778/2003. Entretanto, a grande e importante norma, que garante a igualdade material no âmbito doméstico familiar surgiu no ano de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006. O estupro, delito tão frequente contra mulheres, teve o conceito ampliado com a Lei 12.015/2009, ganhando roupagem atual para maior proteção às vítimas. O delito de feminicídio passa a ser tipificado no Brasil como homicídio qualificado praticado contra o gênero feminino em 09 de março de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 13.104/2015. As cirurgias plásticas reparadoras passam a ser de realização obrigatória para mulheres vítimas de crimes, com a Lei nº 13.239/2015.

Com o advento da Lei 13.718/2018, acrescentando ao Código Penal Brasileiro recentemente o crime de importunação sexual, um delito de natureza subsidiária, a mulher ganha maior proteção para estar em locais públicos, já que essa se perfazia em lacuna no direito penal brasileiro. Também através da Lei 13.718/2018, a divulgação de cena estupro ou de cena de sexo e a pornografia passam a fazer parte do Código Penal no artigo 218-C. O estupro coletivo e corretivo são acrescentados ao Código Penal como causas de aumento de pena no artigo 226, 'a' e 'b'. No mesmo ano, a Lei 13.772/2018 entrou em vigor, acrescentando ao Código Penal Brasileiro o delito de exposição da intimidade sexual, artigo 216-B.

A DEDM – Delegacia Especializada de Defesa da Mulher - em Mato Grosso foi criada através da Lei 4.965/85, no ano de 1985, sendo a segunda delegacia de defesa da mulher instalada no Brasil.

Mato Grosso teve avanços importantes quanto a ações e leis que atuam na defesa dos direitos humanos das mulheres. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Mato Grosso foi criado no ano de 1988, através do Decreto 838/1988, de 30 de junho, e desenvolve brilhante trabalho no Estado de Mato Grosso.



ALMT

Assembleia Legislativa

Na Capital do estado, por sua vez, em 2005, na gestão do Prefeito Wilson Santos, que teve como Vice-prefeita a Prof.^a Jacy Proença, inaugura-se um conjunto de políticas de caráter inclusivo, a começar pela incorporação de organismos na estrutura administrativa da Vice Prefeitura, objetivando criar e executar políticas de ação afirmativa que contemplassem tanto às mulheres quanto o povo negro da cidade, que são a maioria da população e geralmente excluídos dos processos de desenvolvimento. Foi criada a Diretoria de Políticas Especiais, contemplando a Coordenadoria da Mulher e a Coordenadoria de Políticas de Igualdade Racial, concomitante a reativação e criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, respectivamente, além da instalação do Comitê de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

No período de 2005 a 2007, Cuiabá avança na consolidação das políticas, à medida que promove uma confluência de esforços, congregando diversas entidades afins na construção do que foi denominado Agenda Única- Todas pela Cidadania! Destacam-se aqui os diversos projetos executados em parceria para promover conscientização, autoestima, formação, qualificação profissional, como também ser priorizada nos financiamentos junto ao Cuiabanco (Banco do Povo) e na política de habitação. Em relação ao enfrentamento à violência contra a mulher, inicia-se desde 2005 a concepção, busca por área, elaboração e apresentação do projeto junto ao Governo Federal e captação de recursos para início da construção de um importante espaço de acolhimento das mulheres vítimas de violência, mas que também teve três experiências de casos de acompanhamento ao agressor. De janeiro a maio de 2008 faz-se a composição, preparação, treinamento da Equipe, com a elaboração de um Manual de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, para, só depois, ocorrer a inauguração em junho de 2008 do então REVIV- Centro de Atendimento Integrado à Mulher Vítima de Violência, que deixou a marca como um excelente trabalho na prevenção, acolhimento e enfrentamento à violência doméstica e familiar em Mato Grosso. A desembargadora Maria Erotides costuma destacar: “O REVIV foi tão importante para as mulheres que até eu fiz um curso de culinária denominado ‘Cozinha Brasil’. Fiquei apaixonada por estar em contato com tantas mulheres.”

O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero – NUEPOM - é criado na Universidade Federal de Mato Grosso no ano de 2006, com a finalidade de pesquisar e enfrentar a violência de gênero.



ALMT

Assembleia Legislativa

Através de esforços da desembargadora Shelma Lombardi de Kato, Mato Grosso foi o primeiro estado a aplicar a Lei Maria da Penha no sistema de justiça. A Lei 11.340/2006, é aplicada na integralidade em Mato Grosso, inclusive, com varas que possuem competência híbrida (cível e criminal) para apreciar e julgar todos os processos em que vítima e agressor figuram como partes litigantes. As varas de violência doméstica e familiar de Mato Grosso se perfazem em exemplo nacional de atuação. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso desempenha trabalho de atendimento a toda e qualquer mulher vítima de violência, preconceito e discriminação dentro e fora de casa através do Núcleo de Defesa da Mulher – NUDEM -, sendo referência para outras Defensorias Públicas do Brasil. O Ministério Público do Estado de Mato Grosso também possui coordenação de enfrentamento à violência doméstica e familiar, sendo referência nacional na atuação.

No ano de 2011, o Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar do Ministério Público, de autoria e coordenação da promotora de justiça Lindinalva Rodrigues, lançou projeto no presídio da capital denominado “Lá em Casa Quem Manda é o Respeito” que ficou conhecido nacionalmente por levar conhecimento aos homens em situação prisional que haviam agredido as suas companheiras. Os resultados foram de grande valia, porquanto, aqueles que participaram do projeto deixaram de reincidir no referido delito.

No ano de 2011, pelos esforços da juíza de direito e professora da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso – UFMT – Amini Haddad Campos, foi instalado o Núcleo de Vulnerabilidade, Direito e Gênero na Faculdade de Direito, do qual ela é a diretora desde então, com publicação anual de pesquisas e levantamentos quanto às diversas situações de vulnerabilidades de mulheres. Já está na 10ª. Publicação, dentre elas, publicações nacionais e internacionais que levou o Brasil à apresentação, em maio de 2012, de dados nacionais decorrentes da Lei Maria da Penha, na Conferência Internacional de Mulheres Juízas da *International Association of Women Judges – IAWJ*, tendo a Juíza Amini Haddad, participado como palestrante ao lado de representantes juízas de outros países. De igual forma, o NEVU (Núcleo de Estudos sobre as Vulnerabilidades, Direito e Gênero – FD/UFMT), tem participado dos diálogos no Congresso Nacional, propondo novas legislações e auxiliando na avaliação das propostas normativas apresentadas, inclusive quando de análise de novas políticas legislativas, junto à CPMI-mista de combate à violência contra a Mulher (Senado e Câmara dos Deputados). O NEVU



ALMT
Assembleia Legislativa

também desenvolve campanhas anuais e atua em ações voluntárias para superação das vulnerabilidades sociais.

No ano de 2012 foi instalada a Superintendência Estadual de Políticas Para Mulheres, que infelizmente foi extinta em 2019, deixando um enorme vazio para as políticas para mulheres de Mato Grosso.

Em 2014, através do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Mato Grosso, foi aprovado o primeiro Plano Estadual de Políticas Para Mulheres de Mato Grosso, na presidência da defensora pública Rosana Leite Antunes de Barros. Esse foi o primeiro plano de direitos humanos aprovado e publicado no estado. Todavia, o plano estadual já necessita de atualização e não entrou na agenda de cumprimento pelo Poder Executivo.

Através dos esforços da desembargadora Maria Erotides Kneip, no dia 06 de agosto do ano de 2016, todas as medidas protetivas de urgência deferidas pelo Poder Judiciário de Estado de Mato Grosso passaram a tramitar pelo Processo Judicial Eletrônico – PJE. A medida foi de enorme importância para a celeridade no deferimento das medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha.

Em outubro do ano de 2017 foi instalada na Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso a Câmara Temática de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, que conta com a participação de todos os poderes e instituições envolvidas no combate à essa violência. Desde a instalação a câmara é presidida pela delegada de polícia Jozirleth Magalhães Crivelletto.

No ano de 2018 começou a atuação em Mato Grosso da Patrulha Maria da Penha, com a finalidade de garantia da efetividade da Lei Maria da Penha. A Patrulha Maria da Penha vem conseguindo gradativamente atuar em todo o Estado de Mato Grosso.

É de se ressaltar que em março de 2020 foi instalada a primeira Secretaria Municipal da Mulher de Mato Grosso, no município de Cuiabá. Em agosto de 2020 foi inaugurada a sala de acolhimento às mulheres vítimas de violência no Hospital Municipal de Cuiabá. Tanto a secretaria quanto a sala de acolhimento se constituem em serviços primordiais para o enfrentamento a qualquer violência que elas venham a sofrer.



ALMT
Assembleia Legislativa

A Delegacia de Polícia da Mulher 24 horas foi inaugurada no mês de setembro do ano de 2020 em Cuiabá, e também se perfazia em clamor dos movimentos sociais e das vítimas, que lavravam boletins de ocorrência fora de atendimento normal da Delegacia da Mulher em qualquer delegacia de polícia. O atendimento à mulher deve ser diferenciado desde o primeiro contato, sendo, ainda, as delegacias de polícia portas de entrada para muitas mulheres vítimas.

Em janeiro do ano de 2021 foi instalado na Defensoria Pública Estadual de Mato Grosso o 'GAEDIC Mulher', que se constitui em um grupo de atuação estratégica em direito coletivo, de defensoras públicas que atuarão no estado em defesa das mulheres. Terá como coordenadora para o primeiro biênio a defensora pública Rosana Leite Antunes de Barros.

Em fevereiro do ano de 2021, foi instalado no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso o Grupo de Trabalho denominado "Comitê sobre a Equidade de Gênero entre homens e mulheres no Poder Judiciário de Mato Grosso", que contará com a presidência da desembargadora Maria Erotides kneip.

No dia 08/11/2018, em uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, por iniciativa do deputado Wilson Santos, fazendo referência aos 21 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, a defensora pública coordenadora do NUDEM – Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública -, Rosana Leite Antunes de Barros, fez uma fala mencionando a importância de analisarmos as leis afirmativas do estado de Mato Grosso que fazem menção aos direitos humanos das mulheres.

No mês de fevereiro do ano seguinte, já em 2019, a professora Jacy Proença foi convidada pelo deputado Wilson Santos para contribuir na organização de uma audiência pública que realizar-se-ia em março do mesmo ano, com a finalidade de homenagear mulheres que vinham atuando em prol dos direitos humanos das mulheres no estado. A professora Jacy Proença aceitou ao convite do deputado Wilson Santos, todavia o mencionou que não gostaria que aquele ato solene se exaurisse apenas em homenagens para mulheres, necessitando que os efeitos fossem mais densos, tendo em vista a necessidade de olhar diferenciado para a causa. Sugeriu e apresentou, em fevereiro de 2019, o projeto de criação da Câmara Setorial da Mulher no âmbito do Poder Legislativo Estadual que contemplasse a participação de mulheres com comprovada atuação na defesa dos direitos da mulher (instituições, poderes e entidades civis).



ALMT

Assembleia Legislativa

O deputado Wilson Santos, então, lembrando o compromisso que havia assumido com a fala da defensora pública Rosana em novembro de 2018, concordou com a professora Jacy Proença da necessidade de ações positivas, decidindo propor aos demais deputados e deputada a criação da referida câmara, apresentando requerimento propondo a instalação da CSTM o que foi aprovado por unanimidade.

A professora Jacy Proença apresentou alguns nomes a compor a CSTM, tendo o deputado Wilson Santos compartilhado da iniciativa com a deputada Janaína Riva, única mulher no parlamento estadual, e, que à época ocupava o cargo de presidente da ALMT.

Tanto a deputada Janaína Riva quanto o deputado Wilson Santos entenderam que o melhor nome no momento para presidir referida câmara seria o da desembargadora Maria Erotides Kneip, o que foi referendado pelas demais integrantes, pelo enorme trabalho prestado em prol das mulheres do Estado de Mato Grosso, bem como pelo respeito que possui perante a sociedade. Convite este que fora aceito também pela Defensora Pública Dr^a Rosana Leite e Prof^a Jacy Proença para comporem a Diretoria da referida Câmara enquanto Relatora e Secretária, respectivamente.

O requerimento de instalação da CSTM foi protocolado no dia 13/03/2019 (requerimento nº 146/2019- Protocolo nº 981/2019 e Processo nº 391/2019) e da composição em 27/05/2019, sendo o Ato N° 029/2019 publicado em 29/05/2019.

A inauguração da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT aconteceu no dia 30/05/2019, com a presença da deputada Janaína Riva (presidenta da ALMT em exercício), e do deputado Wilson Santos que mencionaram a imensa satisfação com essa ação afirmativa. A primeira reunião de instalação com os membros da CSTM aconteceu no dia 06/06/2019, na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, no Auditório Gervásio Leite, das 10 horas às 13h35, com a presença de todos os membros, a convite desembargadora Maria Erotides. As demais reuniões aconteceram todas as segundas feiras às 09 horas da manhã na ALMT, nas salas 201 e 202.

Audiências públicas aconteceram em alguns municípios com demandas pontuais apresentadas aos membros da câmara.



ALMT
Assembleia Legislativa

A CSTM enfatiza que os diversos segmentos de mulheres estão a sofrer ao enfrentar o patriarcalismo culturalmente presente na sociedade. A interseccionalidade deve ser pensada sempre pelo estado.

É de se ressaltar que a pandemia do coronavírus no mundo fez com que os trabalhos da CSTM fossem, de certo modo, paralisados, tendo acontecido a última reunião ordinária em 16/03/2020. O simpósio que aconteceria em 25 e 26 de março de 2020 não aconteceu, e outras audiências públicas também deixaram de acontecer, por conta do isolamento social. Mas, independentemente dessa condição toda, a CSTM conseguiu realizar a Carreata da Esperança, culto ecumênico; 03 atos públicos, com feira cultural, com posicionamentos políticos acerca dos temas: Quariterê- filhas da resistência, Direitos Humanos das Mulheres e Empreendedorismo Feminino em Tempos de Pandemia, no centro da cidade, através da parceria direta com a Assembleia Social da ALMT, e demais parceiros, a exemplo da Secretaria da Mulher, Conselho dos Direitos da Mulher da Prefeitura de Cuiabá, Comissão da Defesa da Igualdade Racial da OAB-MT, Patrulha Maria da Penha/Polícia Militar e outros. Período que foi muito utilizado para que fossem compilados e organizados todos os dados e informações por parte da Diretoria e das demais pessoas integrantes da CSTM.

Importante à menção que este relatório, tendo em vista o atual entendimento feminista e os avanços dos estudos de gênero, tem por objetivo abarcar todos os segmentos de mulheres, fazendo recorte de raça, classe e gênero. Entendemos que a experiência do "ser mulher" não se constitui em uniformidade sob um sistema excludente e que atinge as mulheres em diferentes camadas a partir de seus marcadores sociais. Para tanto, o presente relatório intenta contemplar mulheres transexuais, cisgênero, não-binárias, e demais terminologias.



ALMT
Assembleia Legislativa

GALERIA DAS/OS MEMBRAS/OS.

Presidente da Câmara Setorial Temática da Mulher (CSTM) de 06/06/2019 a 10/12/2019 e posteriormente Secretária de 16/12/2019 em diante.



Maria Erotides Kneip

Desembargadora do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, ex-diretora da Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso (ESMAGIS), presidente do CEMULHER até 2020, Presidente do Comitê Sobre a Equidade de Gênero entre homens e mulheres no Poder Judiciário de Mato Grosso.

Secretária da Câmara Setorial Temática da Mulher (CSTM) de 06/06/2019 a 10/12/2021 e posteriormente presidente de 16/12/2019 a 30/06/2021.





ALMT
Assembleia Legislativa

Professora Jacy Ribeiro de Proença

Conselheira da CDIR- Comissão da Defesa da Igualdade Racial da OAB/MT, militante do movimento feminista e do movimento negro, escritora, poetisa, produtora cultural, membra da Academia de Artes, Ciência e Letras do Brasil- Cadeira 682, Ex. Vice-prefeita de Cuiabá.

Relatora da Câmara Setorial Temática da Mulher (CSTM)



Rosana Leite Antunes de Barros

Defensora Pública do estado de Mato Grosso, coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública (NUDEM), coordenadora do GAEDIC Mulher da Defensoria Pública de Mato Grosso, membra do Fórum de Mulheres Negras, articulista semanal do Jornal A Gazeta sobre os Direitos Humanos das Mulheres.

Membras e membros da Câmara Setorial Temática da Mulher (CSTM).



ALMT
Assembleia Legislativa



Amini Haddad Campos

Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, professora adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso, doutora em Direitos Humanos.



Clarissa Lopes Dias Maluf Pereira

Advogada da Ordem dos Advogados de Mato Grosso, presidente da Comissão de Direito da Mulher da OAB/MT.



ALMT
Assembleia Legislativa



Eliana Vitaliano

Coordenadora do Centro de Pastoral Para Migrantes e participante do Fórum de Direitos Humanos e da Terra.



Eliane Rodrigues de Lima – Eliane Bakairi

Consultora da FEPOIMT, Vice-Presidenta da UMIAB- União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira primeira mulher bakairi bacharel em direito.



ALMT
Assembleia Legislativa



Eunice Ramos

Repórter da TV Centro América em Mato Grosso, afiliada da Globo, e também repórter especial da Globo no Rio Grande do Sul.



Gláucia Anne Kelly Rodrigues do Amaral

Procuradora do Estado de Mato Grosso, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, presidente da Comissão de Proteção aos Animais da OAB/MT e presidente da Associação dos Procuradores de Estado de Mato Grosso.



ALMT
Assembleia Legislativa



Jozirlethe Magalhães Criveletto

Delegada Titular da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá e membra dos Conselhos Municipal e Estadual de Direitos da Mulher.

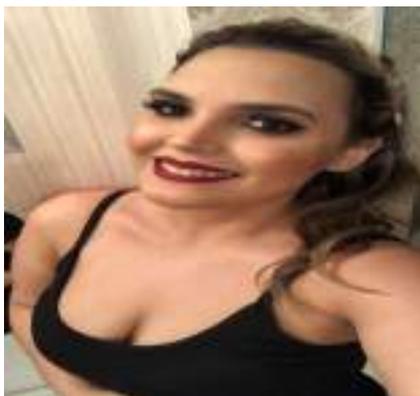


Lindinalva Correia Rodrigues

Promotora de Justiça do Estado de Mato Grosso, atuante na Vara de Violência Doméstica, e ocupante da cadeira 37 na Academia Mato-grossense de Letras.



ALMT
Assembleia Legislativa



Mayana Vitória de Souza Alves

Assessora parlamentar do Deputado Wilson Santos



Tânia Mara Arantes Figueira

Assessora parlamentar da Deputada Janaína Riva



ALMT
Assembleia Legislativa



Telma Severina dos Reis Rodrigues

Ex-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Cuiabá e atual vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Cuiabá.



Vera Lúcia Bertoline (membra da CSTM de 06/06/2019 a 02/09/2019)

Docente aposentada pela Universidade Federal de Mato Grosso.



ALMT
Assembleia Legislativa



Willian César de Moraes

Ex-assessor da Deputada Janaina Riva e atual Diretor do Desenvolve MT.

PALAVRAS DAS PRESIDENTAS

Desembargadora Maria Erotides Kneip.

Ter sido lembrada para compor a Câmara Setorial Temática da Mulher da Assembleia Legislativa de Mato Grosso foi uma enorme alegria! E honra, sem medida, ter podido presidir os seus trabalhos, no primeiro ano!

Naquela oportunidade, havia sido nomeada para a Coordenadoria Estadual da Mulher – CEMulher – do Poder Judiciário de Mato Grosso e foi possível criar e instalar o COCEVID – Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica, em âmbito nacional. Reunir as duas missões foi mesmo providencial e prazeroso.

Na CSTM-AL/MT pude desfrutar do convívio de grandes mulheres que foram muito bem escolhidas pelo Deputado proponente – Wilson Santos – e pela Deputada Janaína Riva, então na presidência da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

As discussões para elaboração do Planejamento Estratégico foram muito ricas. Delinear objetivos, traçar metas e métodos de trabalho foram momentos de



ALMT

Assembleia Legislativa

muito crescimento pessoal. Conhecer de muito perto as mulheres de todo o Estado, as quilombolas, as indígenas, as migrantes, ciganas, castanheiras, dentre tantas, ampliou a conceituação de direitos humanos das mulheres. E deixou à mostra o quanto ainda se tem a aprender com referência às mais diversas formas de violência contra a mulher, de desvalor do feminino e de crueldade do patriarcado.

Estudar as leis estaduais que contemplam mulheres e apontar melhorias para que elas verdadeiramente alcancem toda a dimensão da problemática, foi um enorme desafio. Afinal, o direito do país durante muitos e muitos anos, vem sendo concebido sob uma ótica exclusivamente masculina!

Agradeço a Deus a oportunidade de poder contribuir para que a violação dos direitos humanos das mulheres tenha pronta e eficiente resposta legislativa. Por ter aprendido tanto com aquelas que compuseram a Câmara Temática. Por ter a oportunidade de conhecer mais de perto o trabalho legislativo. Por ter aguçado a sensibilidade para ouvir a voz da mulher que clama por equidade de tratamento, por igualdade de salários e direitos, por respeito à sua condição de mulher!

Maria Erotides Kneip - Desembargadora do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, diretora da Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso (ESMAGIS) até 2021, presidente do CEMULHER até 2020, Presidente do Comitê Sobre a Equidade de Gênero entre homens e mulheres no Poder Judiciário de Mato Grosso.

Palavra da Presidenta e Correlatora Prof.^a Jacy Proença (10/12/2019 a 30/06/2021)

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso ao criar e instalar a Câmara Setorial Temática da Mulher-CSTM, após acolhimento da proposta pelo Dep. Wilson Santos, foi motivo de muita alegria. Significou a possibilidade de construção de perspectivas e políticas públicas abafadas até então pela dura realidade que se apresentava com exacerbação da violência, principalmente em relação às mulheres e, dentre estas, as mais atingidas às mulheres negras.

Descortinou-se com a CSTM, através da confluência de forças, sororidade e pensamentos altruístas, o construir de um processo pioneiro, que fosse gradativo e



ALMT

Assembleia Legislativa

consistente no avanço da democratização das relações humanas, onde a presença da mulher fosse reconhecida como necessária e valorizada e não vista como ameaça, necessitando, assim, submetê-la às situações indignas de subalternidade e desrespeito.

Levantar, analisar e/ou propor legislação e políticas públicas que combatam à violência e promovam a efetividade de direitos humanos e a equidade de gênero entre homens e mulheres no estado, em especial às afrodescendentes e indígenas, tornou-se objetivo imperativo, que só se conseguiu com a participação ativa de pessoas comprometidas que dedicaram parte de sua vida a essa causa, trazendo consigo toda uma bagagem de conhecimentos e experiências, aplicando-os na execução dos trabalhos, muito bem definidos no planejamento estratégico.

A unidade entre si da Direção da CS e desta com as demais pessoas integrantes, com base no respeito mútuo, foi fundamental para a finalização do Relatório, contemplando o período de 30 de maio de 2019 a 29 de março de 2021, que inicialmente foi brilhantemente conduzido pela parceira, companheira de luta, a Desembargadora Maria Erotides Kneip.

Assumir a Presidência após ela, mediante a justificativa dada para tal, que me provocou muita emoção, não pela função designada, mas pela significância, pelo sentimento expresso de profundo respeito, consideração e amor, foi desafiante, mas honroso, pois enquanto mulher negra que sou, percebo que a ocupação de determinados espaços institucionais, onde a representação dos afrodescendentes ou é inexistente ou minoritária ou até mesmo desqualificada, estar nessa condição por reconhecimento se torna deverás importante para a luta contra a discriminação racial e exclusão social.

Dar o melhor de si, como em tudo que me propus na vida, foi o impresso na condição de Secretária Geral e depois de Presidenta da CSTM.

O sentimento que prevalece é o de gratidão a Deus, ao Dep. Wilson Santos pela iniciativa e à Dep. Janina e ao Dep. Botelho por encamparem e apoiarem desde o princípio este trabalho que ora entregamos- o resultado, carregado de esperança.

Agradecimentos sinceros a todas as pessoas integrantes da CSTM que doaram conhecimento, tempo, comprometimento, o que estendo também à Equipe da Comunicação, T.I. e TV da ALMT, que possibilitaram a publicização, a visibilidade e



ALMT

Assembleia Legislativa

transparência, bem como à Equipe do Núcleo de Planejamento pela organização, dedicação, zelo com as pessoas e com o trabalho.

Que o Relatório seja apreendido e implantado tanto pelos Executivos do Estado e dos Municípios, quanto pelos Parlamentos respectivos e que a entrega dele não seja entendida como um fim em si mesmo, mas sim como passos largos na efetividade de legislação e políticas públicas tão necessárias para o avanço da nossa sociedade que queremos mais justa e igualitária em direitos.

Profª Jacy Proença- Conselheira da CDIR- Comissão da Defesa da Igualdade Racial da OAB/MT, militante do movimento feminista e do movimento negro, escritora, poetisa, produtora cultural. Integra a Acilbras- Academia de Artes, Ciência e Letras do Brasil- Cadeira 682, a ALB- Academia de Letras do Brasil nº 21, o Nalap e Naisla, Escritora e Delgada Cultural no CNE- Cadastro Nacional de Escritores nºs 273 e 211/21, Ex. Vice-prefeita de Cuiabá.

PALAVRA DA RELATORA

Foi com desafio que aceitei a ilustre missão de relatar os trabalhos desenvolvidos pela Câmara Setorial Temática da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Os vocábulos, principalmente na atualidade com as redes mundiais de computadores, entram no circuito e ficam a gerar os benefícios, e algumas outras vezes, prejuízos imensuráveis.

A CSTM da ALMT foi constituída de forma dantes inimaginável: reunir em um único espaço e comissão representantes de poderes, instituições e entidades civis organizadas que atuam na defesa das mulheres em Mato Grosso. As reuniões aconteceram todas as semanas, onde tratamos de assuntos pertinentes para os Direitos Humanos das Mulheres.

De outro turno, ficou visível o carinho com a qual as membras e membro se reconheceram no mesmo desiderato. Tudo se desenvolveu em clima de respeito absoluto e dedicação!

Rememorar os trabalhos foi reviver cada momento. Acabamos nos conhecendo, reconhecendo, e, ainda, admirando enormemente a cada qual ao saber



ALMT

Assembleia Legislativa

os desafios enfrentados diuturnamente. Sem contar que dividimos por esse lapso temporal as agruras, pois a empatia com os direitos humanos foi condição 'sine qua non' para a atuação na condição de membra ou membro.

Saber que esse relatório poderá ser acessado e ficará à disposição eternamente para consulta, é pensar que estaremos a começar a resgatar o enorme débito existente com as mulheres historicamente. A história precisa se recuperar dos equívocos do passado.

Ao final, nas considerações finais, apresentamos o que precisamos para o momento, a título de ações e políticas públicas afirmativas em prol dos Direitos Humanos das Mulheres de Mato Grosso. Ressalto, oportunamente a indicação de que tenhamos não só essa comissão temporária, mas, sim, permanente, na defesa das mulheres do estado de Mato Grosso, porquanto, as tristes estatísticas são claras de que as violências contra as mulheres não acabarão em curto período de tempo, tampouco o sistema patriarcal. Ressalto, ainda, a felicidade de poder dizer que o presente relatório fora pensado para abarcar todos os seguimentos relacionados ao gênero feminino. Entende-se que os reflexos da misoginia não recaem somente sobre as experiências cisgênero, mas também transgênero, não-binárias, gênero fluido e demais classificações da população LGBTQIA+. Que este trabalho possa incluir e representar a todas que assim entenderem suas subjetividades!

Agradeço à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pela oportunidade de desenvolvimento desse importante e gratificante trabalho, e o faço em nome dos deputados Max Russi, Eduardo Botelho, Wilson Santos e deputada Janaína Riva, sendo a última a única parlamentar, mulher, ocupante da missão, e que à época da instalação dos trabalhos estava na condição de Presidenta da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Muito obrigada.

Rosana Leite Antunes de Barros – Defensora Pública do estado de Mato Grosso, coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública (NUDEM), coordenadora do GAEDIC Mulher da Defensoria Pública de Mato Grosso, membra do Fórum de Mulheres Negras, articulista semanal do Jornal A Gazeta sobre os Direitos Humanos das Mulheres.



ALMT
Assembleia Legislativa

EMPATIA NA PALAVRA DAS MEMBRAS E DO MEMBRO

“Importância de compreendermos o que é ser feminista, e de contribuirmos com esse processo de entendimento por parte das outras mulheres.”
Desembargadora Maria Erotides Kneip – reunião ordinária do dia 04/11/2019.

“Eu sabia que com a minha consciência que foi adquirida ao longo da caminhada, eu sofria tudo isso e me colocava no lugar de tantas outras que ainda não haviam adquirido, e sem compreender sofrem, sofriam e continuam sofrendo, às vezes caladas, sozinhas, na solidão. Então, isso nos move. E a propositura da Câmara temática foi em momento muito difícil, cenário político catastrófico que estava se apresentando, dialogando com o deputado Wilson e Janaína, eu achava que era o momento de se irmanar, unir as forças, as poucas forças que cada uma estava trazendo em si, que no somatório se tornaria maior, se tornaria grande.”
Professora Jacy Proença – reunião ordinária do dia 10/12/2019.

“As mulheres devem estar sempre juntas e a sentir umas pelas outras, em sororidade, as diversas violências sofridas”. Defensora Pública Rosana Leite Antunes de Barros – reunião extraordinária do dia 25/22/2019.

“Não estamos aqui por questões particulares, mas por algo muito maior. Estamos numa mesma missão, e a sua história continua. Temos que olhar o mundo que enfrentamos todos os dias, tornando o nosso espaço e ações cada dia melhores, cada uma com a sua verdade, e a verdade liberta.” Juíza de Direito Amini Haddad Campos – reunião ordinária do dia 04/11/2019.

“Hoje é um dia para refletir. Inclusive, a caminho desta reunião recebeu uma mensagem sobre o caso de mulher humilde que está sofrendo violência doméstica e



ALMT
Assembleia Legislativa

familiar. Afirmou ter aprendido muito na CSTM.” Advogada Clarissa Maluf – reunião ordinária do dia 25/11/2019.

“Proponho a inclusão de metas e ações específicas à mulher indígena, e me proponho a fazer o levantamento dos organismos que atuam no combate à violência e defesa dos direitos humanos das mulheres indígenas.” Eliane Rodrigues de Lima ou Eliane Bakairi

“É necessário a mulher migrante ser protagonista de sua própria história de vida.” Eliane Vitaliano – reunião extraordinária do dia 25/11/2019.

“A minha homenageada é uma mulher muito guerreira e que eu conheço desde que cheguei em Mato Grosso para trabalhar como repórter de rede na TV Centro América. Eu acompanho parte da trajetória dessa mulher, por isso ela é, para mim, uma fonte de inspiração para o meu engajamento na luta por causas sociais (...) Estou falando da nossa presidente, a desembargadora Maria Erotides.” Jornalista Eunice Ramos – reunião ordinária do dia 10/12/2019.

“Estou muito honrada em fazer parte da câmara, a convite do deputado Wilson Santos. Estou começando na temática, mas com muita vontade. É uma honra estar trabalhando na câmara com pessoas já conhecidas por desenvolverem trabalhos há tempos na defesa das mulheres. Estou pronta para trabalhar com afinco.” Mayana Vitória de Souza Alves – reunião ordinária do dia 06/06/2019.

“Viver com medo não é vida. A sociedade deve entender que matar mulheres não compensa. Há necessidade de sensibilização do sistema de justiça. É muito grave ouvir que existem nove mulheres vítimas do mesmo agressor.” Gláucia Anne Kelly Rodrigues do Amaral – reunião ordinária do dia 17/02/2020.



ALMT
Assembleia Legislativa

“Todos que trabalham com a temática sentem a realidade. Com a efetivação da patrulha, estamos presenciando resultados, por exemplo, sem feminicídios em Cuiabá em 2019. Sempre ouve histórias positivas onde se encontra sobre a efetividade da Patrulha Maria da Penha.” Delegada de Polícia Jozirleth Magalhães Criveletto – reunião ordinária 10/02/2020.

“Porque nós não precisamos ser melhores, nós mulheres, que os homens. Nós só precisamos ser iguais. Nós precisamos ser tratadas com o mesmo respeito que qualquer ser humano.” Promotora de Justiça Lindinalva Rodrigues – reunião ordinária do dia 10/12/2019.

“O que eu estou fazendo, principalmente para mim, isso é um período de aprendizagem, eu estou aprendendo com todas vocês e a gente consegue deixar o coração maior e existem transformações que vem por causa dessa convivência com todos vocês. Eu só tenho a agradecer e continuar apoiando tudo que vocês fizerem.” Tânia Arantes – reunião ordinária do dia 10/12/2019.

“Conviveu com mulheres pedindo socorro para tratamento do companheiro...” Telma Reis – reunião ordinária do dia 06/06/2019.

“Entende a importância da desconstrução do patriarcado. Proponho a criação da discussão da desigualdade de gênero na escola.” Vera Bertoline – reunião ordinária do dia 06/06/2019.

“Percebi que era machista, porque achava que a violência doméstica nada representava. Comecei a aprofundar na temática ao passar a trabalhar com a deputada Janaína Riva.” Willian César de Moraes – reunião ordinária do dia 06/06/2019.



DESENVOLVIMENTOS DOS TRABALHOS.

Instalada no dia 30 de maio de 2019, na sala 201 da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em solenidade que contou com a presença de diversas pessoas, dentre elas do deputado Wilson Santos e da deputada Janaína Riva e todos as membras e membro. Ficou definido pela presidente – desembargadora Maria Erotides -, a primeira reunião ordinária para 06/06/2019, às 10 horas.

No dia 06/06/2019 a desembargadora Maria Erotides abriu os trabalhos da CSTM, no auditório Gervásio Leite, no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Na ocasião, cada integrante mencionou as expectativas para com os trabalhos a serem desenvolvidos na Câmara, com as respectivas apresentações. Ao final da reunião, a presidente ressaltou a importância de um planejamento estratégico para nortear os trabalhos da câmara.

Dia 10/06/2019, foi proposto por alguns dos componentes a ampliação do número de integrantes da CSTM. Como houve escolha pelos parlamentares responsáveis pela criação da câmara dos membros, decidiu-se pela não ampliação, até com a finalidade de ficar mais fácil a reunião, respeitando, outrossim, o ato de criação. Todavia, ficou avençada a possibilidade de convidar pessoas a estarem participando das reuniões com a finalidade de contribuição. Resolveu-se pela confecção de moção de repúdio 'Lei Neymar da Penha'. Sugeriu-se a criação de uma logomarca para a CSTM, com a finalidade de adquirir maior identidade.

Dia 17/06/2019, a CSTM recebeu a visita do deputado federal Dr. Leonardo. Foi afirmado por ele quanto aos projetos de lei apresentados em prol dos direitos das mulheres, exaltando os trabalhos da câmara. De outro turno, as servidoras e servidores do planejamento estratégico da ALMT foram apresentados para o início dos trabalhos na próxima reunião.

Dia 24/06/2019, as servidoras Cléria de Oliveira e Ariadne Carvalho apresentaram a proposta de planejamento estratégico.



ALMT

Assembleia Legislativa

Dia 01/07/2019, além de tratar do planejamento estratégico, a CSTM recebeu a visita do deputado Wilson Santos, que elogiou a atuação da câmara, propondo que a partir da próxima reunião um membro pudesse apresentar um estudo sobre alguma mulher que julga importante para a história.

Dia 08/07/2019, além de cuidar do planejamento estratégico a professora Vera Bertoline apresentou a primeira história de mulher que entende necessária para o movimento de mulheres: Rose Marie Muraro. Foi deliberada a confecção pela câmara de moção de repúdio pelas palavras ditas para a defensora pública Fernanda Nunes no júri na Bahia.

Dia 15/07/2019, seguimos no planejamento estratégico. A mulher homenageada foi Amini Haddad, pela própria neta Amini Haddad Campos. A desembargadora Maria Erotides afirmou que o planejamento estratégico nunca receberá um fim, pois sempre teremos algo a planejar e fazer em prol dos direitos humanos das mulheres. Recebemos a visita do Dr. Roberto Tadeu Vaz Curvo, da missionária da Pastoral Carcerária Ana Claudia, bem como da Dra Ana Emília Iponema Brasil Sotero.

Dia 12/08/2019, a mulher homenageada foi a Dra Myrtes Gomes de Campos, a primeira advogada do Brasil. A homenagem foi feita pela Dra Clarissa. A presidente fala da importância de aprimoramento dos boletins de ocorrência em relação a violência contra as mulheres.

Dia 02/09/2019, a mulher homenageada foi a Juíza Débora que se constitui em personagem bíblico, tendo sido escolhida pela Dra Jozirleth. Foi anunciado o desligamento da professora Vera Bertoline da CSTM, por problemas particulares. A professora Jacy indicou a jornalista Eunice Ramos para ocupar o lugar deixado, tendo em vista que ela vem se fazendo presente e contribuindo desde o início das reuniões. Todos os membros concordaram à unanimidade. Pede ainda, o que foi aprovado, a inclusão no Planejamento Estratégico de Encontro de Mulheres Indígenas, Workshopping “Mulher e Mídia”, parceria no Seminário “Empoderando Terezas” e Encontro de Mulheres Quilombolas em Vila Bela da Santíssima Trindade.

Dia 09/09/2019, a mulher homenageada foi Doninha do Tanque Novo, tendo sido escolhida por Tânia Arantes. Foi aprovado o calendário das audiências públicas para possível realização: Cáceres (20/09/2019), Rondonópolis



ALMT
Assembleia Legislativa

(26/09/2019), Barra do Garças (30/09/2019), Tangará da Serra (11/10/2019), Sinop (18/10/2019), e Várzea Grande (31/10/2019). O Planejamento estratégico foi concluído.

Dia 16/09/2019, a mulher homenageada foi Esperança Garcia, tendo sido feita a escolha e homenagem pela professora Jacy. Aconteceu a entrega oficial do planejamento estratégico da CSTM pelos servidores e servidoras da ALMT.

Dia 14/10/2019, a mulher homenageada foi a desembargadora Shelma Lombardi de Kato, tendo sido feita a escolha e homenagem pela Dra Lindinalva. Os membros fizeram uso da fala para reforçar a importância da desembargadora Shelma para Mato Grosso.

Dia 04/11/2019, a reunião se resumiu ao seminário que seria realizado entre os dias 04 a 07 de março de 2020, com a finalidade de conclusão dos trabalhos da CSTM.

Dia 25/11/2019, aconteceu a reunião extraordinária em homenagem ao Dia Internacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. A homenagem foi realizada pela Dra Lindinalva. Após a homenagem, todas falaram um pouco sobre a importância da data.

Dia 16/12/2019, foram recebidos pela CSTM no último dia de reunião do ano alguns alunos e alunas da Escola Estadual Alcebíades Calhao, juntamente com a Dra Ana Emília Iponema Brasil Sotero. Os alunos e alunas entregaram cartas à desembargadora Maria Erotides, que comprometemos a responder juntamente com a desembargadora e os entregar pessoalmente na escola. A mulher homenageada foi a desembargadora Maria Erotides Kneip, e a homenagem foi feita por Eunice Ramos. A presidente agradeceu imensamente a homenagem, reforçando ter sido a mais linda homenagem por ela recebida. A presidente passou a presidência da CSTM para a professora Jacy Proença, reforçando o trabalho por ela desempenhado.

Dia 10/02/2020, em reunião já presidida pela professora Jacy Proença, foi tratado do seminário que seria realizado no mês de março de 2020, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Foi deliberada sobre uma comissão no âmbito da CSTM que trataria do evento. Deliberado, outrossim, sobre a realização de outras audiências públicas no interior do estado, já que os trabalhos haviam sido prorrogados por mais 180 dias. Decidiu-se pela visita na Escola Estadual Alcebíades



ALMT

Assembleia Legislativa

Calhao no dia 12/02/2020, por alguns membros, com as respectivas respostas das cartas aos alunos e alunas.

Dia 17/02/2020, recebemos algumas visitas na reunião ordinária. A senhora Ana Paula Lima, assessora do desembargador Sebastião Moraes se fez presente, a convite do deputado Wilson Santos, para conhecer os trabalhos da CSTM. A coronel Emirella Martins, que é coordenadora da Patrulha Maria da Penha também compareceu, explicando sobre os trabalhos da patrulha. Sonia Mazzeto, representante da BPW de Várzea Grande também se fez presente, para conhecer os trabalhos da CSTM. A Dra Lindinalva apresentou a cartilha por ela elaborada, denominada 'Mulheres no Espaço Público', e que fará parte dos anexos. Algumas propostas de capa foram apresentadas aos membros, sendo uma delas aprovada. A senhora Sandra Raquel, que representa uma associação de mulheres de Rondonópolis, trouxe situação de violência, apresentando para a CSTM. Foi deliberado sobre a expedição de ofícios para a os juízes ou juízas responsáveis pela apreciação do processo e ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, narrando o temor das vítimas. Foi sugerida, igualmente, a expedição de ofício para a corregedoria da Secretaria de Segurança Pública, responsável pelos presídios, narrando à forma que as vítimas foram tratadas.

Dia 02/03/2020, o servidor da SECOM da ALMT apresentou a campanha publicitária que estará sempre sendo veiculada em horários nobres nas televisões de Mato Grosso sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres da CSTM. Tratou-se do simpósio que seria realizado em 25 e 26 do mês de março.

Dia 09/03/2020, a CSTM se reuniu para definir sobre o seminário que se realizaria no final do mês de março de 2020.

Dia 16/03/2020, a CSTM se reuniu, todavia, em razão do período pandêmico já vivido no país, e com a Assembleia Legislativa tendo que fechar as portas para evitar a proliferação do vírus, essa foi a última reunião ordinária a contar com a presença de membras e membros.

A suspensão dos trabalhos foi medida necessária, por conta do alto índice de pessoas infectadas pelo coronavírus no país.

Nos dias 11/06/2019 e 22/07/2019, foram realizadas reuniões administrativas da diretoria, para resolução das questões administrativas. Na reunião do dia 22/07/2019 alguns deputados e a deputada também participaram,



ALMT
Assembleia Legislativa

mencionando a importância das audiências públicas em alguns municípios de Mato Grosso.

No dia 19 de janeiro de 2021 aconteceu uma reunião presencial da diretoria da CSTM no Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública. O assunto tratado foi a apresentação do relatório final, e os últimos eventos a serem realizados pela câmara, ainda que de maneira virtual.

No dia 08 do mês de fevereiro de 2021 aconteceu reunião ordinária da CSTM, de forma híbrida, com alguns integrantes presentes na ALMT e os demais de forma virtual. Cada qual mencionou um pouco sobre toda a experiência vivenciada na CSTM, sendo tratado também do seminário.

No dia 15 de fevereiro do ano de 2021 aconteceu a reunião ordinária da CSTM, também de forma híbrida, com alguns membros presentes na ALMT e outros participando virtualmente. A reunião tratou do seminário “Mulheres no Espaço Público” e do lançamento da cartilha confeccionada pela Dra. Lindinalva, com o mesmo nome.

No dia 22 de fevereiro aconteceu mais uma reunião ordinária de forma híbrida que tratou da reapresentação do Plano de Ação da CSTM para 2021, Seminário do dia 08 de março e Termo de Cooperação Técnica da CSTM e demais instituições para execução do projeto “Mulheres no Espaço Público”.

Há que se ressaltar que, evitando mais uma vez a proliferação do coronavírus que se encontrava na segunda onda, a ALMT suspendeu os trabalhos presenciais no início de março de 2021.

No dia 03 de março de 2021 realizou-se por vídeo conferência uma reunião a CSTM e o Conselho Nacional de Justiça. Na ocasião as membras da CSTM sugeriram às conselheiras do CNJ a propagação da ideia de CSTM aos Tribunais de Justiça de todo o país, com a finalidade de trabalhar os direitos humanos das mulheres. Confirmaram as conselheiras que uma delas estará presente nos eventos a serem realizados pela CSTM.

No dia 18 de março aconteceu a última reunião da Câmara Setorial Temática da Mulher de forma híbrida (videoconferência e presencial) onde as membras e o membro presentes manifestaram quanto à respectiva participação e



ALMT

Assembleia Legislativa

desenvolvimento dos trabalhos. Foi mencionado quanto ao relatório já em fase de finalização.

As audiências públicas aconteceram nos seguintes municípios: Cáceres (20/09/2019), Rondonópolis (26/09/2019), Tangará da Serra (11/10/2019), Barra do Garças (18/10/2019), e Várzea Grande (07/11/2019). As audiências públicas foram preparadas pela professora Jacy Proença juntamente com a Mayana, que, inclusive, se deslocaram para alguns desses municípios dias antes para a respectiva organização. Os principais reclamos da sociedade quanto à falta dos serviços para atendimento das mulheres vítimas foram os seguintes: serviços da rede de proteção à mulher, necessidade de casa abrigo, necessidade de reforço do efetivo ou de delegacia de defesa da mulher.

Todas as atas das reuniões foram colacionadas aos anexos do relatório, bem como todos os trabalhos desenvolvidos pelas membras e membro.

A análise das leis e projetos de leis em prol dos direitos humanos das mulheres foram realizadas pela Diretoria da CSTM, com a proposta de algumas leis ao final, a serem confeccionadas e apreciadas pelo parlamento estadual nas considerações finais.

As reuniões ordinárias e extraordinárias trouxeram histórias, aprendizados e contribuições riquíssimas de experiências vivenciadas pelas componentes e o único componente homem da CSTM, que foram registradas nas atas que seguem nos anexos do relatório.

Insta salientar que os trabalhos da CSTM não se escoaram com o início do período pandêmico. A pandemia do coronavírus dificultou a comunicação com os servidores e servidoras da ALMT, atrasando a finalização dos trabalhos da CSTM. Todavia, o período diferenciado foi totalmente compreensível, porquanto, a preocupação com a disseminação do vírus foi maior.

Apesar de toda a dificuldade em se concluir mencionado trabalho por conta da pandemia causada pelo coronavírus, a Câmara Setorial Temática da Mulher – CSTM -, fez absoluta questão de apresentar mencionada conclusão o quanto antes, até pelas adversidades conhecidas e sofridas pela infinidade de mulheres. As mulheres são plúrimas! A qualquer momento uma mulher pode ser vítima de alguma violência, dentro ou fora de casa. E, ainda, os vários segmentos de



ALMT
Assembleia Legislativa

mulheres se encontram em absoluta vulnerabilidade frente a tantos preconceitos, desrespeitos e discriminações...

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA DA MULHER

Área de Atuação

A Câmara Setorial Temática da Mulher-CSTM atuará nos assuntos relacionados às mulheres do Estado de Mato Grosso.

Missão

Garantir a efetividade dos direitos humanos e a equidade de gênero entre mulheres e homens no Estado de Mato Grosso.

Visão

Ser uma representação de excelência na garantia dos direitos humanos e equidade de gênero entre mulheres e homens.



ALMT

Assembleia Legislativa

Valores

Representatividade – agir de forma interativa, cooperativa e colaborativa na defesa dos direitos humanos e equidade de gênero entre mulheres e homens.

Qualidade – agir com eficiência, eficácia e efetividade.

Ética – atuar conforme os princípios da legalidade, impessoalidade, legitimidade e moralidade.

Transparência – dar publicidade aos atos realizados em favor da mulher.

Credibilidade – atuar com foco em resultados na busca da excelência.

Comprometimento – agir com responsabilidade e dedicação com foco no resultado.

Diretrizes:

- 1- Adotar a transversalidade de raça/etnia, bem como o respeito às características distintas de pessoas e comunidades em todas as fases do trabalho;
- 2- Combater toda forma de discriminação, preconceito e intolerância;
- 3- Fomentar o empoderamento das mulheres.

Tema Estratégico

Constitui grandes áreas temáticas que servem para nortear os caminhos a que se pretende chegar. A Câmara Setorial Temática da Mulher definiu 09 (nove) temas distribuídos entre as perspectivas de valor, sendo:

1. Efetividade dos direitos humanos e equidade de gênero entre homens e mulheres;
2. Enfrentamento à violência de gênero contra a mulher;
3. Excelência nas práticas de gestão da CSTM;
4. Modernização da gestão da informação com foco na transparência das ações da CSTM;



ALMT
Assembleia Legislativa

5. Gerenciamento da situação das mulheres vítimas de violência no Estado de Mato Grosso;
6. Aprimoramento na legislação concernente às mulheres;
7. Desenvolvimento de competências;
8. Fomento de debates; e
9. Gestão financeira.

Mapa Estratégico

O mapa estratégico representa, em um gráfico, a síntese do planejamento estratégico e sua aplicação é essencial na consolidação das estratégias.

Sua estrutura consiste na disposição dos objetivos estratégicos distribuídos entre as perspectivas de valor, evidenciando os desafios que a Câmara Setorial Temática da Mulher terá que enfrentar para que sua missão e visão de futuro sejam alcançadas, como segue:



ALMT

Assembleia Legislativa



REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA DA MULHER.

Capítulo I- Disposições Preliminares

Art. 1º A Comissão Setorial Temática sobre a Mulher – CSTM, instituída pelo Ato nº 029, de 29 de maio de 2019, instância instituída pela aprovação do Requerimento 146, de 12 de março de 2019, de Autoria do Dep. Wilson Santos, combinado com os dispositivos da Lei nº 10.825, de 05.02.2019, tem por objetivo geral levantar e/ou propor legislação e políticas públicas para combater a violência e efetivar direitos às mulheres no estado de Mato Grosso.

Parágrafo Único: A Câmara Setorial Temática sobre a Mulher (CSTM) poderá fomentar o debate, pesquisa, campanhas, espaços diversos de interlocução para



atingir o seu objetivo, bem como discutir o tema que motivou a sua composição; realizar reuniões públicas com entidades da sociedade civil; solicitar informações de entidades públicas ou privadas, que entender necessárias para subsidiar os seus trabalhos; solicitar colaboração de qualquer autoridade, cidadão e representantes de entidades públicas ou privadas.

Capítulo II- Organização

Seção I- Composição e Competência

Art. 2º A Câmara Setorial Temática sobre a Mulher é composta por mulheres de notório saber e com comprovada atuação na defesa dos direitos da mulher, principalmente àquelas que dizem respeito à garantia da integridade física, moral e psicológica; educação, habitação, cultura, saúde e geração de emprego e renda.

Art. 3º Os trabalhos da Câmara Setorial Temática sobre a Mulher será conduzido por uma Diretoria.

§1º- A Diretoria contempla as seguintes funções: Presidência, Secretaria Geral e Relatoria, com o suporte do Núcleo das Comissões Temporárias.

I- Compete à Presidenta:

- a) Presidir as reuniões da Câmara;
- b) Convidar os membros para as reuniões, bem como pessoas e entidades interessadas;
- c) Convocar os membros para trabalhos fora do âmbito da Assembleia Legislativa;
- d) Designar atribuições aos demais membros para consecução do Planejamento Estratégico da CSTM.

II- Compete à Secretária Geral:

- a) Elaborar e/ou revisar as atas das reuniões;
- b) Auxiliar a Presidenta quando solicitado;
- c) Dar ciência à Presidenta dos documentos recebidos pela Câmara;



- d) Receber solicitação e inscrever membros convidados para participar dos trabalhos da CSTM;
- e) Desenvolver demais atribuições aferidas para consecução do Planejamento Estratégico;
- f) Substituir a Presidenta em sua ausência ou impedimentos;

III- Compete à Relatora:

- a) Elaborar atas das reuniões na ausência ou impedimento da Secretária;
- b) Sistematizar todas as informações, dados recebidos pela CSTM;
- c) Apresentar nas reuniões os documentos recebidos pela Câmara;
- d) Desenvolver demais atribuições aferidas para consecução do Planejamento Estratégico.
- e) Elaborar o relatório final dos trabalhos da CSTM;

IV- Compete ao Núcleo das Comissões Temporárias:

- a) Solicitar o agendamento das salas de reunião, de acordo com o cronograma dos trabalhos da CSTM;
- b) Preparar as salas de reunião de acordo com as necessidades previamente informadas pela Secretária da CSTM;
- c) Expedir convites para as atividades previamente informadas da CSTM;
- d) Requisitar registros das atividades da CSTM junto a Secom e TV Assembleia.

§2º- Aos Membros da CSTM caberá:

- I- Participar das sessões, apreciar e votar as propostas apresentadas;
- II- Coordenar Grupos de Trabalhos a serem tipificados no Planejamento Estratégico, bem como produzir elementos para a elaboração do Relatório Final da CSTM.
- III- Exercer as demais atribuições fixadas no Planejamento Estratégico ou pela Diretoria da Câmara.



ALMT
Assembleia Legislativa

IV- Colaborar com o bom andamento dos trabalhos, participando das reuniões, trazendo novas propostas e/ou sugestões, acatando a decisão majoritária, ressalvada a faculdade regimental de apresentar voto divergente.

Sessão II- Do Funcionamento

Art.4º As reuniões da CSTM serão dirigidos pela Presidenta.

Parágrafo Único: Na ausência ou impedimento da Presidenta, os trabalhos serão dirigidos pela Secretária ou Relatora da CSTM.

Art. 5º A CSTM se reunirá em Plenário para deliberação das questões a ele apresentadas.

Art. 6º O Plenário reunir-se-á por convocação da Presidenta, em sessão ordinária a ser realizada quinzenalmente, ou extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação da presidência.

§1º A Presidenta poderá iniciar a sessão até 30 minutos após o horário da convocação, com a presença de maioria simples dos respectivos membros.

§ 2º A Presidenta concederá a palavra aos membros e convidados inscritos.

§ 3º A CSTM deliberará por maioria simples dos membros presentes.

§ 4º Em caso de empate na votação, a Presidenta exercerá voto de qualidade.

Art. 7º A Diretoria poderá requisitar ao Parlamentar requerente a realização de Audiências Públicas, simpósios, etc.; conforme o estabelecido no Planejamento Estratégico da CSTM e o que mais julgar necessário para a efetividade dos trabalhos.

Art. 8º As atas de deliberação serão divulgadas no E-mail ou Whatsapp Oficiais da referida Câmara.

Art. 9º Será automaticamente desligado da Comissão o integrante que deixar de comparecer às reuniões, ordinárias e extraordinárias, em número de quatro (04) consecutivas, ou sete (07) intercaladas.



Art. 9. No caso de vacância de algum Membro da CSTM, o mesmo será substituído por outro, a ser designado pela Diretoria da CSTM, bastando para tanto a aprovação de requerimento do Parlamentar requerente em Plenário.

Capítulo III- Da Publicidade

Art. 10. Todos os trabalhos da CSTM serão cobertos pela Secretaria de Comunicação e TV Assembleia da ALMT, bem como pela Assessoria de Comunicação do Parlamentar Requerente ou por outro veículo de comunicação que se interessar.

Parágrafo Único: A CSTM poderá utilizar de campanhas de caráter informativo/educativo para divulgar as suas ações, combater a violência e/ou promover igualdade de oportunidades e direitos às mulheres.

Capítulo IV- Disposições Gerais

Art. 11. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pela Diretoria.

Art. 12. O Relatório Final dos trabalhos da CSTM, de caráter sugestivo, será encaminhado ao Plenário das Deliberações da ALMT, podendo ser remetido, a requerimento do Parlamentar requerente, como documento oficial, aos órgãos e Poderes da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, bem como das demais entidades indicadas pelo Parlamentar.

Art. 13. Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação.

Cuiabá-MT, CSTM, 17 de junho de 2019.



ALMT
Assembleia Legislativa

DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA EM CÁCERES- 20/09/2019.





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa

Aos vinte dias do mês de setembro de 2019, às 14 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Cáceres, reuniram-se a Câmara Setorial Temática da Mulher- CSTM da Assembleia Legislativa de Mato Grosso com representantes dos Poderes Executivo Municipal, Legislativo, Judiciário e Sociedade Civil organizada para tratar em audiência pública do seguinte tema: Legislação e Políticas para combater a violência e promover os direitos humanos das mulheres.

A Mesa de abertura dos trabalhos foi composta pelas seguintes autoridades: Presidente da Câmara, Vereador Rubens Macedo; Presidenta da CSTM, Desa. Maria Erotides; Dep. Federal, Dr. Leonardo; Dep. Wilson Santos, requerente da CSTM; Presidente da União das Câmaras Municipais de MT, Vereador Edcley Coelho, de Vila Bela da Santíssima Trindade. **Foram convidadas ainda** para compor o dispositivo, mas, em função do espaço, optaram em permanecer aonde se encontravam: a Vice-Prefeita de Cáceres, Eliene Liberato; Prof.^a Jacy Proença, Secretária Geral Da CSTM e Conselheira da Comissão da Defesa da Igualdade Racial OAB-MT; a Delegada da Mulher e Membro da CSTM, Dr^a Jozyrleth Criveletto; a Procuradora do Estado e Membro da CSTM, Dr^a Gláucia Amaral; a Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e Membro da CSTM, Telma Reis; Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Cáceres, Prof.^a Angelina de Oliveira; Presidenta da Comissão da Mulher Advogada, 3^a Subseção OAB-Cáceres, Dr^a Linete Mendes Dantas; a Presidenta da CDIR-Subseção Cáceres e Presidenta do Coletivo Negro e a Presidenta da Associação dos Chiquitanos em Vila Bela da Santíssima Trindade, Vanda de Copacabana Vilas Boas.

O Presidente da Câmara e Vice-Prefeita deram as saudações de boas-vindas e declararam aberta a audiência pública, agradeceram a Desembargadora por ter escolhido a cidade de Cáceres. O Presidente agradeceu ainda à Prof^a Jacy pelo curso rápido aos servidores da Câmara quanto a condução, cerimonial para evento desse porte e passou a condução dos trabalhos à Desa. Maria Erotides.

Desa Maria Erotides inicialmente agradeceu a acolhida pelos poderes constituídos do município e a presença do Dep. Federal, Dr. Leonardo e do Dep. Wilson Santos, e especialmente às representações das organizações do município e região. Agradeceu à Prof^a Jacy Proença e a Mayana, integrantes da CSTM pelo compromisso demonstrado, inclusive de virem antes para articular, mobilizar e preparar tudo para a realização da audiência.

Desa Maria Erotides fala da realidade de violência em que está submetida a mulher e da necessidade de se promover os seus direitos, bem como do processo de



ALMT
Assembleia Legislativa

constituição e objetivos da CSTM. Relata acerca do trabalho que já fora desenvolvido até então e das audiências públicas. Em seguida a palavra é concedida ao Dep. Federal Leonardo.

Dep. Leonardo informa acerca do trabalho que já vinha desenvolvendo na região, enquanto cidadão, frente a essas causas, mesmo antes de se tornar deputado federal. Fala ainda da sua atuação no congresso nacional e assumiu esse compromisso, colocando seu mandato em favor também das mulheres, e que já vinha trabalhando em torno de legislação para esse fim, principalmente no aprimorando do Código Penal que levaria a uma melhor aplicabilidade a Lei Maria da Penha.

Dep. Wilson Santos cumprimenta a todas as pessoas do dispositivo e da plenária e manifesta a admiração e respeito a todas as integrantes, pela Desa Maria Erotides, a quem escolheu juntamente com a Dep Janaina Riva para presidir a CSTM, o que foi aprovada pelas demais pessoas da Câmara Temática. Manifesta ainda a sua indignação frente a violência sofrida pela mulher, na maioria das vezes com requinte de crueldade. Disse depositar confiança e expectativa positiva em relação ao trabalho pioneiro que instaurou.

Desa Maria Erotides concedeu a palavra para Dr^a Jozyrleth, Dr^a Gláucia Amaral, Telma Reis que abordaram acerca da Lei Maria da Penha e a tipificação da violência; os passos a serem seguidos em situação de violência; a atuação dos conselhos enquanto órgãos de controle social e proposição de políticas públicas. Prof^a Jacy Proença falou sobre Legislação e Políticas Públicas da esfera federal à esfera estadual e municipal. Em seguida foi franqueada a palavra aos demais presentes.

Dr^a Linete Dantas, Presidenta do Comissão da Mulher Advogada OAB-Cáceres informou que assumiu em fevereiro e que a desenvolver ações para o “Março Sempre Mulher” contemplando o presídio feminino e conversando, inclusive com os homens agressores, que reivindicaram ajuda, apoio psicológico. Omenta que a Delegacia da Mulher recebeu um aporte, uma estrutura melhor. Falou acerca do ônibus Lilás que esteve em Cáceres, indo até na área rural, falando sobre a Lei Maria da Penha e os tipos de violência. Sempre diz que as mulheres vítimas de violência precisam de apoio, ajuda e não de censura, de julgamento. Sentiu a necessidade de se ter uma Rede de Enfrentamento ativada, mais organizada e disse que a Dr^a Graciene se comprometeu em instalar a Rede de Cáceres.



ALMT

Assembleia Legislativa

Isaias Bezerra, estudante de Serviço Social, reivindicou um Centro de Atendimento Integrado à Mulher Vítima de Violência, semelhante ao que tinha na capital. Sente a necessidade de se ter uma política para atender o agressor. Vê como importante a volta do ensino religioso, estudo da Bíblia nas escolas. Fez referência ao livro Efésios, capítulo 5.

Drª Sara Cristina, Presidenta do Coletivo de Mulheres Negras e Presidenta CDIR-OAB/Cáceres. Disse que vê a necessidade de políticas públicas que contemplem às mulheres negras, tirando-as da invisibilidade e incluí-las nos espaços como este, cita como exemplo. Reitera a necessidade de Casa de Apoio à Mulher Vítima de Violência na cidade e de fortalecer o sistema de Rede.

Profª Angelina de Oliveira, Presidenta do Conselho Mun. dos Direitos da Mulher, falou que em Cáceres há o Plano Municipal de Política para as Mulheres, o Fundo Municipal e o Conselho, o que já representa um avanço. Propôs que haja um restabelecimento do diálogo entre as instituições que compõem a Rede de Enfrentamento e a implementação do Fundo. Reforçou a proposta da Casa de Acolhimento, cujo debate vinha ganhando força, mas foi travado pelo embate dos movimentos sociais. Diz que essa pauta precisa ser colocada como prioridade.

Drª Gláucia Amaral elogia o CMDM por ser atuante e propositivo, mantendo, inclusive a interlocução com o CEDM e postulou um assento no Conselho Estadual. Diz que o Conselho da Mulher de Cáceres realizou atividades em março e em agosto. Vê como importante a Rede de Enfrentamento à Violência.

Vanda de Copacabana Vilas Boas, Presidenta da Associação dos Chiquitanos, relembra da condição de violência vivida por sua mãe e identificou-se com cada fala feita até o momento. Disse que o pai dela, alcoólatra, ficava escondido atrás da moita a cuidar das filhas e da esposa. Foi dada a estrangeiros pelo pai aos 09 anos de idade, distanciando-se da família que nunca mais viu. Aos quinze anos, não querendo mais viver em maus tratos, fugiu em busca de sua família, a encontrando, mas cheia de revolta e só depois dos 35 anos é que foi entender a sua mãe, que viveu 25 anos com violência. Tem duas irmãs que vivenciam essa condição de violência, procuram a Delegacia, mas sempre alegam que não podem fazer o B.O. ou por falta de energia ou porque caiu o sistema. Até a que teve coragem para separar sofre ainda perseguição, violência. A Delegacia além de não registrar o B.O., avisa os maridos que as agredem mais ainda. Diz ter ouvido falar que na Bolívia



ALMT

Assembleia Legislativa

tem Casa que ampara a Mulher, promove qualificação profissional, ampara os dependentes. Espera que elas consigam ir para lá.

Dr^a Cintya Leocádio Dias Cunha, Diretora de Direitos Humanos da Unemat, Grupo PROEC, Falou se tratar de um grupo de acolhimento para o público interno da universidade, alunas matriculadas na instituição. Informa que o bairro Cavalhada é o que apresenta maior índice de violência contra a mulher e que a universidade desenvolve um programa para atender os pseudo vulneráveis. No campus de Sinop desenvolvem trabalho de educação- conscientização- Mulheres, Gênero e Femicídio. Em Cáceres realizaram a 2^a Mostra de trabalhos sobre Mulheres e Outros Vulneráveis. Disse que a Unemat quer fazer parte da rede de Enfrentamento. Defendeu a criação da Casa Abrigo e cursos de capacitação da Rede. Pediu ainda que o CETRAP- Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas seja fortalecido.

Ivanilda de Almeida dos Santos Ferreira, Liderança Comunitária Rural Sadia Verde Vale, manifesta contentamento em participar de uma reunião como essa que discuti os problemas das mulheres. Falou que a situação que as mulheres do campo vivem é igual das urbanas, mas um pouco mais grave, porque estão longe de tudo, não tem a quem recorrer. Às vezes não tem como vir para buscar ajuda, delegacia.

Dr^a Judhá, Delegada da Mulher, registrou a importância da Dr^a Graciane em Cáceres e em toda a região. Falou da reforma do prédio da delegacia, onde está montando um Centro de Referência, Necessita de apoio para pagar as psicólogas que hoje são em número de três voluntárias. Pede à prefeitura para pagar pelo menos uma. Tem assessoria jurídica, através da parceria com a OAB com um núcleo de práticas jurídicas; atendimento à criança vítima de abuso sexual na sala de escuta especializada; parceria com os alcoólicos anônimos- AAAC, onde toda quinta tem palestra para eles na delegacia; irão fazer, de 30 de setembro a 04 de outubro, capacitação de todos os policiais civis e militares sobre violência doméstica e familiar; falou da necessidade da delegacia 24 horas. Quanto a zona rural disse estar carente de políticas públicas.

Suyane de Araújo Giansante, Presidenta da Casa da Amizade, Secretária do DCE Unemat e aluna de Direito, propôs a criação de políticas públicas nas instituições de ensino superior para combater o assédio e abuso sexual às alunas. Informou que o DCE irá abrir uma sala de escuta para essas alunas, o que poderia ser ampliado para o ensino médio e fundamental; tem lutado por paridade, equidade entre



homens e mulheres, a exemplo do DCE cuja diretoria tem 05 mulheres e 05 homens; defendem cota de cadeiras e não de vagas para candidatura a qualquer espaço.

Desa Maria Erotides disse que às vezes o machismo é tão sutil e se manifesta nas ações mais simples, pequenas, a exemplo das piadas. Enfatiza dizendo: “Não devemos aceitar as piadinhas”.

Lourdes Faria Bloener, pecuarista, falou da sua atuação profissional antes de ser pecuarista e disse conhecer bem a realidade da cidade e área rural. Em ambas as circunstâncias a mulher precisa de apoio. Teve sua casa invadida, foi abusada e diz reconhecer muito bem os caras que entraram em sua casa e que, só por medo de represália, não denuncia, não registrou queixa. Reiterou a necessidade políticas públicas que contemple a casa Abrigo, moradia e geração de emprego de rendas para as mulheres.

Vera Moraes, Assistente Social e representante da Unemat no CDIR-OAB/Cáceres. Relatou que uma mulher foi vítima de violência, foi para a delegacia onde ficou o dia todo na mesma sala com o agressor e no final da tarde teve que ir para casa com ele. Solicitou para a CSTM monitorar os peritos. Vê a necessidade: do funcionamento 24 horas da delegacia da mulher; de qualificar os profissionais que atendem as mulheres vítimas de violência. Chamou a atenção dos vereadores e vereadora quanto ao atendimento que não tem sido prioritário às mulheres vítimas de violência nas unidades de saúde; reiterou a necessidade da casa abrigo, da capacitação dos que atendem as vitimas de violência, atendimento psicológico às vítimas, projeto de lei criando sala especial no Pronto Socorro para atender as vitimas de violência, independente destas quererem ou não registrar queixa.

Vereadora Valdeniria confirma que de fato Cáceres realizou o maior evento em favor das mulheres com a presença da Maria da Penha. Propôs aos Nobres Pares que fizessem emenda no orçamento municipal para contemplar as propostas apresentadas na audiência pública. Solicitou emendas aos deputados Wilson santos e Leonardo para a construção da Casa de Apoio.

Presidente, vereador Rubens Macedo informou a todos que pretende devolver 100 mil reais ao Executivo para iniciar as obras da Casa Abrigo para atendimento dessas mulheres vítimas de violência.

Profª Jacy Proença, Secretária Geral da CSTM e Conselheira CDIR-OAB/MT, parabenizou o presidente da Casa pela iniciativa e propôs uma indicação coletiva



ALMT

Assembleia Legislativa

apresentando a necessidade da Casa Abrigo, como também de Emenda Coletiva ao Orçamento (LOA). Disse que esperava retornar à Cáceres para o lançamento da pedra fundamental e na inauguração da mesma. Agradece ainda a entrega do conjunto de leis referentes à mulher.

Desa Maria Erotides, Presidenta da CSTM, verificando não havendo mais nenhuma pessoa inscrita, agradece ao Presidente da Câmara Rubens Macedo, a vereadora Valdeniria pelo empenho na divulgação da audiência, às companheiras da CSTM que se disponibilizaram para participar e contribuir com os trabalhos.

Nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a audiência pública, cuja ata foi digitada e assinada por mim, Secretária Geral, Prof.^a Jacy Proença, às 17h45.

AUDIÊNCIA PÚBLICA EM RONDONÓPOLIS- 26/09/2019.





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de 2019, às 14 horas, no Auditório da Prefeitura de Rondonópolis, reuniram-se a Câmara Setorial Temática da Mulher-CSTM da Assembleia Legislativa de Mato Grosso com representantes dos Poderes Executivo Municipal, Legislativo, Judiciário e Sociedade Civil organizada para tratar em audiência pública do seguinte tema: Legislação e Políticas para combater a violência e promover os direitos humanos das mulheres.

A Mesa de abertura dos trabalhos foi composta pelas seguintes autoridades: Prefeito do município José Carlos do Pátio, Dep. Delegado Claudiney, Profª Jacy Proença, Secretária Geral da CSTM e Conselheira da CDIR- Comissão da Defesa da Igualdade Racial da OAB/MT; Presidente da Câmara Municipal, Ver. Cláudio da Farmácia; Ver. Adonias Fernandes; Ver. Orestes Miraglia; Drª Adriana Maria Ribeiro, Representante da Drª Maria Mazarelo, Juíza de Direito da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar da Comarca; Mariuva valentin, Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Srª Francislene Pereira-Pres. do Conselho Mun. da Criança; Rosimeire Teles Nunes, Representante do Movimento Negro de Rondonópolis; Sandra Raquel, Presidente da Associação de Mulheres de Rondonópolis e Região Sul; Srª Nilza, Presidente da Uramb- União Rondopolitana de Associações de Moradores de Bairro; Kelly Rezende, Presidenta do Grupo de Apoio a Travestis e Transsexuais de Rondonópolis; Mara Oliveira, representante da Delegacia da Mulher; Cacique Dalva, representante das Aldeias Tadarimana; Profª Sônia Monteiro, Representante da Unemat, campus Rondonópolis; Secretária Municipal de Receita, Erazilene e a Presidenta da Coder, Nívea Cabzolari.

O Prefeito José Carlos do Pátio deu as boas-vindas à Prof Jacy Proença e Equipe que a acompanha. Solicitou que estendesse os agradecimentos ao Dep. Wilson Santos, pelo qual depositava maior apreço. Relembrou a campanha de 2004, que o levou, inclusive, a deixar Rondonópolis para participar do processo eleitoral no segundo turno, pedindo voto para dois professores- Wilson e Jacy. Cumprimentou o Dep. Est. Delegado Claudinei e cada membro do dispositivo de autoridades e agradeceu a presença de todas as pessoas. Afirmou ser de extrema importância o tema a ser discutido. Passou em seguida a condução dos trabalhos à Profª Jacy Proença.

Prof Jacy Proença disse ser sempre uma satisfação retornar à Rondonópolis, cidade que tem muitos amigxs, a exemplo da Profª Vilma Oliveira, Profª Francileide, a Sandra Raquel, a Mariuva, o Vereador Adonias Fernandes e o próprio Prefeito; e que a cidade sempre a recebeu com muito carinho. Cumprimenta o prefeito, as autoridades e as pessoas que vieram participar da audiência pública. Justificou a



ausência da Presidenta da CSTM, Desa Maria Erotides Kneip. Apresentou a Dr^a Mayana Alves, Assessora parlamentar do Dep. Wilson Santos e Membro da CSTM, como também a Telma Reis, Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Cuiabá e Membro da CSTM. Registrou e agradeceu ao Tiego Poli Kiesque, também assessor do Dep. Wilson Santos. Logo depois falou do processo de Constituição da CSTM na ALMT pelo Dep. Wilson Santos e dos objetivos dela, bem como do Plano de Ações até a conclusão dos trabalhos. Na sequência passou a palavra ao Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara, Ver. Cláudio da Fármacia agradeceu a visita da Prof^a Jacy à Câmara Municipal fazendo a sensibilização e o chamamento para a audiência pública. Colocou a Câmara à disposição no que couber para o avanço das conquistas. Prof^a Jacy passou a palavra ao Dep. Est. Claudiney.

Dep. Delegado Claudiney falou da sua atuação em favor da mulher mesmo antes de se tornar deputado, levando palestras, material acerca da Lei Maria da Penha para as comunidades. Disse que vem apoiando a Sandra Raquel, Presidenta da Associação de Mulheres de Rondonópolis e Região Sul, destinando, inclusive, recursos via emenda parlamentar. Propõe que o Projeto Botão do Pânico funcione em todo o estado e não só em Várzea Grande. Vê a instalação da CSTM na ALMT como real possibilidade da Lei Maria da Penha vir a funcionar a contento. Colocou-se à disposição para participar das outras audiências públicas da CSTM. Prof^a Jacy passou a palavra à Mariuva.

Sr^a Mariuva, Presidenta do Conselho Municipal da Mulher, falou sobre a Lei Maria da Penha no que concerne a tipificação da violência e apresentou os dados da violência em Rondonópolis do período de janeiro de 2018 a agosto de 2019, quanto: Ocorrências contra a Mulher por faixa etária; 15 bairros com maior incidência de crimes contra a mulher; processos existentes na Vara Especializada; a produtividade em relação a sentenças no período; número de processos em andamento; notificações de violências; gráfico das ocorrências de violência sexual. Para finalizar apresentou as propostas a serem adotadas enquanto políticas públicas no município, quais sejam: 1- patrulha de atendimento à vítima de violência- Polícia Militar, Delegacia da Mulher e Programa VIVA da Secretaria da Saúde da cidade; 2- Delegacia da Mulher 24 horas; 3- Instalação da casa Abrigo; 4- Realização da V Conferência Municipal dos Direitos da Mulher, para a qual convida a Prof.^a Jacy Proença para conduzir os trabalhos.



ALMT
Assembleia Legislativa

Prof.^a Jacy Proença, antes de sua palestra sobre legislação e políticas públicas, parabenizou o Prefeito por ter reconhecido e valorizado as mulheres, entregando 08 secretarias, ou seja, 50% das secretarias estão na responsabilidade delas. Solidarizou-se com os familiares e amigos da Rosicléia Santos, 41 anos, assassinada por um colega de trabalho, vigilante, feminicídio. Agradeceu ao Dep. Claudiney pelo dado à Associação de Mulheres de Rondonópolis e Região Sul de MT, que tem uma presidenta comprometida, a Sandra Raquel. Faz a sua palestra e na sequência passa a palavra para o senhor Neção.

Senhor Neção, Presidente de bairro, fez uma análise da conjuntura desfavorável às mulheres em função do que se desenha na política nacional.

Prof.^a Vilma de Oliveira, sindicalista da educação, militante do Movimento Negro e de Mulheres, Ex. Deputada Estadual, colocou acerca da importância das mulheres ocuparem espaços de poder para o qual seria necessário serem candidatas efetivamente e não só virem a ser para atender o critério das cotas. Disse que o CMDM poderia levar essa discussão para os bairros.

Senhora Nilza, liderança comunitária disse que falar sobre o empoderamento das mulheres passa necessariamente pelo apoio de uma mulher a outra e romper com a máxima de que mulher não vota, não elege mulher. Falou ainda da necessidade de formar efetivamente a Rede de Enfrentamento.

Francislene, Representante do Movimento Negro, propôs a produção de material com caráter didático-pedagógico (jornal, panfleto, cartilha) sobre a violência contra a mulher a ser elaborado para as comunidades, contemplando a questão da diversidade – mulheres negras, indígenas, trans., urbanas, rurais), através de mulheres qualificadas e preparadas para elaborar e atuar nesses diversos espaços; defendeu também uma delegacia 24 horas.

Senhora Edinéia, liderança comunitária, presidente de bairro, disse que faltavam políticas públicas preventivas em relação a violência, a exemplo da Casa Abrigo para mulheres. Propôs também que cada bairro ao ser criado deveria ser obrigatório ter um Núcleo de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, se não pelo menos em cada região da cidade. Disse ver a necessidade de conscientizar sobre as outras formas de violência para além da violência física.



ALMT
Assembleia Legislativa

Secretário Paulo, Secretário de Habitação, falou que o Prefeito tomou providências imediatas enquanto transcorria a audiência para conseguir a escritura do imóvel, número 10.226, onde será implantada a Casa Abrigo.

Ana Paula, professora da Secretaria de Educação chamou a atenção de todos em relação ao momento ímpar, onde todas as secretarias estão elaborando as diretrizes, atendendo a BNCC- Base Nacional Comum Curricular, que é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Disse ser importante a medida que enfrentar a violência passa necessariamente em suplantar a cultura de violência por uma cultura de paz e que a educação precisava trabalhar essa questão no currículo.

Shirlene, Representante da Unemat, falou da sua preocupação em relação ao assédio moral e sexual de um modo geral, mas principalmente nos campos da universidade. Vê a necessidade de se trabalhar mais acerca desse tipo de violência.

Maria José, Assistente Social do CRAS, relatou o trabalho que desenvolve de acolhimento e acompanhamento às mulheres mães que sofreram violência sexual e que atua também com o Projeto Feliz Criança, onde já atendeu 80 mães, das quais 03 gestantes vêm ainda sofrendo agressões.

Aurinetes Amorim, Presidenta do Sindicato de Bares e Restaurantes de Rondonópolis e Região Sul, falou ser a única presidenta da categoria em todo o país. Disse ser uma categoria muito discriminada por atuar principalmente na noite, pois sempre julgam que estamos à disposição para qualquer coisa, inclusive para os caprichos sexuais. Disse ainda que a categoria sofre muito, pois nunca tem com quem deixar seus filhos, pois se pensa em creches sempre para o dia e não para a noite. Pediu uma política pública que contemplasse às mães trabalhadoras na noite, colocado pelo menos uma creche no período noturno.

Hélida Rafaela, profissional da saúde, cobrou uma política pública no sentido de conscientizar, trabalhar a autoestima das mulheres para que elas se aceitem da forma que são e, assim, frear, impedir o avanço da ditadura da beleza, que tem debilitado, escravizado muitas mulheres.

Daiane, da equipe da Coder, falou que as mulheres precisam ser mais amparadas a hora da denúncia e para isso as equipes de atendimento na delegacia precisam estar mais qualificadas.



ALMT

Assembleia Legislativa

Denize, Psicóloga, falou do seu trabalho com as crianças das famílias em lares violentos.

Edna Soares, profissional da saúde, falou acerca do Pavi- Programa de Atenção à Vitima de Violência da Polícia Federal. Desenvolvem um trabalho conjunto- Polícia federal, Saúde e Assistência Social. Faz o acompanhamento domiciliar. Informou que dia 01/10 ocorrerá uma reunião para realinhamento desse projeto.

Profª Jacy concedeu a palavra à Mayana para suas saudações e para Telma Reis, integrantes da CSTM, momento em que ambas manifestaram o contentamento de estar atuando na CSTM, oportunidade de ensinar, trocar as experiências e conhecer melhor a realidade e aprender com as pessoas, principalmente nas audiências públicas.

Nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a audiência pública, cuja ata foi digitada e assinada por mim, Secretária Geral, Prof.ª Jacy Proença

AUDIÊNCIA PÚBLICA BARRA DO GARÇAS- 18/10/2019.





ALMT

Assembleia Legislativa

Aos dezoito dias do mês de outubro de 2019, às 14 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Barra do Garças, reuniram-se a Câmara Setorial Temática da Mulher- CSTM da Assembleia Legislativa de Mato Grosso com representantes dos Poderes Executivo Municipal, Legislativo, Judiciário e Sociedade Civil organizada para tratar em audiência pública do seguinte tema: Legislação e Políticas para combater a violência e promover os direitos humanos das mulheres.

A Mesa de abertura dos trabalhos foi composta pelas seguintes autoridades: Presidente da Câmara, Vereador João Rodrigues; Vice-Prefeito Wellinton Marcos; Profª Jacy Proença, Sec. Geral da CSTM e Conselheira da Comissão da defesa da Igualdade Racial da OAB-MT; Drª Glaucia Amaral, Procuradora do Estado, Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e Membro da CSTM; Telma Reis, Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Cuiabá e Membro da CSTM; Drª Mayana Alves, Assessora do Dep. Wilson Santos e Membro da CSTM; Senhora Andréia Guiria, Presidenta da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; Cristiane Macedo do Conselho Municipal da Mulher de Barra do Garças; Sec. Ida Madalena, Secretária de Ação Social; Vereador e representante da Unemat Gustavo Nolasco.

O Presidente da Câmara e Vice-Prefeito deram as saudações de boas-vindas e declararam aberta a audiência pública e passaram a condução dos trabalhos à Profª Jacy Proença, que de imediato agradeceu a acolhida pelos poderes constituídos do município e a presença de todas as pessoas.

Profª Jacy Proença justificou a ausência da Presidenta da CSTM, Desa Maria Erotides e abordou o processo de constituição pelo Dep. Wilson Santos e os propósitos para os quais foi criada a CSTM e esclareceu que as audiências públicas têm sido utilizadas enquanto estratégia de proximidade e interlocução com as bases, sentindo e levantando in loco a realidade, as demandas e as prioridades de cada região. Falou ainda das ações a serem desenvolvidas pela CSTM, destacando o encontro de mulheres indígenas. Em seguida passou a palavra a cada componente da mesa para as saudações e breves considerações acerca do tema em pauta. Em seguida concedeu a palavra à Drª Gláucia Amaral.

Drª Gláucia Amaral tratou sobre a importância da Lei Maria da Penha e dos organismos de controle, a exemplo dos Conselhos, como também acerca dos direitos das mulheres.



ALMT

Assembleia Legislativa

Profª Jacy Proença abordou o tema legislação e políticas públicas, apresentando alguns exemplos, propostas. Abriu, logo após, para que as pessoas presentes se inscrevessem para uso de fala.

Andréa Guiria, da rede de Enfrentamento colocou sobre a necessidade de se intensificar as atividades nas escolas e comunidades; de fortalecer a Patrulha Maria da Penha e de capacitar os agentes de segurança pública. Disse anseia: 1- pela efetividade de Termo de Cooperação para beneficiar a Rede de Enfrentamento com recursos; 2- Que as investigações comecem com o olhar de feminicídio e aí, após as investigações se chegar a conclusão que não é, então ao contrário, que já se descarta de imediato a possibilidade. Informa que já conseguiram trazer a Maria da Penha para falar sobre a lei e lotaram o ginásio de esportes. Disse ainda que o trabalho em rede já ganhou dimensão inesperada e acabaram recebendo prêmio internacional pelo trabalho realizado e colocava-se à disposição da CSTM para compartilhar a experiência.

A Secretária Ida Madalena disse que já vem desenvolvendo algumas ações junto a juventude, criando, inclusive grupo de Teatro que desenvolveu duas peças, abordando os temas: 1- Combatendo a violência contra a criança e o adolescente; 2- Suicídio e que os próximos serão: Violência contra a mulher e violência contra o idoso.

Valdineia, assistente social na cadeia pública e aluna de Direito na Univar. Falou sobre os vários tipos de violência e origem, a exemplo dos filhos contra as mães; cerceamento de liberdade do pai em relação a mãe. Disse que precisava ter intervenção nos diversos casos de violência e que não deveríamos nos envergonhar em relação a isso. Em seguida Profª Jacy passou a palavra para Telma Reis.

Telma Reis, Presidenta do CMDM de Cuiabá reiterou a importância dos conselhos enquanto espaço de discussão e formulação de políticas públicas. Falou também que pelo fato de não ser delegacia, muitas mulheres vítima de violência a procuram para compartilhar as suas dores, situação que lhe possibilita orientá-las e trabalhar a sua autoestima até se encorajarem a tomar atitudes, inclusive a de denunciar.

Mayana Alves, assessora do Dep. Wilson Santos e membro da CSTM agradece ao dep Wilson Santos e a profª Jacy Proença pela oportunidade de estar realizando esse trabalho junto de pessoas que ela sempre admirou e lhe serviu de referência



ALMT
Assembleia Legislativa

enquanto pessoa e profissional. Como todas que a antecederam julga as audiências públicas importantes para tomada de consciência e atitude.

Presidente da Câmara, Ver, João Rodrigues falou da importância das audiências públicas que tem ajudado modificar a forma de se ver e de se comportar no mundo, levando à mudança de postura, a começar pela mudança de dentro da nossa casa, concluiu.

Ver. Gustavo Nolasco falou sobre a sua mãe Luciene Cândida Mendes, responsável sobre a saúde das mulheres indígenas e propõe Barra do garças sediar o Encontro de Mulheres na Comunidade Xavante. Disse ainda que gostou muito da audiência, pois enquanto ouvia tudo foi revendo as suas atitudes em relação a mulher e descobriu que muitas coisas que fazia era de um machista e que a partir daquele momento iria pensar e agir diferente. Colocou-se à disposição da CSTM da Rede de Enfrentamento para o que fosse necessário.

Cacique Edmundo, Aldeia São Francisco falou que essa questão de violência não faz parte da cultura indígena. Isso veio de fora para dentro das aldeias. A terra dá tudo de bom para nós, tudo que precisamos, A mulher é casa, é morada, é berço, é origem que acolhe. Disse: “A palavra da mulher é sagrada. É como a terra”. Defendeu que o encontro de mulheres indígenas seja em Barra do Garças, na Aldeia Xavante.

Profª Jacy Proença agradece mais uma vez ao Presidente da Câmara pela acolhida, envolvimento na realização da audiência e pela entrega do conjunto de leis referente a mulher; agradece as pessoas participantes e disse que espera retornar para ver o quanto Barra do Garças já avançou na questão dos direitos humanos das mulheres, após esse dia. Falou ainda que pretende convidar a Rede de Enfrentamento para participar de reunião da CSTM em Cuiabá, e que pretende retornar ao município para ver os avanços a partir desse momento, concluiu.

Nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a audiência pública, cuja ata foi digitada e assinada por mim, Secretária Geral, Profª Jacy Proença, às 17 horas.



ALMT

Assembleia Legislativa

AUDIÊNCIA PÚBLICA EM VÁRZEA GRANDE- 07/11/2019.





ALMT

Assembleia Legislativa

Aos sete dias do mês de novembro de 2019, às 14 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Várzea Grande, reuniram-se a Câmara Setorial Temática da Mulher-CSTM da Assembleia Legislativa de Mato Grosso com representantes dos Poderes Executivo Municipal, Legislativo, Judiciário e Sociedade Civil organizada para tratar em audiência pública do seguinte tema: Legislação e Políticas para combater a violência e promover os direitos humanos das mulheres.

A Mesa de abertura dos trabalhos foi composta pelas seguintes autoridades: Vereador Fábio Tardin, Presidente da Câmara de Várzea Grande; Prof^a Jacy Proença, Secretária Geral da CSTM/ALMT, Conselheira da Comissão da Defesa da Igualdade Racial da OAB-MT, Ex Vice-Prefeita de Cuiabá; Dr^a Flávia Moretti, Presidenta da OAB/Subseção Várzea Grande e representante da rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do município; Vereador Miguel Baracat Neto, Vereadora Gisele (Giza) Aparecida Barros, Vereador Carlos Garcia; Dr^a Rosana Leite, Defensora Pública e Relatora da CSTM; Dr^a Lindinalva Rodrigues, Promotora de Justiça e Membro da CSTM; Dr^a Clarissa Lopes, Presidenta da Comissão dos Direitos da Mulher OAB-MT e Membro da CSTM.

O Presidente da Câmara, Vereador Fábio Tardin deu as boas-vindas a todas as pessoas e disse que disponibilizava a Câmara de Várzea Grande para o que fosse necessário em função do trabalho que estava sendo desenvolvido em favor das mulheres. Ressaltou ainda que gosta muito das mulheres, em especial da sua mãe e esposa. Agradeceu o fato da CSTM ter escolhido o município de Várzea Grande para realizar uma das audiências. Declarou aberto o trabalho e transferiu a condução do mesmo à Prof.^a Jacy Proença.

Prof.^a Jacy Proença inicia agradecendo ao Presidente da Câmara pela acolhida e a presença de todas as pessoas, demonstrando interesse e comprometido com a questão em pauta. Justificou a ausência da Presidenta da CSTM, Desa. Maria Erotides e abordou o processo de constituição pelo Dep. Wilson Santos e os propósitos para os quais foi criada a CSTM na ALMT; esclareceu que as audiências públicas têm sido utilizadas enquanto estratégia de proximidade e interlocução com as bases, sentindo e levantando in loco a realidade, as demandas e as prioridades de cada região. Falou ainda das ações a serem desenvolvidas pela CSTM, destacando o encontro de mulheres indígenas. Em seguida passou a palavra a cada componente da mesa para as saudações e breves considerações acerca do tema em pauta. Em seguida concedeu a palavra a todas as pessoas da mesa.



ALMT

Assembleia Legislativa

Falaram ainda pela CSTM a Dr^a Clarissa Lopes, Dr^a Lindinalva Rodrigues, Dr^a Rosana Leite, que abordaram os temas referentes à Lei Maria da Penha, a legislação e as contribuições da CSTM junto à Câmara Federal, o trabalho em Rede para o enfrentamento à violência doméstica e familiar em relação à mulher, atuações dos órgãos de controle e atuação das delegacias, defensorias, etc. Prof.^a Jacy Proença abordou acerca das políticas públicas e o que se poderia fazer para se avançar na garantia de direitos às mulheres. Antes de passar a palavra aos demais presentes na plenária registrou ainda que estiveram presentes pela CSTM a Dr^a Eliane Lima Bakairi, Assessora da Federação dos Povos Indígenas de MT; a Dr^a Jozyrleth Criveletto, Delegada da Mulher e Eunice Ramos, jornalista e a Dr^a Mayana Alves, Assessora do Dep. Requerente, Dep. Wilson Santos e Dr. Willian Moraes e Tânia Arantes, Assessores da Dep. Janaina Riva.

Fizeram uso da fala a vereadora e vereadores presentes; a Dr^a Marlene Anchieta Vieira, Psicóloga, Luizangela Ramo Lino, Assistente Social e Dr^a Kátia Simone Araújo Silva, que atuam no Programa de Justiça em Estações Terapêuticas e Preventivas do Juizado Especial Criminal e da Fazenda Pública de Várzea Grande; o Delegado Cláudio Alvares Santana da Delegacia Especializada da Mulher; Tem. Cel. PM Sízano do 2º Comando Regional de Várzea Grande; Dr^a Karina da Luz Nunes, representante da ONG Lírios que dá atendimento psicológico à irmãs ofendidas em seu sentimento; a artista Sônia Mazetto, representante da BPW; A Guarda Municipal Sirlei Salete, Coordenadora da Patrulha Maria da Penha e da rede de Enfrentamento, como também do Conselho municipal dos Direitos da Mulher. Após cada participante relatar a realidade da mulher no município e a atuação em relação a violência contra a mulher; e os vereadores e vereadora terem assumido o compromisso com a causa, formulando leis que venham contribuir com a garantia dos direitos às mulheres, **foram apresentadas as principais demandas e destacadas as prioridades, quais sejam:** 1- transporte gratuito às mulheres vítimas de violência e na busca de organismos de denúncia, prevenção e capacitação; 2- Instalação de uma unidade do IML no município, evitando, assim, o deslocamento da vítima à capital para exame de corpo de delito, o que muitas deixam de fazê-lo e obter a produção de provas. O que ocorre às vezes por falta de condições até mesmo de pagar o transporte coletivo; 3- Estruturação mais adequada da Delegacia para a mulher fazer a denúncia e 4- Destinação de recursos à Rede de Enfrentamento na LOA, havendo comprometimento da parte da vereadora e dos vereadores presentes.



ALMT
Assembleia Legislativa

Profª Jacy Proença agradece mais uma vez o Presidente da Câmara, Ver. Fábio Tardin pela acolhida e entrega das leis referentes à mulher; agradece a todas as pessoas que participaram, dizendo que pretende voltar ao município e observar os avanços frente às propostas que foram apresentadas.

Nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a audiência pública, cuja ata foi digitada e assinada por mim, Secretária Geral, Profª Jacy Proença, às 17 horas.



ALMT

Assembleia Legislativa

FOTOS





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa



Aqui colocar algumas matérias publicadas sobre o trabalho da CSTM



ALMT
Assembleia Legislativa

MULHERES HOMENAGEADAS

Rose Marie Muraro – homenageada dia 08/07/2019 pela professora Vera Bertoline



Rose Marie Gebara nasceu no Rio de Janeiro em 11 de novembro de 1930. Casou-se com Aldo Muraro e teve cinco filhos. Diplomada em física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, nunca exerceu a profissão. Mas foi ao estudá-la que Rose começou a refletir sobre a tecnologia e o papel das mulheres para humanizar esta questão – e assim o feminismo entrou em sua vida. Desde jovem, escrevia para jornais estudantis. Em 1960, começou a trabalhar na União Católica de Imprensa, na Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Em 1961 foi para a Editora Vozes de Petrópolis, como responsável pela organização do catálogo de livros nacionais. Ligada aos setores progressistas da Igreja Católica, Rose foi responsável, na Vozes, pela publicação de inúmeros títulos oriundos desses setores em pleno regime militar. Entre 1965 e 1967, fundou a Editora Forense Universitária, da qual foi diretora editorial; publicou *Automação e o futuro do homem*.

A partir de 1969, assumiu o cargo de editora-chefe da Vozes, continuando, ao mesmo tempo, sua profissão de escritora. Em 1970, publicou *Libertação sexual da mulher*, *As mais belas orações de todos os tempos* e *As mais belas orações do nosso tempo*, este em parceria com frei Raimundo Cintra. Estes livros venderam, até 1997, cerca de 200 mil exemplares.

Em 1971, promoveu a vinda ao Brasil da escritora feminista norte-americana Betty Friedan. A passagem de Betty pelo Rio de Janeiro teve uma enorme repercussão; ficou na história do feminismo a antológica entrevista de Rose sobre os escritos de Betty Friedan no jornal *Pasquim*, símbolo da resistência ao regime militar. A matéria



ALMT

Assembleia Legislativa

com Rose Marie publicada em suas páginas popularizou o debate sobre a condição feminina, apesar da atitude machista de seus jornalistas no tratamento da entrevista.

A palavra e os escritos de Rose Marie Muraro reacenderam a chama da luta pela igualdade de direitos da mulher no país. Em 1975, Rose foi membro fundador do Centro da Mulher Brasileira (CMB), entidade pioneira do novo feminismo no Brasil.

Como represália às atitudes políticas de Rose Marie, os militares censuravam seus livros como pornográficos, apesar dos mesmos estarem sendo adotados em universidades. Nesses anos começou sua carreira de conferencista nacional e internacional, já tendo visitado mais de uma vez todos os estados brasileiros, fazendo palestras e conferências sobre a condição feminina. Sua autoridade intelectual sobre o assunto foi consolidada com a publicação, em 1983, do livro *A sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*. Durante seis meses na lista dos mais vendidos, foi tema de mais de 60 reportagens na imprensa nacional.

Com a criação, em 1985, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Rose Marie foi nomeada uma de suas conselheiras. Ainda em 1985, escreveu, junto com outros teólogos, *Sexualidade, libertação e fé: por uma erótica cristã*. No ano seguinte foi expulsa da Editora Vozes, junto com frei Ludovico de Castro e frei Leonardo Bofe, devido a suas posições avançadas sobre política e sexualidade. Continuou o trabalho de livreira, fundando, em 1986, a editora Espaço e Tempo, onde ficou até 1988. Depois, junto com Laura Civita, Neuma Aguiar, Ruth Escobar* e a Editora Record fundaram, em 1990, Rosa dos Tempos, primeira editora de mulheres do Brasil, considerando-se que a experiência da Avenir Mulher Edições teve curta duração.

Rose Marie disputou duas vezes uma cadeira na Câmara Federal, mas não chegou a se eleger. A primeira, em 1986, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e a segunda, em 1994, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). De sua primeira experiência como candidata, publicou um livro relatando a dificuldade para a atuação das mulheres no espaço político, intitulado *Os seis meses em que fui homem* (1990). Em 1966, recebeu a Medalha Tiradentes (Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro) e, em 1987, a Medalha de Ouro Alvorada (Governo Federal). Foi indicada nove vezes como Mulher do Ano e, em 1990, a revista *Desfile* a relacionou como uma das mulheres do século XX. Em 1994, foi a Intelectual do Ano escolhida pela União Brasileira de Escritores.

Seu livro mais recente, de 1999, é *Memórias de uma mulher impossível*.

Fonte: Livro Dicionário Mulheres do Brasil



ALMT
Assembleia Legislativa

Amini Haddad – homenageada dia 15/07/2019 pela neta Amini Haddad Campos

AMINI HADDAD



Amini Haddad nasceu em 18 de dezembro de 1924, e faleceu, aos 91 anos de idade, em 02 de junho de 2016. Filha de Josephina Schuring Haddad (de ascendência alemã) e Selim Mussa Haddad (Sírio-libanês), bem como neta do Engenheiro Máximo Schuring (alemão). Este último, foi o responsável pela construção do Forte do Porto (hoje SESC Arsenal, em Cuiabá-MT).

Uma mulher pioneira, com o diferencial de ter rompido barreiras significativas vivenciada por mulheres, principalmente pela cultura árabe comumente enfatizada na convivência com seus irmãos e tios. Atingiu o ápice dos cargos públicos e de funções de destaque do Tribunal de Contas da União ao participar de concurso público nacional, de provas e títulos.



ALMT

Assembleia Legislativa

Mulher de grande atuação profissional, sempre foi reconhecida pela sua dedicação, honradez, competência e exigência na administração orçamentária do Estado, este ainda uno. Foi Inspetora do Tribunal de Contas da União, Delegada do Tribunal de Contas da União no Estado de Mato Grosso e Secretária Regional de Contas do TCU, com delegação no Estado de Mato Grosso, por dezenas de anos. Seu pioneirismo foi confrontado inúmeras vezes, visto que, à época, a legislação vigente proclamava a submissão ao marido, com exigência de autorização do esposo para o desenvolvimento de atividade laboral da mulher (CC/1916), mas seu marido já havia morrido e seu pai também (este, enterrado no Líbano). Recebeu diversas congratulações e honrarias em razão de sua gestão, com manifestações de reconhecimento de Ministros-Presidentes dos Tribunais de Contas da União, em âmbito Nacional. As referidas manifestações, seguem inseridas como informativo às consultas, visto que foram publicadas, em Brasília, com circulação via Diário Oficial da União.

Foi casada com Antônio de Siqueira Campos e teve apenas um filho, Zamil. Este, pois, casou-se com Misudy, Filha de Esmeralda Pires do Carmo e de Antônio Manoel do Carmo. Assim, advieram-lhe dois netos (Amini Haddad Campos e Jamilson Haddad Campos, ambos Juízes de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso).

Amini Haddad auxiliou inúmeras famílias carentes e os locais de orfanato de Mato Grosso, bem como era assídua frequentadora da Igreja do São Gonçalo. Também auxiliou dezenas de crianças sem lar, com a guarda provisória destas. Iniciou atividade de construção na capital. Com tal empreendedorismo comumente reconhecido em seu sangue Sírio-Libanês, construía, reformava e, posteriormente, revendia os referidos imóveis.

Com tantas ações empreendidas tanto no setor público como na atividade imobiliária e assistencial, contribuiu, e muito, para o desenvolvimento (social e humano).

Participou de várias associações, sendo uma das pioneiras do Clube Monte Líbano e do Clube Dom Bosco. Casou-se, novamente, com Moacir Ferreira dos Santos, no dia 23 de setembro de 1964, com quem permaneceu até o final de seus dias. Na década de 70 sofreu um grave acidente, quando um caminhão a atropelou e passou por cima de suas pernas. Entre a vida e a morte, lutou para sobreviver e, mesmo com a determinação de amputação de suas pernas, desafiou os médicos e assinou termo de responsabilidade para sair do Hospital. Alguns meses depois, foi submetida a várias cirurgias, para colocação de ferros e pinos, passando-se, assim, à substituição dos ossos. Mesmo com a deficiência decorrente do acidente, não deixou de trabalhar e desenvolver suas atividades com maestria e dedicação, na qualidade de Delegada Regional de Contas do Tribunal de Contas da União. Isso



ALMT

Assembleia Legislativa

potencializou um grande número de pessoas que a reconheciam pela dimensão de sua força espiritual. Com o passar dos anos e com a idade avançada, sua mobilidade foi prejudicada significativamente, motivo pelo qual se aposentou.

Mesmo por anos permanecendo, em sua residência, no Bairro Bandeirantes, entre uma cama e uma cadeira de rodas, com restrita mobilidade, ainda influenciava pessoas e se mantinha com uma energia desmedida para auxiliar e aconselhar todos que a buscavam, recebendo dezenas de conhecidos, amigos e admiradores, até os últimos dias de sua vida. Por ter e demonstrar uma fé fervorosa, nunca deixou de acreditar na potência do humano e, assim, foi uma das maiores responsáveis pelo encorajamento de diversos profissionais e autoridades do Estado que, então, buscaram seus conselhos e orações. Em um dos registros publicados, afirmou: ***“Todos os dias, tenho duas escolhas a fazer: alegrar-me, pois tenho o maior de todos os tesouros - a vida; ou desencorajar-me, sucumbindo a uma morte antecipada. Eis que sempre faço a mesma escolha e me alegro diante dela. Deus foi bondoso ao me mostrar, todas as manhãs, um sol estonteante em um infinito azul. Eis que tenho uma renovação da minha alma, mesmo diante de tormentosas expectativas”***.

FONTES:

Arquivo Público.Tribunal de Contas da União (período 1955 a 2000).

Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Acesso em 20 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&pesq=Amini%20Haddad>.

Diários Oficiais da União e Registros Públicos da União. Acesso em 20 de janeiro de 2019. Disponível em:

1. file:///C:/Users/7227/Downloads/ATA_08-1970%20(1)
2. file:///C:/Users/7227/Downloads/ATA%2048-1973%20(1)
3. file:///C:/Users/7227/Downloads/ATA%2082-PLEN%C3%81RIO%20(2)



ALMT

Assembleia Legislativa

Myrtes Gomes de Campos- homenageada dia 12/08/2019 por Clarissa Lopes Maluf



No antigo Palácio da Justiça conhecemos as histórias da Justiça fluminense não apenas pela suntuosidade de seus salões, seus belos vitrais e pinturas murais estampadas pelas paredes, mas também, por meio da memória das pessoas que por ali passaram. Entre elas, encontramos Myrthes Gomes de Campos, a primeira mulher a exercer a advocacia no Brasil e que, de 1924 até a sua aposentadoria, em 1944, exerceu o cargo de encarregada pela Jurisprudência do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, que funcionou no antigo Palácio, de 1926 até 1946. Além de funcionária da Justiça ela foi, também, a primeira mulher advogada a ingressar no antigo Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, atual Instituto dos Advogados do Brasil.

Myrthes nasceu em Macaé, Norte-Fluminense, em 1875 e, desde cedo, mostrou gosto pelo aprendizado das leis. Na época, porém, era impensável que uma mulher construísse uma possibilidade de existência fora do casamento. Sua família ficou escandalizada quando a jovem expressou o desejo de ir para a Capital, ingressar na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e seguir a carreira de advogada. Concluiu o bacharelado em Direito em 1898, mas, devido às fortes discriminações, apenas em 1906 conseguiu ingressar no quadro de sócios efetivos do Instituto dos Advogados do Brasil, condição necessária para o exercício profissional da advocacia.

Em 1899, data da sua primeira tentativa de ingresso nesse Instituto, Myrthes foi orientada a candidatar-se como estagiária, já que os estatutos da casa destinavam vagas dessa categoria para os advogados formados há menos de dois anos. E, em 6 de julho de 1899, a Comissão de Justiça, Legislação e Jurisprudência pronunciou-se a seu favor, considerando que: "[...] não se pode sustentar, contudo, que o casamento e a maternidade constituam a única aspiração da mulher ou que só os cuidados domésticos devem absorver-lhe toda atividade; [...] Não é a lei, é a



ALMT

Assembleia Legislativa

natureza, que a faz mãe de família; [...] a liberdade de profissão é como a igualdade civil da qual promana, um princípio constitucional; [...] nos termos do texto do art. 72, § 22 da Constituição o livre exercício de qualquer profissão deve ser entendido no sentido de não constituir nenhuma delas monopólio ou privilégio, e sim carreira livre, acessível a todos, e só dependente de condições necessárias ditadas no interesse da sociedade e por dignidade da própria profissão; [...] não há lei que proíba a mulher de exercer a advocacia e que, importando essa proibição em uma causa de incapacidade, deve ser declarada por lei [...]" (Revista IOAB, 6 jul. 1899).

No entanto, mesmo com esse parecer, apenas em 1906, esse Instituto aceitou-a de forma plena em seus quadros. Sua filiação foi aprovada em assembleia com 23 votos a favor e 15 contra. Nesse mesmo ano de 1899, Myrthes teve uma chance de atuação como defensora no Tribunal do Júri. Era a primeira vez que uma mulher entraria em um Tribunal de Justiça exercendo a profissão de advogada. O fato, totalmente inusitado para a época, foi amplamente noticiado nos jornais. Durante o julgamento, com a plateia lotada para assistir a atuação da primeira advogada brasileira, Myrthes surpreendeu o juiz, os jurados e até o réu com o seu profundo conhecimento do Código Penal e, sobretudo, pelo seu poder de argumentação. Ela venceu o promotor até então considerado imbatível e conseguiu a absolvição do réu.

Em seu discurso de abertura dos trabalhos de defesa, Myrthes tratou de reafirmar a importância histórica de sua atuação. "[...] Envidarei, portanto, todos os esforços, afim de não rebaixar o nível da justiça, não comprometer os interesses do meu constituinte, nem deixar uma prova de incapacidade aos adversários da mulher como advogada. [...] Cada vez que penetrarmos no templo da justiça, exercendo a profissão de advogada, que é hoje acessível à mulher, em quase todas as partes do mundo civilizado, [...] devemos ter, pelo menos, a consciência da nossa responsabilidade, devemos aplicar todos os meios, para salvar a causa que nos tiver sido confiada. [...] Tudo nos faltará: talento, eloquência, e até erudição, mas nunca o sentimento de justiça; por isso, é de esperar que a intervenção da mulher no foro seja benéfica e moralizadora, em vez de prejudicial como pensam os portadores de antigos preconceitos." (O País, Rio de Janeiro, p. 2, 30 set. 1899).

Sua presença no Tribunal era sempre um grande evento, reunindo curiosos e provocando o debate acalorado sobre a atuação da mulher na sociedade. O criminalista Evaristo de Moraes (1871-1939) referia-se a ela como "[...] pequenina e vivaz, dominando logo pela sua agudeza de espírito e a amenidade do trato" (MORAIS, 1983, p. 121).

Myrthes também se dedicou profundamente aos estudos jurídicos. Foi colunista efetiva do Jornal do Commercio, responsável pelo preparo das matérias judiciais e



ALMT
Assembleia Legislativa

assinou artigos em jornais e periódicos especializados, como a Revista do Conselho Nacional do Trabalho, a Folha do Dia e a Época, as duas últimas dirigidas pelo advogado Vicente Piragibe. Foi autora, também, de importantes obras no campo da jurisprudência, destacando-se os seguintes trabalhos: Justificação de uma emenda ao artigo 4 do projeto criando a Ordem dos Advogados (1914), O Direito ao aborto (resposta à questão formulada pelo dr. Leonídio Filho: É lícito provocar o aborto nas mulheres válidas na guerra?) (1915), Voto feminino e serviço militar (1929), O voto feminino e os fundamentos de uma sentença (1929), O voto feminino. A propósito da decisão da Junta de Recursos Eleitorais do Estado do Rio de Janeiro (1929), Voto Feminino e a jurisprudência (1930), A propósito da mulher jurada. Decisões divergentes (1930), Clovis Beviláqua e a emancipação jurídica da mulher (1932), Código Eleitoral, voto feminino e direito da família (1933) e Os advogados brasileiros e a advocacia feminina (1937).

Fonte: site do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Juíza Débora- homenageada dia 02/09/2019 por Jozirlethe Magalhães Criveletto



Ilustração de Débora como Conselheira do povo



ALMT

Assembleia Legislativa

DÉBORA – UMA JUÍZA ILÚSTRE

DÉBORA, nome que em hebraico significa “abelha”. Foi descrita como “uma abelha em tempos de paz e uma vespa em tempos de guerra”. Era uma dona de casa, que vivia na Região Montanhosa de Efraim, entre Ramá e Betel, era profetisa quando foi escolhida para servir sua nação. Foi a sétima Juíza em Israel.

Como não pertencia a uma linhagem aristocrática, é identificada apenas como “mulher de Lapidote”. Entretanto, Débora foi a única mulher das Escrituras a ocupar um cargo político elevado por escolha do seu próprio povo liderando os israelitas contra o domínio de Canaã, por volta do século XII a.C.

Apesar de suas responsabilidades domésticas provavelmente terem ficado em segundo plano durante seu serviço ao país, antes de tornar-se juíza, ela referiu-se a si mesma como “mãe em Israel”. Não vem ao caso se essa é uma referência à relação com seus próprios filhos ou uma expressão de maternidade espiritual para com todos os filhos e filhas de Israel.

Em uma nação espiritualmente carente, caracterizada pela rejeição de Deus e por uma atitude geral, em que cada um fazia como lhe achava melhor ou mais reto, pois não havia rei em Israel, Débora desponta, em primeiro lugar como conselheira.

A Bíblia relata que ela exercia sua liderança à sombra de uma palmeira próxima a sua casa, discutindo e sugerindo soluções a pessoas com problemas. O sistema judicial estava corrompido; o exército era impotente para defender as fronteiras do país; o sacerdócio de sua nação, outrora teocrata não tinha mais nenhuma expressão, não era mais possível levar uma vida normal. É nesse contexto, que Débora se torna Juíza em Israel e, mais que isso, uma libertadora de seu povo em tempos de guerra.

O que aconteceu naqueles dias: Após a morte do Juiz Eúde, o povo de Israel tornou a pecar contra Deus e por isso Ele os entregou nas mãos de Jabim, o Rei de Canaã. Por vinte anos, Israel esteve sob o jugo de Canaã sendo violentamente oprimido por Sísera, capitão do exército de Jabim, e que contava com uma frota de carros de ferro que o tornava invencível para Israel.

Diante dessas circunstâncias, Débora então, convocou Baraque, da tribo de Naftali, na fronteira norte, e ordenou que ele recrutasse um exército de dez mil homens de sua própria tribo e da tribo vizinha, de Zebulom.



ALMT
Assembleia Legislativa

Porém, ao ouvir o conselho de Débora, Baraque hesitou, insistindo que ela o acompanhasse no cumprimento dessa tarefa, provavelmente, porque ela era Juíza, profeta e sua presença com certeza seria capaz de inspirar confiança nos homens escolhidos para a guerra. Mas, POR ESSE PEDIDO Baraque perdeu a honra de matar o inimigo de Israel (Sísera), e Débora então profetizou que essa honra seria dada a uma mulher, como realmente aconteceu.

Além de participar do processo de formação do exército, Débora também foi quem sugeriu a estratégia a ser utilizada para a batalha.

No passado, Deus havia falado por meio de Moisés e Josué, e naquele momento, Deus estava falando por meio de Débora.

Deus a ajudou enviando uma tempestade violenta (Jz 5:4) e numa reconstituição em menor escala que a ocorrida na travessia do Mar Vermelho, as carruagens inimigas com seus cavalos atolaram na lama.

A destruição do poder cananeu foi immortalizada por Débora e Baraque em um exemplo da mais refinada poesia hebraica – um cântico de louvor a Deus descrevendo os acontecimentos que deram vitória ao povo.

Débora, como uma grande líder, demonstrou sua capacidade de tomar decisões para salvar sua nação das dificuldades. E, como líder respeitada, motivou o povo, delegou tarefas e, ao final, mostrou ter um coração de serva e louvou ao Senhor. Sua compaixão foi despertada pelas atrocidades sofridas por seu povo e, assim, se dispôs a fazer sua parte e recebeu vitória ao confiar em Deus, inspirando outros ao seu redor a terem essa mesma confiança.

Após a libertação a terra descansou durante quarenta anos. Não nos é dito o que fez Débora nos assuntos de seus pais durante esse período de paz, mas é provável que sua influência tenha aumentado por ter seu nome ligado para sempre a tão glorioso evento.

(Texto Adaptado do Tópico: DÉBORA – Uma Juíza Ilustre – Juízes 4 – em: *A Bíblia da Mulher: leitura, devocional, estudo*. 2 ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009)



ALMT
Assembleia Legislativa

Doninha do Tanque Novo- homenageada dia 09/09/2019 por Tânia Arantes



Aproximadamente na década de 50, um lindo casal se une em matrimônio. Flávio e Elza declaram o amor, e o vivem de forma intensa. Eles, primos, da tradicional família Costa Marques, viviam um para o outro, sem descendentes da união.

Tudo transcorria na mais perfeita harmonia. O convívio do casal era motivo de alegria para os que presenciavam. Eram diferentes, apesar de naquela época a chegada dos rebentos fosse deveras importante, para eles o que importava, de fato, era a convivência a dois. Sem que houvesse explicação, tendo a medicina tentado achar a cura, Elza fica gravemente doente. Parentes da enferma explicavam ser alguma moléstia que houvesse atacado o cérebro. Aquela mulher doce, da noite para o dia, se mostrava muito triste, não reconhecia os seus amigos e familiares. Apenas o marido era quem queria por perto. E ele a tratava com esplendor. Permanecia dias e dias trancada em casa apenas na presença do 'Mozinho', como o casal se tratava. Flávio era fazendeiro, e possuía condições financeiras de levar a amada para tentar a cura em outros grandes centros do país. Mato Grosso, diferentemente do que ocorre na atualidade, era dotado de poucos profissionais da medicina. Elza foi encaminhada para outras capitais, a fim de buscar intervenção. Tudo em vão.

Demais membros da família, juntamente com o marido, buscavam de todos os meios, mesmo passado tanto tempo, recobrar a sanidade da mulher. Uma das irmãs de Elza, de nome Lila, trouxe a informação para o cunhado, já pedindo autorização para levar a mana para visitar Doninha, do Tanque Novo.



Doninha, desde 1931, na localidade denominada Tanque Novo, região de Poconé/MT, começou a ter visões de uma moça de olhos claros e rosto sereno, vestida de branco, muito bonita, e por ela denominada de santa, conhecida como 'Maria da Verdade' inicialmente, e, após 'Jesus Maria José'. A visão costumava aconselhá-la sobre doenças, fazendo, outrossim, previsões sobre o futuro. Uma série de curas foi atribuída às visões de Doninha, passando aquele arraial pacato, ser fruto de romaria em busca de recobro para enfermidades. A curandeira passou a ser pessoa de relevância e respeito em toda localidade, sendo a sua palavra de extrema valia. A ela se atribuía, inclusive, a 'ordem', proibindo terminantemente aos habitantes do local a ingestão de bebidas alcoólicas, prática de jogos de azar, até para que a reverência às visitas da santa, fosse vislumbrada por todas e todos.

Lila, propôs, então, levar a enferma aos cuidados de Doninha. A desconfiança existiu. A família se dividiu em opiniões. Todavia, se passavam 15 anos que Elza contraía a moléstia, sem que a medicina e exames convencionais resolvessem. Valia a tentativa. Encaminhada para benfeitora, após as orações de praxe e consulta à santa da visão, o tratamento. A enferma deveria comparecer a 40 (quarenta) missas todos os dias, sem qualquer possibilidade de falta. A família assim o fez. Elza assistiu, sem faltar nenhum dia, a todas as missas determinadas.

Passado mencionado período, Elza foi melhorando de forma gradativa. Voltou a reconhecer a família, recuperando totalmente a capacidade mental. Não ficou resquício do achaque.

Até os dias atuais, segundo os familiares, o diagnóstico da doença de Elza, é uma incógnita. A verdade é que por 15 anos, permaneceu enferma. Alguns diziam ser uma insanidade mental. Naquela época não se conheciam os efeitos da depressão, mas, alguns não descartam que fosse o caso. A restauração da vida aconteceu após o 'tratamento' apontado por Doninha.

Duas grandes mulheres se encontraram, em determinada ocasião, compartilhando amor. O resultado não poderia ser diverso.

Fonte: Artigo de opinião publicado no jornal A Gazeta, de autoria de Rosana Leite Antunes de Barros – defensora pública de Mato Grosso.



ALMT
Assembleia Legislativa

Esperança Garcia- homenageada dia 16/09/2019 pela professora Jacy Proença



Para abordar sobre a mulher pesquisada, necessário se faz uma contextualização para se ter uma melhor compreensão da magnitude de sua coragem, ousadia, conhecimento e atitude.

Falar de mulher é falar antes de tudo de luta e resistência, principalmente em se tratando de mulher negra, pois a situação da mulher negra na sociedade, especialmente a brasileira, é falar da forma como as camadas sociais são construídas. No Brasil, o racismo e a questão de gênero são os elementos que moldam a pirâmide social, colocando-a na base dessa pirâmide, condenando-a, pelas implicações do racismo e do sexismo, a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização social.

Dentro de uma sociedade com valores e padrões historicamente hegemônicos, os desafios das mulheres negras são grandes, pois, elas estão em situações de maior vulnerabilidade, sendo de diversas ordens, como: uma maior possibilidade de ser vítima de homicídio em relação à mulher branca; um maior índice de analfabetismo entre as mulheres negras; e até um maior número de ocupação em postos de trabalho mais precarizados.

E nesse sentido, vejo de suma importância o trabalho desta CST que aponta caminho para um novo pensar de políticas que reafirmem a identidade de mulheres, especialmente àquelas que historicamente “foram estupradas por seus senhores, mulheres que foram desprovidas de gênero e da sua ideologia de feminilidade pelo regime escravista. Mulheres que deixam seus filhos para criar os filhos de outras mulheres, mulheres que sofrem violências físicas e não-físicas todos os dias”, como nos diz a professora Marise de Santana da universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.



ALMT

Assembleia Legislativa

É muito importante, Desa. Maria Erotides e demais integrantes, o fomento de políticas públicas não somente de inclusão, mas de permanência da mulher negra em determinados espaços, que há muito se viu obrigada a assumir outra máscara identitária e, só posteriormente, à duras penas, conquistar a liberdade de se constituir enquanto negras.

Como nos diz a Prof.^a Letícia Azevedo, Geógrafa graduada e licenciada pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP): “Ser mulher negra não mais na senzala, ou na cama do senhorzinho, não mais submissa aos padrões (eurocêtricos) e tabus, mas, ser mulher negra no universo”.

Então, apresento-lhes Esperança Garcia.

Esperança nasceu em uma fazenda de propriedade dos jesuítas, onde hoje fica o município de Nazaré do Piauí. Aos nove anos de idade, quando a ordem foi expulsa do Piauí pelo Marquês de Pombal, ela foi levada como escrava para a casa do capitão Antônio Vieira de Couto. Fugiu pouco depois, reaparecendo numa relação de trabalhadores da fazenda, datada de 1778, casada com o angolano Ignácio e com sete filhos.

Em 06 de setembro de 1770 Esperança Garcia, mulher negra e escravizada enviou uma carta ao governador de São José do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, denunciando a violência que elas, seus filhos e outros negros e negras escravizados sofriam em uma fazenda de algodões localizada a 300 km de onde Teresina está hoje.

Embora, nesse período, quem fosse flagrado ensinando escravizado a ler era preso e/ou processado, ainda mais considerando que o ler e escrever era apenas para os homens, Esperança Garcia mostrou grande habilidade em escrita e aproveitou-se de seu letramento para reivindicar o direito a um tratamento mais humanizado. (Não se sabe ao certo como aprendeu a ler, mas, julgo que fora fruto de observações, do ouvir o ensinamento aos filhos dos senhores).

Na carta, Esperança se queixa de uma série de maus tratos praticados pelo administrador da fazenda em que vivia. A carta foi documentada pelo historiador Luiz Mott em 1979. O reconhecimento por parte da OAB-PI é fruto de uma pesquisa de dois anos sobre a personagem realizada pela Comissão Estadual da Verdade e da Escravidão Negra da entidade.

No documento, de 149 páginas, o contexto histórico e a natureza jurídica da carta de Esperança são analisados. O dossiê foi organizado pela advogada Maria Sueli Rodrigues de Souza e pelo historiador Mairton Celestino da Silva.



ALMT

Assembleia Legislativa

O dossiê destaca que, ainda que na época não existisse Direito formalmente constituído como na Constituição de 1988, a carta de Esperança tem natureza jurídica, uma vez que adota caráter de petição.

"Não restam dúvidas de que a Carta de Esperança Garcia se trata de ato de resistência, mas um tipo específico de resistência: uma atuação como membro da sociedade escravocrata que denuncia e pede proteção do Estado, como um Habeas Corpus, numa expressão de exercício da advocacia em nome próprio e de outras mulheres que também sofriam maus-tratos", pontuam os pesquisadores.

Esperança demonstra conhecer a função das autoridades, do poder exercido pelo governador na época e dos seus poucos direitos. Sua carta se atém apenas a violações a que foi submetida que desrespeitavam leis como o Decreto 1.695 de setembro de 1869, que proíbe a venda de escravos debaixo de pregão, separar o marido da mulher, o filho do pai da mãe, salvo quando maiores de 15 anos.

Outro aspecto jurídico da carta de Esperança apontado pelos pesquisadores é a natureza coletiva de suas reivindicações. Ainda que o texto tenha sido escrito em primeira pessoa, Esperança pedia respeito aos poucos direitos que ela e seus companheiros de infortúnio dispõem como o de se conservarem cristãos, constituírem famílias e batizarem seus filhos na fé católica.

O reconhecimento de Esperança Garcia, símbolo de resistência, luta e coragem, vem se consolidando ano após ano. Na seccional piauiense da Ordem, a personagem empresta seu nome a um grupo de pesquisa. Uma maternidade na cidade de Nazaré do Piauí, um memorial da história negra em Teresina e o auditório da UnB também passaram a carregar seu nome e parte de seu legado.

Eis a carta original na integra:

"Eu sou hua escrava de V. Sa. administração de Capam. Antº Vieira de Couto, cazada. Desde que o Capam. lá foi adeministrar, q. me tirou da fazenda dos algodois, aonde vevia com meu marido, para ser cozinheira de sua caza, onde nella passo mto mal. A primeira hé q. ha grandes trovoadas de pancadas em hum filho nem sendo uhã criança q. lhe fez extrair sangue pella boca, em mim não poço esplicar q. sou hu colcham de pancadas, tanto q. cahy huã vez do sobrado abaccho peiada, por mezericordia de Ds. esCapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confeçar a tres annos. E huã criança minha e duas mais por batizar. Pello q. Peço a V.S. pello amor de Ds. e do seu Valimto. ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar a Procurador que mande p. a fazda. aonde elle me tirou pa eu viver com meu marido e batizar minha filha q. De V.Sa. sua escrava Esperança Garcia". Texto: Dra Rosana Rufino



ALMT
Assembleia Legislativa

“Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda de algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo peiada; por misericórdia de Deus escapei. A ^{segunda} estou eu e mais minhas parceiras por confessar há três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar ao procurador que mande para a fazenda aonde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha”.

Portanto, a carta é considerada a primeira petição escrita por uma mulher na história do Piauí, fazendo dela uma precursora na advocacia e um documento de grande valor histórico para a literatura afro-brasileira.

Desembargadora Shelma Lombardi de Kato- homenageada dia 14/10/2019 por Lindinalva Rodrigues.



Shelma Lombardi de Kato foi a primeira mulher a ser aprovada no concurso da magistratura mato-grossense e fez história ao longo de toda sua carreira, não só como a primeira juíza a enfrentar o quadro funcional exclusivamente masculino e a sociedade machista da época, mas também como a primeira desembargadora do



ALMT

Assembleia Legislativa

TJMT, primeira presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e primeira e única mulher a presidir a Corte Estadual de Justiça até o momento atual.

Estudou Letras Clássicas na Faculdade de Filosofia da USP, bacharelando-se também em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da USP, na faculdade, como uma das poucas alunas de direito da USP, ela era uma das melhores da turma. Ela também possui especialização em fundamentação didático-metodológica de formação docente em nível superior.

Ingressou, por concurso, na Magistratura do Estado de Mato Grosso, no ano de 1969, tendo esse cargo marcado, pela primeira vez, a atuação do segmento feminino no cargo de Juíza de Direito, por 14 anos foi a única juíza no Estado (novembro/1969 a junho/1984).

Antes de prestar o concurso, a então advogada procurou o desembargador Willian Drosghic, presidente do TJMT entre 1965 e 1969, para questioná-lo se ela seria desclassificada apenas por ser mulher, como já havia acontecido com outras mulheres muito competentes que ela conhecia e que foram reprovadas injustificadamente.

“Eu me apresentei a ele, e disse que queria saber só uma coisa, se pelo fato de eu ser mulher, eu vou prestar concurso para ser reprovada. Eu tenho um nome, um trabalho, e não estou aqui para apanhar, para ser descartada por ser mulher, porque não estou acostumada a tomar tapa na cara, levar rasteira de graça. Pelo trabalho que já fiz na vida, a altura do meu currículo, eu não queria ser desmoralizada” (Shelma Lombardi de Kato).

O desembargador-presidente sinalizou que não havia esse impedimento e Shelma foi aprovada no concurso público, sendo nomeada em seguida e designada para a Comarca de Alto Garças (357km a sul de Cuiabá). A extensão de jurisdição da primeira juíza, em 1969, compreendia todas as comarcas do antigo leste antes da divisão territorial, o que abrangia Alto Araguaia, Barra do Garças, São Félix do Araguaia, Poxoréu e Guiratinga.

Shelma optou por não se casar, tendo se dedicado integralmente a sua carreira na Magistratura.

“Não fui casada e optei por isso. Nem se eu quisesse, poderia. Inclusive, pelos riscos. Na minha época eu atendia todo o antigo leste do Estado e ficava na estrada todos os dias. Ter família nestes cargos é correr o risco de ter seus parentes, ao voltar para casa, vítimas de bandidos. Não havia nenhuma estrutura de proteção”



ALMT

Assembleia Legislativa

Chegou ao mais alto posto da Magistratura ao assumir, no dia 8 de novembro de 1979, o cargo de Desembargadora, ingressando no Tribunal de Justiça pelo critério do merecimento, passou 25 anos como a única representante do sexo feminino integrando o quadro do Tribunal de Justiça Estadual (novembro/1979 a fevereiro/2005).

Na 104ª Mesa Diretora do Egrégio Tribunal de Justiça ocupou o honroso cargo de Corregedora-Geral da Justiça, no biênio 1981/1982.

Foi também a primeira mulher a presidir o TJ de Mato Grosso (1991-1993) e também foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT), quando implantou a informatização dos serviços eleitorais.

A magistrada também é conhecida pela militância no meio jurídico. Ajudou a fundar a Associação Nacional de Magistradas (ANM), e coordenou no Brasil o "Projeto da Jurisprudência da Igualdade", de capacitação de magistrados em Direitos Humanos das Mulheres e das Crianças, através de Convênio firmado entre a ANM (Associação Nacional de Magistradas) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), envolvendo cinco países latino-americanos.

Durante sua carreira, Shelma militou pelos direitos e pela não violência contra a mulher, seja ela criança ou adulta, sendo a magistrada também incumbida de coordenar a implantação das Varas Especializadas de Violência Intrafamiliar e Doméstica Contra as Mulheres em Mato Grosso.

Aposentada em 2009, acumulou ricas experiências e narra discriminação velada por ser uma mulher no meio jurídico. Ela se lembra de uma ocasião na década de 80 em que participou de um Encontro Nacional de Corregedores e um desembargador de outro Estado, ao saber que pela primeira vez mulheres tomavam posse como juízas em São Paulo, disparou "no meu Estado não tem disso". "Ele chamava 'disso' as mulheres que estavam tomando posse. E era tão natural que foi falado em minha presença sem nenhum constrangimento".



ALMT
Assembleia Legislativa

Desembargadora Maria Erotides Kneip- homenageada dia 10/12/2019 por Eunice Ramos



A DESA MARIA EROTIDES KNEIP FOI ESCOLHIDA PARA SER HOMENAGEADA PELA SUA TRAJETÓRIA DE VIDA E PELA SUA LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES E DAS CAUSAS SOCIAIS.

MARIA EROTIDES NASCEU EM JUIZ DE FORA , MINAS GERAIS. É FILHA DE NÉLSON E IRENE KNEIP.

JÁ NO SEGUNDO ANO PRIMÁRIO, NA ESCOLA PROFESSOR ANTÔNIO CARLOS, COMEÇOU A SE DESTACAR: FOI CONDECORADA COM MEDALHA DE OURO DE MELHOR ALUNA!

NA CONCLUSÃO DO CURSO SECUNDÁRIO, MARIA EROTIDES FOI ESCOLHIDA ORADORA DA TURMA E FEZ UM DISCURSO EMOCIONADO NA CATEDRAL METROPOLITANA DE JUIZ DE FORA.

NO ANO SEGUINTE FOI APROVADA EM SEGUNDO LUGAR PARA O CURSO DE DIREITO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, E APÓS A CONCLUSÃO DA FACULDADE NÃO PAROU MAIS DE ESTUDAR. VIERAM LOGO OS CURSOS DE EXTENSÃO, ENTRE ELES, O DE ESPECIALIZAÇÃO EM COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA REALIZADO NA USP EM SÃO PAULO. OS ESTUDOS TAMBÉM CONTEMPLARAM OUTRAS ÁREAS COMO ALTERAÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE, DIREITOS HUMANOS, DIREITO AMBIENTAL, DIREITO DO CONSUMIDOR, REFORMAS DO CÓDIGO DO PROCESSO PENAL E CRIME ORGANIZADO.



ALMT

Assembleia Legislativa

COM TODO ESTE CONHECIMENTO, ATUOU COMO ADVOGADA EM MATO GROSSO DO SUL E EM CUIABÁ ATÉ QUE, EM 1984 FOI APROVADA EM SEGUNDO LUGAR NO CONCURSO PARA A MAGISTRATURA EM MATO GROSSO. COMEÇAVA ASSIM UM NOVA ETAPA DE LUTA PELOS MENOS FAVORECIDOS E MARGINALIZADOS QUE BATIAM ÀS PORTAS DO PODER JUDICIÁRIO.

A PRIMEIRA COMARCA DE SUA ATUAÇÃO FOI ALTO GARÇAS, COM POSSE EM JANEIRO DE 1985. DEPOIS VIERAM AS COMARCAS DE ROSÁRIO OESTE, VÁRZEA GRANDE, RONDONÓPOLIS.

EM 1991 FOI NOMEADA PELA PRESIDÊNCIA DO TJ PARA COMPOR A COMISSÃO DA CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS DE CUIABÁ E EM SEGUIDA CONVOCADA PARA ATUAR COMO JUÍZA AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA.

TAMBÉM ATUOU NO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, MAS FOI NA ÁREA CRIMINAL QUE MARIA EROTIDES DEIXOU UMA DAS MARCAS MAIS IMPORTANTES.// PRESIDIU MAIS DE 1.000 JULGAMENTOS PERANTE O JURI POPULAR NA COMARCA DE VÁRZEA GRANDE E TEVE A CORAGEM DE COMBATER AS RAMIFICAÇÕES DO CARTEL DE CALI EM MATO GROSSO, MOTIVO PELA QUAL NA ÉPOCA, CHEGOU A SER JURADA DE MORTE.

MAS NADA DISSO DESANIMAVA ESTA GUERREIRA.

EM 1999, FOI NOMEADA DIRETORA DO FORO DA COMARCA DE VÁRZEA GRANDE E PERMANECEU NA FUNÇÃO ATÉ 2003.// NESTE PERÍODO CONSTRUIU UM ANEXO DE GABINETES COM 2 MIL METROS QUADRADOS DE ÁREA.

TAMBÉM ATUOU NA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DO TJ ENTRE 1999 E 2003, FOI VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MAGISTRADOS E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MAGISTRADAS (ANM), CRIADA E INSTALADA PELA DESA THELMA LOMBARDE DE KATO.

EM MEIO A TANTAS ATIVIDADES A JUÍZA MARIA EROTIDES AINDA ENCONTROU TEMPO PARA ENSINAR. ATUOU COMO PROFESSORA CONCURSADA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, E LECIONOU AINDA NA UNIC E NA ESCOLHA PREPARATÓRIA DA MAGISTRATURA.//

COM UMA TRAJETÓRIA TÃO BRILHANTE, JÁ ERA HORA DA JUÍZA MARIA EROTIDES KNEIP SER PROMOVIDA À DESEMBARGADORA POR MERECIMENTO.// MAS ERAM TEMPO DIFÍCEIS, EM QUE O PRÓPRIO PODER JUDICIÁRIO PASSAVA POR UMA CRISE ÉTICA, COM DENÚNCIAS DE VENDA DE SENTENÇAS NA MAIS ALTA CORTE .// HOVE APOSENTADORIAS COMPULSÓRIAS, SURGIRAM NOVAS VAGAS E NO DIA 29 DE ABRIL DE 2011



ALMT
Assembleia Legislativa

VEIO A PROMOÇÃO PARA O CARGO DE DESEMBARGADORA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO POR ANTIGUIDADE.// FOI UMA POSSE TARDIA?.. SIM.// MAS ISSO TAMBÉM NÃO TIROU A MOTIVAÇÃO DELA.// DE LÁ PRA CÁ ASSUMIU FUNÇÕES IMPORTANTES COMO A PRESIDÊNCIA DA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO, PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS, MEMBRO DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E REGIMENTO INTERNO DO TJ, VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO, CORREGEDORA GERAL DE JUSTIÇA, PRESIDENTE DO COLÉGIO PERMANENTE DE CORREGEDORES GERAIS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, PRESIDENTE DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA E COMANDOU A COORDENADORIA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MAT OGROSSO – CE MULHER .

MAS ESTA BATALHADORA NA ATIVIDADE PROFISSIONAL TAMBÉM É UMA MULHER SENSÍVEL QUE GUARDA EM SEU CORAÇÃO MUITA TERNURA. É NA FAMÍLIA QUE A DESA MARIA EROTIDES ENCONTRA FORÇAS PARA CONTINUAR A SUA LUTA E FORTACER QUEM ESTÁ AO SEU LADO. ELA É MÃE DO LUIZ CÉSAR, DO NÉLSON, DO LUCILO E DO JUCIÉLIO, E TEM SETE NETOS.

POR TODA A TRAJETÓRIA DE VIDA, A DESEMBARGADORA MARIA EROTIDES KNEIP FOI HOMENAGEADA PELA CÂMARA SETORIAL TÊMÁTICA DA MULHER NO ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS DO ANO DE 2019.



ALMT
Assembleia Legislativa

**ENCONTRO DE MULHERES INDÍGENAS
OFICINA LEI MARIA DA PENHA E VIOLÊNCIA CONTRA MULHER INDÍGENA.**



3 a 5 de dezembro de 2019, Aldeia Santana, Terra Indígena Santana, Povo Indígena Bakairi, Nobres/MT.

Realização: Associação Takiná. Apoio: FEPOIMT, OPAN, FUNAI.

Organização: Neusa e Eloênia Bakairi

Cerimonial: Adriana Kavopi, mestrandia em Antropologia, UFMT Tradução na língua Karyby. Relatoria: Adriele Andrade Précoma (Programa de Direitos Indígenas, Política Indigenista e Informação à Sociedade da OPAN) e Rochele Fiorini.

Mesa de abertura:

- Sr. Arnaldo, cacique da Aldeia Santana: Agradece pelas visitas, espera que gostem da aldeia, quem veio pela primeira vez (esposo da Dona Neusa).
- Delino, presidente do Conselho Local de Saúde: boas-vindas, se apresentou, iniciando na gestão;
- José Ricardo, presidente da Associação Iemâriry: finalizando a gestão, se colocou à disposição pra qualquer necessidade no evento, boas-vindas.
- Rochele, representante da OPAN: apoio desde início da Takiná, satisfação de estarem aqui nesta aldeia, onde tudo começou. Agradeceu pelo convite, e pela recepção.



ALMT

Assembleia Legislativa

- Eloênia Bororo, representando a FEPOIMT, vice-presidente Takiná - assessoria, aldeia Miruri, Povo Boe Bororo: atua na FEPOIMT, que tem uma articulação maior; participação das mulheres ainda é pequena, garantiram que oficinas do REM acontecessem com as mulheres; estão buscando fortalecimento e participação das mulheres nas decisões políticas e na autonomia financeira. A questão da violência contra a mulher indígena vai além da Lei Maria da Penha, o contexto é muito violento, inclusive a precarização e esvaziamento do atendimento à saúde é uma violência contra as mulheres; lembrou que a apresentação cultural também é um ato religioso, importante além da celebração com a oração, importante a valorização do conhecimento tradicional e o fortalecimento cultural.

- Sergiane, representante aldeia Pakuera, presidente Associação da comunidade da aldeia Pakuera: boas-vindas, muito alegre pela participação, decidiram na última hora que viriam, pois percebeu que é muito importante tratar desse tema, está muito feliz em rever os parentes.

- Profª Jacy Proença, Secretária Geral da Câmara Setorial Temática da Mulher da Assembleia Legislativa-MT, Conselheira da Comissão da Defesa da Igualdade Racial da OAB/ entregou o abraço do Deputado Wilson Santos. Agradeceu convite da Eloênia e da Eliane, e dos demais parentes das aldeias. Fez referência ao dia 06 de dezembro- “Laço Branco”: Dia Nacional de Mobilização pelo Fim da Violência contra as Mulheres, com participação dos homens em apoio à luta. Considerando que parcela significativa da aldeia é constituída por cristãos, citou passagens bíblicas em que se fala do respeito e amor dos homens pelas mulheres e que agir diferente disso é contrariar a Palavra de Deus, não é ser cristão. A luta de vocês é a mesma que a nossa, para se construir um mundo melhor para todos.

- Maria Coeli (pronúncia: “Cheli”), Promotora Diamantino: agradece muito o convite. Sempre sua atuação com povos indígenas foi na região do Araguaia, com os povos Gê. Fica muito contente. Feliz por rever a colega do mestrado, a Adriana Kavopi, mestranda em Antropologia, UFMT

- Jairzinho, cacique aldeia Nova Canaã: fala da importância da presença da promotora, que devemos aproveitar bastante a participação dela, que está pra atuar na defesa dos direitos. Que quem tiver dificuldade de entender o português deve perguntar pras professoras. O tema é muito importante.

- Jerônimo, representando a diretora da Escola Indígena: o tema é muito relevante, necessário entender bem o que é violência, que se houve tanto falar na TV. O sentido do evento é trazer informações, não pra prejudicar ninguém. Embora o evento seja para as mulheres, também querem participar os homens, pra aprender e também fazer o contraditório.

- Neusa, representante organização de mulheres indígenas de MT, Takiná: está desde o início, há 20 anos; é do conselho de saúde local; líder da pastoral da criança, é conselho da Associação (mas tá chegando tempo de eles entregarem). Nossa aldeia é humilde, mas acolhedora, recebe bem todas as pessoas. Agradece a presença da OPAN, lamentou que Rosa



não tivesse vindo. Aponta que tudo que acontece, a mulher é “crucificada”. Está sempre nas reuniões, também sua filha participava, mas está estudando. Então, não pode ir em todas. O evento é aberto pra quem puder participar inclusive os homens. Ela lamenta quando não participam. Pergunta: “mulher, você sofre dentro do seu lar? Não se cale”, contou de relatos das parentas indígenas que sofriam violência, mas guardava todo o sofrimento em seu coração, e porque sofria ameaça, tinha medo. Não é o caso de ofender os homens, mas ouvir os relatos da parenta fazia sofrer junto. Às vezes levadas ao suicídio, porque não podem falar nada, pois sofrem ameaças. O porquê de ser Lei Maria da Penha, devemos perguntar, e ver se isso está acontecendo com os povos indígenas.

Temas tratados:

1ª Palestra: Lei Maria da Penha e violência doméstica – Drª Maria Coeli Pessoa Lima, Promotora de Justiça de Diamantino/MT .

2ª Palestra: Câmara Setorial Temática da Mulher- Legislação e políticas Públicas: pelos direitos humanos e pelo fim da violência contra a mulher- Prof.ª Jacy Proença, Secretária da Cstm-Almt e Conselheira Cdir-Oab/MT.

3ª Palestra: Mulheres indígenas e sociedade envolvente- Apresentação da pesquisa de mestrado sobre Movimento das Mulheres Indígenas em MT e a Associação Takiná-Rochele Fiorini, OPAN, mestranda em Políticas Públicas.

4ª Palestra/ Roda de conversa: Lei Maria da Penha e Violência contra a mulher indígena – Eliane Lima Bakairi, bacharel em Direito, assessora FEPOIMT.

5ª Palestra: Psicossocial e Redes de Apoio - Maria Elizandra Lopes Torekureudo, Povo Bororo, aldeia Meruri, formada em Psicologia, terminando mestrado em Antropologia.

6ª Palestra: Mulher Indígena e Sociedade Envolvente- Adriana Kavopi, mestranda em Antropologia.

Todas as palestras feitas, trabalhos em grupo resultaram nos seguintes comentários/propostas/ ações:

- “Toda essa rede de proteção está prevista em lei, mas nem em todo local tem essa estrutura adequada de atendimento. A lei ainda é recente e não tem a estrutura adequada montada em todos os locais. Mas as propostas que saíram daqui são de soluções muito concretas para os povos indígenas. E como essa oficina está sendo muito produtiva, é muito possível e importante daqui sair essa semente dessa rede de proteção, em que tenha pessoas disponíveis para fazer atendimentos, encaminhar o atendimento aos casos, e pessoas que se disponham a multiplicar esse conhecimento/informações que tiveram aqui”.



ALMT

Assembleia Legislativa

- "Não é necessário ter vergonha e medo de se expressar para os profissionais, que vão resguardar as informações. Também apoia a proposta da rede".

- "Podemos encaminhar pela própria Takiná essa rede, pois já conta com pessoas disponíveis e capacitadas para o atendimento multidisciplinar".

- "Depressão é muito ruim, muito doloroso para o coração, a pessoa não está bem. Se não conseguir falar em público, pode falar em particular. Temos vários profissionais na Takiná (psicóloga, assistente social) podemos procurar elas para nos ajudarem".

- "Encaminhamento necessário também é pautar o atendimento pelo DSEI, que está precarizado e não estão devidamente com condições para atendimento. A própria convidada Nonoguari, do DSEI, disse que não poderia vir por falta de carro, e era se suma importância a presença dela. Entende que a rede de apoio deve ser feita junto com o DSEI Cuiabá, porque não pode eximir o Estado de sua responsabilidade".

- que seja garantida a autonomia da comunidade e da mulher indígena de solucionar as questões dentro da comunidade e quando levar às autoridades do não indígena - atendimento nas regiões das aldeias pela dificuldade geográfica;

- fortalecimento das redes de apoio a nível local e estadual;

- final de fevereiro, início de março: pautado encontro de mulheres indígenas No encontro, deve ser discutida Lei Maria da Penha sobre questão indígena, inclusive podendo sair encaminhamentos pra propor no congresso nacional.

- Discussões daqui sejam incluídas no relatório final da Câmara;

- Criar uma rede de apoio para atendimento de casos de violência contra a mulher indígena no Estado de MT;

- juizados especiais;

- Delegacias preparadas para atender a mulher indígena (composta pela Polícia Civil, onde devem realizar ações preventivas, realizar ações de investigação, enquadramento legal, podem fazer BO, pedir medidas de proteção).;

- instituir os CRAMs (Centros de Referência de Atendimento Integral à mulher) para acolhimento, acompanhamento;

- defensoria pública: assistência jurídica integral e gratuita, inclusive para a questão indígena ;

- serviço da saúde especializado para o atendimento dos casos de violência contra a mulher, com equipe multidisciplinar: médicos, enfermeiros, psicólogos, assistente social. Encaminha pra exames corporais e de infecções por doenças e também para o aborto legal;

- necessário pautar o atendimento pelo DSEI, que está precarizado e não estão devidamente com condições para atendimento;

- fortalecimento das redes de apoio a nível local e estadual (DSEI, CRAMs, Delegacia da Mulher, Defensoria Pública, Promotoria de Justiça, equipes multidisciplinares, juizados especiais), possibilitando os atendimentos adequados dentro da área indígena;



ALMT
Assembleia Legislativa

- mapear instituições e nomes de pessoas para parcerias: instituições do governo, atendimento do “ônibus lilás” e “patrulhas Maria da Penha”; ver modelo da ONG Várzea Grande com psicólogos voluntários e OPAN.
- Parceria da Takiná com a Câmara Temática das questões da mulher na Assembleia Legislativa de Mato Grosso para realizar o encontro de mulheres indígenas no final de fevereiro ou início de março de 2020 (data a definir), garantindo que a Takiná acompanhe todo o processo;
- Incluir o que foi discutido nesta Oficina no relatório final da Câmara Técnica, garantindo que a Takiná acompanhe todo o processo de implantação das propostas.

PROPOSTAS DAS MULHERES RURAIS

• Os principais pontos de reivindicação foram:

- campanha de enfrentamento e proibição do uso de agrotóxicos, através do MDA e INCRA;
- proibição da pulverização aérea de agrotóxicos e punição do contraventor como tentativa de homicídio; bem como punição para todo aquele que não cumprir com a legislação vigente com relação ao uso de agrotóxicos;
- ampliar e aprofundar pesquisas que apontem o grau de contaminação do solo e do lençol freático causado pelo uso de agrotóxicos;
- demarcar terras indígenas e construir políticas públicas de educação e saúde, respeitando as origens e culturas;
- fortalecer políticas públicas de enfrentamento à violência nas regiões de fronteira, com o objetivo de combater o tráfico de mulheres e a prostituição de menores;
- expandir e fortalecer a Política Nacional de Agroecologia nas regiões do Cerrado e Pantanal;
- por políticas públicas que fortaleçam a economia solidária, com base na agricultura familiar;
- aprovar a PL 4685/2012, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária;
- Combater a informalidade no trabalho rural e lutar por remuneração digna do mesmo;
- implantar uma política agrária que assegure o direito à terra para as mulheres acampadas.

A realidade das trabalhadoras rurais em relação à saúde:

- As comunidades, na sua quase totalidade, não contam com postos de saúde, recebendo esporadicamente, visitas de equipes itinerantes de saúde;
- Em casos de agravamentos dos quadros clínicos precisam se deslocar para a sede do município, que é onde se concentram centros e polos de saúde;



ALMT

Assembleia Legislativa

- Os Hospitais Regionais de Saúde sofrem com a ausência de investimento orçamentário para a oferta dos serviços de saúde, o que agrava em muito a precariedade do atendimento à população;
- As principais doenças reportadas pelas mulheres do campo são: diabetes, câncer, hipertensão arterial, problemas renais, parasitoses intestinais;
- O atendimento do pré-natal é negligenciado porque muitas vezes as equipes médicas visitam as comunidades espaçadamente e ir à sede do município para a consulta é complicado pela ausência de transporte;
- Os serviços de saneamento oferecidos à população do meio rural apresentam déficit de cobertura, isto representa um problema sério para a saúde das famílias (rede de esgoto é quase inexistente);
- A coleta de lixo no campo não é estruturada, é quase inexistente;
- Doenças advindas do consumo de água insalubre;
- Intoxicações e outras doenças graves (alergias, câncer, etc.) produzidas pelos agrotóxicos que são jogados nas lavouras pelos produtores de monoculturas (soja, algodão, cana de açúcar, entre outros) e nas comunidades através das pulverizações aéreas. Esta situação expulsa muitas mulheres e suas famílias do campo;
- Dificuldade de encontrar informações específicas sobre a saúde das populações do campo e da floresta nos sistemas de informação do SUS;
- Fundamental fortalecer as (os) agentes comunitárias de saúde no campo porque são as pessoas que conseguem de alguma forma estar próximas às famílias (meios de transporte, formação, entre outros);
- Possibilitar Atenção Psicossocial no combate ao Álcool e outras Drogas nas comunidades.

PROPOSTAS DAS MULHERES TRANS.

DATA: 24/11, 18/12/2020 e 12/01/2021– Auditório Palácio Alencastro e Sec. Mun. de Cultura.

PROPOSTA 1 EMPREGABILIDADE TRANS: Foi relatado que muitas não conseguem emprego por serem Trans., o mundo ainda Infelizmente é preconceituoso e não as aceita. Muitas querem entrar no mercado de trabalho, porém não conseguem oportunidades. Hoje, raramente encontram oportunidades de emprego e, infelizmente, 90% das pessoas Trans. se dirigem à prostituição e os outros 10 % tiveram oportunidades de fazerem um curso, ou uma faculdade. O mercado de trabalho pede capacitação, idiomas, desenvoltura e uma formação acadêmica legal. Então quando se fala de uma população vulnerável, que é expulsa de casa e se prostitui uma população basicamente sem formação. Houve avanços? Sem dúvidas!



ALMT

Assembleia Legislativa

Significativos. Mas esses avanços são **insuficientes**, ainda falta avançar e eles não aconteceram na mesma velocidade para todos. Querem mais empregos, serem reconhecidas.

- a- **Cursos profissionalizantes:** cabelo, unha, parte estética (massagens, limpeza pele, maquiagens, cílios postiços), algo no empreendedorismo;
- b- **Espaços nas Administrações Municipal e Estadual:** fazer um levantamento em todas as secretarias, abrindo certo número de vagas para as mulheres Trans.;

PROPOSTA 2 NOME SOCIAL: Foi cobrado o NOME Social. O nome é uma das questões que têm maior impacto, sendo que grande parcela das mulheres Trans. não tem acesso à grande quantidade de documentos e não tem condições financeiras de realizar todas as etapas, não podendo solicitar a retificação de nome. Pelo o que vemos muitas não tem esse acesso/informação sobre a retificação, há muitas dúvidas sobre o nome social. Elas querem ser reconhecidas pelo nome em que escolheram, e não pelo nome do qual foi escolhido ao nascimento. Conforme preceituado pela decisão do Supremo Tribunal Federal no **Decreto 8.727 de 28 de Abril de 2016** que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça editou o provimento n.º 73, de 2018 que estabelece como deve ser feita a alteração. O pedido pode ser realizado em qualquer **cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais** em todo território do Brasil. (art. 3º do Provimento no 73/2018, CNJ), as taxas variam de cidades, em Cuiabá o procedimento custa R\$ 110,00 reais. Se o cartório se recusar a fazer a retificação exigindo coisas que não estão no Provimento é possível denunciá-lo. Se caso tiver problemas no atendimento do cartório a pessoa deve registrar uma denúncia nas corregedorias dos tribunais de justiça ou no Conselho Nacional de Justiça, órgãos responsáveis por fiscalizar os cartórios. Ela também pode pedir auxílio às defensorias públicas. Pode ser procurada através do Disque Cidadania (65) 3612-2003 e e-mail: corregedoria@cnj.jus.br

PROPOSTA 3 AMBULATÓRIO: Foi cobrado atendimento ambulatorial. A importância do ambulatório com atendimento humanizado é para que as transexuais tenham um atendimento digno. As dificuldades de procurarem um especialista é imensa, devido ao conflito, medo, desinformação e preconceito que tornaram ainda mais delicada na vivência. Muitas delas fizeram terapias hormonais por conta própria, sem uma assistência adequada, podendo ter severas complicações justamente por falta de suporte.

- a- Constituir um ambulatório trans formado por profissionais de diferentes áreas do conhecimento (médicos, enfermeiros, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e fisioterapeutas, etc.) que se complementam, a fim de possibilitar maior abrangência na



discussão do problema e criar melhores alternativas de soluções, do ponto de vista da inovação e da entrega de valor, sempre levando eficácia e a qualidade dos serviços relacionados aos cuidados da saúde.

- b- Atendimento hormonal que seria acompanhado por um endocrinologista (a **terapia hormonal** feminilizante ou masculinizante consiste na administração de hormônios para alinhar e equilibrar o transexual dentro do gênero no qual ele se identifica), ginecologista, urologista entre outros especialistas na área.
- c- Atendimento primário seria extremamente importante, para também descobrir possíveis doenças. Elas disseram que ao procurar uma UBS são olhadas com deboches, chacotas e menosprezadas, por isso à cobrança do ambulatório específico.
- d- Capacitação dos profissionais da saúde (desde porteiro até médico) para capacitar e apresentar os principais procedimentos envolvidos na promoção da saúde integral das pessoas trans. Pois muitas acabam sofrendo bullying na portaria, os seguranças ou recepcionistas, fazendo chacotas, isso gerando certo desconforto e elas acabam não voltando mais o local. É direito todos terem atendimento humanizado, e sabemos que isso infelizmente não ocorre.

PROPOSTA 4 EDUCAÇÃO: A negação de direitos básicos como a educação faz com que a Trans. procure meios alternativos de sobrevivência e acabe caindo para a prostituição. Ademais têm o assédio, a não aceitação do nome social usado pela pessoa, o uso do banheiro. Elas disseram que assédio vem dos próprios estudantes e parte tanto dos professores quanto dos que trabalham na parte administrativa das instituições. A produção acadêmica das mesmas é sempre colocada em cheque. Se as pessoas que são referências dentro da unidade escolar ou faculdade não ofertam o mínimo de respeito, o restante dos estudantes também não, e assim a violência transfóbica se intensifica. No caso acontece a evasão escolar, no qual, elas deixam de frequentar o ambiente escolar após sofrerem bullying como: o nome, modo de andar, de falar, com seu estilo de vida (cabelo, roupa).

- a- Garantir a efetividade da legislação existente. Em 2018, uma portaria do MEC autorizou o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica.
- b- Existem universidades públicas no Brasil que adotam um sistema de cotas para população Trans. em seus vestibulares, garantindo uma reparação histórica a essa população., a exemplo da nossa Ufmt.

PROPOSTA 5 ACOLHIMENTO: Houve dúvidas sobre o acolhimento, se tem algum lugar para elas irem, caso precisem. Perguntas como: Ir para onde? Tem serviço de acolhimento? Terem um norte, encaminhar para onde? Embora se tenha albergues na Capital e a casa de Amparo, há necessidade de se explicitar onde devem ir quando necessitarem.



ALMT

Assembleia Legislativa

- a- Ter normativa que oriente as mulheres Trans. Quando necessitarem de acolhimento, principalmente em casos de violência.
- b- Firmar parceria com os CRAS, para que os agentes comunitários façam as checagens devidas com as mulheres Trans., instruindo-as acerca de informações necessárias, direitos e os programas sociais existentes.

PROPOSTA 6 Uso do banheiro: A realidade é que no Brasil não há, até o momento, uma legislação específica para transgêneros. Contudo, existem normas que podem ser aplicadas a respeito do uso do banheiro por transgêneros. A Constituição Federal, por exemplo, define como um dos objetivos fundamentais da nação promover o “**bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação**”.

Só tem decreto na área trabalhista em que o Ministério Público do Trabalho reconheceu, juntamente com a aceitação do nome social no ambiente de trabalho, a garantia de acesso a banheiros e vestiários de acordo com esse nome e identidade de gênero do indivíduo, através da portaria 1.036/2015. Especificamente no ambiente de trabalho, se uma situação discriminatória ocorrer em razão do uso do banheiro por transgêneros, além de poder pleitear uma indenização por dano moral, se o trabalhador for demitido ele ainda pode solicitar a sua reintegração ao trabalho ou o recebimento em dobro da remuneração do período de afastamento.

DECRETOS/DIREITOS

DECRETO MUNICIPAL DE CUIABÁ DECRETO Nº 7.185 DE 21 DE MAIO DE 2019.

Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis, mulheres transexuais e homens trans. em todos os órgãos da administração pública municipal.

DECRETO FEDERAL DECRETO Nº 8.727, DE 28 de ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL PROVIMENTO Nº 73, DE 2018



ALMT

Assembleia Legislativa

Para orientar os tribunais de justiça e os cartórios de registro civil sobre como proceder a alteração do nome e gênero das pessoas trans.

O Tribunal Federal decidiu no dia 1º de Março, que é possível a alteração de registro civil por travestis e transexuais sem que seja necessária a realização de procedimentos cirúrgicos. A decisão foi feita na ação direta de **inconstitucionalidade ADI 4275** pela Procuradoria Geral da República para que o artigo 58 da Lei 6.015/1973 (lei de registros públicos) fosse interpretado de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana previsto na Constituição Federal, permitindo a alteração do nome e gênero no registro civil por meio de averbação no registro original.

2º ENCONTRO ESTADUAL E MULHERES QUILOMBOLAS E 1º SEMINÁRIO EMPODERANDO TEREZAS, 24 E 25 DE JULHO DE 2019. VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE.





ALMT

Assembleia Legislativa





ALMT

Assembleia Legislativa





PROPOSTAS:

Educação escolar Quilombola:

- Seleção diferenciada com recorte para professores quilombolas;
- Manutenção infraestrutural e pedagógica;
- Formação Continuada;
- Material didático produzido pela militância, seja validado nas redes de ensino.

Território e Mulheres Negras

- Pautar o acompanhamento dessa Luta junto a Câmara Setorial da AL/MT;
- Reativação da SUPPIR;
- Conaq e efetividade na política de valorização das visitas;

Mulheres Negras e Ameríndias na política

- Política de tráfico de pessoas
- Inclusão na pauta da Câmara temática;
- Formação lideranças políticas de base.

Mulheres no Hip HOP

- Fomento para arte na periferia
- Formas de Divulgar a potencialidade dessas redes;
- Cobrança do CPF da cultura;

Mulheres, Cultura e Identidade- Qual é a agenda?

- Participação de mais mulheres negras e ameríndias nos conselhos de Cultura;
- Fomento com recorte de especificidade;
- Formação e capacitação para produtoras culturais;



ALMT

Assembleia Legislativa

- Realização de seminários municipais das Secretarias Municipais de Cultura- para mulheres negras e para negros dos municípios.
- Reativar a Secretaria de promoção da Igualdade Racial de Vila Bela; A câmara fazer a notificação ao Prefeito do referido ato.

Rede das Pretas, Economia Verde e Empreendedorismo.

- Formação e capacitação de mulheres pretas ára mulheres pretas em parceria com SEBRAE;
- Inserção dos produtos na rede comercial e licitatória do município.



Centro de Pastoral Para Migrantes - CPM

Av.Gonçalo Antunes de Barros, 2785 – Bairro Carumbé
Fone: (65) 36411451

E-mail:cpmigrantes@gmail.com
78058 -743 – Cuiabá - MT

À Câmara Setorial das Mulheres,

Conforme solicitação da Câmara Setorial das Mulheres, através da Sra. Jacy Proença, encaminhamos as informações solicitadas, referente ao público de migrantes.

1) Quantos temos em Cuiabá?

Não é possível saber tal informação, pois não há sistema de registro que informe a exata localização dos migrantes, só há dados sobre a entrada e saída no território brasileiro, que a Polícia Federal controla. Sendo assim, sugerimos que os busque junto ao banco de dados oficial.

No que tange ao público acolhido no Centro de Pastoral para Migrantes, nós acolhemos entre 2013 a 2018 (quando se iniciou o grande fluxo de migrantes internacionais no estado, primeiro de haitianos e a partir de 2018, de venezuelanos), **5562 migrantes**. Contudo, não é possível afirmar que todos eles ainda permaneçam em Mato Grosso. Ainda, sabe-se que muitos outros vieram à cidade, seja por reunião familiar, convidados por amigos, e que nem sempre passaram pela instituição, portanto entende—se que este número é subestimado.



2) Quantas mulheres são?

Não temos o número exato das mulheres atendidas na casa, iniciamos o controle desses dados somente no último ano. Sendo assim, em **2018**, dos 1046 migrantes recebidos, **171 eram mulheres**, ou seja **16,34%**.

3) Qual o grau de instrução dessa população?

A maior parte do nosso público atendido possui o equivalente ao Ensino Médio Completo. Salientamos que esta informação é autodeclarada.

4) Principais reivindicações?

A principal reivindicação é o trabalho, principalmente para as mulheres, pois a maioria das vagas que aparecem no serviço é para homem, e quando são para mulheres geralmente permeiam o campo da divisão sexual do trabalho, em serviços domésticos em sua grande maioria.

Além disso, as queixas em saúde também são recorrentes, pois dificilmente conseguem acesso de maneira rápida. Entende-se que a saúde pública no estado de Mato Grosso está caótica, mas que para este público tem sido mais difícil.

A questão de moradia também tem sido algo difícil, pois para alugar precisam ter renda e nem sempre é possível ter uma renda capaz de pagar o aluguel, estruturar minimamente a casa com utensílios domésticos para viver com dignidade e ainda mandar dinheiro para a família que geralmente permaneceu no país de origem.

Responsável técnica pelas informações:

Bianca Vasquez Pistório - Consultora da Organização Internacional do Trabalho (OIT)



ALGUNS COLETIVOS E GRUPOS QUE ATUAM NO COMBATE AO RACISMO E A QUESTÃO DA MULHER NEGRA.

1) Fórum de Mulheres Negras de Mato Grosso



“Há muitas lutas aqui, "sangue, suor e lágrimas", como se diz, todavia, há também o axé profundo de uma superação e uma graça que é ancestral, atual e eterna!”.

CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM DE MULHERES NEGRAS DE MATO GROSSO

Somos um coletivo de mulheres negras para o enfrentamento de todas as formas de discriminação, preconceito racial/étnico e pelos direitos humanos das mulheres. Nosso Fórum se constituiu como tal no dia 09 de maio de 2015, na cidade de Cuiabá/MT, somos mulheres militantes de diversos movimentos e organizações da sociedade civil, objetivamos **ampliar, organizar e garantir** a participação das mulheres negras nos mais diversos espaços públicos e de decisão.

Estamos unidas por vínculos de sororidade, ideológicos, afetivos e espirituais e buscamos interferir na construção de políticas públicas para as mulheres negras, construir relações solidárias entre nós e com as comunidades, tecer relações de respeito, bem querer e bem viver.

Fortalecem a nossa atuação os princípios de:

- Cuidado e respeito entre nós, para o fortalecimento de redes de apoio entre mulheres negras e aquelas que se encontrarem em situação de vulnerabilidade;
- Enfrentamento de qualquer forma de racismo e discriminação étnica;
- Combater o sexismo e racismo incondicionalmente, a intolerância religiosa, a lesbofobia, transfobia e homofobia, bem como qualquer outra forma de discriminação e opressão;
- Somos um coletivo suprapartidário e incentivamos a participação política das mulheres negras, nas mais diversas esferas, potencializando na atuação dessas companheiras o compromisso e a defesa das questões que são essenciais para o respeito aos direitos humanos das mulheres negras;
- Exercitamos o diálogo estratégico com o poder público em espaços de participação e controle social de políticas públicas voltadas para as mulheres



- e população negra, garantindo a Autonomia e a Respeitabilidade do Fórum de Mulheres Negras de Mato Grosso;
- Estimulamos processos de auto-identificação e afirmação da negritude e da condição feminina;
 - Produzimos e veiculamos ideias que são caras à nossa luta através de diversos meios de comunicação, redes sociais, visando sensibilizar, questionar a sociedade e cobrar das entidades oficiais as situações que representam discriminação, desrespeito ou violência contra os direitos das mulheres e contra todos os povos;
 - Apoiamos o surgimento de Fóruns municipais de mulheres negras e o desenvolvimento de redes de interação e luta junto a outros fóruns, sejam municipais, estaduais, nacionais e internacionais, respeitando a autonomia e soberania dessas articulações;
 - Disseminamos o Bem Viver como possibilidade de convivência respeitosa e equilibrada entre as pessoas e todos os seres vivos e o ambiente, respeitando a vida, o cuidado da natureza e das relações humanas, a defesa das culturas e religiosidades, o cuidado da Mãe Terra (da Àiyé).

Cuiabá - Mato Grosso, 02 de julho de 2015.
FÓRUM DE MULHERES NEGRAS DE MATO GROSSO

2) IMUNE- Instituto de Mulheres Negras

O Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (IMUNE-MT) é uma OSCIP, instituição sem fins lucrativos, apartidária, criada em 12 de outubro de 2002 e legalmente constituída em 2007. O IMUNE, constituído por mulheres negras e afrodescendentes e homens sensíveis à causa, tem a missão de fomentar, coordenar e orientar dinamicamente o processo de crescimento das mulheres, estimulando a sua autoestima e inserção no cenário econômico, político e social, fortalecendo a comunidade local e tornando-a mais justa e humana, com a participação de todos os segmentos.

Os compromissos do Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso são:

- Defesa e ampliação da democracia e Igualdade Racial;
- Superação das desigualdades sociais e discriminação de gênero;
- Afirmação da liberdade, autonomia, solidariedade e diversidade cultural;
- Reconhecimento dos valores históricos, religiosos, sociais e culturais da comunidade afro em Mato Grosso;
- Formulação de propostas para implementação de políticas afirmativas em âmbito Municipal e Estadual;
- Fortalecimento da luta sistemática pela erradicação do racismo, da opressão de gênero, da intolerância religiosa e todas as formas de discriminação;
- Fortalecer a autoestima para o empoderamento de mulheres e jovens negras para lutar pela defesa dos seus direitos, contra o racismo e as desigualdades de raça e gênero.



ALMT

Assembleia Legislativa

As áreas temáticas de trabalho do IMUNE são: Raça e Gênero, Educação, História e Cultura Afro-brasileira, Afro empreendedorismo, Imigrantes, Saúde da População Negra, Povos Tradicionais de Matriz Africana e Quilombolas.

As atividades oferecidas pelo IMUNE visam contribuir para o aperfeiçoamento e fortalecimento da construção democrática e compartilhada em nosso Estado/ Município, pois acreditamos que ‘somos resultados do meio em que vivemos’ e é justamente nessa interação que nossos projetos se estruturam, com vistas à transformação de nossa realidade para a garantia de um futuro melhor, com igualdade e equidade.

O IMUNE ao longo dos seus 18 anos de existência, através dos projetos que realiza afirma o compromisso assumido junto à comunidade de pautar nas esferas governamentais políticas públicas para mulheres negras, juventude negra, população negra e imigrantes; combater a exploração e a violência contra mulheres negras; desenvolver e apoiar projetos de desenvolvimento sustentável, econômico, cultural e social voltados para a população negra; realizar incidência política e jurídica sobre as pautas que afetam os direitos e a vida das mulheres negras e da população afrodescendente; articular parcerias com ativistas, coletivos, sindicatos, organizações brasileiras e internacionais engajados na luta antirracista.

Das atividades realizadas pelo IMUNE, destacamos a participação ativa de incidência pautando as Conferências Municipais e Estaduais de Promoção da Igualdade Racial; realização do I Encontro Estadual de Mulheres Negras de Mato Grosso; Ação Cidadania (doação de roupas, brinquedos, alimentos, etc.); Oficinas de Estética Afro e Tranças, discutindo sobre a identidade, autoestima e valorização da mulher negra; Intercâmbios Culturais; Oficinas de Bonecas Negras; Oficinas de Dança Afro; Oficina de Saúde da População Negra. Para o desenvolvimento das ações firmamos parcerias com diversas instituições, dentre elas: Instituto Federal de Mato Grosso; Universidade Federal de Mato Grosso através do Núcleo de Estudos Pesquisas para Relações Raciais e Educação (NEPRE) e Coletivo Negro Universitário (CNU); Sindicato dos Trabalhadores da Educação/MT; CEAC- Centro Educacional de Cuiabá; Plataforma pela Reforma do Sistema Político; Fundo Social Europeu, Criola, Instituto AVON, CEERT e FASE. As Redes com as quais dialogamos e atuamos em parceria são: AMNB – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras; Coalizão Negra por Direitos; Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência; Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.

Contatos: Antonieta Luisa Costa, Fundadora do IMUNE | Cel: (65) 99255-6863 Jackeline Silva, Co-fundadora do IMUNE | Cel: (65) 99201-1871 E-mail: imunematogrosso@gmail.com Instagram: www.instagram.com/immunemt



3) IAFRO- Instituto Afro-brasileiro-Barra dos Bugres

Ponto de Cultura de Barra do Bugres - MT

CNPJ. 10.381.714/0001 - 40 - FONE- (65) 99958 - 0454.



IAFRO_BBU

O Instituto Afro Brasileiro- IAFRO-BBU foi constituído em 2002, porém referendado juridicamente em 2007 na cidade de Barra dos Bugres-MT. Desenvolve diálogo com a sociedade/comunidades, baseado no anseio de mudanças. Aborda a questão da mulher de modo geral, com recorte da especificidade da mulher negra, indígena e ribeirinha. Faz um trabalho de caráter social, cultural, educacional, de inclusão digital, motivando principalmente as crianças, adolescentes, os jovens das regiões periféricas, quilombos, comunidades ribeirinhas, recorrendo e valorizando a diversidade étnico-cultural existentes, através de palestras, oficinas diversas em busca de um empoderamento das comunidades e famílias, grande parte chefiadas por mulheres, bem como a sua auto sustentabilidade.

Contato: Luciana M. França- Fundadora do IAFRO- Telefone: 65 9 9958-0454 E-mail: lucianafrancabb@gmail.com

4) Coletivo “Herdeiras do Quariterê”- Vila Bela da Santíssima Trindade.



Coletivo herdeiras do Quariterê _ CHQ é um coletivo composto por mulheres filhas de Vila Bela, numa proposta de trabalhos Inter geracionais sobre o empoderamento da Mulher negra, quilombola e afrochiquitana. Para além desse frente mais ampla atuamos com propostas formativas acerca do empreendedorismo, meio ambiente e questões territoriais das múltiplas identidades.

Existimos há três anos enquanto coletivo e em breve teremos institucionalizada nossa criação de fato e de direito.



O CHQ prima pela preservação do patrimônio imaterial afro brasileiro, populações tradicionais e os saberes femininos negros. Nessa tônica, nascemos e viemos atuando desde 2018.

5) CDIR- Comissão da Defesa da Igualdade Racial/OAB-MT



MATO GROSSO

As Comissões são órgãos de assessoramento, que têm por objetivo auxiliar a Diretoria e o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Mato Grosso, no cumprimento dos objetivos institucionais da OAB/MT.

A **Comissão de Defesa da Igualdade Racial da Seção de Mato Grosso** tem por finalidade promover a conscientização dos termos previstos na Constituição, como discriminação, injúria racial e racismo, e do que propriamente nós, como sociedade, podemos fazer para superar as desigualdades sociais e históricas. Na sua atuação faz interface entre raça e gênero. Passou a adotar a paridade como critério para composição de sua diretoria.

Ademais, em âmbito nacional, a CDIR busca o efetivo cumprimento das políticas de promoção da igualdade racial, com ênfase na população negra, indígena e outros segmentos étnicos da população brasileira, com o objetivo de combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial e de reduzir as desigualdades raciais, inclusive no aspecto econômico e financeiro, social, político e cultural, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas.

6) GRUCON- Grupo de União e Consciência Negra de MT



ALMT

Assembleia Legislativa

154

GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DO ESTADO DE MATO GROSSO - GRUCON - MT
Fundada em 30 de Outubro de 1983
CNPJ 04.484.712/0001-84

End. Av. Rui Barbosa, 640 - Bairro - Jardim Universitário - CEP. 78075-202
E-mail: grucmont@yahoo.com.br

REUNIÃO DE 1992
13 MAI 2012

ESTATUTO DO GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DO ESTADO DE MATO GROSSO - GRUCON - MT

CAPÍTULO PRIMERO
DA DENOMINAÇÃO / FUNDAÇÃO

Art. 1º - O Grupo de União e Consciência Negra do Estado de Mato Grosso - GRUCON - MT, podendo ser identificado por GRUCON - MT, é uma entidade sem fins lucrativos, associativa, sem distinção de ordem religiosa, cor, sexo, classe social ou nacionalidade, sediada na cidade de Cuiabá-MT, tendo âmbito estadual, filiada ao GRUCON Nacional e regendo-se pelo presente estatuto. Fundada pelo Sr. Geraldo Henrique Costa (nascimento 05/12/1929 - 24/07/2000), brasileiro, casado, nascido no bairro Avulsos, Sachari em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT - 1979, deixou viúva a Sra. Ângela Costella de Oliveira Costa, com a qual tem cinco filhos: Luís Mauro Costa, Geraldo Luís Costa, Guilherme Luis Costa, Benedita Luis Costa e Antonieta Luis Costa. O Sr. Geraldo é reconhecido em nível nacional, estadual e municipal como ativista social negro, tendo se destacado por liderar as discussões que fundamentaram a criação do GRUCON - MT - MT/MT no início das anos oitenta (1982) no município de Cuiabá e posteriormente nos demais. A primeira reunião do GRUCON - MT com a presença de um representante do GRUCON Nacional aconteceu na cozinha da Igreja Nossa Senhora do Rosário do Bairro de São Benedito.

183

registrada com a data de 30 de outubro de 1983, numa Assembleia Paroquial, com a presença do Sr. Aroldo, de Goiânia/GO, representando o GRUCON Nacional, na ocasião ministrou palestra com o tema "A situação do Negro no Brasil", segundo consta no Livro de Registro da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de São Benedito. Retrata ainda a importante figura do Padre Teodoro, Senhor Lucilo (Nano) e sua esposa, Srª. Francisca (Comunidade N. Srª do Carmo), Sr Adolfo e esposa Srª. Joana (Lige dos Apóstolos), o então Padre Passos, Sr. Geraldo e sua esposa Srª. Ângela, e Srª. Benedita Faria (Dona Luja), Guilherme Costa, Antonieta Costa, Sr. Benedito (B. Carjica), estes foram, na época, os grandes incentivadores do Sr. Geraldo na construção da consciência negra em Mato Grosso. O GRUCON - MT - como ficou conhecido esse grupo de trabalho - discutiu, elaborou, realizou e avaliou Debates, Seminários, Cursos, Encontros, Ciclos de Estudos e Pesquisas, com o objetivo de conscientizar as populações dos seus valores dos povos negros (suas culturas, suas sociedades, suas religiões, suas contribuições, entre outros aspectos). Nesse sentido, o GRUCON - MT contou com a colaboração de pessoas que se tornaram importantes no contexto histórico da raça negra a exemplo do Sr. Edevande Pinto de França (B. Dom Aquino), Sr. Claudomiro Pires de Camargo (B. Santa Isabel), Sr. Rinaldo R. de Almeida (B. CPA), Srª. Magnólia (B. Santa Isabel), Srª. Dora (B. Dom Aquino), Srª. Adalgisa (B. Dom Aquino), Sr. Aurélio Augusto (B. Coxipó), Srª. Emerentina (Dona Nôca - B. Araxá), Sr. José de Anatólia (Diamantino), Srª. Jacy Proença (Professora), Srª. Antônio (B. Dom Aquino), Srª. Luiza Juliana (B. Araxá), Srª. Terezinha Gonçalves (B. Tijucal), Srª. Tádila Soares (B. Cristo Rei - Várzea Grande), Srª. Cândida Soares (B. Cristo Rei - Várzea Grande). O Sr. Carlos Alberto Caetano (Cartão - Projeto Meninos e Meninas de Rua), Sr. Geraldo faleceu no dia 24 de julho de 1990, vítima de um infarto fulminante, deixando esposa e chama que ilumina os caminhos trilhados em prol do povo negro em Mato Grosso e no Brasil.

Parágrafo Único - O prazo de duração do GRUCON - MT é por tempo indeterminado.

ESTATUTO Nº 141/84
DO GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DO ESTADO DE MATO GROSSO - GRUCON - MT
CNPJ 04.484.712/0001-84



7) NEPRE/UFMT- Núcleo de Estudos e Pesquisas s obre Relações Raciais e Educação.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (Nepre), realizador da Jornada Desigualdades Raciais na Educação Brasileira, foi fundado no ano 2001. Está situado no Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Suas ações são orientadas pelos seguintes objetivos: realizar ações pedagógicas de extensão, estudos e pesquisas sobre a dimensão racial do fenômeno educativo, paralelamente à disseminação dos conhecimentos sobre o tema; nuclear pesquisadores, estudantes e interessados no tema das Relações Raciais e Educação, no que se refere a negros e afrodescendentes; divulgar os conhecimentos sobre relações raciais e educação junto à população em geral e, em especial, aos profissionais da educação; promover eventos, tais como palestras, mesas-redondas, jornadas, encontros, seminários, etc e produzir publicações sobre o tema. Encontra-se cadastrado e certificando no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGP) do CNPq, acesso <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7453710866925672>. Desde sua fundação, vem desenvolvendo suas atividades no âmbito do tripé que em que se ancora a atuação da Universidade: ensino, pesquisa e extensão. As pesquisas que realiza – considerando as seguintes temáticas: relações raciais e educação; a educação antirracista; cor no ensino superior; quilombo: territórios, territorialidades e fronteiras; ações afirmativas na educação, branquitude; relações raciais de gênero e sexualidade; a questão da mulher negra no contexto das relações raciais brasileiras; trajetórias de professoras e aluna/os em Mato Grosso – possibilitou ao Núcleo contribuir com o desenvolvimento regional, considerando o acúmulo de conhecimentos sobre educação e relações raciais que tem produzido e que podem servir como subsídio à prática docente, assim como à formulação, implementação e gestão de políticas educacionais que visem à superação das desigualdades raciais existentes na educação à melhoria da qualidade da educação escolar ofertada no estado de Mato Grosso.

Vale destacar que, em função das pesquisas que realiza, bem como das atividades ofertadas gratuitamente ao público, tais como, cursos de formação continuada para professores da rede pública em modalidades presencial e a distancia e eventos científicos que pautam questões relacionadas às desigualdades raciais na sociedade brasileira, o Nepre tem tido inserção bastante razoável no estado de Mato Grosso, o que tem garantido efetivo público em todas as atividades e jornadas que realiza. Um registro importante a ser aqui destacado em relação à Jornada se refere aos Anais da X Jornada Desigualdades Raciais na Educação



Brasileira, realizada em 2016, onde se registra um total de 63 (sessenta e três) relatos de experiência, um crescimento de mais de 12% em relação ao ano anterior, o que significativa sinalização importante quanto à necessidade e potencialidade de realização do evento.

Coodenador: Prof. Dr. Sérgio Pereira dos Santos

Vice-Coordenadora: Profa. Dra. Candida Soares da Costa

Fonte: Coordenação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE) da UFMT.

8) **UNEGRO PANTANAL MT- Instituto de Negras e Negros pela Igualdade.**



O INSTITUTO DE NEGRAS E NEGROS PELA IGUALDADE-UNEGRO PANTANAL-MT dentro sua estrutura tem a Secretaria da Mulher, composta por uma secretaria e uma adjunta, com a finalidade a seguir: A luta contra o racismo em todas as suas formas de manifestações.

Empenho na preservação e desenvolvimento da cultura afro-brasileira, a solidariedade e apoio aos povos africanos e oprimidos de todo o mundo, o estímulo à participação política da população negra na definição dos destinos do Estado, a luta pelo exercício da cidadania não racista em todos os setores da vida social do Estado de Mato Grosso, organizar a luta das mulheres negras de Mato Grosso contra a opressão de gênero na perspectiva emancipacionista, lutar pelas reivindicações sociais das mulheres negras em relação ao trabalho, violência, lazer, creche, educação, cultura, saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos, elevar o nível de consciência e participação política, lutar para que a maternidade seja compreendida como função social pelo conjunto da sociedade e pela correta e eficaz aplicação de toda e qualquer lei que seja um caminho para o exercício deste direito, lutar pelo fim de toda legislação e prática discriminatória que pese sobre a mulher, bem como contra qualquer forma de preconceito social racial, promover a



cooperação entre a UNEGRO PANTANAL MT e outros entes privados ou públicos, que tenham por objetivo a proteção dos direitos das mulheres negras, a assistência e orientação, com vista à defesa da ética, da cidadania, do social e da democracia, propor e promover palestras, encontros, plenária, seminários, conferências, cursos, simpósios, roda de conversas e debates sobre temas relacionados à sua área de atuação, promover e desenvolver a integração das mulheres, através da realização de programas e projetos, sempre visando a melhoria da qualidade de vida, propiciar a integração das mulheres através de outras associações, nas atividades econômicas, sociais, culturais, educacionais, filantrópicas e assistenciais.

9) Coletivo de Mulheres Negras de Cáceres



O **Coletivo de Mulheres Negras de Cáceres** é uma associação, sem fins lucrativos, cujo objetivo é a defesa de direitos de mulheres, especialmente aquelas de grupos minoritários, como mulheres negras, quilombolas, ribeirinhas e indígenas. Formado em 2017, foi constituído formalmente em 2019 com sede em Cáceres/MT. É composto por um grupo de mulheres das mais diversas origens, classes sociais e profissões. Ao longo desses cinco anos de existência desenvolveu encontros temáticos, presenciais e online, sobre feminismo negro, combate a violência contra a mulher e combate ao racismo. Sempre com vistas à igualdade de gênero e raça, o CMNC se propõe a ser um espaço de acolhimento a todas as mulheres cacerenses.



ANÁLISE DAS LEIS E PROJETOS DE LEI APRESENTADOS ÀS MEMBRAS E MEMBRO DA CSTM PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO:

LEIS:

Leis 7.815/2002, 8.416/2005, 9.288/2009 e 9.593/2011 – Leis que cuidam da criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Como o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher se perfaz de órgão paritário e se encontra em pleno funcionamento, sugerimos a consulta ao mencionado órgão, a fim de que manifeste quanto às possíveis mudanças às respectivas legislações.

Lei nº. 6.150/1992 – Estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminam mulheres.

Observação da CSTM: Importante norma, que a nosso sentir pende de regulamentação para o devido cumprimento.

Decreto Legislativo nº. 2.905/1997 – Autoriza o Poder Executivo a criar a Casa de Assistência e Acolhimento da Mulher.

Observação da CSTM: Sugerimos a atualização da norma, para que o espaço tenha proteção preferencial para qualquer mulher vítima de violência. A norma está dependente de regulamentação, a nosso sentir, em razão do parágrafo único. A CSTM entende desnecessário o parágrafo único, que impede o cumprimento legal, vez que estando a determinação expressa na Lei Orçamentária Anual faria com que o cumprimento acontecesse de forma mais célere, de acordo com a urgência.

Lei nº. 6.994/1998 – Institui a data de 29 de agosto como o Dia Estadual da Mulher Rural.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.



Lei nº. 7.980/2003 – Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Albergues para a Mulher Vítima de Violência e seus Filhos Menores.

Observação do CSTM: Norma que adentrou em Mato Grosso antes do advento da Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, não estando de acordo com a instituição das Casas Abrigos. Todavia, sugerimos atualização da norma para que o Poder Executivo garanta abrigo para as mulheres em casa específica, tendo em vista a inexistência de Casas Abrigos na maioria dos municípios do estado.

Lei nº. 8.044/2003 – Institui a Semana Estadual do Aleitamento Materno – SEAM.

Observação da CSTM: Importante norma. Porém, sugerimos a revisão, para constar a não obrigatoriedade das mulheres com a amamentação, bem como, a possibilidade de as mães amamentarem os seus filhos e filhas em qualquer lugar, como direito.

Lei nº. 8.222/2004 – Institui a Semana Estadual de Luta contra o Câncer de Mama.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.

Lei n. 8.416/2005 – Estabelece a nova Estrutura Organizacional da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social – SETECS, extingue a Fundação de Promoção Social do Estado de Mato Grosso – PROSOL, e dá outras providências.

Lei nº. 8.606/2006 – Institui o Dia Estadual de Combate ao Câncer de Mama.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 8.730/2007 – Institui a Semana de Conscientização sobre a Importância do Ácido Fólico para Mulheres na Faixa Etária de 10 a 40 anos.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres, resguardando o futuro aparecimento de espinha bífida.

Lei nº. 8.891/2008 – Declara 2008 como Ano da Mulher Mato-grossense.



Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 8.892/2008 – Institui a Semana da Mulher nos órgãos oficiais do Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 8.952/2008 – Institui o Dia Estadual de comemoração a Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 8.971/2008 – Estabelece normas de proteção à crença religiosa da mulher, no ambiente de trabalho, no que tange ao seu vestuário.

Observação da CSTM: Importante norma para garantia da liberdade de crença das mulheres.

Resolução nº. 2016/2011 – Dispõe sobre autorização para a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, através da Sala da Mulher, participar das ações do “OUTUBRO ROSA”.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 9.964/2013 – Institui no Calendário Oficial do Estado de Mato Grosso o Dia da Mulher Policial Militar.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 9.726/2012 – Institui o Dia Estadual de Mobilização pelo fim da Violência contra a Mulher.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 9.732/2012 – Dispõe sobre a Política de Diagnóstico e Tratamento da Depressão Pós-Parto, nas redes pública e privada de saúde.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.



Lei nº. 9.757/2012 – Institui a Campanha de Prevenção ao câncer de mama denominada mundialmente de “Outubro Rosa” no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 9.922/2013 – Dispõe sobre a divulgação do disque denúncia nacional de violência contra a mulher.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 9.961/2013 – Institui o Dia Estadual de Combate à Violência Doméstica contra a Mulher, a ser comemorado anualmente em 25 de novembro.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 10.095/2014 – Estabelece diretrizes para a Política Estadual de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.

Resolução nº. 3.612/2014 – Institui no âmbito da Assembleia Legislativa o Serviço de Auxílio no Combate à Violência Contra as Mulheres de Mato Grosso, denominado “SOS – Mulher Viva/MT”.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 10.274/2015 – Dispõe sobre a proibição do uso de recursos públicos para contratação de artistas que, em suas músicas, desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento ou contenham manifestações de homofobia, discriminação racial ou apologia ao uso de drogas ilícitas.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 10.349/2015 – Dispõe sobre a veiculação de propagandas contra a violência à mulher e o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em shows.



Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 10.394/2016 – Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno no Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 10.448/2016 – Institui o Dia da Mulher Empreendedora no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 10.449/2016 – Cria mecanismos de inibição de violência contra a mulher no Estado de Mato Grosso, por meio de multa contra o agressor em caso de utilização de serviços prestados pelo Estado.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres, porém de difícil exequibilidade. Sugerimos a mudança do termo ‘multa’ para ressarcimento, devendo o agressor efetivar a devolução aos cofres públicos do valor gasto para o atendimento da mulher vítima da violência por ele causada. Sugerimos análise legislativa da norma para que possa ser cumprida, dada a importância para a inibição e prevenção à violência contra as mulheres.

Lei nº. 10.476/2016 – Cria a “Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas”.

Observação da CSTM: Importante norma para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 10.506/2017 – Torna obrigatório o atendimento hospitalar diferenciado multidisciplinar às crianças e mulheres vítimas de violência sexual no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Lei de extrema importância para o enfrentamento à violência sexual.

Lei nº. 10.508/2017 – Dispõe sobre a prioridade de matrícula e transferência dos filhos de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nos estabelecimentos de ensino da rede pública.



Observação da CSTM: Lei bastante importante. Todavia, necessária a mudança legislativa para a substituição dos documentos contidos no artigo 2º, I, II, e III, para constar apenas um atestado ou uma certidão da vara de violência doméstica e familiar quanto ao trâmite de ação naquele juízo e vara, evitando a exposição das partes.

Lei nº. 10.580/2017 – Institui a Política Estadual de Qualificação Técnica e Profissional às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Lei bastante importante. Necessária a averiguação quanto ao cumprimento.

Lei nº. 10.616/2017 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de o placar eletrônico da Arena Pantanal conter informativo quanto ao combate à violência contra a mulher, à pedofilia, à exploração sexual, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo quando da realização de atividades esportivas.

Observação da CSTM: Lei importante, sendo necessária a averiguação quanto ao cumprimento.

Lei nº. 10.674/2018 – Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher no Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Lei importante para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 10.685/2018 – Altera dispositivos da Lei n. 9.964/2013, que institui no Calendário Oficial do Estado de Mato Grosso o Dia da Mulher Policial Militar, para pormenorizar as comemorações da data e dá outras providências.

Observação da CSTM: Lei importante para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 10.745/2018 – Dispõe sobre o atendimento diferenciado à mulher chefe de família, à mulher idosa e à mulher com deficiência nos programas habitacionais populares do Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Lei importante para os direitos humanos das mulheres.



Lei nº. 10.760/2018 – Institui a Campanha Permanente de Combate ao Machismo e Valorização das Mulheres na rede pública estadual de ensino de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Lei importante para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 10.784/2018 – Institui a Política Estadual de Formação e Capacitação Continuada de Mulheres para o Mercado de Trabalho no Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Lei importante para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 10.792/2018 – Institui o Programa Maria da Penha Vai à Escola, visando sensibilizar o público escolar sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher e divulgar a Lei Maria da Penha.

Observação da CSTM: Lei importante para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 10.853/2019 – Institui o Programa Permanente de Conscientização e Combate ao Assédio e Abuso Sexual no Transporte Coletivo Intermunicipal no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Sugerimos a modificação do artigo 3º, porquanto a Superintendência Estadual de Política Para Mulheres de Mato Grosso foi extinta. Lei importante para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 10.886/2019 – Dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o controle nos casos de cânceres de colo uterino e de mama, no âmbito da saúde do Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Lei bastante importante para os direitos humanos das mulheres. Todavia, ao nosso sentir, pende de regulamentação para o cumprimento.

Lei nº. 10.887/2019 – Institui o Dia Estadual de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres.

Observação da CSTM: Lei importante para os direitos humanos das mulheres.

Lei nº. 10.902/2019 – Dispõe sobre a instituição do Programa Feira da Mulher do Campo.

Observação da CSTM: Lei importante para os direitos humanos das mulheres.



Resolução nº 2016/11 – Dispõe sobre autorização para a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, participar das ações do “Outubro Rosa”.

Observação da CSTM: Lei importante para os direitos humanos das mulheres.

Resolução nº 3.612/2014 – Institui no âmbito da Assembleia Legislativa o serviço de auxílio no combate à violência contra as mulheres de Mato Grosso, denominado “SOS – Mulher Viva/MT”.

Observação da CSTM: Lei importante para os direitos humanos das mulheres.

PROJETOS DE LEI:

PL nº. 250/2015 – Dispõe sobre a contratação de mão-de-obra feminina pelas empresas que atuam no ramo da construção civil no Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Importante projeto de lei em prol dos direitos humanos das mulheres.

PL nº. 14/2017 – Dispõe sobre a criação do aplicativo “APP – APPLICATION” SOS VIDA MULHER.

Observação da CSTM: Importante projeto de lei no enfrentamento à violência contra as mulheres, porém, ao nosso sentir, necessária a adequação do para ofertar maior efetividade com delimitação da ação e para quais situações deverá atuar.

PL nº. 81/2017 – Fica o Poder Executivo autorizado a criar um banco de empregos para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Importante projeto de lei para garantia da equidade de gênero.

PL nº. 104/2017 – Institui o Programa de Atenção à Saúde da Mulher em Situação Prisional, no Estado de Mato Grosso.



Observação da CSTM: Sugerimos a garantia de atendimento médico e odontológico em todas as áreas e especialidades médicas, ampliando o VIII, artigo 2º.

PL nº. 153/2017 – Dispõe sobre o direito a informação acerca da obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS – no Estado de Mato Grosso, nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.

Observação da CSTM: Importante projeto de lei para garantia da saúde da mulher.

PL nº. 360/2017 – Determina a veiculação na internet de lista de pessoas condenadas por crime de violência contra a mulher praticado no Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Projeto de lei que, apesar da aparente inconstitucionalidade, tendo em vista os direitos da personalidade, é de suma importância para o enfrentamento da violência contra a mulher, não obstante estar de acordo com normas e tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário, que cuidam especificamente da dignidade da pessoa humana, como direito maior necessário para a vida em comunidade.

PL nº. 438/2017 – Dispõe sobre a criação do aplicativo “MULHER SEGURA”.

Observação da CSTM: Projeto de lei muito importante para que as mulheres se sintam mais seguras após a lavratura de Boletim de Ocorrências. Sugerimos que todas as mulheres vítimas de crimes cometidos por violência de gênero possam fazer uso mencionado aplicativo.

PL nº. 106/2018 – Institui a Lei do Esquecimento de Atos de Violência, Preconceito ou Desrespeito contra as Mulheres no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Importante projeto de lei, todavia, o Colendo Supremo Tribunal Federal – STF - decidiu, por maioria, que o direito ao esquecimento não está inserido no permissivo constitucional brasileiro é improvável.

PL nº. 110/2018 – Torna obrigatória nas unidades da rede estadual de saúde a realização de analgesia farmacológica para alívio da dor com administração de anestésicos após ser a parturiente informada sobre os riscos e benefícios de tal procedimento para o binômio mãe-filho (a) e concordar com sua administração.



Observação da CSTM: Sugerimos acrescentar ao projeto de lei que as mulheres deverão ser informadas, e, assim, devendo ficar ao alvedrio delas o direito de escolha quanto à administração de qualquer analgesia.

PL nº. 115/2018 – Dispõe sobre medidas contra a veiculação publicitária misógina, sexista ou estimuladora de agressão e violência sexual.

Observação da CSTM: Importante projeto de lei em prol dos direitos humanos das mulheres.

PL nº. 18/2019 – Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para mulheres na situação e nos locais que especifica.

Observação da CSTM: Projeto de lei muito importante para fomentar o acesso à cultura e educação em Mato Grosso pelas mulheres.

PL nº. 56/2019 – Institui a implantação de cursos à mulher gestante sobre cuidados e atendimentos emergenciais a crianças de zero a seis anos da rede hospitalar pública do Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Importante projeto de lei em prol dos direitos humanos das mulheres.

PL nº. 64/2019 – Institui no Calendário Oficial do Estado de Mato Grosso o Dia da Mulher Policial Civil.

Observação da CSTM: Importante projeto de lei em prol dos direitos humanos das mulheres.

PL nº. 65/2019 – Dispõe sobre a reserva de vagas de empregos para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas empresas prestadoras de serviços junto ao Poder Público do Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Importante projeto de lei. Sugere-se acrescentar no artigo 4º a fixação também no Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, para efeito de divulgação.

PL nº. 93/2019 – Institui e estabelece diretrizes para a Política Pública Estadual de Combate Comunitário à Violência Doméstica e Familiar contra a mulher.



Observação da CSTM: Importante projeto de lei. Dependerá de regulamentação se for aprovado da forma em que se encontra, ao nosso sentir.

PL nº. 98/2019 – Dispõe sobre o funcionamento ininterrupto, inclusive aos sábados, domingos e feriados, das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher no Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Importante projeto de lei para os direitos humanos das mulheres. Sugerimos que seja aplicado em todo o Estado de Mato Grosso, tendo em vista as delegacias de defesa da mulher se constituírem em porta de entrada das mulheres vítimas de violência.

PL nº. 105/2019 – Dispõe sobre a vedação ao acesso a cargos, efetivos ou em comissão, empregos e funções públicas no Estado de Mato Grosso das pessoas condenadas pela prática de crimes relacionados à violência sexual e à violência doméstica.

Observação da CSTM: Importante iniciativa legislativa que poderia ser ampliada para que constasse a vedação em ocupação de referidos cargos por pessoas que praticasse qualquer violência contra as mulheres em razão de gênero.

PL nº. 146/2019 – Institui a Política Estadual de Empoderamento da Mulher.

Observação da CSTM: Projeto de lei de grande importância, mas que pode ser melhor reformulado, para contemplar outros fatores no empoderamento da mulher. Sugerimos que conste os temas educação, enfrentamento à violência, saúde e cidadania.

PL nº. 165/2019 – Obriga os hospitais públicos e privados do Estado de Mato Grosso a comunicarem às delegacias de polícia, quando do atendimento em suas unidades de pronto atendimento, os casos de idosos, mulheres, crianças e adolescentes vítimas de agressões físicas.

Observação da CSTM: Essa obrigatoriedade já está prevista na Lei nº 13.931/2020, que modificou a Lei nº 10.778/2003, que cuida da notificação compulsória.

PL nº. 195/2019 – Institui o “Selo Estadual Prefeitura Amiga das Mulheres”.

Observação da CSTM: Importante projeto de lei para os direitos humanos das mulheres.



PL nº. 224/2019 – Dispõe sobre a vedação de uso de recursos públicos para contratação de artistas que, em suas músicas, coreografias e danças desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres à situação de constrangimento, ou que contenham manifestações de homofobia ou discriminação racial.

Observação da CSTM: Projeto de lei de grande importância, mas que penderá de regulamentação ao ser aprovado da maneira como foi apresentado.

PL nº. 229/2019 – Dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho a mulheres em situação de violência ou em situação de vulnerabilidade social em obras e serviços contratados pelo Estado.

Observação da CSTM: Importante projeto de lei para os direitos humanos das mulheres. Todavia, sugere-se a supressão do art. 2º, § 2º.

PL nº. 241/2019 – Dispõe, no âmbito do Estado de Mato Grosso, sobre a proibição de nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal n. 11.340, de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Observação da CSTM: Projeto de lei importante para o enfrentamento à violência contra as mulheres, e que pode ser anexado ao PL 105/219.

PL nº. 245/2019 – Assegura às mulheres com elevado risco de desenvolver câncer de mama o acesso ao teste de mapeamento genético por meio do Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Projeto de lei de extrema importância para o enfrentamento e prevenção ao câncer de mama.

PL nº. 248/2019 – Dispõe sobre a Política de Amparo e Assistência à Mulher Vítima de Violência no Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Importante projeto de lei para cumprimento da Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, tendo em vista as inúmeras políticas públicas contidas na mencionada norma.



PL nº. 260/2019 – Torna todos os assentos dos veículos de transporte coletivo público do Estado de Mato Grosso preferenciais para idosos, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e mulheres grávidas ou com criança de colo.

Observação da CSTM: Importante projeto de lei para garantia dos direitos humanos das mulheres, dada algumas vulnerabilidades ainda maiores de alguns segmentos.

PL nº. 276/2019 – Institui a notificação prévia às mulheres vítimas de violência, quanto à soltura do agressor no curso do processo judicial ou da investigação policial, bem como por concessão de qualquer benefício ou cumprimento de pena, no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Importante projeto de lei para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

PL nº. 317/2019 – Dispõe sobre a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Importante projeto de lei, tendo em vista a informação extraoficial de grande número de mulheres vítimas das variadas violências obstétricas.

PL nº. 324/2019 – Institui o Programa de Amparo e Cuidados à Mulher Alcoólatra.

Observação da CSTM: Importante projeto de lei. Sugerimos que seja ampliada para abarcar as mulheres em situação de qualquer dependência química.

PL nº. 328/2019 – Institui a Política Estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher no Estado de Mato Grosso, denominado Observatório Estadual da Violência Contra a Mulher.

Observação da CSTM: Projeto de lei muito importante, todavia, sugerimos que seja ampliado para abarcar toda e qualquer violência contra as mulheres.

PL nº. 377/2019 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exame sorológico de pré-natal em mulheres grávidas.

Observação da CSTM: Projeto de lei de muita importância para os direitos humanos das mulheres, garantindo o tratamento precoce de doenças.



PL nº. 391/2019 – Institui a Semana Estadual de Combate à Violência Obstétrica no Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Projeto de lei muito importante para fomentar e informar sobre a violência obstétrica. Sugerimos a indicação prévia da semana no projeto de lei.

PL nº. 418/2019 – Dispõe sobre a destinação de porcentagem específica das unidades de programas de loteamentos sociais e de habitação popular às mulheres vítimas de violência doméstica.

Observação da CSTM: Projeto de lei de muita importância. Sugerimos que a comprovação da violência doméstica aconteça através de certidão expedida pelo juízo ou vara onde tramita a ação, evitando a exposição das mulheres vítimas.

PL nº. 450/2019 – Obriga bares, restaurantes e casas noturnas a adotar medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco.

Observação da CSTM: Projeto de lei de bastante importância para os direitos humanos das mulheres. Sugerimos a criação de um fundo para enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado de Mato Grosso, a ser gerenciado pelo organismo estadual que cuida dessa violência.

PL nº. 459/2019 – Obriga bares, restaurantes, casas noturnas e de eventos a adotar medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco.

Observação da CSTM: Projeto de lei de extrema importância. Sugerimos a junção com o PL 450/2019.

PL nº. 492/2019 – Determina o custeio do Sistema Único de Saúde (SUS) do tratamento psicológico a pessoas vítimas de violência sexual.

Observação da CSTM: Projeto de lei de bastante importância para o enfrentamento da violência contra as mulheres, complementando a Lei 10.506/2017.

PL nº. 529/2019 – Dispõe sobre o registro e a divulgação bimestral dos índices de violência contra mulher no Estado de Mato Grosso.



Observação da CSTM: Importante projeto de lei para os direitos humanos das mulheres.

PL nº. 557/2019 – Altera e acrescenta dispositivos à Lei 9.922, de 24 de maio de 2013, que dispõe sobre a divulgação do Disque Denúncia Nacional de Violência Contra a Mulher.

Observação da CSTM: Importante projeto de lei para a prevenção à violência contra as mulheres.

PL nº. 601/2019 – Dispõe sobre a realização de exames de detecção de mutação genética dos genes BRCA1 e BRCA2 em mulheres com histórico familiar do diagnóstico de câncer de mama ou de ovário em todo o Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Projeto de lei muito importante para a prevenção e o enfrentamento ao câncer em mulheres.

PL nº. 607/2018 – Institui o Fórum Mato-Grossense de Igualdade de Gênero e Empoderamento Feminino.

Observação da CSTM: Projeto de lei de extrema importância para a discussão da temática violência contra as mulheres.

PL nº. 611/2019 – Dispõe sobre a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres das empresas que contratarem com o Poder Público do Estado de Mato Grosso.

Observação da CSTM: Projeto de lei importante para que os direitos equânimes sejam alcançados entre os gêneros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Após todo trabalho desenvolvido, com a escuta de muitas pessoas que contribuíram com as membras e o membro da CSTM da ALMT, apresentamos as seguintes proposições de ações, leis afirmativas e homenagens a mulheres:

ações afirmativas para a garantia da equidade e enfrentamento à violência contra as mulheres:



- 1 – Fomentar a criação de OPM (Organismos de Política Para Mulheres) em todo o Estado de Mato Grosso;
- 2 – Criação no Estado da Secretaria Estadual de Política Para Mulheres;
- 3 – Fortalecimentos das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher com maior efetivo para o atendimento das mulheres;
- 4 – Nos municípios onde as Delegacias de Defesa da Mulher não foram instaladas, necessária a instalação de Núcleos de Atendimento à Mulher dentro das delegacias, para que as mulheres possam se sentir amparadas;
- 5 – Fortalecimento e criação de casas abrigo em todos os municípios do estado;
- 6 – Criação de casa abrigo para mulheres vítimas de tráfico de pessoas;
- 7 – Aplicação do Protocolo de Femicídio no Estado de Mato Grosso, que já vem sendo aplicado em outros estados;
- 8 – Proposição de uma Câmara Setorial Permanente da Mulher no âmbito da ALMT, tendo em vista a necessidade de enfrentamento a toda e qualquer violência contra as mulheres;
- 9 – Criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais das Mulheres nos municípios de MT;
- 10 – Fomentar capacitação de todas as instituições e poderes no atendimento à violência contra as mulheres;
- 11 – Emendas parlamentares a serem apresentadas por cada parlamentar com a finalidade de efetivação dos direitos humanos das mulheres;
- 12 – Que a Sala da Mulher da Assembleia Legislativa de Mato Grosso voltasse à atribuição exordial, no atendimento aos direitos humanos das mulheres;
- 13 – Seminário por vídeo conferência em março/2021;
- 14 – Simpósio em agosto após finalizar o período pandêmico nos dias 13 e 14.



SUGESTÃO DE LEIS ESTADUAIS COM A FINALIDADE DE GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES:

1 – Lei para cumprimento do artigo 8º, IX, da Lei Maria da Penha, passando todas as escolas estaduais e terem em seus currículos escolares a matéria ‘Não Violência Contra as Mulheres’;

2 – Lei que garante crédito financeiro para que mulheres vítimas de violência doméstica possam garantir a independência com o próprio negócio;

3 – Lei que garanta a contratação nos quadros de trabalhadores e trabalhadoras de empresas privadas 5% (cinco por cento) destinado para mulheres vítimas de violência doméstica;

4 – Lei que garanta a facilitação de matrícula de filhos e filhas de mulheres vítimas de violência doméstica na escola mais próxima da residência da mulher vítima;

5 – Lei a determinar a instalação de um Centro de Atendimento a Mulheres Vítimas de violência que venha a procurar a capital;

6 – Lei que obriga todos os locais do estado de grande circulação de mulheres a adequar com informação visível sobre a Lei Maria da Penha, tais como: salões de beleza, clínicas de dermatologia; clínicas odontológicas; shopping centers;

7 – Lei determinando dentro do estado que todas as empresas públicas e privadas tenham ações/protocolos de enfrentamento aos assédios sexuais e morais no ambiente de trabalho;

8 – Lei que assegura às servidoras do Estado de Mato Grosso a falta justificada ao trabalho pelo período de três dias por ano para realização de exames de prevenção ao câncer de mama e câncer no colo do útero, com devida comprovação com os exames realizados.



ANEXOS

Anexo I – Atas

Ata 1- reunião em 06/06/2019

Aos seis dias do mês de junho do ano de 2019, às 10 horas, no Auditório Gervásio Leite, na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, com a presença da presidente da Câmara Temática Setorial, Desembargadora Maria Erotides Kneip, foi dado início à primeira reunião da Câmara Temática Setorial da ALMT, onde a presidenta deu início aos trabalhos, fazendo as saudações iniciais.

Encontravam-se presentes: Desembargadora Maria Erotides Kneip, Professora Jacy Proença, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, Dra. Clarissa Lopes Dias Maluf Pereira, Dra. Lindinalva Correia Rodrigues, Professora Vera Lúcia Bertoline, Dra. Jozirlethe Magalhães Criveletto, Eliana Aparecida Vitaliano, Tânia Maria Arantes, Figueira, Willian César de Moraes, Mayara Vitória de Souza Alves, Dra. Amini Haddad Campos, Telma S. R. Rodrigues e a Dra. Glaucia Anne Kelly Rodrigues do Amaral.

Os trabalhos começaram com a apresentação de cada integrante presente, com as expectativas do que se espera da Câmara, e, ainda, qual a contribuição deseja ofertar, conforme deliberação da presidenta.

A Dra. Clarissa, afirmou que deseja contribuir com a propositura de políticas públicas, legislação estadual, e rede de proteção para todo o Estado de Mato Grosso. Disse da possibilidade de a OABMT, através das subseções do interior, contribuir com as redes e trabalhos da câmara nos variados polos.

A Dra. Lindinalva, afirmou que atua na vara de violência doméstica e familiar desde o início, com o advento da LMP. Sugeriu que fosse repetida a mesma forma que trabalhou no Congresso Nacional. Foi feito um apanhado de todas as leis que dissessem respeito à mulher. Após, cada qual apresenta as leis, conforme obrigação assumida. Afirou que a violência doméstica passa pela educação, sugerindo que primordialmente juntasse todas as legislações referentes a mulheres, e, ao final apresentar um relatório sobre o que precisamos, exigindo do legislativo o cumprimento das deliberações, com o relatório final. A Dra. Lindinalva vê o momento como de principal importância para Mato Grosso, achando que deve acontecer a divisão de tarefas.

A Professora Vera Lúcia, elucidou que é assistente social e professora de Serviço Social da UFMT, afirmando que sempre tentou entender esse contexto de violência contra as mulheres. Disse que iniciou um trabalho antes do advento da LMP com os homens agressores, separando-os por grupos. Foi dada oportunidade a eles de falar, mostrando a mistura do cotidiano. Quando surgiu a LMP, a professora Vera tentou com o Poder Judiciário o mesmo trabalho e não conseguiu. Entende da importância da desconstrução do patriarcado. Entende que políticas públicas não podem ser propostas pelo Poder Legislativo, mas, sim, pelo Poder Executivo. Propõe a criação da discussão da desigualdade de gênero na escola. Sugeriu que convide um servidor ou servidora do planejamento do Poder Executivo.



A Dra. Jozirlethe afirmou que vivenciamos outra época na atualidade, entendendo que o atendimento à mulher é primordial, mas havendo necessidade de reeducação do homem. Dra. Jozirlethe trabalha desde 2004 com a temática mulher, presidindo a Câmara Temática da SESP. Disse que no ano passado trabalhou muito para a construção de núcleos de atendimento no interior. A delegada mencionou a preocupação com a saúde mental das mulheres vítimas. Regulamentar sobre a necessidade de encaminhar a mulher para o pronto atendimento de maneira prioritária.

Eliana Vitaliano elucidou sobre a sua história no combate à violência contra as mulheres, mesmo antes da LMP. Deseja contribuir com a educação da mulher migrante. Afirmou que há isolamento da mulher migrante, ficando refém dos homens. Apresenta alguns dados acerca do número de migrantes venezuelanos, haitianos no Brasil, o que contrapõe a afirmação de que estamos sendo invadido por eles, o que na verdade o número de brasileiros no exterior é bem maior do que estrangeiros no Brasil.

Tânia explanou que trabalha com a deputada Janaina Riva, que mostra preocupação com a violência contra as mulheres. Mostrou a necessidade de criarmos um observatório de violência contra as mulheres. Tânia ilustra sobre a necessidade de termos mulheres empresária em nosso meio, para ajudar a outras em dependência econômica. Disse da necessidade de criar leis sérias de amparo à mulher. Espera que essa comissão seja de cura social. Sugeriu: a criação de um observatório de violência contra as mulheres no estado, e o convite para estar na próxima reunião uma servidora da Sala da Mulher.

Dr. Willian dilucida que a presença dele se resume em decorrência de ter feito parte do Instituto IPE, levando cidadania para as escolas. Ele percebeu que era machista, porque achava que a violência doméstica nada representava. Começou a aprofundar na temática ao passar a trabalhar com a deputada Janaina Riva. Percebe, infelizmente, que as leis propostas pela deputada não são tratadas com respeito, quando trata de proteção à mulher. Acha importante ter como “carro chefe” o primeiro atendimento. Foi sugerido a ele o parlamento mirim paritário, 50% para cada gênero.

A Dra. Elizabeth explanou ser psicóloga e estar na assessoria da desembargadora Maria Erotides.

Mayana afirmou estar muito honrada em fazer parte da câmara, a convite do deputado Wilson Santos. Disse estar começando na temática, mas, com muita vontade. Afirmou da honra de estar trabalhando na câmara com pessoas já conhecidas por desenvolverem trabalho há tempos em defesa das mulheres. Falou estar pronta para trabalhar com afinco.

A Dra. Amini afirmou que desde que entrou para a magistratura, no ano de 1999, tem projetos na área de violência contra a mulher. Trabalhou sempre neste meio, tendo trabalhado na implantação de um núcleo de estudos científicos de vulnerabilidade dentro da UFMT, o qual coordena. A Dra. Amini tem muita preocupação com a questão indígena, com relação às mulheres. Informa que a LMP deve ser aplicado a qualquer raça, credo e etnia, motivo da preocupação com as mulheres indígenas, que tanto sofrem pelo aspecto cultural. A Dra. Amini entende da necessidade de participação da discussão da LDO. Trabalhar em polos específicos no Estado de MT para que sejam atingidas várias mulheres é primordial.

A Dra. Rosana afirmou da necessidade de olharmos todas as leis já existentes, e ver efetivamente aquelas que estão surtindo efeito no Estado ou não, e se estão regulamentadas ou não. Afirmou que MT é estado extremamente patriarcal. As nossas ações devem ser de desconstrução do patriarcado. Sugeriu que devemos ir além das atribuições da câmara, olhando para todas as Instituições e Poderes. Afirmou da necessidade de marcarmos uma reunião com o Presidente do Tribunal de



Justiça do Estado de Mato Grosso para conversarmos quanto à necessidade de mais varas de proteção à mulher vítima de violência doméstica e familiar, tendo em vista o grande volume de trabalho das duas varas especializadas. Falou na necessidade de trabalharmos pela instalação de um Conselho Estadual da Diversidade em Mato Grosso, que é recordista em mortes da comunidade LGBTQI+. Sugeriu que a câmara faça um diagnóstico de quem são as mulheres de MT, para trabalhar as leis e políticas públicas. Cursos em educação em direitos devem ser regulamentados por leis também, segundo ela. Acha importante um canal 0800 a ser amplamente divulgado, abrindo oportunidade de a sociedade fazer a proposição de leis e políticas públicas para a comissão. Informou que o deputado federal Dr. Leonardo deseja marcar uma reunião com esta comissão, com a finalidade de parabenizar pela iniciativa e conhecer os membros.

Telma Reis afirma que está no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, e que o trabalho dela na sociedade começou com o clube de mães. Afirmou que conviveu com mulheres pedindo socorro para tratamento do companheiro. Manifestou a disposição enorme em trabalhar na Câmara.

A professora Jacy iniciou a fala justificando a ausência da Eliane Rodrigues Lima, primeira mulher Bakairi bacharel em Direito, Consultora da FEPOIMT, por estar no hospital, pois entrou em trabalho de parto. Depois elucidou ser descendente de quilombolas e índios bororós, relatando um pouco da sua história enquanto militante que iniciou no movimento estudantil, sindical e concomitante com o movimento negro e de mulheres. Lembrou as primeiras discriminações por ela sofridas. Atuou em um leque muito grande, tanto no legislativo quanto executivo nas esferas municipal, estadual e federal, sempre fazendo os recortes étnico-raciais e de gênero, contribuindo para as suas ações e vivências. Relembra que o Reviv (Centro de Atendimento Integrado à Mulheres Vítimas de Violência) foi de extrema importância, revelando a importância do trabalho em rede e de se trabalhar, inclusive o agressor. Relata dois casos encaminhados pelo Reviv de se trabalhar com o agressor. Falou da importância de se registrar todo o trabalho da Câmara Setorial. Disse que esse trabalho agora da Câmara, já se tem alguns elementos sobre o tema, fruto dos registros dos seminários, conferências municipais, estaduais e nacionais e etc. Propõe fazer um levantamento de todo esse registro existente para sabermos o que foi e o que precisa ser feito. A professora Jacy disse ainda que, para chegar até a instalação da Câmara Setorial Temática sobre a Mulher, teve um caminho percorrido: de falar com o Dep. Wilson Santos sobre a necessidade de ir para além de realizações de Sessões Especiais para homenagens todo ano e que uma alternativa seria a instalação da CSTM com a participação de mulheres valorosas, com trabalhos prestados e reconhecidos na atuação em favor dos direitos humanos para as mulheres, o que ele de pronto aceitou, até porque, sempre foi envolvido com as causas sociais, desde o movimento Estudantil e enquanto deputado sempre ouviu e acolher propostas advindas das bases. E foi, assim, que fez o projeto de implantação da Câmara Temática Setorial e foi aprovada de acordo com o proposto. Quando conversou com o Deputado Wilson Santos, a ideia foi aprovada de pronto por ele, dando plena autonomia as mulheres membro, por reconhecer e respeitar o protagonismo delas. O requerimento contendo a proposta da instalação da Câmara Setorial foi tratado na Sessão Especial do dia 08 de março e apresentado e aprovado em Plenário dia 12, tendo em vista que as sessões da semana foram suspensas em virtude do carnaval; e registrado no dia 13/03, já contendo os nomes de algumas mulheres atuantes, que já haviam manifestado o interesse em participar. Esse período de aprovação e definição da equipe de trabalho possibilitou o Dep. Wilson Santos, inclusive, a propor à Deputada Janaina Riva atuação conjunta, superando qualquer diferença político-ideológica, partidária, não só por ser a única mulher no parlamento estadual, mas, sobretudo por ter atuação brilhante, fazendo a diferença. Desse modo, estariam somando esforços em favor da mulher, que, por sinal é a maioria da população, o que ela entendeu a importância e de pronto aceitou a parceria. A Professora Jacy afirmou que a Assembleia Legislativa e o gabinete do Deputado Wilson, o requerente, estarão à disposição da Câmara, bem



como o Núcleo de Câmaras Setoriais Temáticas, criada na estrutura da Casa com esse objetivo. Segundo a Professora Jacy, o Senador Jaime Campos e o deputado federal Emanuelzinho disseram que estarão à disposição no Congresso Nacional para contribuir com os trabalhos da Câmara Setorial, no que lhes couber, em caso de necessidade.

A Dra. Glaucia começou afirmando pela importância de todas as falas. Mencionou que viveu em lar machista, apesar de não conviver com violência doméstica em casa. Dra. Glaucia diz que o trabalho cultural e autoestima devem existir, para valorizar a mulher. Acha de fundamental importância para mulheres a formação, creches, atenção à saúde etc. Fez a sugestão de trabalhar por temas a cada dia. Acredita que devemos usar esse instrumento de maneira produtiva. Deixou como sugestão a Patrulha Maria da Penha no estado inteiro. Gostaria da participação da PM, BPW e MT Mamma na Câmara Setorial.

Ao final, a desembargadora Maria Erotides falou da importância do planejamento estratégico para a próxima reunião. Em razão do adiantado da hora, pela desembargadora estar comprometida com a sessão de julgamento já em andamento, encerrou os trabalhos, afirmando falar em expectativas e estratégias na próxima reunião, dia 10/06/2019, às 09 horas na sala 201, 2º andar, da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Sem mais, eu, Rosana Leite Antunes de Barros (Relatora) a digitei, com a revisão e alterações finais da Professora Jacy Proença (Secretária), a qual, assinamos às 13h35.

Ata 2- reunião em 10/06/2019

Aos dez dias do mês de junho do ano de 2019, às 09 horas, na sala 201, Sala Deputado Oscar Soares, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com a presença da presidenta da Câmara Temática Setorial, Desembargadora Maria Erotides Kneip, foi dado início à segunda reunião da Câmara Temática Setorial da ALMT, primeira reunião oficial da Câmara Temática, onde a presidente deu início aos trabalhos, fazendo as saudações iniciais.

Encontravam-se presentes: Desembargadora Maria Erotides Kneip, Professora Jacy Proença, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, Dra. Clarissa Lopes Dias Maluf Pereira, Dra. Jozirlethe Magalhães Criveletto, Eliana Aparecida Vitaliano, Tânia Maria Arantes, Figueira, Willian César de Moraes, Mayara Vitória de Souza Alves e a Dra. Amini Haddad Campos.

A desembargadora Maria Erotides iniciou os trabalhos informando que na primeira reunião realizada no TJMT, foi feita uma ata, que será lida no momento pela Dra. Rosana para aprovação.

Feita a leitura, Dra. Amini diz que gostaria de registrar que a Desembargadora Shelma Lombardi di Kato, foi a que tudo iniciou no que diz respeito à defesa da mulher vítima de violência doméstica e familiar.

Dra. Jozirlethe, na fala que em relação ao pronto atendimento da mulher, gostaria que constasse da regulamentação da lei do minuto seguinte, na primeira ata.

A desembargadora Maria Erotides relata que viveu em lar alemão. Viu a tia ser agredida pelo tio, e pediu ajuda quando criança para aquela mulher/vítima. Já magistrada, no início de 1986, teve o primeiro atendimento de mulher vítima. Lembra-se de que estava fazendo uma audiência muito importante que envolvia o cartel de Cáli sobre contrabando de éter. A Desembargadora, à época juíza, foi interrompida em uma dessas audiências em determinado dia por sua assessora, que trazia pedido de ajuda de uma mulher vítima de violência doméstica. Então, ela muito ocupada, pediu que a



secretária encaminhasse aquela mulher à assistente social e à psicóloga. Quando a desembargadora saiu daquela audiência se deparou com um bilhete na recepção do gabinete, com um pedido de socorro daquela mulher. Resolveu atender ao pedido da mulher com o bilhete encontrado. Era no Limpo Grande. Chamou um PM para acompanhá-la. Quando chegou ao local, de longe já ouviu gritos. A mulher estava toda ensanguentada com os filhos e filhas por cima, de modo que não era possível perceber quantas pessoas se encontravam feridas, devido a quantidade de sangue no local. A desembargadora socorreu a vítima a levando ao hospital. Então, desde aquela data, a desembargadora jurou que acreditaria sempre em uma mulher que afirmasse que era vítima de violência doméstica. Quando se tornou auxiliar da desembargadora Shelma pode a acompanhar no CLADEM e a outros lugares, tendo acesso a mulheres feministas, tal como Silvia Pimentel etc. Esteve em 1992 em San Diego, na Califórnia, onde muito aprendeu. Veio para o TJMT e foi escolhida para presidir o CEMULHER. Começou o trabalho com a Dra. Jozirlethe e com a Dra. Rosana. Fez indicadores no TJMT, de forma que é possível saber quais processos de violência doméstica estão parados ou não, assim também no feminicídio. Se os processos estiverem parados, acende uma luz vermelha, e o juiz ou juíza é perguntada a respeito. A média de medida protetiva do TJMT é de 8.000 por ano. Tem a experiência positiva de incluir as medidas protetiva no PJE. Foi escolhida como coordenadora nacional do Colégio de Coordenadoras. Pode levar ao Brasil inteiro o trabalho realizado aqui, para ser replicado. A audiência pública que foi feita pelo TJMT está sendo replicada em outros estados. A partir das nossas propostas pode garantir os direitos humanos das mulheres, a seu sentir. Houve várias propostas de acréscimo na nossa câmara. Consulta se devemos convidar ou trazer mais pessoas para compor a câmara, ou, se a convidaríamos para participar dos debates, de acordo com determinado tema. Pensa que se abrir para muitas pessoas, ficaremos com dificuldade de reunião.

A professora Jacy disse que gostaria que ficasse registrado a sua fala feita na primeira reunião, quando disse que o deputado Wilson Santos sempre teve muito comprometimento com as causas sociais, acolhendo as demandas apresentadas pelos movimentos. Assim, ele pautou a composição da câmara, dizendo, inclusive que confia muito nessas mulheres que são referência na causa das mulheres, e que acredita que esse trabalho trará resultados eficientes. Diz ainda, que o Dep. acredita tanto na capacidade e competência da mulher que buscou a parceria com a Dep. Janaína na instalação da Câmara. Entende que muitas mulheres valorosas poderiam fazer parte da composição, mas ficaria difícil até mesmo para garantir quórum nas reuniões. Diz que, segundo a lei acerca das câmaras, outras pessoas podem ser convidadas e contribuir oficialmente e terem o devido reconhecimento. Ressalta, como exemplo, a brilhante atuação da Dra Ana Emília, que contribuiu efetivamente na qualificação da equipe que atuou no Reviv_Centro de Atendimento Integral à Mulher Vítima de Violência, na Morada do Ouro. Vítima ainda Kall Marçal, do Instituto Mulheres + Q. Vencedoras, e Antonieta Costa, Nieta do Imune, que esteve conversando na semana anterior.

Tânia contribuiu afirmando que quanto maior o grupo de trabalho, mais difícil fica a reunião. As pessoas que fazem partes, cada uma em seu lugar, podem contribuir como convidadas.

Entende a Tânia que sem a presença masculina não se fala de política para mulheres. Tania sente falta de mais homens. Fez referência ao Dr. Geraldo Fidélis e ao Dr. Jamilson Haddad como pessoas que deveriam compor, e que faz falta aqui.

Dr. Willian entende que podem ser escolhidos temas específicos para serem trabalhados.

A desembargadora Maria Erotides disse que violência é um tratamento desigual de quem é apenas diferente. O que se quer é a garantia de direitos humanos para as mulheres. Segundo ela, há



necessidade de lembrar-se da ODS, a equidade de gênero, na agenda da ONU. A importância da câmara setorial, com essa agenda da ONU.

Dr. Willian diz gostaria de trazer psicólogos como convidados e o Dr. Jamilson, de acordo com os temas a ser trabalhados.

A Dra. Amini faz a observação necessária de que teve uma história de vida em razão de família sírio libanesa. Afirma que teve contato com a desembargadora Shelma desde a faculdade. Disse que se espelhou nela na magistratura. Teve muitos registros em Arenópolis, Araputanga, Alta Floresta e em todas as comarcas que teve a oportunidade de ser magistrada, atuou na defesa das mulheres vítimas, enfrentando a violência. Deve muito da formação em gênero à desembargadora Shelma. Teve a primeira pesquisa na UFMT sobre o comando da desembargadora Shelma. Acompanha muito a questão das etnias em MT. Acha que podemos convidar várias pessoas que somarão conosco, mas, entende que não devemos ampliar o número de componentes da câmara.

A desembargadora Maria Erotides menciona o Projeto JEP (jurisprudência da igualdade), ensinando magistrados e magistradas a decidir com igualdade. Inclusive a Ana Emília, esteve junto com a desembargadora Shelma na demanda.

A Dra. Clarissa também se posiciona quanto a convites para fazer parte, e não mais componentes. A sugestão dela é que em algum momento possamos convidar a desembargadora Shelma a estar conosco na câmara. Sugere uma homenagem ou contribuição dela.

A desembargadora Maria Erotides acrescenta que as nossas varas foram criadas no dia da sanção da LMP, por força da desembargadora Shelma. Os juízes e juízas de MT trabalham em dobro por aqui, por conta da hibridez. É mérito da desembargadora Shelma, ficando como um ponto sagrado.

A professora Jacy leu o artigo 6º do regimento das câmaras, que fala da colaboração de integrantes e indivíduos.

A Dra. Jozirleth falou sobre a desembargadora Shelma, e que não conhece qualquer aluno ou aluna que dela não tenha se sentido diferente com as respectivas aulas. A leveza da desembargadora Shelma em explicar era maravilhosa. A desembargadora Shelma fez muita diferença na vida dela. Não tem como essa desembargadora não fazer um aparte nessa câmara, já que faz parte da história das mulheres de MT. Consulta se podemos dividir os trabalhos conforme foi feito no I Plano Estadual de Políticas Para Mulheres. A Ana Emília é sumidade e poderia estar presente, assim como o MTMamma, chamando as etnias.

A Eliana fala que gostaria de agradecer a lembrança em trazer o Centro da Pastoral do Migrante, que é fenômeno tão amplo. O MTMamma acompanha uma mulher imigrante. Trouxe alguns números de imigração. 168.000 imigrantes venezuelanos vieram para o Brasil. Cada mulher representa uma luta nesta câmara, nas palavras dela.

Tania falou sobre um compadre que era médico e fez uma colostomia em uma mulher. A mulher não voltava para resolver o problema, o que fez com que ele a procurasse. O médico a procurou e descobriu que o homem estava usando o buraco da colostomia para sexo com a mulher. É uma situação de invisibilidade, quem assiste e quem é assistido. Estava conversando com a Dra. Amini sobre o Hospital Pérola Byton, referência no atendimento à mulher. É preciso assistência à saúde da mulher. Entende que podemos chamar alguém do Pérola Byton para estar conosco em alguma ocasião.



ALMT

Assembleia Legislativa

Por unanimidade, segundo a desembargadora Maria Erotides, foi decidido que não ampliaremos os componentes da Câmara, mas traremos convidados e convidadas. Entende a desembargadora Maria Erotides que não podemos trabalhar sem planejamento estratégico. A partir do momento que tivermos planejamento, qualquer um de nós pode conduzir as reuniões. Sugere que tenhamos sim uma reunião semanal, mesmo que não aconteça na ALMT. Pensa que podemos trazer uma parte mais básica do planejamento.

Tânia acha que fica mais objetivo, ela e o Willian podem trabalhar dentro do gabinete com as questões. A sugestão dela é tentar fazer o texto e afinar na próxima reunião.

A professora Jacy falou que em conversa da diretoria (desembargadora Maria Erotides, Rosana e ela), estavam pensando em alguns encaminhamentos e que a diretoria se reuniria para tratar da questão.

A Dra. Jozi acredita que trabalhar uma segunda etapa por temática é trabalhar matrizes, com vários objetivos.

A desembargadora Maria Erotides disse que reuniremos na Sala das Comissões TJMT na próxima segunda às 09 horas, e a diretoria se reunirá amanhã, na ALMT para pensar no planejamento.

A desembargadora Maria Erotides disse que independentemente dessa construção do planejamento, esta preocupada com a junção das legislações. A professora Jacy deu a ideia de buscar o arquivo do Instituto Memória da ALMT e pensarmos na formação dos grupos de trabalho para analisar cada especificidade.

A Dra. Jozirlethe disse das várias ideias, por exemplo: as mulheres quilombolas. Temos que pensar em tudo para ela, seria uma tempestade de ideia para cada grupo.

A Dra. Rosana se preocupa com as leis de hoje, com a legislação atual. Questionou aos representantes da Câmara que trabalham na ALMT quanto à possibilidade o mais rápido possível em se compilar essas leis.

Dr. Willian disse que ele e Tânia poderiam compilar as leis e encaminharem o quanto antes esse compilado para apreciação.

A desembargadora se preocupa com a questão do planejamento, para concatenar as ideias. Sobre os imigrantes, com a área de trabalho, cada qual na sua área. Trazer esse levantamento na próxima reunião é importante.

A Dra. Clarissa disse da forma mais clara para o entendimento deve ser a forma certa para o planejamento. Quanto mais claro seria melhor.

A desembargadora Maria Erotides disse das pessoas que não são aceitas nem como uma coisa e nem como outra, por exemplo, as bolivianas. A câmara precisa trabalhar.

Dr Willian quer dizer que, como assessor de uma deputada, trás ideias para discutir diariamente. Algumas coisas para deliberar ele gostaria de colocar no momento. Fizeram um projeto instituindo noções básicas de cidadania. Somente o MEC pode deliberar sobre criação de disciplina. Deve partir do Poder Executivo, por gerar despesa. Acha importante projeto de lei sobre direitos (LMP), coeducação em direitos e cidadania. Final de semana um deputado federal apresentou um projeto de lei, denominado "Lei Neymar da Penha". Conversando com a deputada Janaína viu extremo



ALMT

Assembleia Legislativa

retrocesso. A mulher tem muita corrente, aprisionamento, para fazer a denúncia. Queria ver se acha interessante a câmara abordar esse assunto.

A desembargadora Maria Erotides acha muito importante a proposta de uma moção de repúdio contra esse PL, denominado "Lei Neymar da Penha". Pensa na Dra. Rosana como redatora dessa moção, já que é escritora.

Dra. Rosana manifestou favoravelmente à moção de repúdio, e que pode elaborar e encaminhar aos componentes da câmara.

A professora Jacy disse que o gabinete do Dep. Wilson esta criando uma logo, Facebook, Instagram, e-mail para a Câmara, a fim de facilitar a comunicação, transparência e identidade visual para esse trabalho.

A desembargadora Maria Erotides perguntou em quanto tempo a Dra. Rosana conseguira fazer a moção, e foi dito por ela que em um dia.

A desembargadora Maria Erotides agradeceu a presença de todas e reafirmou que no dia 17 receberemos o deputado federal Dr. Leonardo. Afirmou, ainda, que no dia 24, dia de São João, teremos a próxima reunião ordinária.

A professora Jacy disse da importância de estreitar laços com a UCEMAT e AMM para envolver os municípios na realização de levantamento de dados e das audiências públicas.

Foi justificada a ausência da Professora Vera Bertoline, por se encontrar viajando; da Dra. Lindinalva Rodrigues, em razão do mestrado; e, de Telma Rodrigues, em decorrência da greve do transporte coletivo nesta manhã em Cuiabá, bem como da Eliane Rodrigues Lima, representante da população indígena, por ter dado a luz ao Samuel.

Estamos começando um novo Brasil nessa construção. Muito obrigada a todos e todas, finalizou a presidente da Câmara.

Sem mais, eu Rosana Leite Antunes de Barros (Relatora) o digitei, com a revisão e alterações finais da Professora Jacy Proença (Secretária), a qual, assinamos às 10h45.

Ata 3- reunião em 17/06/2019

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de 2019, às 09 horas, na sala 201, Sala Deputado Oscar Soares, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com a presença da presidente da Câmara Temática Setorial, Desembargadora Maria Erotides Kneip, foi dado início à terceira reunião da Câmara Temática Setorial da ALMT, onde a presidenta deu início aos trabalhos, fazendo as saudações iniciais.

Encontravam-se presentes: Desembargadora Maria Erotides Kneip, Professora Jacy Proença, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, Dra. Clarissa Lopes Dias Maluf Pereira, Dra. Jozirlethe Magalhães Criveletto, Eliana Aparecida Vitaliano, Willian César de Moraes, Mayana Vitória de Souza Alves, Dr^a Lindinalva Rodrigues, Telma Reis.

A desembargadora Maria Erotides iniciou os trabalhos informando que esteve em Belo Horizonte na última quinta-feira, discutindo a formação e aperfeiçoamento da magistratura em relação à Agenda da ONU acerca de equidade de Gênero. Fala ainda que em setembro participará de evento na África do Sul sobre Direitos Humanos na perspectiva de Gênero. Pretende também trazer à Cuiabá



encontro dos Tribunais de Justiça de todo o país e na oportunizar relatar sobre este trabalho da CSTM. Pede, na sequência, que a Dr^a Rosana Leite faça a leitura da ata da reunião anterior, bem como da Moção de Repúdio em resposta a propalada “Lei Neymar da Penha”, para a preciação dos membros.

Feita a leitura da ata, Prof^a Jacy fala da necessidade da mesma conter as alterações propostas por ela que não foram contempladas, como também a manifestada pela Eliane Vitalino.

Des. Maria Erotides apresenta ao Pleno o Dep. Leonardo, informando que a visita é decorrente da participação do Dep. Leonardo em audiência pública requerida pelo dep. Max Russi juntamente com a BPW sobre feminicídio, e que, na oportunidade, ela, Des. Maria Erotides falou sobre a CSTM e o dep. Leonardo se colocou à disposição para apoiar o trabalho, vindo, inclusive, pessoalmente à reunião para se manifestar, o que fora aceito por unanimidade, tão logo pautada em reunião da Câmara.

O Dep. Leonardo agradece à Presidenta e demais integrantes da Câmara pela abertura concedida, ao mesmo tempo em que manifestou seu contentamento, primeiramente por rever amigos que conquistou na Casa de Leis, enquanto deputado estadual, e segundo, por voltar para tratar de temas tão importantes, como esse proposto, voltado para as questões sociais, as quais tem focado sua atuação. Fala que teve oportunidade em sua região e enquanto parlamentar estadual, de desenvolver trabalho envolvendo diversos setores da sociedade, podendo, assim, sentir de perto a condição da mulher. Enquanto deputado federal, diz que, está elaborando projeto referente às candidaturas femininas, pois não concebe a condição de candidaturas laranja, comumente usadas nos pleitos eleitorais. Preocupa-se também com o tratamento destinado às mulheres que atuam nos espaços de poder, seja no legislativo, executivo, ou judiciário, por serdes vistas ainda como objetos sexuais, mesmo sendo mais preparadas, articuladas. Argumenta que as cotas instituídas de 30% de candidaturas femininas, depois cota para financiamento são importantes, mas não suficientes para suplantar essa questão cultural. Fala de projeto de capacitação em liderança, inicialmente de 100 mulheres, pelo Movimento Lidera Mais, pelo qual, essas cem mulheres, serão multiplicadoras em todo o país, independente da sua coloração partidária. Defende adoção das cotas de 30, 50% pelo tempo que for necessário para se conquistar a igualdade, equidade na representação política. Daí, a necessidade de se preparar mulheres líderes para tal.

Des. Maria Erotides faz um aparte, registrando que mulheres que foram candidatas, estão responde por crime eleitoral, em função de candidaturas laranja e foram lançadas a própria sorte. Outra condição é de mulheres que disputaram pleitos eleitorais em função de seus companheiros terem o impedimento legal e estas ganhando, são eles, e não elas que usam do mandato.

Dep. Leonardo retoma a fala dizendo que propôs alteração no Decreto-Lei nº 2.848/1940, a lei do Código penal, tornando mais pesada à lei para o agressor, devendo este permanecer no mínimo três meses preso, para se efetuar inclusive um trabalho pedagógico com esse agressor, que geralmente, em vista de regra hoje, quando preso, logo é solto, julgando que nesses crimes o que prevalece é a impunidade. Pede apoio da CSTM, no sentido de pressionar o Congresso Nacional quanto à aprovação desse projeto de lei que tem quatro pilares: 01) pena- o agressor precisa pagar pelo crime; 02) medidas protetivas- as medidas protetivas precisam ser asseguradas com celeridade, impedindo o aumento do feminicídio; 03) educação- a questão da violência contra a mulher precisa ser tratada pelos currículos escolares de forma aberta, pedagógica para que haja entendimento acerca da problemática; e, por último, trabalhar com os vitimizadores, mostrando que a violência, embora tenha sido uma vivência no cotidiano, ela não é natural. Diz que enviou todas as informações, dados e propostas ao Presidente da República e à Ministra Damaris. Informou ainda que falou com o



Governador Mauro Mendes para abertura de uma Agenda Social em Mato Grosso, em consonância com a Agenda da ONU, vendo, inclusive, a necessidade da representação da UNESCO no estado, cuja última lembrança é do trabalho junto à Prefeitura de Cuiabá à época do Dep. Wilson Santos e Prof.^a Jacy Proença, enquanto Prefeito e Vice-Prefeita da cidade. Faz referência a Copa Mundial de Futebol Feminino que tem trazido tanta alegria ao povo, mas que a população desconhece a realidade a qual as atletas estão submetidas, inclusive de se ganhar bem menos que os homens e não terem as mesmas condições. Nisso vê também a importância de concurso público, pois sem eles seria difícil as mulheres estarem dando as suas valiosas contribuições à sociedade enquanto líderes. Como disse, precisa-se romper a cultural machista, patriarcal, afirma. Então, o projeto de lei proposto, o de número 1526/2019, amplia os mecanismos de proteção à mulher.

Prof.^a Jacy faz um aparte, solicitando cópia do referido projeto de lei ao Dep. Leonardo, o que foi prontamente atendida.

Dr.^a Lindinalva solicitou também um aparte para propor ida da CSTM à Câmara Federal para cobrar posição em relação à aprovação do projeto.

Des. Maria Erotides propõe que a Dr.^a Lindinalva prepare um trabalho científico acerca do projeto de lei, bem como a Prof.^a Jacy Proença em relação ao curso de capacitação de lideranças para mulheres pelo Lidera Mais, no sentido da CSTM dar resposta, num prazo de trinta dias, com toda fundamentação necessária para a defesa dos projetos apresentados pelo Dep. Leonardo.

Dr. William informa do projeto de lei de autoria da Dep. Janaina Riva propondo a inclusão no currículo escolar de conhecimentos sobre a Lei Maria da Penha, o qual vê como importante o Dep. Leonardo replicá-lo na Câmara Federal.

Eliana Vitaliano fala da Semana do Migrante, onde ocorrerá uma noite cultural no dia 22/06, para a qual convida a todos da CSTM; fala também de reunião com o governo do estado para discutir o PPA nos dias 25 e 26, sendo, inclusive o dia 25- Dia Internacional do Migrante. Propõe que a CSTM busque cópia do PPA e disponibilize a todos os integrantes.

Dilma Camargo fala que atua com o Dep. Leonardo, que conhece algumas mulheres da CSTM, a exemplo da Eliana Vitalino, Prof.^a Jacy Proença, Dr.^a Lindinalva e que gostaria de propor, com base na experiência que teve enquanto Assessora da CPI para a Criança e o Adolescente na Câmara Municipal de Cuiabá, quando Roosevelt Coelho, esposo da companheira Eliana, foi vereador, e que produzira um documentário sobre o tema. Propõe que a CSTM produza um curta-metragem, documentário sobre a violência contra a mulher de forma pedagógica para que todos, lá na ponta, possam entender, já que somos muito visuais, afirma.

Des. Maria Erotides solicita uma cópia do documentário produzido para que seja entregue a todos os juízes e juízas. Pede manifestação da parte das integrantes quanto ao apresentado pelo dep. Leonardo.

Prof.^a Jacy Proença diz que a visita do Dep Leonardo superou as suas expectativas, pois esperava que viesse e se colocasse apenas a disposição para que a CSTM apresentasse alguma proposta que coubesse a ele, enquanto deputado que atua na Câmara Federal e, no entanto, está para além, pois retrata toda uma atuação e seu comprometimento com a causa e já nos apresenta projetos que corroboram com os trabalhos desta equipe de trabalho.



A jornalista Eunice Ramos fala de seu desejo de contribuir com os trabalhos e das campanhas que a TV Centro América vem realizando como forma de conscientização contra o machismo, a violência, etc. Pede sugestão de temas a serem trabalhados com esse viés.

Dra Clarissa se coloca á disposição para atuar junto com a Dra Lindinalva na sistematização da contribuição da CSTM ao projeto de lei do dep. Leonardo.

Drª Rosana Leite também manifesta a sua satisfação em relação à visita do Dep. Leonardo, a sua atuação e ao trabalho que vem desempenhando na Câmara Federal. Parabeniza-o pelos projetos apresentados.

Drª Josyrleth diz também que, conforme a Profª Jacy, se surpreendeu com o Dep. Leonardo e se coloca à disposição para atuar com Dra Lindinalva e Dra Clarissa em relação ao projeto de lei apresentado. Pede atenção especial ao crime de ameaça que não tem levado o agressor à prisão e a vítima não pode fazer nada. Diz que quando recebem a denúncia pelo 180 o procedimento não é o mesmo para o crime de cárcere privado ou lesão corporal, pois para a ameaça necessita-se de representação da vítima. Pede ao Dep. Leonardo que atue em cima disso, pois algo precisa ser feito. Sugeriu ainda à jornalista Eunice Ramos que seja feita uma campanha sobre a importunação sexual, que é de uma nova natureza, de nova roupagem, tornando-se, inclusive flagrante, caso um homem seja pego passando as mãos nas partes íntimas de uma mulher. Fala também que se constitui crime a reprodução de vídeo, ação incondicionada, citando como exemplo o caso Neymar.

Eunice Ramos propõe ainda se trabalhar VT sobre o sentimento de culpa que assola as vítimas. Drª Josyrleth reitera que principalmente em casos de abuso, violência sexual.

Des. Maria Erotides concede a fala ao Dep. Leonardo para as considerações e o agradecimento a ele pela Profª Jacy Proença.

Dep Leonardo faz as suas considerações finais dizendo que para não incorrer em vício de iniciativa, encaminhou suas propostas ao Presidente da República; que teve nesse período de atuação conhecimento de muitas histórias de sofrimento e que não poderia se calar diante disso. Agradece muito a Drª. Lindinalva, cujos estudos, trabalhos realizados por ela, embasaram, subsidiaram a sua atuação e na elaboração dessas propostas. Fala ainda que muita agressão é fruto do menosprezo à mulher, simplesmente pela condição de ser mulher; e que 52% não toma atitude nenhuma em função da condição a que está submetida, geralmente de dependência financeira e emocional, falta de qualificação, que estão expressos na justificativa do projeto apresentado. Aponta também outra questão que considera um tabu- o assédio sexual, que lhe incomoda muito. Na política, diz, saber o quanto a mulher sofre, tomando como referência, inclusive, a sua mulher, que sofre com o preconceito, pré-julgamentos por acharem que mulher na política tem outros interesses. Sabe que sua mulher sofre por ser sua articuladora política. Acata e compromete-se em estudar sobre o crime de ameaça. Fala que a instalação da CSTM é histórica em MT e no país e deve também levantar as dores da mulher, até porque entende que a libertação da pessoa passa em reconhecer-se vitimizada. A CSTM resultará em conquistas às mulheres, em políticas públicas efetivas, finalizou.

Profª Jacy Proença diz que em nome da CSTM, requerida pelo Dep. Wilson Santos e instalada com parceria da Dep, Janaina, manifesta contentamento e agradecimento a Visita do Dep. Leonardo que pelo que expôs vai ao encontro do propósito para o qual a Câmara foi criada- levantar e/ou propor legislação e políticas públicas que garantam combate à violência e igualdade de direitos e oportunidades às mulheres do nosso estado. Dá-se a impressão até que conversaram previamente sobre o tema. Mesmo em tempos difíceis que estamos vivendo, aparece uma luz que nos motiva, a



exemplo da instalação desta Câmara e de projetos ora apresentados pelo parlamentar. Diz ainda que a visita do deputado superou as suas expectativas. Agradece ao deputado por se colocar à disposição da CSTM, do mesmo modo que a CSTM se coloca à disposição do deputado para subsidiá-lo na defesa de propostas, projetos que venham efetivar políticas públicas que venham beneficiar, garantir mais dignidade às mulheres que não são seres isolados.

Dra Rosana Leite, após a saída do Dep. Leonardo, faz a leitura da Moção de Repúdio frente ao que fora denominado de Lei Neymar da Penha, que é aprovada por unanimidade e endereçada ao Dep. Wilson Santos e Dep. Janaina para apresentarem em plenário, se assim desejarem.

Des. Maria Erotides entra na pauta do Planejamento Estratégico, apresentando a equipe de Planejamento da Assembleia Legislativa, coordenado pelo Cel. Joselito, livramentense e, pelo qual, tem muito apreço. Apresenta as Assessoras Clélia, Raquel e Ariadne que ficarão responsáveis pela Consultoria à Câmara para elaboração do referido planejamento.

Clélia fala acerca da instrução Normativa 08/2019 que trata desse setor de planejamento na Casa e que esse trabalho junto a CSTM será o primeiro. Irão se debruçar inicialmente na identificação da identidade organizacional da Câmara, depois na missão, princípios, visão e objetivos.

Des. Maria Erotides solicita à equipe uma cópia do Planejamento Estratégico da Assembleia Legislativa para que o da Câmara esteja em conformidade e não faça nada no vazio.

Ariadne propõe trazer uma proposta da fase inicial do planejamento estratégico já na próxima reunião ordinária, no dia 24/06.

Raquel fala da necessidade de uma análise ambiental, mapa da equipe de trabalho da CSTM, levantando os pontos positivos e negativos e assim se obter o suporte necessário para se atacar os entraves.

Antes de encerrar a reunião, Des. Maria Erotides designa Prof^a Jacy Proença e Dra Rosana para acompanhar a tramitação, discussão do PPA e trazer as informações de onde poderemos intervir.

Dr^a. Clarissa informa que o CEDM, Conselho estadual dos Direitos da Mulher, já está trabalhando em cima do PPA, através de GTs constituídos de acordo com a área de interesse, o que Prof^a Jacy considera ser a contribuição efetiva que a Câmara necessita.

Des Maria Erotides registra a chegada em tempo e passa a palavra a Tânia Arantes para algumas informações.

Tania fala que em que pese uma atuação mais para a área cultural, a Sala da Mulher está disponibilizando 10 cursos, que vai desde o empoderamento da mulher até constelação familiar.

Prof^a Jacy Proença informa que de acordo com a designação da Presidenta, distribuiu na reunião passada cópia de Planejamento Estratégico da prefeitura de Cuiabá, em relação às políticas de ação afirmativa de gênero e raça e que distribui no momento aos membros cópia da proposta de regimento Interno da CSTM. Informa também que esteve tratando com a Dani de Paula, da Sala da Mulher, sobre o propósito da CSTM e da importância desta contribuir com os trabalhos, onde a Coordenadora se posicionou favorável com participação em reuniões quinzenais, compartilhando, inclusive, os dados, impressões que vem levantando ao longo desse período na Sala da Mulher. Prof^a Jacy diz ainda que a Coordenadora Dani de Paula foi convidada e esta confirmou a participação já nesta reunião, o que supõe que algum imprevisto a deva ter impedido. Fala também que esteve reunida



ALMT

Assembleia Legislativa

com a UCM-MT, o Presidente Edcley Coelho, que de pronto abraçou a proposta de ser parceira no levantamento das informações junto às Câmaras Municipais do Estado, já marcando reunião para dia 14 de agosto, às 14h com o Pleno da UCMMT para dar encaminhamento no processo, envolvendo a todos os vereadores, mas, principalmente as vereadoras. Profª Jacy diz que tratará ainda da questão nos próximos dias, junto a AMM- Associação Mato-grossense dos Municípios. Justifica ainda as ausências de Eliane Rodrigues Lima, Profª Vera Bertolini, Drª Amini.

Des. Maria Erotides vê como necessário e importante oficializar essas consultas junto às instituições a serem visitadas, o que de pronto fora acatado, devendo a Profª Jacy elaborar os ofícios e ela assinar enquanto Presidenta. Agradece a presença de todas e todos e encerra a reunião.

Sem mais, eu, Jacy Ribeiro de Proença, Secretária, digitei e assinei a presença Ata, às 11h30.

Ata 4- reunião em 24/06/2019

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de 2019, às 09 horas, na sala 202, Sala Sarita Barocat, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com a presença da presidente da Câmara Temática Setorial, Desembargadora Maria Erotides Kneip, foi dado início à quarta reunião da Câmara Temática Setorial da ALMT, onde a presidenta deu início aos trabalhos, fazendo as saudações iniciais.

Encontravam-se presentes: Desembargadora Maria Erotides Kneip, Professora Jacy Proença, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, Dra. Clarissa Lopes Dias Maluf Pereira, Willian César de Moraes, Tânia Arantes, Mayana Vitória de Souza Alves, Drª Lindinalva Rodrigues, Telma Reis, Drª Amini Haddad. Justificadas as ausências de Eliana Vitaliano, Eliane Rodrigues Lima, Drª Josyrleth Criveletto, Drª Gláucia Anne Amaral, Profª Vera Bertolini.

A desembargadora Maria Erotides iniciou os trabalhos informando que a pauta a ser tratada é o Planejamento Estratégico da CSTM, só que antes passa a palavra à Profª Jacy Proença para fazer a leitura da ata da reunião anterior para apreciação dos membros.

Profª Jacy cumprimenta e solicita atenção de todas as pessoas presentes à leitura da referida ata, tendo em vista que a reunião anterior fora muito rica, participativa, contendo muitas informações.

Após a leitura, a Des. Maria Erotides coloca a ata em apreciação, a qual é aprovada sem retificações, e solicita, logo em seguida, que o Núcleo de Câmaras Temáticas disponibilize as atas no e-mail criado à Câmara para que os membros possam acompanhar e rememorar as questões a serem executadas. Diz ainda que a reunião passada fora extremamente importante, com a visita do Dep. Federal Leonardo, originando, inclusive, novos desdobramentos a esta CST. Informa também que, ao sair da reunião passada, passando a frente do gabinete da presidência da Assembleia Legislativa, lembrou-se que ainda não havia feito à visita de cortesia, o que de praxe se recomenda. Chegando, deparou-se com o Dep. Wilson Santos que de imediato a conduziu e a acompanhou na conversa com o Dep. Eduardo Botelho, colocando-o a par dos trabalhos já desencadeados, impossibilitando, assim, o convite aos demais integrantes, o que fora perfeitamente entendido por todos.

Des. Maria Erotides na sequência passa para Equipe de Planejamento da ALMT apresentar, conforme encaminhamento da reunião anterior, a proposta inicial do Planejamento Estratégico.

A Equipe de Planejamento da ALMT, representada pelas consultoras Clélia Oliveira e Ariadne Carvalho, apresenta a metodologia de trabalho a ser seguida para a apresentação e discussão da proposta com exposição em Datashow da Missão, Visão, Valores, Objetivos Estratégicos, em suma,



da proposta de identidade organizacional da CSTM, em consonância e concomitante ao exposto no Planejamento Estratégico da ALMT, ficando, a princípio, após as discussões e contribuições, da seguinte forma: Missão- Garantir a efetividade dos direitos humanos e a equidade de gênero entre homens e mulheres no Estado de Mato Grosso; Visão- Ser uma representação de excelência na garantia dos direitos humanos e equidade de gênero entre mulheres e homens; Valores- Representatividade – agir de forma interativa, cooperativa e colaborativa na defesa dos direitos humanos e equidade de gênero entre mulheres e homens; Qualidade – agir com eficiência, eficácia e efetividade; Ética – atuar conforme os princípios da legalidade, impessoalidade, legitimidade e moralidade; Transparência – dar publicidade aos atos realizados em favor da mulher; Credibilidade – atuar com foco em resultados na busca da excelência; Comprometimento – agir com responsabilidade e dedicação com foco no resultado. Quanto aos Objetivos Estratégicos, a equipe de Planejamento entrega formulário, contemplando três perspectivas em relação à Sociedade, Processos Internos, Aprendizagem e Conhecimento e ainda quanto ao campo referente à Responsabilidade Financeira, a ser preenchido até a próxima quinta feira para que a equipe de Planejamento tenha tempo hábil de compilar e trazer já uma proposta na reunião do dia 01/07, às 09h, na Sala das Comissões 201. As contribuições devem enviadas para que Dr Willian as disponibilize no e-mail da CSTM.

Antes de encerrar a reunião, Des Maria Erotides consulta o Pleno se há algum ponto a mais a ser tratado e concede a fala a quem queira.

A Profª Jacy informa que a Comissão da Defesa da Igualdade Racial da OAB/MT, através do projeto da Drª Silviane Ramos e Drª Naryanne Cristina, que integram a referida comissão, estará realizando, nos dias 24 e 25 de julho, em Vila Bela da Santíssima Trindade o II Encontro Estadual de Mulheres Quilombolas de MT e o Iº Seminário sobre Empoderamento das Terezas, sendo o dia 25/07, inclusive, o Dia Nacional de Tereza de Benguela.

Des. Maria Erotides propõe que a Profª Jacy represente a CSTM nos referidos eventos, fazendo ofício a ser assinado por ela e dando os encaminhamentos necessários para isso, o que é aprovado.

Eunice Ramos, participante convidada, fala que estará participando de evento do CREA, oportunidade em que será homenageada, enquanto mulher que contribui para o desenvolvimento do estado e no qual gostaria de falar sobre a CSTM, o que também é autorizado. Fala ainda que 14% da categoria dos engenheiros são de mulheres.

Dr. Willian fala que em breve estará disponibilizando o resultado do levantamento da legislação concernente a mulher existente no sistema do Instituto Memória do Poder Legislativo.

Des. Maria Erotides antes de encerrar a reunião fala sobre o curso sobre Segurança Institucional, voltado para os as da área criminal e que várias mulheres da magistratura estarão fazendo. Agradece a presença de todas e todos e encerra a reunião.

Sem mais, eu, Jacy Ribeiro de Proença, Secretária, digitei e assinei a presença Ata, às 11h30.

Ata 5- reunião em 01/07/2019

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de 2019, às 09 horas, na sala 201, Sala Deputado Oscar Soares, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com a presença da presidente da Câmara Temática Setorial, Desembargadora Maria Erotides Kneip, foi dado início à quinta reunião da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT, onde a presidenta começou os trabalhos, fazendo as saudações iniciais.



Encontravam-se presentes: Desembargadora Maria Erotides Kneip, Professora Jacy Proença, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, Dra. Clarissa Lopes Dias Maluf Pereira, Dra. Jozirlethe Magalhães Criveletto, Eliana Aparecida Vitaliano, Willian César de Moraes, Mayana Vitória de Souza Alves, Drª Lindinalva Rodrigues, Profª Vera Bertolini.

A des. Maria Erotides registra a presença do Dep. Wilson Santos, ao mesmo tempo em diz que após a leitura da ata e alguns informes, concederá a palavra ao Parlamentar requerente da CSTM. Solicita ainda a inclusão do deputado no e-mail e grupo de whatsapp da equipe de trabalho.

Profª Jacy Proença faz a leitura da ata que na sequência é colocada em apreciação e aprovada por unanimidade.

A jornalista Eunice Ramos solicita a palavra para informar que esteve em evento do CREA, foi homenageada e falou sobre a CSTM, oportunidade em que a representante do CREA Mulher, que também é Vice-Presidente da Instituição, destacou a importância de fortalecimento da mulher na engenharia e informou que possui dados importantes para corroborar com os trabalhos da CSTM, o que é bem recebido por todos.

Des. Maria Erotides indaga a Dra. Lindinalva Rodrigues e a Prof.ª Jacy Proença acerca dos trabalhos científicos a serem produzidos e apresentados no prazo definido de trinta dias, ou seja, em 17/07, em relação aos projetos de lei e de formação de liderança relatados pelo Dep. Leonardo.

Dra Lindinalva afirma que sim, aguardando tão somente as contribuições da Drª Jorsylett e Drª Clarissa.

Profª Jacy solicita um posicionamento acerca da continuidade ou não do caráter científico do trabalho acerca do Lidera Mais, tendo em vista, ao manter contato com a Assessoria do Dep. Leonardo, contactou tratar-se de um projeto vinculado a um partido, o Partido Solidariedade, e que por sinal, ao ser trazido pelo dep. Leonardo à Câmara Setorial, o prazo de inscrição já havia se encerrado e que lhe parecia que não havia nenhuma inscrita de MT, o que precisaria confirmar junto a Nacional do partido.

Profª. Vera Bertolini informa que se encontrou com a Des. Shelma Lombardi e lhe informou sobre a CST, o que a entusiasmou, desejando êxito ao nosso trabalho. Reitera como já fora dito em reuniões anteriores, que a Câmara deva abrir um espaço para ela se pronunciar, já que foi pioneira nas ações voltadas à mulher no campo da justiça. Diz ainda que faltaram algumas reuniões, mas entende que a ação da Câmara não deve se preocupar com coloração partidária. E que não vê com bons olhos a proposta de emenda parlamentar, conforme fora ventilado pelo Dep. Wilson Santos.

Des. Maria Erotides lembra que no mesmo dia da sanção da Lei Maria da Penha se instalava as Varas Especializadas aqui em Mato Grosso, graças à atuação da Des. Shelma. Concomitante a isso, ela ensinou a juízes, ministros acerca da aplicabilidade da lei em encontros que promovia, inclusive no STJ. Em relação ao Lidera Mais pede posicionamento das demais pares.

Drª Lindinalva fala da importância dos projetos apresentados pelo dep. Leonardo e que nem sabe a qual partido ele pertence e que não se preocupa com isso. Vê mais pela postura e ideia do político, a exemplo do Dep. Wilson que propôs a instalação da CSTM e nem sabe também a qual partido o deputado pertence. Ressalta também a importância e atenção especial que se deve dar ao crime de ameaça. Tem havido muita desistência de processos nesse caso pelo caráter diferenciado dele, pois não se adota o mesmo procedimento aos demais crimes contra a mulher. Ele é diferenciado até porque o agressor conhece muito bem a vítima.



Prof.^a Jacy esclarece principalmente aos que não acompanharam as reuniões anteriores, primeiro que, desde que foi criada a CSTM ela foi criada com o propósito de desenvolver os seus trabalhos através de parcerias, com a comunhão de esforços de pessoas e instituições afins, independente de coloração partidária, portanto, um trabalho de caráter apartidário; segundo, que quando o Dep. Leonardo nos colocou em reunião, deu-se a impressão de se tratar de um projeto dele, enquanto parlamentar, o que foi constatado ser um projeto de uma instituição partidária, autônoma com liberdade e independência para gerir seus próprios projetos e que, portanto, não cabe emenda parlamentar, nos moldes propostos a este sim, mas sim naquele que está sob a responsabilidade da Dr.^a Lindinalva de exarar parecer, por se tratar de projeto parlamentar tramitando na Câmara Federal; terceiro, que o prazo das inscrições para concorrer a uma vaga se encerrou dois dias antes da reunião que nos foi apresentado o assunto e que no início do semestre vão começar as aulas por módulos. E que ao pesquisar sobre o assunto percebi que outros partidos também desenvolvem ações de formação de lideranças para mulheres, como o PSB, por exemplo.

Dr.^a Clarissa Lopes propõe que se deixe o caráter científico do trabalho e se passe a levantar e publicizar as instituições, movimentos e projetos de capacitação existentes para que todos, em especial as mulheres tenham conhecimento e possam vir a inscrever e participar. Esse, por exemplo, nós nem sabíamos, afirma.

Prof.^a Vera Bertolini fala que em no final de 1990, o NUEPOM articulado com a AMM e IBAM desenvolveu projeto de formação de mulheres e propõe a retomada dessa ideia, desvinculada de partido para formação continuada.

Dr.^a Rosana Leite propõe que se trabalhe capacitação em Direitos Humanos via Sala da Mulher.

Eliana Vitaliano lembra período que a instituição Fé e Alegria, vinculada a Igreja Católica, desenvolvia esses cursos, capacitações. Propõe estudo sobre o porquê que a mulher não entrar para a política.

A funcionária Geane, representante da Sala da Mulher diz que está no setor há 15 anos e que a Sala tinha uma atuação na formação política muito forte, o que Dr.^a Lindinalva pode testemunhar. Hoje, diz, o caráter é de se trabalhar mais o social, voltado para a geração de emprego e renda.

Dra Rosana Leite, atendendo solicitação da Des. Maria Erotides, informa que no dia 27 de junho realizou Seminário “Em Defesa Delas”, reunindo todas as Defensorias Públicas do País para tratar sobre: Direitos Humanos das Mulheres, Ações Afirmativas em Mato Grosso, Desafios das Mulheres Negras e Mulheres em Situação de Rua. Pretende ainda, através do CONDEGE, levar a proposta da CSTM para outros estados. Des. Maria Erotides que participou do referido seminário diz que a Dr.^a Rosana falou muito bem sobre a CSTM e afirmou dizendo que somos responsáveis pela mudança de olhar acerca da mulher. Registra mais uma vez a presença e os agradecimentos ao Dep. Wilson Santos pela instalação da CSTM, solicitando ainda ao deputado um posicionamento acerca do 0800 para ser um canal aberto de comunicação com as mulheres do estado.

Dep. Wilson Santos fala que vai dar um encaminhamento para a questão do 0800. Na sequência diz que o maior aplauso que o ser humano pode receber é o da sua própria consciência e que o trabalho não é dele, mas um trabalho de décadas por mulheres valorosas. Cita Einstein, Físico teórico alemão, dizendo: “É mais fácil dividir um átomo do que derrubar um mito”, ou seja, é tarefa difícil mudar um comportamento, mudar cultura. Crê que a CSTM proporá, inclusive formas de tratar os homens, os agressores. Manifesta sua alegria em ver o trabalho, o rumo que a CSTM está tomando. Propõe que a cada reunião seja destinado uns dez minutos, por exemplo, para que uma membro possa apresentar um estudo sobre uma mulher que julga importante, mulher que atuou para além de seu



tempo, servindo de referência, a exemplos das mulheres na bíblia em passado distante e de Dunga Rodrigues, Anita Garibaldi, a primeira mulher prefeita do país, que é de Rosário Oeste. Estas mais da atualidade. Registra a admiração pela atuação, em seu setor, de cada uma integrante que compõe a CSTM. Agradece ainda ao Dep. Botelho, Presidente da ALMT e a Dep. Janaina Riva por todo o apoio dado. Fala que fica chocado com o alto índice de feminicídio registrado. A cada duas horas uma mulher é assassinada pelo seu companheiro e que não tem como adormecer a sua indignação diante disso. Agradece e parabeniza a todas da Câmara, em especial a Presidenta Des. Maria Erotides, pela sua experiência, pelo trabalho metódico que agrega, atrai parceiros e por reunir todas as qualidades para gerir este trabalho. Sua presença constituir-se-á num divisor de águas.

Dr^a Lindinalva, atendendo a solicitação da presidenta, faz os agradecimentos ao Dep. Wilson Santos, dizendo que ao ouvir o deputado, que por sinal foi seu professor, ia pensando acerca das tantas lutas pelos direitos humanos das mulheres e que nem sempre foi questão de gênero, pois há mulheres que chegaram ao poder e não nos representaram, E, no entanto, existem homens, a exemplo do deputado Wilson Santos, que olha pela nossa causa, se coloca ao nosso lado e nos apoia, diz. Agradece ao deputado em nome da CSTM.

Elaina Vitaliano solicita a palavra e diz que relembra a experiência inicial de trabalho com a causa da mulher na Casa de Amparo, na qual teve todo o apoio do Prefeito Wilson e da Vice-Prefeita, Prof^a Jacy, como também do Dr. Mário Conno, que, inclusive tomará posse como desembargador. Figuras masculinas que apoiam nossas ações.

Des. Maria Erotides registra que o Dr Mário Conno tomará posse no TJ nesta tarde e irá ocupar uma vaga na Câmara de Direito Público.

Eliana Vitaliano propõe ainda que seja produzido VT com apoio da Sala da Mulher e TV Assembleia sobre a CSTM para veicular nas redes sociais e disponibilizarmos para todos os parceiros, o que é acatado.

Mayana Alves solicita espaço para apresentar as propostas de logo da CSTM e as redes sociais criados pelo Edilson Proença, o responsável pelo design gráfico e assessoria de mídia social, do gabinete Dep. Wilson Santos, recaindo a escolha pela terceira proposta com algumas alterações: tipo de letra, perfil mais feminino das imagens e a inclusão de boneco negro para expressar a diversidade étnico-racial.

Des. Maria Erotides agradece a presença do Núcleo de Planejamento da Assembleia Legislativa, ao mesmo tempo em que dá o seguinte encaminhamento: cada membro deverá enviar uma proposta de objetivo estratégico de acordo com as perspectivas traçadas. Apresenta ainda estudo sobre Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Bárbara M. Soares a ser disponibilizado no grupo de whatsapp a todos.

Prof^a Jacy Proença justifica a ausência de Telma Reis, Eliane Rodrigues Lima, a representante bakairi, que nos informou que participará já da próxima reunião.

Dr. Willian informa ainda que passará às mãos da Prof.^a Jacy, Secretária, o levantamento das leis existentes no sistema, e disponibilizado pela Secretaria de Assuntos Legislativos, bem como cópia de projeto de lei de autoria da Dep. Janaina Riva que institui a disciplina Direitos Humanos das Mulheres nos ensinos fundamental e médio de toda rede educacional do estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Des, Maria Erotides agradece a presença de todas e todos e encerra a reunião.



Sem mais nada a tratar, eu, Jacy Ribeiro de Proença, Secretária, digitei e assinei a presença Ata, às 10h55.

Ata 6- reunião em 08/07/2019

Aos oito dias do mês de julho do ano de 2019, às 09 horas, na Sala 201, Sala Deputado Oscar Soares, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com a presença da presidente da Câmara Setorial Temática da Mulher, Desembargadora Maria Erotides Kneip, foi dado início à sexta reunião da Câmara Setorial Temática da ALMT, onde a presidente deu início aos trabalhos, fazendo as saudações iniciais.

Encontravam-se presentes: Desembargadora Maria Erotides Kneip, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, Dra. Clarissa Lopes Dias Maluf Pereira, Professora Vera Berolini, Dra. Lindinalva Correia Rodrigues, Dra. Jozirlethe Magalhães Criveletto, Dra. Amini Haddad Campos, Mayana Vitória de Souza Alves, Eunice Ramos, Tania Figueira Arantes.

Foram justificadas as ausências: Professora Jacy Proença (com atestado médico), Dra. Glaucia Anne Kelly do Amaral (compromisso na Procuradoria Geral do Estado) e Telma S. R. Rodrigues (compromisso anteriormente agendado), Dr. Willian César de Moraes (férias regulamentares) e da Eliana Vitaliano que se encontrava a trabalho em Barra do Garças.

A desembargadora começou a falar que seguiremos com o planejamento estratégico da câmara para a conclusão em pelo menos mais três sessões. Passou a palavra para Mayana para a leitura da ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade.

Através de proposta do deputado Wilson Santos foi deliberado pela CSTM que a cada reunião será apresentada a biografia de uma mulher que tenha influenciado outras mulheres. Professora Vera Bertolini fez homenagem a Rose Marie Muraro, dizendo que a escolha foi em razão de ter influenciado muito a sua vida acadêmica. Rose Marie Muraro era católica ao extremo, e filha de libaneses, o que a fez se lembrar da Dra Amini Haddad. Era, ainda, socióloga e feminista. A professora Vera discorreu sobre muitos aspectos da vida da escritora, mencionando a contribuição ao feminismo.

A Desembargadora Maria Erotides pediu para que a próxima mulher seja homenageada pela Dra. Amini Haddad, que prontamente aceitou em se prontificou a fazer o estudo e escolha.

Dani de Paula se apresentou representando a Sala da mulher. Falou que a CSTM dará voz às mulheres que necessitam. Colocou a Sala da Mulher à disposição da CSTM, que se encontra em transformação e será uma sala social. Mas, ressalta que as transformações serão olhadas para as mulheres. Disse que fazem escutas de mulheres quando ocorrem os mutirões sociais. Relatou que semana passada esteve nos municípios de Pontes de Lacerda e Itanhangá, e que ouviram mulheres na ocasião. Agradeceu ao deputado Wilson Santos e a deputada Janaína Riva pela sensibilidade na criação da CSTM. Disse que poderão acompanhar as demandas das mulheres por um ramal e por whats. A desembargadora Maria Erotides falou da necessidade desse canal ser a qualquer hora, ou seja, 24 horas.

A jornalista Rosemiere Felfili disponibilizou a SECOM da casa para a CSTM. Disse estar à disposição para trabalhar com a CSTM, afirmando que sempre que puder comparecerá às respectivas reuniões desta Câmara. A desembargadora Maria Erotides agradeceu a presença e disposição para colaborar com a CSTM.



ALMT

Assembleia Legislativa

A psicóloga Adriana da ALMT se apresentou e também se colocou à disposição da CSTM. Disse estar com um projeto “Ela Pode”, com a finalidade de empoderamento da mulher. A presidente agradeceu a presença e disposição em contribuir.

Tania Arantes apresentou a vereadora Meire Pazeto de Nova Xavantina que se encontrava presente. Meire disse ser a única vereadora daquele município, e vem tentando fazer com que as mulheres da localidade passem a se interessar por política. Informou que lá trabalham em política pública e não partidária. Afirmou que sempre trabalhou na área social, já tendo exercido a função de secretária de saúde. Disse que onde estivermos somos representantes da maioria, agradecendo a oportunidade de estar na reunião da CSTM.

Tania Arantes disse estar preocupada com as mulheres de Nova Xavantina, já que elas abandonam o trabalho com o tempo. Em Canarana, afirmou Tania ter conhecido uma ativista indígena. Essa ativista faz roda de conversa com as mulheres indígenas, e que gostaria de contar com a CSTM em Canarana. Tania elucidou que se lembrou da Dra. Amini em contato com as indígenas, em razão da preocupação dela com essas mulheres. Outra pessoa que conheceu, segundo Tania, foi a Dra. Claudia de Canarana que trabalha com meninas grávidas na adolescência.

A Desembargadora Maria Erotides falou da preocupação com o planejamento estratégico para poder atender a todas as mulheres do estado, em decorrência da fala da Tania.

Foi passado o vídeo da TVCA pelo enfrentamento à violência doméstica e familiar que está sendo veiculado no canal aberto.

A Desembargadora Maria Erotides ponderou sobre a exposição em homenagem ao político Dante de Oliveira que está ocorrendo no saguão da ALMT, cujo convite foi passado à CSTM pelo deputado Wilson Santos.

A desembargadora passou ao planejamento estratégico da CSTM.

Professora Vera Bertolini disse da importância de fortalecer o protagonismo do CEDMMT.

A desembargadora Maria Erotides disse da proposta da professora Vera Bertolini como de extrema importância para as mulheres, lembrando da necessidade da instalação e fortalecimento dos conselhos municipais das mulheres em todo o estado.

A desembargadora informou quanto ao problema de Sorriso\MT, tendo em vista os inúmeros feminicídios que vem acontecendo. A preocupação é grande, o que é visível com o crime de feminicídio acontecido na semana passada com o sobrinho que arrancou o coração da tia. A desembargadora afirmou que acontecerá uma reunião para a formação da rede em Sorriso\MT na próxima sexta feira, dia 12 de julho, e almeja que saiam os participantes dessa reunião com a rede de intenções assinada.

A Dra. Lindinalva afirmou que gostaria de fazer uma sugestão de certa forma ousada, conforme já conversou com a Dra. Rosana Leite. Ela entende que a criação dessa câmara foi algo de mais importante em tema de acontecimento na defesa da mulher do estado. Reforçou que a cada reunião teremos mais demandas e trabalho. Entende que essa câmara deveria se tornar permanente. Percebe da necessidade de criarmos junto à presidência da casa essa câmara como permanente. Ela entende que haverá uma frustração e entristecimento da sociedade caso a câmara venha a se desfazer com apenas um trabalho. A carência das mulheres pelas políticas públicas não se encerram



ALMT

Assembleia Legislativa

em três meses. Pediu que todas as presentes que compõe a CSTM fossem ouvidas para manifestar sobre o seu pleito.

A Dra. Clarissa entende necessária a permanência da câmara. Entende que é uma oportunidade para contribuição para as mulheres.

Dra. Amini também concorda e acha que MT deve ser um pólo de irradiação. Imagina se tivéssemos uma CSTM no Congresso Nacional seria de extremo proveito. Há muito para ser feito.

Dra. Jozirlethe também concorda, inclusive afirmando que a câmara temática da SESP também é permanente. Ela entende que não tem como colocar em prática toda a demanda. Serão definidas metas a longo prazo. Somando ao já dito pelas companheiras, acredita que teremos que transformar de efeito permanente dentro da ALMT.

Professora Vera disse que irá na contramão da discussão, pois o objetivo primeiro como pessoas que se encontram na elite da discussão, é que deve haver monitoramento com os conselhos. Ela disse que precisa que a ALMT tenha um comitê que os oriente na fatia do orçamento para atender aos direitos das mulheres. Política pública não se faz com sobra. Acha que os 180 dias são suficiente para o propósito inicial.

Dra. Rosana afirma da necessidade de permanência dessa câmara, apesar de respeitar a contribuição da professora Vera. Entende que Mato Grosso é estado extremamente machista, e que precisamos continuar as discussões dentro dessa Casa de Leis, para que as mulheres sejam ouvidas. Afirma Dra. Rosana que somos referência na aplicação da Lei Maria da Penha no que diz respeito ao sistema de justiça. Logo, precisamos ser referência também com a criação e manutenção dessa CSTM, a transformando em definitiva, até que possamos mudar a realidade do estado. Precisamos terminar em 180 dias o primordialmente proposto, e trabalhar para a permanência dessa câmara.

Eunice Ramos disse que aqui está reunida a elite das discussões da defesa da mulher, afirmando que gostaria de ver essa câmara como permanente.

A Dra. Jozirlethe disse da preocupação com a Sala da Mulher ser social, mais um motivo para a CSTM ser permanente.

Mayana disse que concorda com a permanência da câmara, entendendo ser primordial para as mulheres as decisões aqui tomadas.

A Desembargadora Maria Erotides disse que quer trabalhar para que a CSTM se torne indispensável, só assim será obrigatoriamente permanente. Daqui a 120 dias teremos produzido tantas ações que o parlamento achará importante continuarmos.

Dra. Jozirlethe questiona da importância de criar uma comissão dos direitos das mulheres.

Dra. Lindinalva disse que ninguém luta pelos direitos das mulheres adultas especificamente, e essa é uma preocupação dela.

Dra. Amini disse que o nosso papel é o universo feminino independentemente da idade, tal como mencionado pela própria Lei Maria da Penha.



Dra. Lindinalva reforça a preocupação com as mulheres adultas, pois outras prioridades existem e são atendidas. Entende da importância de centros de referências para mulheres, sendo Mato Grosso o único estado da federação que não possui.

Dra. Jozirlethe entende que estaria contemplado dentro do primeiro objetivo do planejamento estratégico o pleito da Dra. Lindinalva.

Ficaram definidos os objetivos estratégicos do planejamento estratégico da CSMT, conforme documento em anexo, o que na data foi acompanhado pela servidora do Planejamento Estratégico da ALMT, Ariadne Fabienne.

A desembargadora Maria Erotides disse quanto à ofensa contra a Defensora Pública da Bahia, Dra. Fernanda Nunes, no júri. Propôs uma moção de repúdio e encaminhamento para o CNMP e Corregedoria do Ministério Público da Bahia. Dra. Amini e Dra. Rosana ficaram responsáveis pela elaboração da nota.

A desembargadora Maria Erotides disse que recebemos um ofício da deputada federal Rosa Neide para visitar a CSTM. Propôs que gostaria que ela viesse no início de agosto, em razão do término do planejamento estratégico.

A desembargadora Maria Erotides dilucida que a Dra. Amini e o Dr. Jamilson Haddad fizeram o projeto de um curso de gênero dentro da ENFAM que foi de plano aprovado.

A Dra. Lindinalva disse que gostaria de saber onde esta a revista da CSTM dentro do planejamento estratégico, tendo em vista a importância desse periódico. A Dra. Amini disse que esta contemplada no planejamento.

A Professora Vera já justifica a ausência dela entre os dias 11\07 até 01\08, pois estará cuidando da genitora com mal de alzheimer em outro estado da federação.

Quanto à audiência pública requerida pelo deputado federal Emanuelzinho, a Dra. Lindinalva conversará sobre a possibilidade de representação em Brasília pela CSTM, e, caso ocorra a insistência na realização em MT, mudar a data para após o recesso.

A desembargadora Maria Erotides fez a proposição do que foi avançado até hoje ser encaminhado para cada uma de nós, no que diz respeito ao planejamento estratégico. Cada objetivo terá uma meta no mínimo, e, no máximo duas. Metas são quantificadas, ou seja, em quanto tempo a cumpriremos, os responsáveis, o que fará, e, até quando.

Mayana leu a emenda do deputado Wilson Santos contemplando uma emenda de 400 mil para os Núcleos de DEAMS do interior.

A desembargadora Maria Erotides menciona sobre o projeto de lei sobre as cotas. Decidiu-se que todas estudarão sobre as cotas para decisão.

A desembargadora Maria Erotides encerrou os trabalhos do dia mencionando o adiantado da hora e desejando uma feliz semana a todas e todos os presentes.

Sem mais, eu Rosana Leite Antunes de Barros (Relatora) a digitei, às 12:15 horas.

Ata 7- reunião em 15/07/2019



Aos quinze dias do mês de julho do ano de 2019, às 09 horas, na sala 201, Sala Dep. Oscar Soares, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com a presença da presidente da Câmara Temática Setorial, Desembargadora Maria Erotides Kneip, foi dado início à sétima reunião da Câmara Temática Setorial da ALMT, onde a presidenta deu início aos trabalhos, fazendo as saudações iniciais.

Encontravam-se presentes: Desembargadora Maria Erotides Kneip, Professora Jacy Proença, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, Dra. Clarissa Lopes Dias Maluf Pereira, Tânia Arantes, Mayana Vitória de Souza Alves, Telma Reis, Dr^a Amini Haddad, Dra Jorcyleth Criveletto, Dra Glauca Ane Amaral, Eliane Rodrigues Lima- Bakairi, Eliana Vitaliano. Justificadas as ausências da Dr^a Lindinalva Rodrigues em consulta médica e da Prof^a Vera Bertolini em viagem.

A desembargadora Maria Erotides iniciou os trabalhos informando que a pauta a ser tratada é a finalização do Planejamento Estratégico da CSTM, só que antes passa a palavra à Prof^a Jacy Proença para fazer a leitura da ata da reunião anterior, feita pela Dr^a Rosana Leite, para apreciação dos membros.

Prof^a Jacy cumprimenta todas as pessoas presentes, informa que não pode fazer revisão em função da sua ausência à reunião anterior e procede a leitura da ata que é aprovada com a inclusão da justificativa da ausência da Eliana Vitaliano por motivo de viagem à Barra do Garças.

Des. Maria Erotides coloca também em apreciação a Moção de Repúdio em nome da CSTM elaborada pela Dr^a Amini Haddad e Dr^a Rosana frente ao caso de violência de gênero praticado contra a mulher e Defensora Pública Dr^a Fernanda Nunes Morais da Silva, em Feira de Santana-Bahia, que é aprovada com correção do nome e colocada em papel timbrado da CSTM, conforme manifestação expressa anteriormente no grupo de whatsapp. Quanto ao teor, a Moção de Repúdio foi aprovada na íntegra, de acordo com o que se segue: A Câmara Setorial da Mulher– AL/MT, em sua atuação de dever público, calcada nos objetivos que guarnecem seus fins, vêm a público externar apoio à Dra. Fernanda Nunes Morais da Silva, Defensora Pública em Feira de Santana – BA que, no exercício de sua função e atividade profissional, sofreu violência de gênero perpetrada pelo Promotor de Justiça, Dr. Ariomar José Figueiredo da Silva.

Conforme divulgado pelas mídias e nos informes da OAB-BA e CFOAB, o promotor de Justiça, na abertura dos debates orais, em sessão pública Plenária do Tribunal do Júri, na Comarca de Feira de Santana (BA), afirmou, dirigindo-se à Defensora, que a mesma deveria ficar calma, porque “a primeira vez com um negão não dói”.

A expressão, inconcebível em um Estado Democrático de Direito, é a mais drástica evidência da discriminação e violência sofrida por mulheres, em razão de uma única condição: serem mulheres. Aliás, muito longe do que se espera de um verdadeiro Promotor de Justiça, sua fala reflete o quão desastroso é o machismo, com sua conseqüente expressão de violência de gênero praticada contra mulheres, inclusive no ambiente institucional onde se espera Justiça. Vale-nos questionar: - Quais os limites do devido processo constitucionalmente assegurado?

A situação somente nos dá consciência da árdua luta pela igual dignificação entre mulheres e homens e dos horizontes longínquos a serem percorridos. Afinal, mesmo após tantos anos da Declaração dos Direitos Humanos (1948), da Convenção para Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW – ONU-1979) e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (OEA-Convenção de Belém do Pará-1994) a realidade, culturalmente alicerçada, remete-nos à desqualificação, à coisificação e à apropriação do feminino.



Várias ações diretivas da Organização das Nações Unidas, conforme Agenda 2030, foram traçadas, dentre elas (ODS 5) para se alcançar a igualdade de gênero entre mulheres e homens e, conseqüentemente, combater todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas, sejam elas na esfera pública ou privada, à devida superação de práticas nocivas.

Ao que se vê, o Brasil tem um dever a cumprir. Não se admite a violência de gênero em um Estado Democrático de Direito. Mas, acima de tudo, não se admite, tal conduta no âmbito do devido processo constitucionalmente assegurado, onde há dever funcional de probidade, eficiência, legalidade, isonomia, paridade de armas, proporcionalidade, razoabilidade, boa-fé objetiva e, compromisso com o dever do acesso à justiça e à inafastabilidade (art. 5º, inciso XXXV, CF).

A pretensão de hierarquização (subjugação) da profissional mulher é bem clara na conduta do Promotor de Justiça.

À profissional mulher e defensora pública, Dra. Fernanda Nunes Morais da Silva, Defensora Pública em Feira de Santana– BA, nosso apoio e dimensão de solidariedade.

“Ao Promotor de Justiça nossa expressão de repúdio e clamor para que sejam tomadas medidas para desencorajar condutas e ações de violência de gênero contra as mulheres, com maior dever de observância na esfera funcional”.

Des. Maria Erotides na sequência solicita que a Drª Amini Haddad apresente a mulher pesquisada por ela, que tenha contribuído com a nossa sociedade, sendo referência às demais mulheres.

Drª Amini fala que na própria CSTM há várias mulheres que foram homenageadas pelo trabalho social que desenvolvem, mas escolheu a mulher a ser pesquisada não só pelo critério de proximidade, mas pelo fato dessa mulher que conheceu de perto ter rompido o panorama cultural em seu tempo, tendo a influenciado sobremaneira. Uma mulher que foi mãe aos 13 anos, passou em vários concursos públicos e foi a primeira a passar em concurso público e tornar-se Delegada do Ministério de Contas da União. Apresenta a biografia da Senhora Amini Haddad, a sua avó, da qual herdou o nome e foi referência para ela e para o seu irmão. Diz que vê muito da sua avó na Des. Maria Erotides, inclusive pela força no falar. Foi a primeira assinante do Jornal A Gazeta, assinante nº01. Enfim, segue dizendo: “Amini Haddad nasceu em 18 de dezembro de 1924 e faleceu aos 91 anos de idade, em 02 de junho de 2016. Filha de Josephina Schuring Haddad (de ascendência alemã) e Selim Mussa Haddad (Sírio-libanês), bem como neta do Engenheiro Máximo Schuring (alemão). Este último foi o responsável pela construção do Forte do Porto (hoje SESC Arsenal, em Cuiabá-MT). Uma mulher pioneira, com o diferencial de ter rompido barreiras significativas comumente vivenciadas por mulheres, principalmente pela cultura árabe comumente enfatizada na convivência com seus irmãos e tios. Atingiu o ápice dos cargos públicos e de funções de destaque do Tribunal de Contas da União ao participar de concurso público nacional, de provas e títulos. Mulher de grande atuação profissional, sempre foi reconhecida pela sua dedicação, honradez, competência e exigência na administração orçamentária do Estado, este ainda uno. Foi Inspetora do Tribunal de Contas da União, Delegada do Tribunal de Contas da União no Estado de Mato Grosso e Secretária Regional de Contas do TCU, com delegação no Estado de Mato Grosso, por dezenas de anos. Seu pioneirismo foi confrontado inúmeras vezes, visto que, à época, a legislação vigente proclamava a submissão ao marido, com exigência de autorização do esposo para o desenvolvimento de atividade laboral da mulher (CC/1916), mas seu marido já havia morrido e seu pai também (este enterrado no Líbano). Recebeu diversas congratulações e honrarias em razão de sua gestão, com manifestações de reconhecimento de Ministros-Presidentes dos Tribunais de Contas da União, em âmbito Nacional.



As referidas manifestações seguem inseridas como informativo às consultas, visto que foram publicadas, em Brasília, com circulação via Diário Oficial da União.

Foi casada com Antônio de Siqueira Campos e teve apenas um filho, Zamil. Este, pois, casou-se com Misudy, Filha de Esmeralda Pires do Carmo e de Antônio Manoel do Carmo. Assim, advieram-lhe dois netos: Amini Haddad Campos e Jamilson Haddad Campos, ambos, Juízes de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Amini Haddad auxiliou inúmeras famílias carentes e os locais de orfanato de Mato Grosso, bem como era assídua frequentadora da Igreja do São Gonçalo. Também auxiliou dezenas de crianças sem lar, com a guarda provisória destas. Iniciou atividade de construção na capital. Com tal empreendedorismo comumente reconhecido em seu sangue Sírio-Libanês, construía, reformava e, posteriormente, revendia os referidos imóveis.

Com tantas ações empreendidas tanto no setor público como na atividade imobiliária e assistencial, contribuiu, e muito, para o desenvolvimento (social e humano). Participou de várias associações, sendo uma das pioneiras do Clube Monte Líbano e do Clube Dom Bosco. Casou-se, novamente, com Moacir Ferreira dos Santos, no dia 23 de setembro de 1964, com quem permaneceu até o final de seus dias. Na década de 70 sofreu um grave acidente, quando um caminhão a atropelou e passou por cima de suas pernas. Entre a vida e a morte, lutou para sobreviver e, mesmo com a determinação de amputação de suas pernas, desafiou os médicos e assinou termo de responsabilidade para sair do Hospital. Alguns meses depois, foi submetida a várias cirurgias, para colocação de ferros e pinos, passando-se, assim, à substituição dos ossos. Mesmo com a deficiência decorrente do acidente, não deixou de trabalhar e desenvolver suas atividades com maestria e dedicação, na qualidade de Delegada Regional de Contas do Tribunal de Contas da União. Isso potencializou um grande número

de pessoas que a reconheciam pela dimensão de sua força espiritual. Com o passar dos anos e com a idade avançada, sua mobilidade foi prejudicada significativamente, motivo pelo qual se aposentou.

Mesmo por anos permanecendo, em sua residência, no Bairro Bandeirantes entre uma cama e uma cadeira de rodas, com restrita mobilidade, ainda influenciava pessoas e se mantinha com uma energia desmedida para auxiliar e aconselhar todos que a buscavam, recebendo dezenas de conhecidos, amigos e admiradores, até os últimos dias de sua vida. Por ter e demonstrar uma fé fervorosa, nunca deixou de acreditar na potência do humano e, assim, foi uma das maiores responsáveis pelo encorajamento de diversos profissionais e autoridades do Estado que, então, buscaram seus conselhos e orações. Em um dos registros publicados, afirmou: "Todos os dias, tenho duas escolhas a fazer: alegrar-me, pois tenho o maior de todos os tesouros - a vida; ou desencorajar-me, sucumbindo a uma morte antecipada. Eis que sempre faço a mesma escolha e me alegro diante dela. Deus foi bondoso ao me mostrar, todas as manhãs, um sol estonteante em um infinito azul. Eis que tenho uma renovação da minha alma, mesmo diante de tormentosas expectativas".

Des^a. Maria Erotides solicita informação acerca da audiência pública requerida pelo Dep. Emanuelzinho, sendo informado pela Dr^a Rosana que, a Dr^a Lindinalva Rodrigues manteve contato com a Assessoria do deputado e que a audiência ficaria para agosto, após o retorno do recesso, com data a ser marcada. A Assessoria disse que o deputado realizará duas audiências em Mato Grosso. A presidenta da CSTM pergunta ainda sobre o trabalho científico encabeçado pela Dr^a Lindinalva acerca do projeto de lei do Dep. Leonardo.

Dr^a Clarissa se manifesta dizendo que requer mais um prazo para conclusão do trabalho, tendo em vista a necessidade de coletar alguns dados referentes a feminicídio, o que a Des. Maria Erotides diz



que corroborou com a inclusão de dois indicadores em formulário de pesquisa e que todos esses dados podem ser obtidos com Dr. Reginaldo no DAP- Departamento de Aprimoramento da Primeira Instância.

Profª Jacy Proença informa em relação ao levantamento da legislação existente no sistema da ALMT que, o Dr. William a repassou em mãos os dados levantados pela Secretaria de Serviços Legislativos da Assembleia, dados esses que vão desde 22 de dezembro de 1992 a 06 de junho de 2019. Dados complementares poderão ser obtidos em outros dois endereços eletrônicos. Faz a leitura do Memorando nº 1000/2019/SSL a esta Câmara.

Quanto ao telefone 0800, a Dani de Paula, Coordenadora da Sala da Mulher, informa que está trabalhando a viabilidade da proposta junto a Secretaria de Informática e Procuradoria, já que implica em investimentos tanto financeiros quanto de recursos humanos por parte da Assembleia Legislativa, mas será instalado esse canal de comunicação.

Profª Jacy Proença faz leitura ainda do Memorando nº 230/2019 da Sala da Mulher que nos envia as percepções das rodas de empoderamento feminino sob a coordenação da pesquisadora de gênero e mestranda de Estudos Culturais, Priscila Mendes.

Des. Maria Erotides solicita que a Profª Jacy reproduza o mesmo a todas integrantes da CSTM e, em seguida, passa para Equipe de Planejamento da ALMT apresentar, conforme encaminhamento da reunião anterior, as propostas de metas do Planejamento Estratégico.

A Equipe de Planejamento da ALMT, através da Consultora Ariadne Carvalho, apresenta o que fora construído com as contribuições enviadas pelas integrantes da Câmara e constrói conjuntamente as metas frente aos objetivos estratégicos propostos, sendo designadas as integrantes responsáveis por cada ação.

Eliane Xunakalo Bakairi, a nossa Eliane Rodrigues Lima, fala da Primeira Marcha das Mulheres Indígenas entre os dias 09 e 13 de agosto, em Brasília, com o tema: Território: nosso corpo, nosso espírito, objetivando dar visibilidade às ações das mulheres indígenas, discutindo questões inerentes às suas diversas realidades, reconhecendo e fortalecendo os seus protagonismos e capacidades na defesa e na garantia dos direitos humanos, em especial o cuidado com a mãe terra, com o território, com o corpo e com o espírito". Fala ainda de Encontro a ser realizado em final de setembro no território dos Carajás. Em relação ao Planejamento Estratégico propõe a inclusão de metas e ações específicas à mulher indígena e se propõe a fazer o levantamento dos organismos que atuam no combate à violência e defesa dos direitos humanos das mulheres indígenas.

Profª Jacy Proença fala de proposta de diretrizes que apresentou como balizador do trabalho desta CSTM, que contempla esse espectro da diversidade existente no universo mulher, não só em relação à mulher indígena, mas à mulher negra, quilombola, rural, ribeirinha, etc.

A Ariadne busca e lê: Diretrizes: Adotar a transversalidade de raça/etnia, bem como o respeito às características distintas de pessoas e comunidades em todas as fases deste trabalho; Combater toda forma de discriminação, preconceito e intolerância; Fomentar o empoderamento das mulheres.

Drª Jorsyleth diz lembrar-se que de fato a Profª Jacy, que mais enviou contribuições, propôs diretrizes que contemplam essa questão, mas manifesta a preocupação e reitera a necessidade em se ouvir as preocupações e demandas das mulheres do estado para se fechar o planejamento estratégico.



Des. Maria Erotides diz que o Planejamento não será algo pronto e acabado, pois a cada dia novas demandas nos são apresentadas, que poderão ser incorporadas durante o processo.

Profª Jacy diz que tendo objetivos, princípios, valores, diretrizes, bem definidos, esses sim, a princípio seriam imexíveis, mas demandas, ações que forem apresentadas, poderão ser contempladas se julgamos necessárias.

Em seguida, Des. Maria Erotides passa para a discussão, definição das metas e ações com as respectivas responsabilizações, ficando: Para o Objetivo Estratégico- Efetivar as ações do cotidiano da violação dos direitos humanos das mulheres, no indicador: número de municípios mapeados, a seguinte meta- mapear 100% dos órgãos de atendimento à mulher nos municípios de MT, as seguintes ações estratégicas, que ficarão sob a responsabilização da Drª Clarissa, a ser levantado um prazo de trinta dias: levantar o resultado do questionário da Comissão Nacional da OAB; compartilhar o questionário com as presidentes da Comissão de Direitos Humanos das Mulheres das 27 subseções da OAB/MT; buscar forma de ampliação de atendimento para todas as cidades do estado de Mato grosso; confrontar o levantamento da OAB com outros levantamentos, como dos conselhos municipais, AMM e APDMT. Referente ao indicador: número de organismos mapeados, a seguinte meta: diagnosticar 100% dos organismos que atuam em defesa dos direitos humanos das mulheres, as seguintes ações estratégicas: mapear as associações de mulheres indígenas, num prazo de 40 dias, sob a responsabilização da Eliane Bakairi; mapear as mulheres em situação prisional, num prazo de 30 dias, sob a responsabilização da Drª Rosana; mapear as associações e organizações de mulheres negras e quilombolas, num prazo de 30 dias, sob a responsabilização da Profª Jacy Proença; mapear as comissões de atuação institucional, num prazo de 30 dias, sob a responsabilização da Drª Glauca; mapear as organizações que atuam com a mulher rural, num prazo de 30 dias, sob a responsabilização de Telma Reis e Tânia Arantes; mapear as organizações de atendimento à mulher migrante, num prazo de 30 dias, sob a responsabilização de Eliana Vitaliano. Ficou deliberado ainda que, no período de recesso da ALMT, as integrantes da CSTM enviem as outras metas e ações para os demais objetivos estratégicos para que na reunião do dia 05/08, a primeira após o recesso, se possa fechar o Planejamento Estratégico e já coloca-lo em apreciação. Mayana ficará responsável por alimentar o programa.

Posto isso, a Des. Maria Erotides concede a palavra ao Dr. Roberto Tadeu Vaz Curvo, sendo precedido pela Eliana Vitaliano que manifesta também a sua satisfação com a presença do Defensor Público, Dr. Roberto Tadeu Vaz Curvo, Presidente da Comissão dos Direitos Humanos e sempre na defesa dos Migrantes.

Dr. Roberto Tadeu Vaz Curvo cumprimenta a Des. Maria Erotides e as componentes da mesa, manifestando a sua satisfação de estar nesse espaço. Fala do trabalho a ser desenvolvido junto à população carcerária feminina, onde será efetivado um levantamento dessa realidade onde tiver esse tipo de sistema prisional em nosso estado.

Des. Maria Erotides informa que ela e a Drª Glauca estiveram em Sorriso e ouviram as angústias das mulheres vítimas de violência e percebeu que cada local possui a sua especificidade e, entende que, através das audiências públicas a serem realizadas nas cidades pelo muitas demandas serão apresentadas. Pensa que em agosto essas audiências possam ser iniciadas com a divisão das integrantes para a CSTM se fazer presente em todas, diz. Fala com entusiasmo e parabeniza a Drª Jorsyleth por Sorriso, não tendo a Delegacia da Mulher, ter implantado pelo menos o Núcleo, que já representa um avanço.



Dr^a Glaucia continua dizendo que ainda em relação a Sorriso, os secretários municipais disseram que eles não tinham dimensão do problema da violência local.

Dr^a Amini Haddad fala acerca da Resolução 255 de 04 de setembro de 2018 que institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário, adotando medidas para assegurar a igualdade de gênero no âmbito institucional.

Eliana Vitaliano diz que também esteve em Barra do Garças, por motivos pessoais, mas presenciou três discussões de violência doméstica que revelaram a falta de conhecimento, compreensão acerca de outras formas de violência para além da violência doméstica.

Tânia Arantes informa que o gabinete da Dep. Janaina foi procurado pela Pastoral Carcerária pedindo apoio ao trabalho que realizam, particularmente ao levantamento que farão junto às unidades

carcerária feminina em parceria com a Comissão de Direitos Humanos/Defensoria Pública, concedendo a palavra a Sr^a Ana Cláudia, missionária da Igreja Católica/Pastoral Carcerária, que disse já ter a autorização da CJUD para visitar as seis unidades carcerárias pela pastoral. Fala do Seminário Mulher no Cárcere numa perspectiva mais abrangente, referindo-se não só as detentas, mas também as suas famílias, as que trabalham no sistema prisional. Diz que grupos temáticos serão constituídos que visem a reintegração social e o desenvolvimento. Fala também da mulher, esposa do detento que passa por violência, sendo tratada como mulher de bandido por todos, inclusive pela instituição. O projeto é para que pessoas sejam tratadas com dignidade. Por isso a construção da Agenda Feminina para a mulher encarcerada, pois a violência contra ela é maior e mais forte, pois são vítimas dos conjugues, das facções, das instituições, enfim, do sistema como um todo. Pede ajuda, apoio da CSTM nesse trabalho de reintegração da mulher carcerária.

Dr^a Glaucia Amaral que também é da Comissão de Direitos Humanos questiona sobre o quê se pode fazer em relação a essa questão, já que geralmente ao se falar em Direitos Humanos, a sociedade compreende que defendemos bandidos e não as vítimas destes. Devem entender que defendemos a Justiça e não o bandido como dizem, pois quem comete crime tem que pagar por ele. A Polícia Federal, inclusive trabalha com o discurso do ódio que vem sendo disseminado por certos organismos financiadores. Propõe que a CSTM se informe e discuta mais sobre isso.

Des. Maria Erotides registra a presença da Dr^a Ana Emilia Sotero, a primeira a assumir a Superintendência da Mulher no Estado de Mato Grosso.

Dr^a Ana Emília diz ser uma honra estar nessa reunião, mas pede para homenagear Dr. Roberto Tadeu, que foi seu professor, um lutador pelas causas dos Direitos Humanos. Fala que veio a convite da Des. Maria Erotides e da Dep. Janaina para os últimos encaminhamentos para a realização do Colóquio acerca dos 13 anos da lei Maria da Penha, a ser realizado no dia 09 de agosto no Teatro Zulmira Canavarros com o apoio da Assembleia Legislativa.

Des. Maria Erotides fala da vinda da Maria da Penha que dispensou uma série de convites pelo país afora, em função do respeito e amizade dispensada à Ana Emília e ao seu protagonismo. Conclui dizendo que a CSTM é também a casa da Dr^a Ana Maria.

Antes de encerrar a reunião, Des Maria Erotides consulta o Pleno se há algum ponto a mais a ser tratado e concede a fala a quem queira.

A Prof^a Jacy informa que tem em mãos os projetos de lei da Dep. Janaina Riva em coautoria com Dep. Wilson Santos que institui a disciplina “direitos humanos das mulheres” nos ensinamentos fundamentais



e médio de toda a rede educacional do estado de Mato Grosso e dá outras providências, bem como os projetos de lei de autoria do Dep. Wilson Santos que versam sobre: Dispõe sobre o monitoramento eletrônico de agente de violência doméstica e familiar contra a mulher, seus familiares ou testemunhas, no âmbito do estado de Mato Grosso e dá outras providências e o que institui o Núcleo de Estudos de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, nas instituições da rede pública de ensino do estado de Mato Grosso, que aguardam parecer desta CST. Informa ainda que esteve segundo designação, falando com o Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios sobre a instalação, objetivos da CSTM, bem como da importância em se ter a AMM como parceira no levantamento das políticas públicas concernentes a mulher junto aos 141 municípios do estado, o que foi prontamente aceito, sendo designada pelo presidente Neurilan, a Dr^a Juliana Ferrari para os devidos encaminhamentos na instituição. Fala ainda da Irene Pessoa, do Gabinete do Dep. Wilson Santos, que tem um belo trabalho acadêmico acerca das mulheres migrantes e desenvolve um trabalho com mulheres rurais, como também a Roseneide, Rose do São Jerônimo, que é diretoria da Fetagre para corroborar com a Eliana e com Tania e Telma nos trabalhos da CSTM.

Des. Maria Erotides antes de encerrar a reunião reitera a importância de nessas duas semanas se atentar para a finalização do planejamento estratégico, avaliar os projetos dos deputados e à análise do conjunto de legislação enviada pela Secretaria de Serviços Legislativos. Agradece a presença de todas e todos e encerra a reunião.

Sem mais, eu, Jacy Ribeiro de Proença, Secretária, digitei e assinei a presença Ata, às 11h30.

Ata 8- reunião em 12/08/2019

Aos doze dias do mês de agosto do ano de 2019, às 09 horas, na sala 201, Sala Deputado Oscar Soares, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, foi dado início à oitava reunião da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT, onde a presidenta, Des. Maria Erotides Kneip, começou os trabalhos, fazendo as saudações iniciais.

Encontravam-se presentes, além da Desembargadora Maria Erotides Kneip, a Professora Jacy Proença, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, Dra. Clarissa Lopes Dias Maluf Pereira, Dra. Jozirlethe Magalhães Criveletto, Eliana Aparecida Vitaliano, Willian César de Moraes, Mayana Vitória de Souza Alves, Dr^a Lindinalva Rodrigues, Dr^a Amini Haddad, Tânia Arantes.

Des. Maria Erotides iniciou parabenizando e agradecendo a Assembleia Legislativa e Sala da Mulher pela acolhida e apoio ao Colóquio 13 Anos da Lei Mari da Penha, onde percebeu do início ao fim do evento a presença do Dep. Wilson Santos, fazendo apontamentos de tudo, participando efetivamente, conclui. Solicitou, logo após que Dra Clarissa apresentasse a biografia da mulher que pesquisou.

Dra. Clarissa apresenta a Senhora Myrtes Gomes de Campos, a primeira mulher a exercer a advocacia no Brasil, de acordo com o texto que segue: “No antigo Palácio da Justiça conhecemos as histórias da Justiça fluminense não apenas pela suntuosidade de seus salões, seus belos vitrais e pinturas murais estampadas pelas paredes, mas também, por meio da memória das pessoas que por ali passaram”. Entre elas, encontramos Myrthes Gomes de Campos, a primeira mulher a exercer a advocacia no Brasil e que, de 1924 até a sua aposentadoria, em 1944, exerceu o cargo de encarregada pela Jurisprudência do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, que funcionou no antigo Palácio, de 1926 até 1946. Além de funcionária da Justiça ela foi, também, a primeira mulher advogada a ingressar no antigo Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, atual Instituto dos Advogados Brasil.



Myrthes nasceu em Macaé, Norte-Fluminense, em 1875 e, desde cedo, mostrou gosto pelo aprendizado das leis. Na época, porém, era impensável que uma mulher construísse uma possibilidade de existência fora do casamento. Sua família ficou escandalizada quando a jovem expressou o desejo de ir para a Capital, ingressar na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e seguir a carreira de advogada. Concluiu o bacharelado em Direito em 1898, mas, devido as fortes discriminações, apenas em 1906 conseguiu ingressar no quadro de sócios efetivos do Instituto dos Advogados do Brasil, condição necessária para o exercício profissional da advocacia.

Em 1899, data da sua primeira tentativa de ingresso nesse Instituto, Myrthes foi orientada a candidatar-se como estagiária, já que os estatutos da casa destinavam vagas dessa categoria para os advogados formados há menos de dois anos. E, em 6 de julho de 1899, a Comissão de Justiça, Legislação e Jurisprudência pronunciou-se a seu favor, considerando que: "[...] não se pode sustentar, contudo, que o casamento e a maternidade constituam a única aspiração da mulher ou que só os cuidados domésticos devem absorver-lhe toda atividade; [...] Não é a lei, é a natureza, que a faz mãe de família; [...] a liberdade de profissão é como a igualdade civil da qual promana, um princípio constitucional; [...] nos termos do texto do art. 72, § 22 da Constituição o livre exercício de qualquer profissão deve ser entendido no sentido de não constituir nenhuma delas monopólio ou privilégio, e sim carreira livre, acessível a todos, e só dependente de condições necessárias ditadas no interesse da sociedade e por dignidade da própria profissão; [...] não há lei que proíba a mulher de exercer a advocacia e que, importando essa proibição em uma causa de incapacidade, deve ser declarada por lei [...]" (Revista IOAB, 6 jul. 1899).

No entanto, mesmo com esse parecer, apenas em 1906, esse Instituto aceitou-a de forma plena em seus quadros. Sua filiação foi aprovada em assembleia com 23 votos a favor e 15 contra. Nesse mesmo ano de 1899, Myrthes teve uma chance de atuação como defensora no Tribunal do Júri. Era a primeira vez que uma mulher entraria em um Tribunal de Justiça exercendo a profissão de advogada. O fato, totalmente inusitado para a época, foi amplamente noticiado nos jornais. Durante o julgamento, com a plateia lotada para assistir a atuação da primeira advogada brasileira, Myrthes surpreendeu o juiz, os jurados e até o réu com o seu profundo conhecimento do Código Penal e, sobretudo, pelo seu poder de argumentação. Ela venceu o promotor até então considerado imbatível e conseguiu a absolvição do réu.

Em seu discurso de abertura dos trabalhos de defesa, Myrthes tratou de reafirmar a importância histórica de sua atuação. "[...] Envidarei, portanto, todos os esforços, afim de não rebaixar o nível da justiça, não comprometer os interesses do meu constituinte, nem deixar uma prova de incapacidade aos adversários da mulher como advogada. [...] Cada vez que penetrarmos no templo da justiça, exercendo a profissão de advogada, que é hoje acessível à mulher, em quase todas as partes do mundo civilizado, [...] devemos ter, pelo menos, a consciência da nossa responsabilidade, devemos aplicar todos os meios, para salvar a causa que nos tiver sido confiada. [...] Tudo nos faltará: talento, eloquência, e até erudição, mas nunca o sentimento de justiça; por isso, é de esperar que a intervenção da mulher no foro seja benéfica e moralizadora, em vez de prejudicial como pensam os portadores de antigos preconceitos." (O País, Rio de Janeiro, p. 2, 30 set. 1899).

Sua presença no Tribunal era sempre um grande evento, reunindo curiosos e provocando o debate acalorado sobre a atuação da mulher na sociedade. O criminalista Evaristo de Moraes (1871-1939) referia-se a ela como "[...] pequenina e vivaz, dominando logo pela sua agudeza de espírito e a amenidade do trato" (MORAIS, 1983, p. 121).

Myrthes também se dedicou profundamente aos estudos jurídicos. Foi colunista efetiva do Jornal do Commercio, responsável pelo preparo das matérias judiciais e assinou artigos em jornais e



periódicos especializados, como a Revista do Conselho Nacional do Trabalho, a Folha do Dia e a Época, as duas últimas dirigidas pelo advogado Vicente Piragibe. Foi autora, também, de importantes obras no campo da jurisprudência, destacando-se os seguintes trabalhos: Justificação de uma emenda ao artigo 4 do projeto criando a Ordem dos Advogados (1914), O Direito ao aborto (resposta à questão formulada pelo Dr. Leonídio Filho: É lícito provocar o aborto nas mulheres válidas na guerra?) (1915), Voto feminino e serviço militar (1929), O voto feminino e os fundamentos de uma sentença (1929), O voto feminino. A propósito da decisão da Junta de Recursos Eleitorais do Estado do Rio de Janeiro (1929), Voto Feminino e a jurisprudência (1930), A propósito da mulher jurada. Decisões divergentes (1930), Clovis Beviláqua e a emancipação jurídica da mulher (1932), Código Eleitoral, voto feminino e direito da família (1933) e Os advogados brasileiros e a advocacia feminina (1937). Fontes: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e FERREIRA, Tania Maria Tavares. Myrthes Gomes de Campos: pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina. In: Revista do Instituto de Estudos de Gênero, v.9,n.2, p.135-151, 1 sem. Niterói, RJ, 2009. SHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital (org.). Dicionário das mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, RJ, 2000.

Em seguida, Dr^a Lindinalva Rodrigues informa que no dia 28/08, ela, Dra Amini Haddad e Dr. Jamilson Haddad estarão participando, no Plenário 14 do Anexo II, da Câmara Federal, enquanto expositores, de Audiência Pública requerida pelo Dep. Federal Emanuel Pinheiro Neto, EmanuelZinho, junto à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher-CMulher, para debater “Os resultados das ações desenvolvidas no combate à violência contra a mulher e a eficácia na aplicação das Leis nº 11.340 de 07 de agosto de 2006, e de nº 13.104, de 09 de março de 2015. Convida todas as integrantes da CSTM para se fazer presente e na oportunidade de estar em Brasília, fazer pela manhã a entrega em mãos ao autor do projeto de lei analisado, Dep. Leonardo, do artigo científico intitulado “Comentários ao Projeto de Lei nº 1526/2019, que dispõe sobre a necessidade de criação de qualificadoras para os crimes de ameaça e lesão corporal grave, praticados contra mulheres em situação de vulnerabilidade, menosprezo e violência doméstica”, elaborado por ela, Dra Josyrleth Criveletto e Dr^a Rosana Leite, em nome da CSTM.

Des. Maria Erotides manifesta o seu contentamento e admiração às três mulheres valorosas pela realização do trabalho. Solicita que seja registrado em ata e reproduzido para as integrantes da CSTM, mas, contudo sem divulgação do trabalho inédito até a entrega oficial às mãos do Dep. Leonardo. Pede ainda que a Prof^a. Jacy, Secretária da CSTM, elabore os ofícios às instituições as quais as integrantes compõem, colocando da importância de cada uma participar desses momentos em Brasília.

Dr^a Rosana Leite fala acerca da visita da Pastoral Nacional Carcerária a Mato Grosso e do trabalho que está sendo desenvolvido sobre “O encarceramento da mulher em Mato Grosso”. Cita como exemplo Nortelândia com 58 mulheres encarceradas e Colíder com 73 mulheres e apenas quatro sentenciadas. Enfatiza que as mulheres no sistema prisional em mais condições de vulnerabilidade que os homens. Informa ainda acerca de evento que abordará “A mulher encarcerada no contexto da violência” a ser tratado em quatro eixos. Diz que espera a contribuição da CSTM nesse trabalho, a ser realizado em 30/08.

Des. Maria Erotides solicita informações acerca da Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília.

Tânia Arantes informa que a Eliane Bakairi, Assessora do Dep. Federal Barbudo solicitou apoio à Dep. Janaina para enviar cinco mulheres indígenas, o que não se efetivou. Quanto a Marcha das Margaridas diz há quatro ônibus e uma van para levar e que, cada mulher tem que pagar. Inclusive, estão vendendo camisetas para custear as despesas com alimentação.



Profª Jacy informa que a Eliane Bakairi é Consultora Jurídica da Fepoint- Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso, e que a Sônia Parecis é que é Assessora do Dep. Barbudo. A Eliane Bakairi me enviou mensagem dizendo que daqui saíram dois ônibus com mulheres indígenas e algumas foram nos ônibus das camponesas e quilombolas que foram para a Marcha das Margaridas. Informou ainda que no dia 11/08 teve Mesas Redondas para tratar acerca de direitos e políticas públicas. Hoje, 12/08, encontram-se em marcha pela saúde. Concentrarão em frente ao Sesai- Secretaria de Saúde Indígena, conclui a Profª Jacy.

Des. Maria Erotides se lembra de encontro das mulheres indígenas a ser realizado em comunidade Carajás e que, além da Eliane Bakairi, designa Dra Amini Haddad e Profª Jacy Proença a participar do evento.

Drª Clarissa Lopes agradece as organizadoras do Colóquio 13 Anos da Lei Maria da Penha pela oportunidade em ter conhecido pessoalmente a Des. Shelma Lombardi de Cato. Registra o sucesso do evento que abordou a questão da violência contra a mulher que é tão séria, pesada, de forma responsável e com leveza. Fala ainda do Projeto da OAB/MT, o “Reflorescer” em presídios femininos. Informa também sobre rifa realizada pela primeira dama e Vila Conceito em favor da Delegacia da Mulher.

Dra Amini Haddad parabeniza a Drª Clarissa pela escolha da Drª Mirtes Gomes de Campos. Pontuou também quanto à importância do resgate das mulheres e propôs se destacar como “Retratos da História Feminina”.

Des Maria Erotides destaca o respaldo que a OAB/MT está destinando à Comissão da Mulher da instituição. Parabeniza a Drª Clarissa por estar agindo com inteligência em todo o estado.

Drª Clarissa Lopes registra que esteve conversando com a Vice-Presidenta na APDMT- Associação para o Desenvolvimento Social dos Municípios do Estado de Mato Grosso, vinculada à AMM, acerca da regularização dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher. Tomou conhecimento que apenas quatro conselhos estão regularizados. A APDMT pede também a regularização de um fundo para esses conselhos.

Drª Rosana Leite propõe que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, de Juína, sirva de modelo para a criação e instalação dos demais conselhos municipais pelo estado.

Des Maria Erotides, em função do adiantado da hora, propõe a retomada imediata do Planejamento Estratégico, passando a definir as ações frente aos objetivos, indicadores e metas de número 1.2 ao 1.4 e dos objetivos de 2.1 ao 2.3 com as respectivas responsabilizações. Antes de encerrar, pergunta se há algo mais a tratar e franqueia a palavra a quem queira se pronunciar.

Tânia Arantes fala da presença da doutoranda Eliana Montanha e lhe concede a palavra. Ela se apresenta enquanto psicóloga prisional, pertencente ao quadro da SEJUDH. Diz que em 2013 trabalhou na pandemia da tuberculose e montou protocolo que foi e é aplicado até hoje. Em 2015 trabalhou em Rondonópolis nas audiências de custódia e está fazendo doutorado cujo estudo é sobre “Análise do discurso dos agressores em Cuiabá”, conclui.

Profª Jacy diz que tem alguns informes, a começar pelo Empoderando Terezas e II Seminário de Mulheres Quilombolas, nos quais foi representando a CSTM é era para fazer apenas a fala na mesa abertura, mas acabou contribuindo com mais três mesas de trabalho. Mesa 01- Elas são o que quiserem ser; Mesa 02- Negras em MT: Tendências e Perspectivas Reais; Mesa 03- Cultura, Escritas e Mulheres. Ocorreram ainda seis grupos de trabalhos: 01- Educação e Educação Quilombola; 02-



ALMT

Assembleia Legislativa

Território e Mulheres Negras; 03- Mulher, Cultura e Identidade: Políticas Públicas; 04- Juventude Negra; 05- Rede das Pretas: Economia Verde e Empreendedorismo; 06- Mulheres, Negras e Ameríndias na Política, sendo essa última transformada em plenária. Desses dois momentos surgiram algumas propostas, demandas que pediram ação, intervenção da CSTM a exemplo de: autonomia financeira às mulheres negras- curso em educação financeira, orçamento familiar, planejamento financeiro, mas tratando antes da autoestima, dos sonhos. O empreendedorismo como uma última etapa nesse processo. Tudo isso como contraponto à violência doméstica e familiar contra as mulheres e, principalmente o feminicídio, já que as chances de feminicídio em relação às mulheres negras são três vezes maiores; não utilizar o uso de mulheres negras de forma estereotipada nas propagandas; fazer valer os direitos legais, constitucionais – política de cotas, estatuto da igualdade racial, Brasil Quilombola e a LDB etc.

Des. Maria Erotides trata acerca do calendário das audiências públicas que a CSTM terá que realizar nas cidades-polo, a saber: 23/08- Rondonópolis; 06/09- Cáceres; 13/09- Alta Floresta; 20/09- Barra do Garças; 04/10- Tangará da Serra; 11/10- Sinop; 18/10- Várzea Grande e a proposta de 10/12 o Simpósio em Cuiabá para a entrega do Relatório Final. Fala ainda sobre a necessidade de aprimoramento dos boletins de ocorrência em relação à violência contra a mulher, inserindo indicadores, citando como exemplo o rime em que sobrinho tirou o coração da tia e o próprio delegado só reconheceu depois que se tratava de crime de ódio, feminicídio. Antes de encerrar designa a Dr^a Jozyrleth para apresentar a biografia da mulher pesquisada, a Prof.^a Jacy para falar sobre o Regimento Interno da CSTM e ao Núcleo de Planejamento da ALMT para a finalização do Planejamento Estratégico. Encerra a reunião despedindo-se de todas as integrantes.

Nada mais havendo a tratar, eu, Jacy Ribeiro de Proença, digitei e assinei a presente ata, às 11h30.

Ata 9- reunião em 02/09/2019

Aos dois dias do mês de setembro do ano de 2019, às 09 horas, na sala 201, Sala Deputado Oscar Soares, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, foi dado início à oitava reunião da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT, onde a presidenta, Des. Maria Erotides Kneip, começou os trabalhos, fazendo as saudações iniciais.

Encontravam-se presentes, além da Desembargadora Maria Erotides Kneip, a Professora Jacy Proença, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, Telma reis, Dra. Jozirlethe Magalhães Criveletto, Willian César de Moraes, Mayana Vitória de Souza Alves, Dr^a Lindinalva Rodrigues, Dr^a Amini Haddad, Tânia Arantes.

Desa. Maria Erotides cumprimenta a todas as pessoas presentes e expressa seu contentamento em iniciar a semana exatamente na CSMT e, na sequência solicita à Prof^a Jacy fazer a leitura da ata anterior para ser apreciada.

Prof^a Jacy cumprimenta a todas as pessoas da CSTM na pessoa da Presidenta Desa. Maria Erotides e a imprensa presente. Pede atenção à leitura em virtude de não ter se sentido muito bem na reunião anterior, o que pode ter ocasionado a falta de algum registro importante ou até mesmo algum indevido.

Feita a leitura, Des. Maria Erotides a coloca em apreciação, o que é aprovada por unanimidade, apenas com uma ressalva: alterar a denominação da APDMT que passou a ser denominada de Associação para o Desenvolvimento Social dos Municípios de Mato Grosso. Em seguida, passa a palavra à Tânia Arantes, em virtude desta ter que se ausentar da reunião por compromisso na AMM.



Tânia Arantes passa em mãos of. FETAGRI de nº 0035/2019, datado de 27/08, onde o presidente Nilton José de Macedo e a Secretária Marilza Reis Silva tratam acerca a Marcha das Margaridas realizada em 13 e 14 de agosto em Brasília, ao mesmo tempo em que agradece a CSTM a doação de cento e trinta reais em apoio à Marcha. Entrega ainda, um conjunto de Moções oriundas da 1ª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres, realizada em 02 de maio de 2017, cujo tema fora: “Saúde das Mulheres – Desafios para a Integralidade com Equidade”. As referidas moções foram: Moção de Reivindicação das Catadoras de Lixão de Várzea Grande, que participaram como delegadas e que reivindicaram- tratamentos dermatológicos; doenças sexualmente transmissíveis; ginecológicos; oftalmológicos, clínica geral; Moção de Protesto- contra a demora na liberação de exames e procedimentos pela Central de Regulação do SUS; pedem agilidade e cumprimento das leis; Moção de Aplauso- aos organizadores da conferência pela iniciativa, comprometimento e por reconhecer a necessidade de instalar debate amplo na atenção à saúde da mulher no município de Cuiabá, Estados e União. Entrega ainda documento contendo: “Análise dos Indicadores da Atenção Primária-MT”. Quanto ao levantamento/mapeamento das organizações que cuidam da mulher trabalhadora rural que ela e Telma Reis ficaram responsáveis, diz que estão mantendo contato com a instituição. Parabeniza a Drª Rosana Leite e a Des. Maria Erotides pelo seminário com as mulheres carcerárias e destaca a participação da Banda do CRC- Centro de Ressocialização de Cuiabá.

Des. Maria Erotides passa às mãos da Drª Rosana e Profª Jacy o ofício da Fetragri para ser respondido e na sequência passa a palavra para Drª Jozyrleth apresentar a mulher pesquisada.

Drª Jozyrleth fala da dificuldade em escolher uma única mulher entre tantas, mas escolheu Débora, juíza que viveu no Séc. XII a.C, conforme texto que segue: DÉBORA – UMA JUÍZA ILUSTRE. DÉBORA, nome que em hebraico significa “abelha”. Foi descrita como “uma abelha em tempos de paz e uma vespa em tempos de guerra”. Era uma dona de casa, que vivia na Região Montanhosa de Efraim, entre Ramá e Betel, era profetisa quando foi escolhida para servir sua nação. Foi a sétima Juíza em Israel. Como não pertencia a uma linhagem aristocrática, é identificada apenas como “mulher de Lapidote”. Entretanto, Débora foi a única mulher das Escrituras a ocupar um cargo político elevado por escolha do seu próprio povo liderando os israelitas contra o domínio de Canaã, por volta do século XII a.C Apesar de suas responsabilidades domésticas provavelmente terem ficado em segundo plano durante seu serviço ao país, antes de tornar-se juíza, ela referiu-se a si mesma como “mãe em Israel”. Não vem ao caso se essa é uma referência à relação com seus próprios filhos ou uma expressão de maternidade espiritual para com todos os filhos e filhas de Israel. Em uma nação espiritualmente carente, caracterizada pela rejeição de Deus e por uma atitude geral, em que cada um fazia como lhe achava melhor ou mais reto, pois não havia rei em Israel, Débora desponta, em primeiro lugar, como conselheira. A Bíblia relata que ela exercia sua liderança à sombra de uma palmeira próxima a sua casa, discutindo e sugerindo soluções a pessoas com problemas. O sistema judicial estava corrompido; o exército era

impotente para defender as fronteiras do país; o sacerdócio de sua nação, outrora teocrata não tinha mais nenhuma expressão, não era mais possível levar uma vida normal. É nesse contexto, que Débora se torna Juíza em Israel e, mais que isso, uma libertadora de seu povo em tempos de guerra. O que aconteceu naqueles dias: Após a morte do Juiz Eúde, o povo de Israel tornou a pecar contra Deus e por isso Ele os entregou nas mãos de Jabim, o Rei de Canaã. Por vinte anos, Israel esteve sob o jugo de Canaã sendo violentamente oprimido por Sísera, capitão do exército de Jabim, e que contava com uma frota de carros de ferro que o tornava invencível para Israel. Diante dessas circunstâncias, Débora então, convocou Baraque, da tribo de Naftali, na fronteira norte, e ordenou que ele recrutasse um exército de dez mil homens de sua própria tribo e da tribo vizinha, de Zebulom. Porém, ao ouvir o conselho de Débora, Baraque hesitou, insistindo que ela o acompanhasse no



cumprimento dessa tarefa, provavelmente, porque ela era Juíza, profeta e sua presença com certeza seria capaz de inspirar confiança nos homens escolhidos para a guerra. Mas, POR ESSE PEDIDO Baraque perdeu a honra de matar o inimigo de Israel, Sísera, e Débora profetizou que essa honra seria dada a uma mulher. Débora foi. Além de participar do processo de formação do exército, ela também foi quem sugeriu a estratégia a ser utilizada para a batalha. No passado, Deus havia falado por meio de Moisés e Josué, e naquele momento, Deus estava falando por meio de Débora. Deus a ajudou enviando uma tempestade violenta (Jz 5:4) e numa reconstituição em menor escala que a ocorrida na travessia do Mar Vermelho, as carruagens inimigas com seus cavalos atolaram na lama. A destruição do poder cananeu foi imortalizada por Débora e Baraque em um exemplo da mais refinada poesia hebraica – um cântico de louvor a Deus descrevendo os acontecimentos que deram vitória ao povo. Débora, como uma grande líder, demonstrou sua capacidade de tomar decisões para salvar sua nação das dificuldades. E, como líder respeitada, motivou o povo, delegou tarefas e, ao final, mostrou ter um coração de serva e louvou ao Senhor. Sua compaixão foi despertada pelas atrocidades sofridas por seu povo e, assim, se dispôs a fazer sua parte e recebeu vitória ao confiar em Deus, inspirando outros ao seu redor a terem essa mesma confiança. (Texto Adaptado por Jozirlethe Criveletto do Tópico: DÉBORA – Uma Juíza Ilustre – Juízes 4 – em: A Bíblia da Mulher: leitura, devocional, estudo. 2 ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009). Antes de encerrar diz que a Juíza Débora nos inspira a sermos guerreiras, líderes e crer num Deus que tudo pode.

Atendendo ao pedido da Des. Maria Erotides, Dr^a Rosana faz o comentário parabenizando Dr^a Jozirleth pela escolha, manifestando ainda o desejo de sermos tomadas pela coragem e determinação que Débora teve.

Desa. Maria Erotides antes de passar a palavra à jornalista Eunice Ramos, Dr^a Amini Haddad e Dr^a Lindnalva Rodrigues para informar sobre a audiência pública em Brasília no dia 28/08, propõe adotemos como lema, como postura da CSTM: “Eu me levantei como mãe de Israel”.

Eunice Ramos fala que a audiência pública requerida pelo Dep. Emanuel Pinheiro Neto, EmanuelZinho, reverberou no Congresso Nacional e em outros estados, a medida que grupo de mulheres, estudantes estavam em busca de informações, entrevistas sobre a questão da mulher e estes foram informados da audiência, da qual participaram e registraram tudo e levaram para seus estados. Diz que enviou o trabalho que realizou para a USP, que enviou os agradecimentos, manifestando, inclusive que não imaginavam que Mato Grosso estava tão avançado nessa questão. Eunice diz considerar o resultado excepcional. Diz que a Dr^a Glaucia Amaral não foi palestrante, mas teve uma importante participação da plenária.

Dr^a Lindinalva fala que foi muito importante, por sinal, a considera a mais importante de todas que já participou no congresso nacional. A Bancada de Mato Grosso se fez presente e saudou a todas nós, membros da CSTM. Registra que, embora a CSTM seja apartidária, o Dep. Emanuelzinho, requerente da referida audiência, é Vice-Presidente da Comissão da Mulher naquela Casa de Leis e trata da questão como um todo e para todo o país; e soube reconhecer o pioneirismo de MT frente a essa questão da violência contra a mulher; e também projetos dele, em torno de quatro em tramitação, foram aprimorados. Diz que tudo isso é apenas o início de um trabalho e mudança em termos de legislação para esse tipo de enfrentamento e que necessário se faz lembrar-se do pioneirismo da Desa. Shelma Lombardi de Kato. Agradece e parabeniza o trabalho incansável da jornalista Eunice Ramos, que chega a se emocionar. Diz ainda que as entrevistas feitas em Brasília também estão na rádio, pois foi informada pela sobrinha que a ouvira em entrevista.

Dr^a Amini Haddad diz que estar na Câmara Federal deu para sentir que dessa vez foi diferente, um olhar diferente e com participação da Dr^a Glaucia, da Eunice Ramos, Dr. Jamilson, seu irmão,



transformando momento num momento inovador com as nossas experiências, com olhar humanizado, inclusive dos estudantes presentes que nos remete à possibilidade de uma educação voltada para a equidade entre homens e mulheres. E agradece pela fala naquele espaço que na verdade é de todos que compõe a CSTM.

Desa. Maria Erotides propõe alguns encaminhamentos: agradecer oficialmente as instituições de cada participante pela participação das integrantes desta Câmara Setorial Temática na audiência pública em Brasília e solicitar o registro em ficha funcional as contribuições que cada uma deu o referido evento, a saber: Eunice Ramos, TV Centro América; Dr^a Glaucia Amaral, Procuradoria Geral do Estado; Dr^a Amini Haddad, Tribunal de Justiça e Corregedoria com envio de material produzido; Dr^a Lindinalva Rodrigues, Procuradoria de Justiça com envio de material produzido.

Desa. Maria Erotides solicita a Dr^a Rosana Leite informes acerca do Seminário sobre mulheres em cárcere.

Dr^a Rosana Leite diz que o Seminário “Mulheres e Prisões”, parceria Pastoral Nacional Carcerária e Defensoria Pública de Mato Grosso foi realizado com êxito e que a motivação para a realização foi saber as dificuldades que essas mulheres encarceradas passam, principalmente depois do levantamento feito pela Pastoral Carcerária. Essa mulher carrega a solidão sem contar que os seus também passam a ser encarcerados e ficam imersos numa invisibilidade; e pensar que no princípio do feminismo no Séc. XIX, não se pensava nisso. Para finalizar, parabeniza a Desa. Maria Erotides, Dr^a Lindinalva pelas palestras no seminário.

Desa. Maria Erotides propõe o mesmo encaminhamento adotado anteriormente pelas participações das integrantes em trabalhos externos pela CSTM: envio às instituições da Dr^a Rosana Leite e Dr^a Lindinalva agradecendo pela participação e registro em ficha funcional. Desembargadora convida Dep. Wilson Santos para compor à Mesa, registrando que o deputado fora o autor da proposta que em cada reunião da CSTM fosse apresentada biografia de uma mulher influente na sociedade. Informa-o que a Dr^a Jozyrleth falou sobre uma personalidade bíblica, a juíza Débora.

Dep. Wilson Santos diz que ouviu pela rádio o trabalho da CSTM em Brasília.

Dr^a Amini com a palavra fala que a CSTM motiva a criação de outros espaços sociais. Tanto que está sendo criada a Academia Mato-grossense de Direito com a participação da Desa. Maria Erotides na composição; mais um espaço de expansão de equidade, de Justiça.

Desa. Maria Erotides diz que teve a honra de ser convidada para assumir a cadeira de número seis, de Ana Maria do Couto e que isso possibilitará novas parcerias. Fala ainda da proposta que Eliane Bakairi enviou para o grupo propondo a realização de um seminário ou encontro com mulheres indígenas pela CSTM e abre para manifestação das integrantes que sinalizam positivamente.

Prof^a Jacy propõe a inclusão enquanto ação no Planejamento Estratégico no objetivo 8.1 por considerar importante, necessário, pois as mulheres indígenas enfrentam grandes dificuldades para as suas realizações, geralmente obtendo pouco ou nenhum apoio institucional, governamental. A CSTM sendo parceira na construção e realização será a primeira vez que se colocará em uma agenda como prioridade.

Dep. Wilson Santos fala de audiência pública e seminário no Xingu para tratar sobre sistema de produção, onde os Parecis com nove mil hectares plantados tem experiência exitosa. Envolverá 12 etnias no dia 19 ou 26 deste mês. Pergunta se poderia já tratar acerca do encontro de mulheres



ALMT

Assembleia Legislativa

indígenas e propõe ainda para esse encontro convidar a Joenia Wapichana a primeira mulher indígena a se formar em direito no país e a primeira da história na Câmara dos Deputados.

Desa. Maria Erotides propõe a realização do encontro de mulheres Indígenas para a segunda quinzena de outubro, o que é aprovado com a devida inclusão no planejamento estratégico.

Profª Jacy solicita a Desa. Maria Erotides para tratar acerca da Emenda do Dep. Wilson Santos ao orçamento, o que lhe é concedida. Fala que o deputado destinou quatrocentos mil reais para a Secretaria de Estado de Segurança para o Fortalecimento dos Núcleos de Atendimento à Mulher em Mato Grosso. Esse valor já está reservado no orçamento, faltando agora a destinação do recurso para o fim proposto e que vê como importante a atuação da CSTM a liberação do mesmo.

Dep. Wilson Santos pede um aparte e esclarece que pelo fato de ser oposição, entende que dificilmente o governo pagará essa emenda, mas se for via a CSTM essa dificuldade poderá ser suplantada. Informa ainda que Dep. Janaina e outro parlamentar, que não lembrar-se no momento, destinou também emenda para contemplar essa questão, totalizando a princípio um milhão e duzentos mil. Diz ainda ser importante ter o levantamento de delegacias e núcleos existentes para definir melhor a aplicabilidade do recurso.

Drª Josyrleth informa que o levantamento já fora feito e que o projeto já fora entregue na Secretaria de Estado de Segurança com orçamento de dois milhões a serem aplicados nas regionais.

Drª Rosana manifesta preocupação com a destinação dos recursos, pois desde 2010 a questão da mulher não vem sendo priorizada. Entende que o recurso tem que ser para atendimento à mulher e, como se sabe, as cinco delegacias existentes não são apenas para as mulheres, mas idoso, criança e adolescente, etc.

Dep. Wilson Santos informa que foram fechadas dezesseis delegacias no interior e propõe que os núcleos sejam instalados em municípios com mais de 50 mil habitantes.

Desa. Maria Erotides diz que acredita na capacidade do Secretário Bustamante e propõe falar com ele primeiro e depois, se necessário com o Governador.

Dep. Wilson Santos faz um registro lembrando que Gilney Viana, enquanto deputado estadual promoveu pesquisa e apresentou o mapa da violência em Mato Grosso.

Desa. Maria Erotides fala que conheceu o Dep. Gilney Viana no presídio em Santa Terezinha, Juiz de Fora, Minas Gerais, onde levou seu prato de comida, numa ação da igreja católica em que participava.

Dep. Wilson Santos, antes de se ausentar, informa que a Assembleia Legislativa instalou Comissão Parlamentar, sob a coordenação do Dep. Max Russi, para fazer levantamento de toda legislação existente para revisão da Constituição Estadual que completa trinta anos.

Desa. Maria Erotides antes de entrar na pauta do planejamento estratégico, diz que esse levantamento pela Comissão Parlamentar não exclui o trabalho da CSTM quanto ao levantamento da legislação existente pertinentes à mulher e que a análise ficará a cargo da Diretoria da CSTM.

Prof.ª Jacy, antes da pauta do planejamento estratégico, informa que a Prof.ª Vera Bertolini comunicou desligamento da CST por motivo de saúde em família e que mediante a vacância propõe a indicação da jornalista Eunice Ramos ao Dep. Wilson Santos, para tornar-se membro efetiva e não



mais apenas como convidada, já que vem contribuindo desde o início com os trabalhos da CSTM, o que aprovado por todos. Frente à discussão e finalização do planejamento estratégico, pede a inclusão de workshopping sobre a abordagem que a imprensa faz em casos de violência sexual, sendo proposto “Mulher e Mídia”; e Seminário de Mulheres Negras e Quilombolas, conforme reunião de Diretoria desta CSTM e deliberação do “Empoderando Terezas” e Encontro de Mulheres Quilombolas em Vila Bela da Santíssima Trindade em julho deste ano, o que é acatado pelo Pleno. Informa ainda que recebeu of. 009/2019 da CDIR-OAB/MT, onde o Presidente parabeniza a Des. Maria Erotides pela posse frente à CSTM e diz se ver representada pela Profª Jacy Proença, membro da CDIR; também do of. Nº 118/2019 da AMM- Associação Mato-grossense dos Municípios parabenizando a Des. Maria Erotides por conduzir tão importante trabalho e designando a Drª Juliana Fiusa Ferrari, Coordenadora geral da AMM, e do Assessor da Presidência, Sr. José Antônio Pinheiro para fazer interlocução da instituição com a CSTM e as prefeituras, no tocante ao levantamento das políticas públicas e na realização das audiências públicas; memorando nº 244/2019 do Dep. João Batista para que esta CSTM tome conhecimento das respostas ao requerimento de sua autoria, onde solicita as informações à Secretaria estadual de Segurança Pública e ao Diretor Geral da Polícia Judiciária Civil quanto à situação das Delegacias Especializadas da Mulher no estado; quanto à estrutura física e técnica e qualificada da Central Eletrônica de Acompanhamento de medidas cautelares de tornozeleiras eletrônicas e botões do pânico para atender a demanda de atendimento às mulheres vítimas de violência; sobre a funcionalidade e abrangência ou não da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher no estado e municípios; e quanto à previsão de implantação das medidas de urgência da Lei Maria da Penha por meio digital ao Poder Judiciário nas delegacias existentes, conclui.

Des. Maria Erotides agradece a presença de todas e todos e encerra a reunião.

Nada mais havendo a tratar, eu, Jacy Ribeiro de Proença, digitei e assinei a presente ata, às 12h.

Ata 10- reunião em 09/09/2019

Aos nove dias do mês de setembro do ano de 2019, às 09 horas, na sala 201, Sala Deputado Oscar Soares, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, foi dado início à oitava reunião da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT, onde a presidenta, Des. Maria Erotides Kneip, começou os trabalhos, fazendo as saudações iniciais.

Encontravam-se presentes, além da Desembargadora Maria Erotides Kneip, a Professora Jacy Proença, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, Dra. Clarissa Lopes Dias Maluf Pereira, Dra. Jozirlethe Magalhães Criveletto, Willian César de Moraes, Mayana Vitória de Souza Alves, Tânia Arantes, Eliane Rodrigues-Bakairi, Eunice Ramos.

Des. Maria Erotides esclarece que se a CSTM já está a realizar a décima reunião e que elas foram utilizadas com o planejamento estratégico, isto em função dele ter sido construído juntamente com a execução do trabalho, o construindo e fazendo as ações. Imediatamente passa a profª Jacy para fazer a leitura da ata da reunião anterior.

Profª Jacy cumprimenta a todas as pessoas presentes na pessoa da Des. Maria Erotides e faz a leitura da ata que é apreciada e aprovada por unanimidade.

Em seguida, Tânia Arantes apresenta a mulher pesquisada, ressaltando que dentre tantas, escolheu uma mulher guerreira do Sítio do Tanque Novo, no município de Poconé, que nasceu em 1914 e teve doze filhos e passou a ser conhecida pelo mesmo nome- Doninha do Tanque Novo, conforme texto que se segue:



Dr. Willian comenta dizendo que achou muito interessante a ideia proposta pelo Dep. Wilson à CSTM em pesquisar mulheres que deixaram um legado. A Doninha do Tanque Novo trata-se de um exemplo disso, servindo de referência e incentivo para nós que temos que fazer um trabalho propondo políticas públicas para garantir direitos à mulheres como essa apresentada.

Dr^a Rosana lembra-se que quando estudava, principalmente para o vestibular, estudou sobre Doninha do Tanque Novo e ao se casar com Gonçalo de Barros tomou conhecimento sede um milagre, onde um casal de primos se apaixona e se une em feliz matrimônio, Flávio e Elza. Sem muita explicação, a dona Elza fica doente, com problemas mentais, passando a não reconhecer nem mesmo os amigos e familiares. Todo recurso foi utilizado, inclusive de leva-la para os grandes centros em busca da cura, sem grandes sucessos. Após quinze anos de luta contra a doença, foi aí que uma irmã, a Lila, recomendou ao marido Flávio que a levasse na presença da Doninha do Tanque, que segundo o que diziam realizava milagres. Levaram-na até lá. Doninha orou e recomendou à dona Elza: que ela fosse a quarenta missas, sem interrupção, que a cura viria. Feito isso, gradativamente dona Elza foi melhorando, recuperando a memória, reconhecendo os familiares e amigos, chegando a curar-se totalmente. Dr^a Rosana antes de concluir, pede para olharmos para esse grupo de mulheres- curandeiras, benzedoras, (lembra-se de dona Beleca), parteiras, mulheres que movem a sociedade no entorno delas, conclui.

Desa. Maria Erotides em reflexão audível, lança a pergunta: “Quem pode duvidar do desejo de quem quer se curar pela fé?” Diz que deve-se reconhecer , sem desmerecer a ciência, a medicina, o valor das parteiras. Pontua ainda: quantas pessoas não vieram ao mundo pelas mãos dessas mulheres? Propõe, antes de encerrar, a realização de uma Reunião Extraordinária, dia 11/09, quarta-feira, às 14h, no Tribunal de Justiça para tratar da finalização d planejamento estratégico e regimento para as audiências públicas da CSTM.

Prof.^a Jacy informa que por impossibilidade tantos dos vereadores, prefeitos da região de Cáceres por estarem envolvidos em período integral com atividade junto ao Judiciário no dia 06, sexta passada, tivemos que suspender a audiência pública, levando-nos a adequar melhor o calendário das audiências públicas da CSTM com as atividades da Casa junto ao Cerimonial, ficando, portanto, o calendário da seguinte forma: dia 20/09- Cáceres; 26/09- Rondonópolis; 30/09- Barra do Garças; 11/10- Tangará da Serra; 18/10- Sinop; 31/10- Várzea Grande. Fala ainda do of. N^o-----, que nos envia para conhecimento projeto do Dep. Guilherme Maluf, que -----.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, cuja ata digitei e assinei às 11h.

Ata 11- reunião em 16/09/2019

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de 2019, às 09 horas, na sala 201, Sala Deputado Oscar Soares, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, foi dado início à oitava reunião da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT, onde a presidenta, Des. Maria Erotides Kneip, começou os trabalhos, fazendo as saudações iniciais.

Encontravam-se presentes, além da Desembargadora Maria Erotides Kneip, a Professora Jacy Proença, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, Telma reis, Dra Glaucaia , Mayana Vitória de Souza Alves, Dr^a Lindinalva Rodrigues, Eliana Vitaliano, Dr^a Jorsyrleth Criveletto, Wilian César Moraes,



Eunice Ramos. Justificaram suas ausências: Dra Amini Haddad Por motivo de viagem e Dra Clarissa por estar em atendimento à cliente.

Desa Maria Erotides Kneip inicialmente informa que na reunião extraordinária sob a orientação da Clévia, André e o Sergio do Núcleo de Planejamento da Assembleia Legislativa o Planejamento da CSTM foi concluído. Diz que uma das pautas dessa décima primeira reunião é o registro e aprovação do mesmo, dando cumprimento a uma das ações da Câmara. Na sequência passa para Profª Jacy Proença fazer a leitura da ata anterior.

Profª Jacy Proença procede a leitura da ata colocada em apreciação, sendo aprovada por unanimidade.

Na sequência Desa Maria Erotides solicita que seja feita a apresentação da mulher pesquisada.

Profª Jacy diz que do mesmo modo que as demais integrantes tiveram dificuldades em definir o nome a ser apresentado, ela passou por esse processo e entende o valor da proposta apresentada pelo Dep. Wilson Santos a esta Câmara, à medida que passamos a registrar e dar visibilidade a participação efetiva de mulheres na história e desenvolvimento do nosso país.

Diz que gostaria muito de falar de tantas mulheres, inclusive das que compõe a CSTM, mas fez opção em falar de uma mulher negra, a Esperança Garcia.

Falar de mulher é falar antes de tudo de luta e resistência, principalmente em se tratando de mulher negra, pois a situação da mulher negra na sociedade, especialmente a brasileira, é falar da forma como as camadas sociais são construídas. No Brasil, o racismo e a questão de gênero são os elementos que moldam a pirâmide social, colocando-a na base dessa pirâmide, condenando-a, pelas implicações do racismo e do sexismo, a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização social.

Dentro de uma sociedade com valores e padrões historicamente hegemônicos, os desafios das mulheres negras são ainda maiores, pois, elas estão em situações de mais vulnerabilidade, sendo de diversas ordens, como: uma maior possibilidade de ser vítima de homicídio em relação à mulher branca; um maior índice de analfabetismo entre as mulheres negras; e até um maior número de ocupação em postos de trabalho mais precarizados.

E nesse sentido, vejo de suma importância o trabalho desta CST que aponta caminho para um novo pensar de políticas que reafirmem a identidade de mulheres, especialmente àquelas que historicamente “foram estupradas por seus senhores, mulheres que foram desprovidas de gênero e da sua ideologia de feminilidade pelo regime escravista. Mulheres que deixam seus filhos para criar os filhos de outras mulheres, mulheres que sofrem violências físicas e não-físicas todos os dias”, como nos diz a professora Marise de Santana da universidade Estadual do Sudoeste a Bahia.

É muito importante, Desa. Maria Erotides e demais integrantes, o fomento de políticas públicas não somente de inclusão, mas de permanência da mulher negra em seus espaços, que há muito se viu obrigada a assumir outra máscara identitária e, só posteriormente, à duras penas, conquistar a liberdade de se constituir enquanto negras.

Como nos diz a Prof.ª Letícia Azevedo, Geógrafa graduada e licenciada pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP): “Ser mulher negra não mais na senzala, ou na cama do senhorzinho, não mais submissa aos padrões (eurocêtricos) e tabus, mas, ser mulher negra no universo”.



ESPERANÇA GARCIA?

Esperança nasceu em uma fazenda de propriedade dos jesuítas, onde hoje fica o município de Nazaré do Piauí. Aos nove anos de idade, quando a ordem foi expulsa do Piauí pelo Marquês de Pombal, ela foi levada como escrava para a casa do capitão Antônio Vieira de Couto. Fugiu pouco depois, reaparecendo numa relação de trabalhadores da fazenda, datada de 1778, casada com o angolano Ignácio e com sete filhos.

Em 06 de setembro de 1770 Esperança Garcia, mulher negra e escravizada enviou uma carta ao governador de São José do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, denunciando a violência que elas, seus filhos e outros negros e negras escravizados sofriam em uma fazenda de algodões localizada a 300 km de onde Teresina está hoje.

Embora, nesse período, quem fosse flagrado ensinando escravizado a ler era preso e/ou processado, Esperança Garcia mostrou grande habilidade em escrita e aproveitou-se de seu letramento para reivindicar o direito a um tratamento mais humanizado.

A carta é considerada a primeira petição escrita por uma mulher na história do Piauí fazendo dela uma precursora na advocacia e um documento de grande valor histórico para a literatura afro-brasileira.

Símbolo de coragem, resistência e luta, em 2017, 247 anos depois, Esperança Garcia recebeu da OAB o título da primeira advogada do Estado do Piauí, e um Memorial, em Teresina, foi batizado em seu nome.

Desa Maria Erotides solicita a Eunice Ramos que faça o comentário.

Eunice Ramos parabeniza a Profª Jacy pela escolha e pela brilhante e emocionada apresentação de uma mulher que ela não conhecia. E que a exemplo da força, determinação e fé da Esperança Garcia muitas outras mulheres fazem história.

Quanto ao outro ponto da pauta: Planejamento Estratégico, Desa Maria Erotides coloca-o em apreciação, sendo o conteúdo aprovado por unanimidade, devendo tão somente passar por revisão e definição de layout antes da impressão.

Referente às audiências públicas profª Jacy fala do calendário apresentado, sendo que as primeiras serão Cáceres, Rondonópolis e Barra do Garças em 20, 26 e 30 de setembro respectivamente.

Desa Maria Erotides propõe a definição de quem da CSTM participará de cada audiência, ficando: dia 20/09 em Cáceres- Desa. Maria Erotides, Profª Jacy Proença, Drª Rosana Leite, Telma Reis, Drª Jorsyrlth; dia 26/09 em Rondonópolis- Profª Jacy Proença, Drª Amini Haddad, Eliana Vitaliano, Mayana e consultar a Drª Clarissa e Drª Glaucia; dia 30/09 em Barra do Garças- Desa. Maria Erotides, Drª Rosana, Telma Reis, Drª Jorsyleth, Darlene Taukane na impossibilidade da Eliane Bakairi. Desa. Maria Erotides compromete-se em elaborar regimento para as audiências públicas contemplando eixos para orientar as discussões a ser enviado no grupo da CSTM.

Profª Jacy propõe o eixo Legislação e Políticas Públicas para obter contribuição mais efetiva das câmaras e prefeituras.

Drª Lindinalva propõe a apresentação e discussão dos projetos de lei dos deputados Leonardo e Emanuel Pinheiro Neto.



ALMT

Assembleia Legislativa

Para finalizar a definição dos eixos ficou assim estabelecido: Eixo 1- Legislação existente no âmbito nacional e os reflexos no município, sob a responsabilização da Dr^a Lindinalva; Eixo 2- Políticas Públicas no município, sob a responsabilização da Prof^a Jacy Proença e o Eixo 3- Violência Doméstica e Familiar e o feminicídio, sob a responsabilização da Dr^a Josyrleth.

Eliane Bakairi propõe que seja passado o VT produzido sobre a CSTM e destaca a problemática enfrentada pelas mulheres chiquitanas nessa região oeste do estado. Fala que já entregou o levantamento que fez sobre as entidades que atuam com a questão das mulheres indígenas.

Prof^a Jacy informa que convidou a Vanda Copacabana para representar as mulheres indígenas na audiência em Cáceres, bem como representante das mulheres negras.

Dr^a Lindinalva se propõe a elaborar o roteiro para as audiências públicas e a Eliana Vitaliano propõe que ao final de cada audiência se tenha um esperançar, um conjunto de propostas.

Desa Maria Erotides fala da Feira do Artesanato realizado dia 06/09, projeto desenvolvido pela prof^a Jacy e solicita mais informações.

Prof^a Jacy fala que é um projeto, Feira Popular Artesanato na Praça, que vem sendo desenvolvido desde 2005 voltado para as mulheres chefe de família e àquelas em situação de vulnerabilidade e querem deixar a condição de violência em que vivem. O artesanato é uma das formas mais rápida de se obter renda sem exigir grandes investimentos, por usar o talento, o dom que Deus dá a cada uma. Diz ainda começou com treze mulheres vítimas de violência que passaram pelo Reviv, depois com 35 e no mesmo ano, ampliando o projeto para mulheres chefes de família, ultrapassou a marca de 250 artesãs cadastradas. Em função do tratamento de saúde parou de janeiro de 2017 e retomou neste 06/09 na Praça da República, sendo a próxima no dia 04/10. Agradece a presença da Neuzinha e a cobertura da TV do Tribunal de Justiça, finaliza.

Desa Maria Erotides fala da importância do projeto da feira e que a CSTM tem que apoiar. Ausenta-se por um momento da reunião.

Prof^a Jacy concede a fala a Clélia do Núcleo de Planejamento.

Clélia em nome do Núcleo de Planejamento agradece oportunidade de terem atuado nessa elaboração e que gostaria de fazer a entrega de cópia do Planejamento Estratégico já finalizado com a participação de todos.

Prof^a Jacy diz que nós da CSTM é que temos que agradecer a todos do núcleo pela dedicação, esmero e acima de tudo o comprometimento e profissionalismo com que assumiram a missão. Têm o respeito e o reconhecimento da Desa. Maria Erotides e de todas as pessoas que compõem esta Câmara Temática. Pede que aguarde o retorno da desembargadora para efetuar a entrega às mãos da presidenta.

Dr^a Rosana com a palavra, fala da Audiência Pública requerida pela Dep. Rosa Neide para tratar sobre Educação contra a Violência à Mulher, a ser realizada em Brasília, na Câmara Federal dia 08/10, às 08h, com a participação dela, Dra Rosana Leite, Dra Amini Haddad e Dep. Débora Duprá.

Desa Maria Erotides reassumindo os trabalhos recebe das mãos Cléia, do Núcleo de Planejamento, cópia do Planejamento Estratégico encadernado, devendo ser encaminhado ao Presidente da Assembleia Legislativa para reconhecimento e valorização.



Desa Maria Erotides mais uma vez agradece o trabalho desenvolvido pela equipe de planejamento.

Clélia diz que o Planejamento é da CSTM e precisará de acompanhamento e avaliação, pois está sempre em movimento, sofrendo evolução. Necessita da indicação de alguém da CSTM para esse fim. Vai encaminhá-lo à Mesa Diretora e o disponibilizará na internet.

Desa Maria Erotides concede a palavra à Cleuta Paixão, artista plástica, poetisa, convidada da Profª Jacy.

Cleuta Paixão se apresenta brevemente e fala da sua exposição realizada no período de 09 a 13 de setembro no saguão da Assembleia Legislativa cujo tema foi “Parte de Um Todo”, telas expressando a natureza, as mulheres, povos indígenas e a religiosidade, onde cada tela foi retradada por um poema.

Segue um dos poemas intitulado “Sou Mulher”.

Sou Mulher! A mais bela flor Do jardim do Criador.

Sou Mulher! Esculpida perfeita criatura Melodia do amor.

Sou Mulher! Da paixão e ternura Doce Poema na literatura.

Sou Mulher! Sem controvérsias Em crias reversas.

Sou Mulher! Sem amargo dilema Do cravo que se enxerga flor.

Sou Mulher! Do juízo à loucura Regida por signos e pela lua.

Sou Mulher! Consistente na alma Mente e corpo.

Sou Mulher! De constante procura De si mesmo, do amor e de outra criatura.

Sou Mulher! Com lagrimas e risos Domínio de Flrula.

Sou Mulher! De sexo e teor Não importa a cor, Mulher Eu sou!

Sou Mulher! E não espere meu senhor Que Eu seja, mais uma na multidão.

Sou Mulher! E não sou Sem rumo, sem prumo e sem direção.

Sou Mulher! E não sou Sem personalidade e sem opinião.

Sou Mulher! De conhecimento fazendo a razão Do trabalho a profissão.

Sou Mulher! Que o ser e a independência Ninguém se apossa não.

Sou Mulher! Meu corpo será A todo ser templo para devoção.

Autoral: Cleuta Paixão*

Todos os direitos reservados. Proibido a reprodução de partes ou do todo desta obra sem autorização expressa da autora (art. 184 do Código Penal e da Lei 9610 de 19 de fevereiro de 1998).



Desa Maria Erotides agradece a participação da Cleuta Paixão e pede para que parte da exposição no saguão de entrada da presidência seja prestigiada pelas integrantes da CSTM.

Eliana Vitaliano informa sobre o caso do Roger, haitiano, que trabalhava como picolezeiro, 55 anos. Teve um surto psicótico e desferiu duas facadas em policial que em legítima defesa disparou contra ele e ele foi morto. Mulher deste haitiano esteve na Casa do Migrante pedindo ajuda em função do problema e da agressividade do mesmo. Este foi internado na Capes e depois recebeu alta. Esse episódio ocorreu na residência da vítima. A mulher ficou com nove filhos.

Desa Maria Erotides solicita que cada integrante envie os trabalhos que ficaram sob a sua responsabilização para a Diretoria.

Telma Reis fala da dificuldade em se obter os dados em relação a mulher trabalhadora rural. Elas fazem um trabalho só que não são reconhecidas.

Profª Jacy Proença propõe que sejam definidos os dias para se estar com Secretário de Estado Bustamante para tratar acerca da Emenda dos quatrocentos mil para fortalecimento dos núcleos de atendimento à mulher, bem como da reunião da Diretoria com a Dep. Janaina para tratar do aplicativo para a CSTM.

Dra. Gláucia informa que há no estado uma equipe de TI que pode se for solicitado, auxiliar na criação do aplicativo da CSTM.

Desa Maria Erotides pede para o assunto ser ponto de pauta da próxima reunião, após esse início das audiências públicas. Propõe ainda a suspensão temporária das reuniões da CSTM para que se tenha um tempo para buscar os dados e dar os devidos encaminhamentos nas ações que ficaram definidas no Planejamento Estratégico. Coloca em apreciação a data da próxima reunião para dia 07 de outubro, o que foi aprovado. Ficam designadas a Dra Rosana, Dra Lindinalva e Profª Jacy para prepararem a apresentação dos dados obtidos.

Desa. Maria Erotides agradece a todos que tem ajudado, principalmente na elaboração do Planejamento Estratégico que deu força a todas as pessoas que integram a CSTM, bem como as presenças na reunião.

Nada mais havendo a tratar, eu, Jacy Ribeiro de Proença, digitei e assinei a presente ata, às 11h45.

Ata 12- reunião em 14/10/2019

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de 2019, às 09 horas, na sala 201, Sala Deputado Oscar Soares, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, foi dado início à oitava reunião da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT, pela presidenta, Des. Maria Erotides Kneip.

Encontravam-se presentes, além da Desembargadora Maria Erotides Kneip, a Professora Jacy Proença, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, Telma Reis, Drª Mayana Vitória de Souza Alves, Drª Lindinalva Rodrigues, Tânia Arantes, Eliana Vitaliano, Drª Jorsyrleth Criveletto, Dr. Willian César Moraes, Eunice Ramos, Dra Amini Haddad, Dra Clarissa. Justificou ausência Eliane Bakairi.

Desa Maria Erotides Kneip inicia a reunião cumprimentando a todos os presentes e informando que a reunião objetiva recolher os trabalhos que foram designados a cada membro desenvolver. Na sequência passa para Profª Jacy Proença fazer a leitura da ata anterior.



Profª Jacy Proença cumprimenta a todas as pessoas presentes e procede a leitura da ata que é colocada em apreciação, sendo aprovada por unanimidade.

A Desa Maria Erotides fala ainda da Feira do Artesanato reiterando a necessidade da CSTM apoiar a iniciativa.

Profª Jacy agradece a presença da Desa Maria Erotides e da jornalista Eunice Ramos, da TV Centro América na cobertura da Feira Popular Artesanato na Praça no dia 04/10 na Praça da República. Informa que a próxima será no dia 01/11 na Praça Alencastro.

Tânia Arantes fala do contentamento em reencontrar as companheiras e propõe que seja elaborada cartilha sobre Direitos da Mulher em relação ao auxílio natalidade, tomando a percepção da necessidade em virtude de episódio que vivenciou envolvendo mulher indígena parturiente que foi enganada por quem se propôs a ajuda-la a conseguir o benefício.

Desa Maria Erotides solicita a Drª Lindinalva para fazer a apresentação da mulher pesquisada.

Drª Lindinalva fala que apresentará uma mulher que com certeza influenciou diretamente a vida de todas nós da CSTM, a Desa Shelma Lombardi de Kato, e de tantas outras mulheres que sequer a conhecem, mas foram influenciadas ou beneficiadas pelas políticas públicas que propôs e/ou implementou, conforme texto que segue:

Desa Maria Erotides comenta acerca da importância da Desa Shelma na sua vida pessoal e profissional. Lembra que em 1985, quando passou em segundo lugar no concurso e pode escolher a comarca em que queria atuar e a Desa. Shelma a orientou a ir para Alto Garças. Vindo para Cuiabá, a Desa. Shelma passou a convocá-la como Substituta e sempre a direcionando para as questões envolvendo a mulher, principalmente para os casos que se referia a abuso sexual e criminalização do agressor. Continua relatando que em 1991, a Desa Shelma assumiu como Presidenta do TJ e, assim, a convocou como Juíza Auxiliar da Presidência. Logo em 1992, a Desa Shelma a designa para participar de Encontro de Juízas em San Diego/Califórnia com o propósito de apresentar todo o trabalho desenvolvido pela Delegacia da Mulher em MT. Relata um fato curioso, dizendo que a Desa Shelma é apaixonada por animais e que possui um gatil, onde coloca o nome de cada pessoa que ama nos gatos, inclusive uma, comum olho verde e outro azul, com o nome de Mary Love; de não teve dúvidas e foi ao seu encontro, ao se deparar com uma mulher no aeroporto com um olho azul e outro verde, chamando-a pelo nome e, a partir daí, só foi reciprocidade e todos ficaram sabendo que havia uma gatinha com esse nome.

Desa Shelma em relação ao Projeto GEPE, fez reuniões no Brasil todo e assim foi originado dentro do STJ. E até hoje ela ajuda financeiramente organizações internacionais que atuam com a questão da mulher.

Após o relato, entra-se na pauta das audiências públicas, onde Drª Josyrleth fala que a audiência pública em Cáceres superou as expectativas, pois estava tudo organizado. Avalia como positiva com resultados durante a própria audiência, onde o presidente da Câmara que assumiu o compromisso de intermediar e canalizar recurso para a construção da Casa Abrigo. Informa ainda do comprometimento da Drª Graziela em implementar a Rede do município. Fala ainda da Delegacia de Cáceres sob a responsabilidade da Drª Judá que conseguiu, através de parcerias, uma excelente estrutura para desenvolver o trabalho e, principalmente conquistar a simpatia e respeitabilidade de toda a população, que fez até um movimento pela permanência dela no município.



Profª Jacy diz que esteve anteriormente com Mayana em Cáceres e Rondonópolis numa ação preparatória das audiências. Fala que do mesmo modo que Cáceres, Rondonópolis foi muito positiva com 340 participantes e resultados concretos. Antes de encerrar a audiência foi apresentada escritura do terreno onde deverá ser construída a Casa Abrigo e encaminhamentos para reativação e regularização do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher . A Rede de Enfrentamento funciona, mas sentiram a necessidade de implementá-la. Teve participação do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário e diversas entidades, inclusive Movimento Negro, LGBT e Indígena. Quanto à proposta do Encontro de Mulheres Indígenas, Rondonópolis propôs sediar o referido encontro. Conclui dizendo que em Rondonópolis a CSTM teve toda a estrutura e apoio por parte do Prefeito.

Em relação a Tangará da Serra, Drª Rosana fala que toda a mobilização fora feita pelo Poder Judiciário. O Pres. da Câmara, Ver. Ronaldo Quintão mostrou-se comprometido. Destaca a participação do Ver. Sebastian muito dedicado e luta pelos Direitos Humanos. As principais reivindicações: Casa Abrigo, reativação do Conselho dos Direitos da Mulher e implementação da Rede de Enfrentamento. Para concluir diz que Tangará da Serra revelou ser uma cidade carente e que precisa muito implementar os direitos da mulher.

Desa Maria Erotides parabeniza as mulheres da CSTM que têm enfrentado as audiências. Fala da importância dessas audiências, que mais do que discutir, apresentar propostas, tem desenvolvido um trabalho pedagógico. Pensa que se tivéssemos a participação dos deputados desta Casa de Leis e as condições necessárias para ir nos 141 municípios, a realidade seria outra.

Drª Amini fala da audiência pública na Câmara Federal, requerida pela Dep. Rosa Neide, da qual ela e Drª Rosana participaram enquanto palestrantes. Abordaram acerca dos PLs 1943, 1944 que trata das relações de trabalho e emprego. Também acerca do PL 3145, da Senadora Selma Arruda que trata sobre a violência sexual contra as mulheres. Depois falou sobre a campanha “Por Elas” que objetiva mudança cultural em relação ao ser mulher. Diz ser necessário dimensionar essa realidade de descarte do ser mulher e o direito de o ser. “Olhar esse universo todo feminino se faz necessário”, afirma. Fala ainda da revista “Por Elas” que se propõem, inclusive a resgatar a essência de mulheres invisibilizadas. Em relação às atribuições que lhe foram conferidas, conforme Planejamento Estratégico, informa que cumpriu com todas.

Drª Lindinalva diz que após a instalação da CSTM tornamo-nos mais fortes, pois o trabalho que cada uma desenvolvia de forma isolada em sua instituição, agora, com a Câmara passa a ser um trabalho unificado, coletivo. Informa que cumpriu parte de sua missão com elaboração de parecer aos projetos dos deputados federais Leonardo e Emanuelzinho, inclusive contribuindo participando de audiência pública na Câmara Federal anteriormente, falando do PL 5386/2019 que trata da suspensão qualificada de processos em casos que se enquadram na Lei Maria da Penha, que significa um grande avanço, a medida que muda a forma de aplicar a Lei Maria da Penha e assim , ajudar a vencer a tão fadada prescrição, a reincidência, etc. Quanto as demais responsabilizações, propõe que tanto os projetos, campanhas e workshopping sobre Mulher e Mídia fiquem para 2020, o que é aprovado.

Telma Reis apresenta o relatório que fez juntamente com Tânia Arantes acerca do mapeamento de entidades que atuam com a mulher rural. Fala da dificuldade que teve junto a Fetagri para conseguir as informações.

Drª Jorsyleth diz que em relação ao mapeamento que lhe foi designado fazer o fez em relação aos seis primeiros meses deste ano e que já se encontra no email da CSTM. Quanto a minuta sobre os



ALMT

Assembleia Legislativa

núcleos de atendimento à mulher vítima de violência já tinha elaborado e entregue à Secretaria de Estado de Segurança.

Eliana Vitaliano informa que já entregou o mapeamento das entidades que atendem as mulheres migrantes.

Dr William fala dos projetos que beneficiam a mulher de autoria da Dep. Janaina que estão tramitando na Casa e que parte falta apenas revisão de alguns aspectos para concluir as tarefas designadas.

Drª Rosana abordou ainda sobre os projetos de lei que apresentou em audiência pública na Câmara Federal, os quais são: Os PLs 3837, 3793, 3792, 1659, todos de 2019, os quais são extremamente importantes para o gênero feminino, enquanto políticas de Ação Afirmativa.

Profª Jacy pergunta, em virtude da proximidade da data, se a audiência pública em Sinop está mantida para o dia 18/10?

Desa Maria Erotides diz que temos que nos empenhar para cumprir as audiências, conforme o calendário já divulgado e até porque pretende encerrar os trabalhos da CSTM no prazo definido inicialmente. Propõe, em função do adiantado da hora, que a Diretoria apresente o relatório do que lhe coube na próxima reunião a ser realizada no dia 04/11, o que é aprovado. Agradece a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, na qual eu, Jacy Ribeiro de Proença, digitei e assinei a presente Ata às 11h50..

Ata 13- reunião em 04/11/2019

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de 2019, às 09 horas, na sala 201, Sala Deputado Oscar Soares, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, foi dado início à oitava reunião da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT, pela presidenta, Des. Maria Erotides Kneip.

Participaram da reunião, além da Desa. Maria Erotides, a Profª Jacy Proença, Drª Rosana Leite, Drª Lindinalva, Eunice Ramos, Drª Amini Haddad, Telma Reis, Tânia Arantes, Dr. William, Drª Josyrleth Criveletto, Drª Clarissa Lopes, Drª Glauca Amaral.

Desa Maria Erotides Kneip inicia a reunião cumprimentando a todos os presentes e agradecendo ao Dep. Wilson Santos e Dep. Janaina pela constituição da CSTM e pela escolha de mulheres tão comprometidas para compô-la. Na sequência passa para Profª Jacy Proença fazer a leitura da ata anterior.

Prof.ª Jacy Proença cumprimenta a todas as pessoas presentes e procede à leitura da ata que é colocada em apreciação, sendo aprovada por unanimidade, após retificações no tocante ao número da legislação citada pela Drª Amini e nos projetos de lei elaborados pela CSTM a serem assinados pelos dois parlamentares, Dep. Wilson e Dep. Janaina.

A Desa Maria Erotides fala da outra edição do projeto Feira Popular Artesanato na Praça, reiterando a ainda a necessidade da CSTM apoiar a iniciativa.

Profª Jacy informa que em virtude de reforma da Praça da República a feira fora transferida para a Praça Ipiranga, causando certa apreensão, mas que graças a Deus deu tudo certo, superando as expectativas. Teve cobertura da TV Cidade Verde que fez programa específico sobre a feira, mostrando as artesãs e seus produtos. Teve entrevista também de uma TV de São Paulo que veio



fazer a cobertura do jogo entre o time do Cuiabá e Bragantino, fazendo, inclusive uma enquete sobre o placar do jogo. Foi muito positiva essa feira, tanto que a próxima, do dia 19/1, será mantida na Praça Ipiranga.

Dr^a Rosana fala de sua participação no Programa “Competência no Salto”, na TV Gazeta, enquanto designada pela Desa Maria Erotides para representar a CSTM, ocupando, portanto, uma das quatro cadeiras a serem ocupadas por mulheres e tratar de temas diversos de interesse da sociedade.

Dr^a Amini fala acerca da Revista “Por Elas” que está em fase de recebimento de matérias para em breve ser editada e lançada em março.

Eunice Ramos trata das tarefas que lhe foram atribuídas no planejamento estratégico, falando sobre o mapeamento das políticas públicas de atendimento à mulher vítima de violência no estado. Informa também acerca da entrevista com Dr^a Lindinalva sobre a audiência pública em Várzea Grande dia 07/11 e sobre a sua posse na Academia Mato-grossense de Letras, dia 12/11, às 19h30, sendo a 15^a mulher a ocupar uma cadeira na instituição. Trata ainda de uma pesquisa feita por uma mestranda sobre os agentes de saúde, dos quais a maioria é composta por mulheres. Quanto ao workshop “Mulher e Mídia” diz que elaborou um pré-projeto e propõe a participação de uma professora da PUC de São Paulo como também parceria com o Sindicato dos Jornalistas.

Tânia Arantes sugere a inclusão dos que operam mídia social e Dr^a Rosana indica a participação da Agência Patrícia Galvão que trata dos Direitos Humanos das Mulheres.

Dr William propõe a realização do Simpósio da CSTM de 04 a 07 de março de 2020, de forma ampla com anúncio do aplicativo, lançamento da revista e temas específicos abordando questões das mulheres negras e indígenas.

Desa Maria Erotides abre um parêntese para registrar que reconhece a competência da Eunice Ramos, mas percebe o quanto ela cresceu na convivência, na realização desse trabalho da CSTM, o que a deixa feliz.

Dr^a Glaucia informa acerca de um fato, onde um homem assassinou a sua ex. companheira por suspeitar desta ter matado sua filha de quatro meses.

Desa Maria Erotides fala da importância de compreendermos o que é ser feminista e de contribuirmos com esse processo de entendimento por parte das outras mulheres e que há perspectiva positiva, a partir da CSTM, de que a situação em Mato Grosso possa ser alterada.

Dr^a Clarissa fala do levantamento que fez em 14 municípios de um total de 21 contatados onde há subseções da OAB com Comissão da Mulher. Irá fazer um cruzamento de informações com os dados enviados pela APDMT, fruto de pesquisa que realizaram. Fala ainda da Conferência Estadual da Mulher Advogada a ser realizada nos dias 28 e 29 de novembro deste ano em Rondonópolis. Crê que entorno de 12 mil advogadas estarão lá para instituir, inclusive o Colégio das Comissões da Mulher. Convida Desa Maria Erotides, Dr^a Rosana e Dr^a Amini para participarem enquanto palestrantes. Será também um espaço de troca de experiências. Aproveita da oportunidade para parabenizar Telma Reis pela serenidade e humildade em aceitar a ser vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher já que houve empate na votação.

Prof^a Jacy parabeniza a Telma Reis que mesmo tendo enfrentado adversidades, pressões, conseguiu ainda obter o mesmo número de votos que a candidata apoiada pela Gestão Municipal. Isso demonstra reconhecimento e respeito a um trabalho realizado que avivou o Conselho dos Direitos da



Mulher que estava adormecido e que, por sinal, nunca deixou de realizar uma reunião sequer por falta de quórum. É superação de um pré-conceito, pois até então, isso desde quando reativamos o conselho e assumimos a presidência em 2005, foi a primeira vez que uma representante não governamental assumiu a presidência. E a Telma, mesmo não tendo um curso superior, mas com o pé no chão da comunidade, vivendo e sentindo os problemas na pele, com o conhecimento obtido na lida e luta da vida soube muito bem conduzir o conselho aqui, conclui.

Drª Josyrleth fala da eleição no CMDM em 22/10, na qual ocorreu empate, o que não estava previsto no regimento. Esclarece que em não havendo candidatura governamental a Telma poderia se candidatar. Aí surgiu uma candidatura do governo. O que não se esperava era o empate, havendo assim uma composição com a Telma de Vice.

Telma Reis relata de forma emotiva a situação de humilhação a que foi submetida por conta desse processo eleitoral do CMDM, coisa que nunca imaginou que passaria. Mulheres que falam de ajudar, apoiar, respeitar, valorizar a outra, mas na verdade é só no discurso, pois praticam outra coisa, diz ela. Como sempre se colocou a disposição de outras mulheres, principalmente as mais humildes, as que mais necessitam, e por isso ouviu diversas vezes que o Conselho não era local para assistencialismo. Fala que o dia 22/10/2019 ficará marcado para sempre em sua vida.

Desa Maria Erotides manifesta a sua felicidade pela permanência da Telma no Conselho enquanto Vice, enquanto representante da sociedade civil.

Drª Gláucia fala do levantamento que fez junto ao governo e que já tem o relatório. Ressalta a importância da cartilha para orientar os conselhos nos municípios. Ela e Drª Rosana estão montando um projeto de um curso para formação dos conselhos, modo EAD- Ensino a Distância. Comenta sobre a fala emocionada da Profª Jacy acerca da Telma e a eleição do CMDM, que a faz entender que não é exigência ter formação acadêmica, pois Telma tem o conhecimento da realidade. Sugere uma Moção de Aplausos à Telma pelo trabalho prestado. Diz: “És uma mulher de notável saber!”. Lembra certa vez da nossa reunião no Tribunal de Justiça, quando a Telma agradeceu a Desa Maria Erotides por estar ali e ela disse: “Você está porque você merece! Você é!”.

Drª Amini fala à Telma para que as durezas da vida não venham tirar o brilho da sua caminhada e que essa dor não venha prejudicar a sua luta pelo feminismo. Não estamos aqui por questões particulares, mas por algo muito maior, diz. Estamos numa mesma missão e a sua história continua. Temos que olhar o mundo que enfrentamos todos os dias, tornando o nosso espaço e ações cada dia melhores; cada uma com sua verdade e a verdade liberta, conclui.

Eunice manifesta o desejo de que tudo isso sirva para nos unir mais. Propõe que seja feita uma gravação de VT com cada uma da CSTM sobre dicas de como fazer o enfrentamento à violência contra a mulher, que poderá ser inclusive pela TV Assembleia.

Quanta a pauta das audiências públicas, Profª Jacy passa os informes sobre as dificuldades em relação à de Sinop, propondo realizar na cidade de Lucas de Rio Verde, e dos encaminhamentos efetivados em relação à de Várzea Grande para o dia 07/11, às 14 horas no Plenário da Câmara Municipal.

Desa Maria Erotides delega a Profª Jacy para presidir os trabalhos da audiência pública em Várzea Grande até a sua chegada e propõe a suspensão da audiência pública em Sinop, levando-se em consideração as dificuldades apresentadas e o prazo para a finalização dos trabalhos com a entrega do relatório final, conforme cronograma no dia 10/12 em Cuiabá, o que é aprovado.



ALMT

Assembleia Legislativa

Dr^a Amini fala ainda do lançamento do seu livro “Derechos Humanos, Multiculturalismo y Violencia de Género Contra las Mujeres”, no dia 28/11, às 18h, no auditório do TJ, enquanto uma vitória de todas as mulheres e convida a todas as pessoas presentes.

Prof^a Jacy fala da sua alegria pela posse da Dr^a Lindinalva na Academia Mato-grossense de Letras; pelo lançamento do livro da Dr^a Amini, como também pela seleção de sua poesia para participar da Antologia “Os 100 Melhores Poetas Lusófonos Contemporâneos”, com poema sobre amor, pela Literarte- Associação Internacional de Escritores e Artistas, com sede no Rio de Janeiro. O lançamento será no dia 15/11/2019 em Belo Horizonte.

Desa Maria Erotides parabeniza a Prof^a Jacy pela seleção do poema, informa ainda que estará viajando para São Paulo para participar do Fonavid- Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Propõe ainda a próxima reunião para o dia 18/11, às 09h, o que é aprovado. Agradece a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, na qual eu, Jacy Ribeiro de Proença, digitei e assinei a presente Ata às 11h45.

Ata 14- reunião em 25/11/2019.

Aos vinte e cinco dia do mês de novembro do ano de 2019, da Sala 201, Sala Deputado Oscar Soares, às 09 horas, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com a presença da presidente da Câmara Setorial Temática da Mulher, Desembargadora Maria Erotides Kneip, foi dado início à reunião extraordinária da Câmara Temática Setorial da ALMT em homenagem ao Dia Internacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, onde a presidente deu início aos trabalhos, fazendo as saudações iniciais.

Encontravam-se presentes: Desembargadora Maria Erotides Kneip, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, Dra. Clarissa Lopes Dias Maluf Pereira, Dra. Lindinalva Correia Rodrigues, Dra Amini Haddad Campos, Dra. Jozirlethe Magalhães Criveletto, Eliana Aparecida Vitaliano, Willian César de Moraes e Mayana Vitória de Souza Alves.

Foi justificada a ausência da Professora Jacy Proença em razão de tratamento de saúde.

A desembargadora Maria Erotides começou a falar que a reunião extraordinária aconteceu em memória da data, tão importante para as mulheres.

A Dra Lindinalva fez a exaltação sobre a data que é internacional. Disse que Pátria, Minerva e Maria Teresa eram muito lindas, por isso chamadas de borboletas. Em anexo, toda a fala da Dra Lindinalva.

Desembargadora Maria Erotides fez comentário sobre o filme “No tempo das Borboletas”. Pediu para cada uma das integrantes da CSTM mencionasse as ações respectivas.

Dra Clarissa disse que hoje é um dia para refletir. Inclusive, a caminho desta reunião recebeu uma mensagem sobre o caso de mulher humilde que está sofrendo violência doméstica e familiar. Afirmou ter aprendido muito na CSTM.

Eunice Ramos exibiu dois vídeos para mencionar o trabalho que realiza na TVCA no enfrentamento à violência contra as mulheres. Afirmou ter sempre atuado na defesa das mulheres dentro do jornalismo da TVCA. Disse ter participado da audiência pública de Várzea Grande/MT.



ALMT

Assembleia Legislativa

Dra Lindinalva prestou contas de suas ações na CSTM. Pediu que as ações fossem todas cumpridas e falou sobre a cartilha de sua autoria para a CSTM.

Desembargadora Maria Erotides elogiou a atuação da Dra Lindinalva.

Dra Amini parabenizou a todas pelos trabalhos relevantes. Afirmou ser possível mudar a história, como com as ações da CSTM. Reforçou a importância de refletir sobre o que trazemos sobre a nossa história. Disse ser árabe com descendência alemã. Fez a reflexão sobre o preço que pagamos para estar aqui. Que carga é essa? Que retrato é esse? Que lugar é esse do feminino? Falou sobre as ações por ela desenvolvidas na CSTM.

Dra Rosana falou sobre as ações a serem desenvolvidas por ela na CSTM e a importância da constituição da CSTM para os direitos humanos das mulheres de Mato Grosso. Mencionou que as mulheres devem estar sempre juntas e a sentir umas pelas outras, em sororidade, as diversas violências sofridas. Falou que a Diretoria da CSTM irá analisar todas as leis do Estado de Mato Grosso que devem atuar na defesa dos direitos das mulheres, e que irão analisar a possibilidade da propositura de outras leis. Elogiou a desembargadora Maria Erotides pela atuação na defesa das mulheres, e que espera vê-la como Presidenta do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Eliana Vitaliano fez breve saudação aos presentes, dizendo ter trazido vídeo onde fala da necessidade da mulher migrante ser protagonista de sua própria história de vida.

Dra Jozirlethe disse que se sente abençoada por estar fazendo parte da CSTM. Lembrou que nem sonhava se tornar policial, e que quando foi aprovada no concurso para delegada de polícia não possuíam nem computador, tamanha precariedade da estrutura à época. Falou da importância das medidas protetivas de urgência hoje serem pelo PJE. Disse que onde se encontra, ou seja, na DEAM, é onde deveria estar, como serva de Deus. Falou da importância de Pátria, Minerva e Maria. Relatou que ainda há muito o que avançar em direitos. Disse que se sente pequena diante das pessoas que atuam na CSTM. Afirmou ter conversado com Willian para pensarem em lei transformando os núcleos para terem obrigatoriedade de existência. Afirmou que a Câmara Setorial da SESP está passando por planejamento estratégico. Pediu a exibição de um vídeo, que foi exibido, tratando sobre enfrentamento à violência contra as mulheres.

Willian disse ter feito vários apontamentos. Afirmou que era extremamente machista. Disse que como acadêmico de direito discutia a constitucionalidade da Lei Maria da Penha. Mencionou ter feito a leitura dos artigos semanais da Dra Rosana Leite nos jornais, que muito contribuíram para a sua mudança de conceito sobre os direitos das mulheres. Lembrou de casos contados pela Dra Amini e pela Dra Lindinalva. Citou que uma amiga de infância de Juara o procurou pois precisou de um advogado para atuar sobre caso de violência doméstica, e ele pediu para a Dra Jozirlethe a atender. Relembrou que fez e compartilhou de piadas desvalorizando a mulher dentro do gabinete da deputada Janaína Riva, o que é motivo de arrependimento na atualidade. Uma amiga de trabalho chamou a atenção dele, e ele nunca mais fez esse tipo de coisa. Para encerrar, citou ter participado de uma comitiva internacional na Bolívia e descobriu o avanço de Mato Grosso em muitas ações.

Mayana agradeceu muito ao convite da Professora Jacy Proença para compor a CSTM, que, inclusive, se dispôs a conversar como deputado Wilson Santos sobre a possibilidade de participação dela. Disse que a avó paterna, Ieda Marcondes Alves, também foi mulher à frente do seu tempo. A avó se formou em direito pela UFMT e foi concursada. Disse que na CSTM contribuiu na formação das audiências públicas, o que lhe trouxe grande satisfação. Agradeceu por estar na CSTM e conviver com pessoas que muito tem contribuído em sua formação.



ALMT

Assembleia Legislativa

A desembargadora Maria Erotides afirmou estar surpresa com a revelação da Mayana ser neta da Dra Ieda. Disse da grandiosidade e do valor da Dra Ieda, bem como do orgulho em ser amiga da desembargadora Serly Marcondes.

Evanira agradeceu por estar acompanhando os trabalhos da CSTM.

A desembargadora Maria Erotides providenciou a agenda e espaço na ALMT sempre. Disse da necessidade de incluirmos os filhos e filhas da violência em nossas ações, tendo em vista a seriedade das consequências. Entende que círculos da paz podem conter a violência, pois teve experiência no Bairro Pedra 90 com adolescentes. Mencionou o projeto da Feira de Artesanato da Professora Jacy. Falou do trabalho importante de Eliana Bakairi com as mulheres indígenas. Disse que o planejamento estratégico da CSTM foi um exemplo a ser deixado. Disse não ter sido difícil conduzir os trabalhos da CSTM, porquanto a contribuição dos membros foi excepcional, sendo fácil administrar quando tudo já estava muito bem pensado preparado por todas. Afirmou que o deputado Wilson Santos deve ser parabenizado, juntamente com a deputada Janaina Riva quanto à constituição e formação desta câmara. Entende que os frutos virão com o relatório a ser deixado. Afirmou que está levando os trabalhos da CSTM para as Coordenadorias Estaduais da Mulher dos Tribunais de Justiça de todo Brasil. A CSTM foi uma semente plantada para o resto do país. Acredita que somos instrumento nas mãos de Deus que nos uniu no mesmo espaço.

Ao final, a desembargadora Maria Erotides fez as saudações finais, desejando bom dia a todos e todas.

Sem mais, eu Rosana Leite Antunes de Barros (Relatora) o digitei, com a revisão final da Professora Jacy Proença (Secretária), às 11:00 horas.

Ata 15- reunião em 16/12/2019

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de 2019, às 09 horas, na sala 202, Sala Deputado Oscar Soares, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, foi dado início à oitava reunião da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT, pela presidenta, Des. Maria Erotides Kneip.

Participaram da reunião, além da Desa. Maria Erotides, a Profª Jacy Proença, Drª Rosana Leite, Drª Lindinalva, Eunice Ramos, Drª Amini Haddad, Tânia Arantes, Dr. William, Drª Josyrleth Criveletto, Drª Eliane Lima Bakairi

Desa Maria Erotides Kneip inicia a reunião cumprimentando a todos os presentes e esclarecendo que tratar-se de reunião extraordinária da Câmara Setorial Temática da Mulher pertencente à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, proposta pelo deputado Wilson Santos e aprovada pela deputada Janaina Riva, no exercício da presidência do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso. Normalmente, esta Câmara Setorial tem suas reuniões ordinárias onde nós trazemos à discussão as matérias relativas ao levantamento que nós fizemos da legislação estadual, principalmente estadual, relativa aos direitos humanos das mulheres tanto na questão da preservação quanto na defesa desses direitos humanos e em relação à sua proteção e enfrentamento da violência doméstica e familiar a que ela está submetida. Diz ainda que cada um que compõe a CSTM vem de uma instituição, escolhidas com muita alegria pelo deputado Wilson; e eu fui convidada para presidir essa Câmara muito mais por generosidade do que por capacidade, por generosidade mesmo das minhas amigas, do deputado Wilson, da deputada Janaina, porque há aqui nessa mesa mulheres muito mais sábias, mais valorosas, com uma luta muito mais intensa do que a minha. Fala ainda que aceitou até



por humildade, porque às vezes quando a gente não aceita é por superioridade. Eu aceitei mesmo por humildade, sabendo que elas estariam comigo para me ajudar e respaldar, como elas estiveram durante todo esse tempo, nesse ano de 2019. Para concluir enaltece o trabalho intenso, dizendo que todas fizeram o dever de casa. Fizemos levantamentos, mapeamentos e estamos aí já prontas para publicar o resultado dessa Câmara Temática, diz. Lembra que a Câmara já está com seu prazo esgotado porque ela foi criada por 180 dias e que teremos que apresentar primeiro os resultados para depois saber como ela vai sobreviver, de que forma ela vai sobreviver e se ela vai sobreviver.

Profª Jacy Proença informa que a Câmara já teve seu prazo de validade prorrogado por mais 180 dias e o que o ato já fora publicado, conforme a legislação específica acerca das Câmaras Temáticas.

Desa Maria Erotides informa que antes de passar para o trabalho normal, registra a presença da Drª Ana Emília, mulher valorosa que tanto luta pela causa das mulheres do estado de Mato Grosso e do país. Esteve recentemente num trabalho lindíssimo junto com a Benedita da Silva, junto com amigas tão queridas do país que têm essa luta tão grande pela mulher. E ela nos sugeriu que recebêssemos a Escola Estadual Alcebiades Calhao. E para a nossa alegria, estamos recebendo os alunos da escola que vieram nos fazer uma visita, nos fazer uma proposição. E essa Câmara tem muito orgulho, muita honra de receber a professora Ângela, essa escola. Nós que sabemos que a escola, educação, é a verdadeira trincheira por onde nós queremos, podemos começar um país melhor, um país mais justo e um mundo muito melhor para as mulheres e para as crianças. É com muita alegria que nós recebemos e eu vou passar a palavra inicialmente para a Dra. Ana Emília que vai poder nos dizer a razão da escola, por que ela veio e depois então para a própria escola.

Drª Ana Emília cumprimenta a todos e diz que a Desa Maria Erotides a emociona por demais. Fala possuir um carinho muito grande pela escola Alcebiades, onde suas filhas em 1994, 1995 estudaram lá. E diz a época que estávamos programando o colóquio da Maria da Penha, a professora Ângela havia mantido contato e falou acerca do trabalho que estava desenvolvendo com os alunos do nono ano, alunos dela, e que ela gostaria de participar com eles do colóquio. Aí nós viabilizamos essa oportunidade e ela foi com um grupo de alunos e ficaram encantados com o que ouviram e passados alguns dias após o colóquio, ela entrou em contato comigo, que gostaria junto com os alunos dela, de falar para a senhora da importância do colóquio e qual foi o resultado da participação deles no colóquio. A professora Ângela pediu e aqui está o resultado da sua solicitação e ela vai colocar para a senhora o que aconteceu depois do colóquio Maria da Penha.

Profª Ângela cumprimenta a todos e faz sua apresentação dizendo que é graduada em Letras pela UFMT e que atua como professora efetiva na rede estadual e a rede municipal no ensino fundamental há 18 anos. Agradece a ALMT pela oportunidade de estar nesta Casa, ainda mais com os alunos que tudo isso é novidade para eles e para ela, inclusive. Agradece de maneira especial a Ana Emília, que sempre a atendeu prontamente, as duas vezes que eu fui procurá-la e ela com esse coração tão generoso. Por isso estamos aqui. Fala que desenvolve um projeto com essa temática, violência doméstica e familiar contra a mulher e esse projeto, é um projeto de intervenção, cujo objeto de pesquisa é argumentação que também é uma questão muito importante para trabalharmos na sala de aula. A argumentação como sinônimo de exercício da cidadania. E para identificar quais os discursos que estavam circulando nesses espaços desses alunos, trabalhei um conto com eles para identificar o que está circulando, quais os discursos que estão presentes nesses ambientes em relação a essa temática. E eu propus um trabalho com o conto de Machado de Assis, que se chama A Cartomante. E nesse conto ocorre um triângulo amoroso, são três personagens, Rita trai o esposo, Vilela, com melhor amigo dele, que é o Camilo. Trabalhei essa questão com eles, lemos o texto e ao final da história, Vilela, o marido comete homicídio, ele mata a esposa e também o amante. Resumindo a história: diz ter dividido em grupos e estes deveriam se posicionar como advogados de defesa de



cada um dos personagens, o marido traído, da mulher adúltera e do amante. Para surpresa, por mais que a gente pense que essa geração está livre de preconceito, dos 28 alunos, 18 alunos se posicionaram a favor do marido traído. Nove alunos oi oito a favor do amante e duas alunas a favor da esposa. Da mulher que traiu. Perguntou a todos o motivo do posicionamento, sem poder interferir. Fala ser uma tarefa difícil quando a gente distancia, como pesquisadora, pois para a proposta da teoria em si, eles são os protagonistas. Perceber assim, o tamanho da responsabilidade do trabalho, enfim, dos professores, num país patriarcal, machista. E aí começou ou os trabalhos de arquivo, leitura, pois o trabalho de argumentação não é só dar voz para o aluno, debate, seminários, eles precisam ter essa leitura, leitura no sentido amplo, de entender, de interpretar. E aí vem a questão da teoria, somos interpelados ideologicamente, temos que buscar essas respostas lá na história, não na história do tempo, mas a história dos sentidos, o que fazia sentido lá no século 19 não faz mais sentido hoje. Essa leitura que nos permite ver além das evidências do que está colocado ali. E mais. Precisavam escrever porque a análise é da escrita, da produção, da argumentação no texto escrito. E aí pensou na produção de um outro texto. E aí veio a ideia de mudar o interlocutor, cuja escrita fizesse sentido para eles. Daí a ideia de escrever a carta onde eles argumentassem para a desembargadora Maria Erotides. E a razão de estamos aqui é fazer a entrega das cartas, antecedida pelo aluno Vítor, que vai falar da experiência dele e pela aluna Nadiele, que vai ler a primeira carta.

Aluno Victor Costa cumprimenta a todos e diz que veio falar um pouco do porque que acha que deveria ser implantado o projeto Maria da Penha Vai à Escola em todas as escolas. Fala que durante o ano trabalharam junto com a professora Ângela, como ela já disse, e no começo do ano muitos dos nossos colegas, eles mal sabiam sobre isso, sobre o que era um relacionamento abusivo, sobre o feminicídio e uns até sabiam, porém achavam algo muito besta, algo que não valia o tempo. Mas ao decorrer do ano, foram pesquisando mais sobre os dados estatísticos, puderam perceber que não é bem assim, que um relacionamento abusivo, feminicídio são coisas muito importantes. Eu graças a Deus nunca passei por um relacionamento abusivo, ninguém da minha família, só minha prima, que ela passou, infelizmente, ela passou com um relacionamento abusivo que o marido não a deixava sair, na verdade xingou muitas vezes a minha família, mesmo quando foi para o trabalho falava que... xingou ela várias vezes por isso. Não podia mais ter amigos por causa disso. E viu isso bem de perto, porque ela vinha falar comigo e com a minha mãe. Ficou realmente muito preocupado. E aí foi que começou a se interessar ainda mais pelo projeto da professora Ângela. Acredita que se ouvissem mais sobre a Maria da Penha, a experiência de vida dela e tal, acredita que ainda mais pessoas vão se interessar sobre o assunto. Lamenta a professora Ângela só poder trabalhar com a sua turma, pois gostaria que fosse trabalhado com todas as escolas. Agradece a oportunidade

A aluna Nadiele cumprimenta a todos e faz a leitura de sua carta que segue: "Excelentíssima Sra. Maria Erotides, muito prazer. Meu nome é Nadiele Cristine, tenho 15 anos e sou aluna da escola estadual Alcebíades Calhao cujo projeto a violência doméstica e familiar contra a mulher está sendo realizada com a nossa turma. Por esse motivo queremos que todas as escolas e alunos possam ter o mesmo conhecimento que estamos tendo. No Brasil, mais de 1,6 milhões de mulheres foram espancadas. No estado de Mato Grosso 20.470 mil foram vítimas de ameaça e 4.542 mil apenas em Cuiabá. A situação das mulheres negras é ainda pior, o índice de mulheres negras são inacreditáveis. Além de ser muita violência e casos de morte, as mulheres têm uma porcentagem menor de vida. O índice de feminicídio em nosso estado é muito chocante. Os alunos e adolescentes de escolas estaduais precisam aprender desde já a respeitar suas colegas de turma. Nesses casos a violência está diretamente vinculada à imposição de poder, ao machismo. Para finalizar, gostaria de dizer que a violência não só física, mas psicológica já fez parte da convivência em meu lar. São momentos de medo, pois são cenas que tiram a harmonia do nosso lar. Por esse argumento acredito essa situação ainda faz parte do lar de muitas pessoas e esse projeto ajudaria muito jovens e adolescentes que



presenciam essa situação, levando a eles mais informações para suas casas. Precisamos mudar esse cenário, as mulheres precisam ser respeitadas. Com os melhores cumprimentos, Nadiele Cristine Carvalho de Almeida”.

Profª Jacy Proença cumprimenta a todos e diz que, enquanto a desembargadora recebe as cartas do Victor e da Narielle, gostaria de agradecer a Drª Ana Emília. Diz estar emocionada e pede desculpas pelo embrago na voz. Lembra que a reunião, por ser a última reunião do ano, seria uma reunião de caráter mais festivo, mas quando Drª Ana Emília a contatou, dizendo do propósito desse momento aqui, tomou a liberdade, sem consultar a desembargadora, sem consultar ninguém de incluir na pauta, porque julgou que seria extremamente importante. Diz que não conhecia o detalhamento do conteúdo do trabalho, mas algo dizia ao seu coração que seria para fechar essa última reunião com chave de ouro. Porque assim, continua: qual o propósito maior do trabalho, dessa natureza de uma Câmara Temática? Responde dizendo: Penso: que a gente se una em mente, corações, que a gente se dê a mão e a gente consiga construir uma nova realidade. E sempre foi dito que embora a gente saiba da dificultada, que nenhuma realidade será alterada, transformada se não tiver um envolvimento direto da educação. A educação a gente sabe, não resolve tudo, mas sem ela nada muda. E a gente ter um exemplo concreto de ação formadora, conscientizadora, isso é maravilhoso! Muito maravilhoso! Relembra, inclusive, quando fazia um trabalho dessa natureza com os alunos sobre a questão racial. É um trabalho lento, demorado, mas que traz resultados. Para concluir, diz que se encontra com o coração cheio de gratidão, de felicidade mesmo e parabeniza a Escola Alcebiades Calhao por esse momento, de nos oportunizar, possibilitar a toda CSTM vivenciar um momento impar, como esse. Parabeniza o Vítor, a Nadiele e, em nome deles, todos os alunos. Registra a presença da Seduc, através do Sr. Wender Carlos, Ednei Araújo e também a professora Maria José, aos quais solicita que fiquem em pé. Registra ainda as presenças da Srª Suzi Córdova, Presidente do Sindicato dos Guias de Turismo do Estado de Mato Grosso e a Sirlene que acompanha, profissional dessa área de turismo.

Profª Ângela solicita um aparte e diz que sobre o ensino da argumentação e da temática da mulher que vive em meio a tanta intolerância, incentivo à violência, pensa que os professores precisam repensar a sua prática sobre o como ensinar os alunos a usar a palavra como instrumento simbólico de poder. Ensiná-los a sustentar e assumir seus pontos de vista sem precisar sair por aí tentando acabar, aniquilar e até matar o outro só porque pensa ou age diferente dos padrões que julgamos ser adequados ou ideais de acordo com as nossas ideologias. E nesse sentido, diz, estar aqui hoje é a certeza de tudo valeu a pena. Um trabalho de um verdadeiro despertar da consciência social desses nossos alunos e um trabalho como esse, com essa temática, desenvolvido a partir da base dos jovens, adolescentes. Tenho a certeza de que surtirá muito mais efeito. Fala ser uma honra, uma satisfação, uma alegria estar aqui. E mais, que irão rezar muito para que isso aconteça, que chegue o momento de implantar esse projeto “A Lei Maria da Penha Vai às Escolas”, para o qual nossa escola o receberá de braços abertos. Que Deus abençoe cada uma de vocês, cada um de vocês nesse trabalho que é tão importante para a nossa sociedade. Conclui agradecendo a todos.

Desa Maria Erotides convida aos membros da CSTM a se dirigirem à frente para o recebimento de todas as cartas. Informa que embora o projeto já venha sendo desenvolvido, não com o nome proposto, vai propor a implantar formal em Cuiabá, começando pela escola Alcebiades Calhao. Propõe que cada membro da CSTM pegue uma carata, responda e marcar com a Profª Ângela para afazer a entrega na escola. Solicita que as duas alunas que foram em defesa da mulher se apresentem, como os meninos também. Diz que todos somos produtos do que nos foi ensinado. Não se trata de estar certo ou errado simplesmente, mas sim daquilo que fomos recebendo; é uma questão cultural que precisa ser trabalhada para deixarmos de pensar que o homem é dono da



mulher e que ele faz dela o que ele quiser. Isso veio do nosso gene, a gente que está mudando isso culturalmente e nós vamos mudar. E esse nono [...] trabalhando junto conosco, indo a outras escolas junto conosco, isso vai ser muito legal. Muito obrigada a vocês. Vamos responder pessoalmente. Conclui. Antes de passar para o próximo ponto da pauta, pergunta se as colegas gostariam de falar.

Dr^a Amini pede para registrar o quanto foi emocionante perceber vocês aqui, o engajamento de vocês nesse projeto tão maravilhoso da professora. De toda a coordenação da escola que traz esse novo olhar. Nós todos aqui nos alimentamos dessa esperança também. Então, compartilhar com vocês desse momento, dessa fase de crescimento, desse novo horizonte também é uma forma de esperança. E nesse período de Natal, isso nos traz ainda mais a certeza de que nada é em vão, de que os nossos passos são passos para a construção de um mundo melhor. Então, parabéns pela iniciativa, parabéns por tudo aquilo que vocês estão construindo com essa nova fase, finaliza.

Dr^a Rosana diz estar bastante emocionada também, porque desenvolve esse trabalho há muito tempo e convida a escola há ler toda semana, um artigo que publica no Jornal A Gazeta. Informa inclusive que o artigo do dia é sobre o retorno da estátua e um pouco da história da Maria Taquara aqui para Cuiabá. Fala que o que nos é passado na nossa vida desde pequeninhos é a diferença de menino e menina. Então, diz, que esse trabalho da professora Ângela está mudando o contexto, mudando situações, quebrando paradigma e fazendo com que vocês multipliquem o que vocês aprenderam. A multiplicação do que vocês aprenderam com a professora Ângela em qualquer lugar que vocês estejam estará falando de gênero. E isso é importante para retirar a violência da nossa sociedade, conclui. Parabeniza a professora Ângela, a Ana Emília.

Dr^a Lindinalva cumprimenta os presentes, dizendo ser um prazer rever a todos e prossegue: “Nós que já conhecemos alguns de vocês ali no colóquio da Maria da Penha, vocês já me ouviram falar demais ali, né, gente”? Já estou até amiga de alguns aí. Mas eu quero dizer que fico muito feliz que esse trabalho que vocês começaram escutando ali naquele colóquio foi tão bem desenvolvido pela professora que hoje já está rendendo bons frutos e eu tenho certeza que lá na frente eu vou olhar para futuros juízes, futuros delegados de polícia, não é? Futuros profissionais que aonde quer que vocês estejam vocês possam estar passando essa mensagem de igualdade, de respeito, dignidade ao ser humano. Esse tratamento. Porque nós não precisamos ser melhores, nós mulheres, que os homens. Nós só precisamos ser iguais. Nós só precisamos ser tratadas com o mesmo respeito que qualquer ser humano. E eu tenho certeza de que a professora de vocês tem passado para vocês assim, brilhantes conhecimentos a respeito de violência de gênero e vocês vão ser multiplicadores. Então essa é a responsabilidade de vocês, que daqui para frente tudo que vocês estão aprendendo não fique com vocês, mas que vocês possam disseminar serem multiplicadores desse respeito, dessa igualdade aonde quer que vocês estejam. Felicidades para todos vocês. “Nós vamos nos encontrar de novo” e finaliza agradecendo.

Dr William faz sua apresentação enquanto assessor da Dep. Janaina e propõe conversar com a deputada e, por conseguinte, a Prof^a Jacy falar com o Dep Wilson Santos e pegar a relação dos alunos e dos professores, já que todas as ações definidas pela CSTM são realizadas em conjunto entre os dois parlamentares, para concederem Moção de Aplausos a todos os envolvidos nesse trabalho, o que é aprovado por todos.

Prof^a Jacy anuncia no momento a chegada da Eliane Bakairi, representante da população indígena, e do seu filho, Mascote da CSTM, que nascerá durante o período de funcionamento da CSTM e quando há possibilidade ele vem e participa. Imaginem como essa criança vai crescer, indaga. Diz ainda que irá crescer igual como estamos crescendo também. Crescendo no pensamento, crescendo na formação e acima de tudo, dentro dessa linha, buscando equidade e igualdade entre homens e



mulheres. Fala à Prof.^a Ângela que espera verdadeiramente que o pensamento dos alunos envolvidos, mesmo que não cem por cento, possa ter sido alterado, mas crê que transformações positivas ocorreram. Continua dizendo que o quê importa é isso. “Às vezes a gente quer tanto aferir quantitativamente isso, mas o que importa é que o processo está acontecendo, vai evoluindo e esse novo pensamento vai sendo contaminando com algo bom. Que esses princípios contaminem o coração e mente de todo mundo”, conclui.

Desa Maria Erotides antes de encerrar a participação da escola, deseja aos alunos um Natal de muito amor, um Natal de muita paz e, principalmente, um Natal de muito respeito pelas mulheres das suas famílias. Que o menino Jesus nasça assim lá de forma igualitária entre homens e mulheres.

Prof^a Jacy informa a todos que, embora tenha sido comunicada da impossibilidade, mas a reunião está sendo transmitida pela TV Assembleia. Agradece aos profissionais da Comunicação, da TV Assembleia pelo registro de todo o trabalho, mas principalmente deste momento impar, muito especial na CSTM.

Desa Maria Erotides ao retomar os trabalhos fala que o dia é da apresentação da querida Eunice Ramos, que é essa jornalista de reconhecimento nacional que apresentará a mulher que ela entende ser referência para todas as outras na história.

Eunice Ramos cumprimenta a todos e começa sua apresentação dizendo: Depois de tanta emoção, depois de tanta emoção aqui a gente fica até com a voz embargada para começar a falar. Mas enfim, vamos lá. A minha homenageada é uma mulher muito guerreira e que eu conheço desde que cheguei em Mato Grosso para trabalhar como repórter de rede na TV Centro América. Eu acompanhei parte da trajetória dessa mulher, por isso ela é, para mim, uma fonte de inspiração para o meu engajamento na luta por causas sociais. Assim como eu, esta mulher não nasceu em Mato Grosso, ela veio para cá e aqui trilhou um caminho de sucesso na carreira que escolheu, mas sempre com o olhar voltado para as questões sociais, direitos das mulheres e dos menos favorecidos. A minha homenageada nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, e é filha de Nelson e Irene Kneip. Estou falando da nossa presidente, a desembargadora Maria Erotides Kneip. Eu a conheci pessoalmente quando cheguei em Mato Grosso. A minha pauta era entrevistar a juíza de Várzea Grande. Quando cheguei ao fórum, sua assessoria me pediu para aguardar, porque a senhora estava em audiência, estava em reunião, algo nesse sentido. Eu pensei: uma juíza em reunião, não vai me atender. Eu fui para fora do fórum e lá liguei para a TV dizendo: "Olha, ela está em reunião, eu acho que não ia rolar essa pauta". E aí me disseram; "Não, se a Dra. Maria Erotides disse que vai atender, ela vai atender". Daqui a pouco quando eu olho, está saindo a Dra. Maria Erotides, [...] "você é a repórter da Centro América?" "Sim sou". "Eu sou Maria Erotides", ela não disse nem doutora. "Sou a Maria Erotides a juíza aqui". Enquanto nós conversávamos, uma mulher simples, uma senhora que tenho até hoje ela na minha lembrança, uma senhora simples, de chinelo de dedos, chegou e se aproximou, perguntou: "A senhora é a juíza Maria Erotides?" Ela falou: "Sim, sou eu mesma". "Eu sou esposa de um presidiário que será julgado". Ela abraçou aquela mulher e deu três beijinhos nela, eu pensei, nossa essa é uma mulher diferenciada, ela não é igual a todas as outras juízas e juizes que a gente conhece por aí. Ao pesquisar a sua história, presidente, eu percebi... a senhora sabe que jornalista gosta de pesquisar bastante, eu percebi que a senhora sempre foi diferenciada, não só pelo jeito de tratar as pessoas, como também uma mente brilhante, já no segundo ano primário, olha nós estamos falando aí de uma garotinha de oito anos de idade, na escola professor Antônio Carlos, em Juiz de Fora, a senhora foi condecorada com a medalha de ouro, como melhor aluna do segundo ano, com oito anos de idade. Olha o que eu descobri. A senhora sabe que eu vou fundo nas minhas pesquisas, né? Na conclusão do secundário, a senhora foi escolhida oradora da turma e fez um discurso emocionado na Catedral Metropolitana de Juiz de Fora e foi aprovada em segundo lugar no curso de



Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, em segundo lugar, veja que pessoa estudiosa. Depois da conclusão da faculdade, a senhora não parou de estudar, vieram os cursos de extensão, entre eles eu destaco o de especialização em combate a violência doméstica realizado na USP em São Paulo. E os estudos também contemplaram outras áreas, como alterações do Código de Processo Civil, judicialização da saúde, direitos humanos, direito ambiental, direito do consumidor, reforma do Código de Processo Penal e crime organizado. Muito estudiosa. Eu me perdi aqui um pouquinho, eu tinha outra coisa para mostrar junto, enquanto eu falava. Só que aí... As músicas preferidas da senhora, eu pesquisei... tem como reduzir um pouco o som? Beleza. Bom, então são essas as músicas. Bom, a senhora continuou estudando e com todo esse conhecimento, a senhora atuou como advogada em Mato Grosso do Sul e em Cuiabá. Até que em 1984 a senhora foi aprovada em segundo lugar, olha segundo lugar no concurso para magistratura aqui em Mato Grosso. Começava assim uma nova etapa de luta pelos menos favorecidos e marginalizados que batiam às portas do Poder Judiciário. A primeira comarca de sua atuação foi em Alto Garças, com posse em janeiro de 1985. Depois vieram as comarcas de Rosário Oeste, Várzea Grande, Rondonópolis. Em 1991, foi nomeada pela presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso para compor a Comissão de Corregedoria dos Presídios de Cuiabá. Um trabalho muito importante que a senhora fez a frente dos presídios. E em seguida convocada para atuar como juíza auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Também atuou no Tribunal Regional Eleitoral, mas foi na área criminal que deixou uma das marcas mais importantes da sua carreira. Eu fiz a conta, a senhora presidiu mais de mil julgamentos perante o júri popular na comarca de Várzea Grande e teve a coragem de combater as ramificações do Cartel de Cali em Mato Grosso, motivo pelo qual, na época, depois de mandar explodir mais de 200 toneladas de éter, a senhora chegou a ser jurada de morte. Mas nada disso desanimava esta guerreira. Em 1999 foi nomeada diretora do fórum de Várzea Grande e permaneceu na função até 2003. Nesse período, a senhora construiu um anexo de gabinetes com 2 mil metros quadrados de área. Também atuou na Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, entre 99 e 2003. Foi vice-presidente da associação de magistrados e presidente da associação nacional de magistrados, criada pela desembargadora Shelma de Prado. Em meio a tantas atividades, a senhora ainda encontrou tempo para ensinar, atuou como professora na Universidade Federal de Mato Grosso, como professora da Unip e a escola preparatória da magistratura e assim a senhora inspirou carreiras e criou uma legião de seguidores. Em alguns momentos da vida, pessoas que tiveram a oportunidade de aprender com a senhora hoje são muito gratos por isso. Hoje nós estamos vendo aí as fotografias da nossa Câmara Temática que a senhora preside atualmente. Por isso nós também somos muito gratas à senhora pelo tanto. Aqui tem algumas fotos da sua família, que eu também fui atrás e pesquisei. E essa seleção musical inclusive são suas músicas preferidas que eu também pesquisei, não é, doutora? Aqui nós temos o registro do colóquio que a senhora participou nesse ano, criou esse evento maravilhoso, com a presença da nossa querida Maria da Penha. Iniciativa da senhora. Como eu estava dizendo, presidente, a senhora serviu de inspiração para muitas pessoas, que em algum momento da vida tiveram esse contato com a senhora, como professora ou como pessoa que ajudou. Então, eu conversei com essas pessoas e tenho alguns depoimentos. Nesse momento é exibido um VT. Logo na seguinte Eunice diz: “Bom, desembargadora, nós falamos muito da sua atuação profissional, da sua dedicação às suas tarefas, o compromisso que a senhora tem diante dos desafios da vida, agora, esta mulher guerreira na atividade profissional também é uma mulher muito sensível que guarda em seu coração muita ternura e é na família que a senhora encontra forças para continuar a sua luta e fortalece quem está ao seu lado. A senhora é mãe do Luiz César, do Nelson, do Lucilo, do Juciélio e avó de sete netos. E eu também conversei com alguns deles para saber, porque jornalista não se conforma com um só depoimento, tem que saber tudo como a pessoa é”. Na sequência são apresentados os depoimentos dos familiares, a exemplo de um arquivo confidencial.



Eunice Ramos para concluir, diz: “Bom, doutora, eu queria dizer para a senhora que essa não é uma homenagem da Eunice, é uma homenagem das suas colegas da câmara temática da mulher, de representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e da sociedade por tudo que a senhora já fez e faz por nós mulheres e, pelo estado de Mato Grosso e também pelo nosso país. A senhora viu ali no último depoimento que era da sua neta. Uma das coisas boas que aconteceu no decorrer da produção desse material foi conhecer a sua neta, a Mariana, que é uma pessoa encantadora e completamente apaixonada pela senhora. E ciente da responsabilidade que traz nos ombros por ser uma Kneip. Ela sabe disso. Enfim, ela gostaria muito de estar aqui, ela queria muito mesmo, nós conversamos muitas vezes sobre a situação de ela vir ou não, e chegamos à conclusão de que se ela estivesse aqui, a senhora ia perceber que tinha alguma coisa errada, então, nós chegamos ao comum acordo de que ela não deveria participar, entendeu? Por isso que estou justificando, até que surgiu uma brilhante ideia que cumpriu o objetivo e atingiu o resultado esperado, ou seja, até agora, a senhora não percebeu que a senhorita Mariana Kneip está nesse ambiente desde o início da sessão. Pode vir, Mariana, dar um abraço na sua vó. Continua dizendo: “Ela teve que usar o meu kit de disfarce de investigação para não ser percebida. Então, agora ela vai tirar a peruca... Ela é linda, querida, inteligente, advogada recém-formada. Inclusive ela disse para eu pedir desculpas oficialmente para a senhora porque ela não pôde dar atenção no café da manhã para a senhora, saiu correndo. Assim, Eunice finaliza a homenagem.

Desa Maria Erotides diz ser muito difícil falar depois de uma homenagem tão grande e julga não ser merecedora de homenagem desse tamanho. Prossegue dizendo: “A gente agradece muito. Deus é muito generoso comigo, sempre foi muito bom pra mim. Às vezes eu falo assim, eu sou uma filha privilegiada de Deus, parece que tudo de melhor que eu acho que aparece na minha vida, Deus coloca. Eu entro numa luta, numa disputa, quando eu vejo, Deus está do meu lado, vai, vai, eu te ajudo! Eu converso com Deus todos os dias, todas as horas, a minha vida é um eterno diálogo com Deus. Tudo que ele me orienta, mesmo para assumir essa Câmara, não era muito fácil para mim, porque a gente julga e sempre há dois lados, não é? E um tem razão e o outro não tem. Ou às vezes eles têm razões parciais e eu ficava imaginando, meu Deus, como é que eu vou fazer isso? Eu não posso abrir mão da verdade, da justiça, mesmo tendo que julgar contra em alguns momentos não é? Mas eu falo assim, aqui eu encontrei tanto apoio, tanta serenidade, tanto respeito que eu falo assim, eu peço desculpas de não ter feito o que essa Câmara merecia, o que vocês minha amigas merecem. Cada uma de vocês! A Jacy, não tem palavras para dizer, a Jacy é uma mulher maravilhosa, uma mulher abençoada. A palavra que define Jacy para mim é bênção. Tudo que ela coloca a mão dá certo e tudo que ela faz com amor e respeito ao ser humano. A Amini e a Lindinalva são profissionais que a gente olha e vê nelas sabedoria, profunda sabedoria, duas, são profissionais que a gente sab. A Amini para mim é como uma filha, eu a vi crescer dentro da magistratura, ela, [...] tenho como filhos. Eu tenho Amini como filha né? A Lindinalva, eu vi menina também, estagiária, já brilhante no primeiro júri que ela fez na carreira dela, menina, ela era adolescente, já estagiária e já brilhando. Então, eu falo... A Rosana, essa defensora, é a Rosana dos pobres, porque onde Rosana está é cuidando dos pobres e dos vulneráveis, é a Rosana dos pobres, é a paixão da vida dela, ela e o esposo que é também um grande homem, um sábio, um brilhante magistrado, uma bênção de Deus. E assim... a Eunice eu vi menina também, criança. Recém-chegada, com esses olhos claros, quando eu olhei, eu pensei, meu Deus, uma repórter tão bonita assim, ela tinha que ser modelo e não jornalista, bonita desse jeito ela não podia ser... imaginei... É competente, cada vez mais a gente vê. Eu vi agora com a apresentação da Luzimar no Jornal Nacional no sábado, a reportagem dela, ela brilhando nacionalmente. A doutora Josyrleth, essa delegada que é batalhadora mesmo, essa menina que não tem papas na língua, onde ela vai ela luta, e que os homens respeitam. Engraçado, é uma delegada, eu nunca vi o revólver que ela usa e eu sei que ela usa. Eu sei que ela usa, eu sei que ela anda armada. Eu nunca vi. Porque eu tenho certeza de que o dia que ela precisar tirar ela vai matar,



ALMT

Assembleia Legislativa

tenho certeza, ela vai atirar na cabeça. Uma vez eu a abracei e ela estava com a arma atrás, mas nunca vi, eu senti porque eu sou curiosa, mas nunca vi. Veja que coisa linda. Eu aprendi a amar aqui nessa Câmara o Dr. William, que homem competente, meu Deus, eu queria ser presidente desse poder legislativo porque eu ia carregar ele pra mim, eu não ia deixar não, eu ia carregar ele para mim, estudiosíssimo, que moço capaz, e como o testemunho dele em favor da causa da mulher aqui, [...] meu Deus, essa jovem, engraçado que fiquei sabendo agora que ela é filha de uma pessoa que eu conheço, amigas de tantos anos, essa moça tem genes de defesa de direitos humanos, ela não pode sair dessa linha, a família dela toda, eu conheci a avó dela, então veja que coisa linda. A Eliane, a Tânia, a Tânia maravilhosa que está aqui sempre. E a nossa querida Eliane que a gente aprendeu a amar, aprendeu a amar os povos indígenas cada vez mais com ela. Que luta maravilhosa! Nós devemos a você esse evento que vamos fazer, se Deus quiser, o ano que vem, agora que Jacy já me disse que tivemos a Câmara, e vamos fazer e estar junto com você pela causa, pelo povo que você representa e que bom que você trouxe para nós essa maternidade tão linda, esse testemunho que é pra nós essa vivência de família, de mãe, de mulher guerreira e lutadora que você é para todas nós. Eu queria só dizer assim, eu também quero agradecer aqui a Ana Emília por estar comigo, estar comigo na escola, está comigo no ser mulher, tem ido pelas escolas, feito palestra pelo Brasil afora, ela é professora, professora nata mesmo e tem feito esse trabalho sempre, a luta dela começou com a desembargadora Shelma, ela esteve com a desembargadora seis anos, andou pelo Brasil afora e continua essa luta maravilhosa, especialmente pela causa da mulher negra que é aquilo que ainda machuca o nosso coração de saber que as estatísticas não baixaram, infelizmente, aumentaram. Mas é a nossa próxima luta. E a Neuza que é essa querida assessora que eu falo assim que Neuza é como se fosse, essa bênção de Deus na minha vida, que Deus me deu de presente. Não só ela não, ela o esposo e a filha que Deus me deu. E a minha família, meninas, eu falo assim, eu sou privilegiada, vocês viram os meus filhos, o primeiro filho que apareceu, ele mesmo disse, eu o ganhei quando ele tinha 11 anos, ele não é meu filho biológico, eu o adotei com 11 anos, eu era juíza da infância, quando eu o adotei, ele era filho de uma família onde a mãe era agredida violentamente, a mãe e ele, e ele fugiu de casa com 11 anos com a malinha na mão dizendo assim: "Eu nunca mais vou ver a minha mãe apanhar por minha causa". Isso ele me disse, eu era juíza da infância, ele chegou com a malinha na mão, marronzinha a malinha, ele esmirrado, ele não tinha alimentação suficiente, a pele toda envelhecida, por falta de vitamina ele teve envelhecimento precoce, e ele disse assim: "Juíza, a senhora me mande para onde quiser, mas eu não vou voltar para minha casa porque eu nunca mais vou ver a minha mãe apanhar daquele homem". Ele era filho de um relacionamento que a minha tinha tido no Ceará, era filho de um passado que aquele agressor não queria conhecer, e ele agredia a mãe e a ele, ele dormia no meio do quintal, junto com os gansos, até 11 anos, ele foi criado com os gansos, ele não sabia comer na mesa, ele se acorava no chão do quintal e comia com o prato no chão. Quando eu o vi daquele jeito, eu disse para ele: Bom, hoje você vai para a minha casa. Falei para ele. Eu morava aqui no Jardim Califórnia, e o meu marido médico. Quando cheguei com ele em casa, ele tinha muito piolho. Mas não é muito, é um horror de piolhos. Eu fiquei até duas da manhã tentando limpar a cabecinha dele que porque se eu subisse com ele com os piolhos, ia ser muito difícil e o marido não ia aceitar. Ele ali valente: "Eu amo a minha mãe e ela não vai mais apanhar por minha causa" Eu levei ele pra casa, ele chegou junto com meus filhos e foi a bênção que Deus deu para a minha família, porque ele ensinou aos meus filhos o respeito. Foi ele quem ensinou os meus filhos a olharem para as outras pessoas que não tinham o que eles tinham, ele que é o professor dos meus filhos, ele que é o grande filho na nossa família. Porque foi ele que ensinou essa maneira de enxergar as coisas. E ali ele começou a estudar, cada um dos meus filhos ensinou as matérias, ele começou a estudar, ele valente, guerreiro, passou, começou a passar, serviu ao exército, passou esse tempo todo, é formado na federal, é aluno da federal, é biólogo, é um excelente pesquisador, já fez trabalho para o ministério da Saúde sobre doenças de chagas, já foi secretário de Saúde, a minha nora é assistente social, eles tem uma família linda, o meu filho é um



exemplo de filho para todos, dizendo assim: "Tudo é possível de mudar quando a gente tem amor". Então, a minha família é o meu escudo, é o meu amparo. E a minha neta, o amor que Deus me fez de presente. Ela já passou na OAB, já passou nas duas fases da OAB, já tem a carteira de inscrição na OAB e se forma agora em fevereiro, e ela nasceu dia de Natal, ela é de 25 de dezembro, foi o presente que o menino Jesus me deu na minha vida e na minha família. "Muito obrigada"! Conclui.

Profª Jacy dirigi-se a Desª Maria Erotides dizendo que referente a esse trabalho que a Eunice fez, qualquer uma gostaria de ter feito, mas afirma que nenhuma o faria com tamanha competência e qualidade esse trabalho, pois, como havia dito, pesquisou a fundo, entrevistou e mesmo assim, em se tratando da desembargadora Maria, a gente sabe que tem muitas coisas ainda boas a serem reveladas. Então, diz à Eunice: "Muito obrigada em nome de todos que compõe esta Câmara Temática pelo magnífico trabalho que você realizou, muito obrigada mesmo! E despede-se da professora Ângela e os alunos que se retiram do recinto.

Eunice Ramos solicita um aparte para dizer: "Desembargadora, eu queria ainda que pesquisei toda a sua vida e a minha admiração pela senhora não é pela toga que usa ou o cargo que exerce, mas pelo que carrega no coração desembargadora, porque a senhora é uma mulher exemplar, uma fonte de inspiração. A minha participação aqui na câmara muito se deve ao fato da senhora ser presidente. Quando fui convidada, eu vim ouvir as outras pessoas, é um time muito bom, mas não sabia que a senhora era presidente. Aí e vim ver e encontrei as colegas aqui e vi que o time era grandioso. Muito obrigada pela sua existência!

Desª Maria Erotides agradece mais uma vez e diz ser a homenagem mais bonita que já recebeu e fica muito feliz.

Profª Jacy propõe para que não haja quebra com o caráter mais festivo, clima maravilhoso da reunião, conforme o proposto anteriormente, que a leitura das atas anteriores fique para a primeira reunião de 2020 e que a título de informação a Câmara Temática teve o prazo de funcionamento prorrogado, em função de uma série de ações extremamente importantes, que precisam ser executadas. Diz que na verdade, a Câmara deveria ter caráter permanente, mas temos o tempo por lei de 180 dias que foi prorrogado pelo ato 070/2019 que foi do dia 5 de dezembro. Então, temos mais 180 dias para efetivar o encontro com as mulheres indígenas que Rondonópolis já se prontificou e vai assumir conosco essa parceria, essa responsabilidade, vai ser numa aldeia em Rondonópolis, previsto para o mês de fevereiro. Fala ainda que teremos que definir exatamente a data e tem também o grande final, a entrega do relatório que está previsto para o mês de março, véspera do Dia Internacional da Mulher. Informa da realização da primeira Conferência Municipal do Estado do Mato Grosso que se deu em Rondonópolis e que a Câmara Temática se fez representar. Informa que presidiu os trabalhos a pedido das organizadoras que mandaram um abraço para a Desembargadora e todos os membros que compõe essa câmara; estão felizes com o funcionamento dessa Câmara Temática, com a realização da audiência pública lá. Pediram para dizer que foi importante, porque as incentivou, estimulou, que elas estão em pleno vapor, elas querem fazer. Reativou o sistema de rede no município, estão em obras pela casa abrigo que naquela oportunidade foi apresentada a escritura do terreno, agora está sendo construída, ano que vem elas querem a nossa presença lá para fazer inauguração da casa abrigo em Rondonópolis.

Desª Maria Erotides reitera a necessidade de a CSTM retornar à Cáceres para ver se o trabalho referente à Rede de Enfrentamento e a construção da Casa Abrigo está sendo executado. Propõe elaborar no início do ano um planejamento para o funcionamento da CSTM para 2020.



Profª Jacy diz que mediante a prorrogação dos trabalhos da CSTM por mais 180 dias, há possibilidade da realização da audiência pública em Sorriso que não fora realizada em 2019 e numa região extremamente importante, que é a região norte. Importante registrar que já houve contato com o prefeito e ele manifestou interesse, tendo em vista Sorriso apresentar o maior índice de violência, feminicídio contra a mulher. Disse ser questão de honra, para ele e sua esposa, tratar, trazer essa discussão para o município.

Desa Maria Erotides diz que esteve lá, inclusive com a rede que está funcionando muito bem. Agradece a Deus, a Juciléia, o Dr. Anderson, que é o Juiz, a Defensoria Pública, a OAB, Ministério Público tem sido muito atuante. Informa que há aproximadamente 40 Redes de Enfrentamento atuando em MT. Propõe levar a audiência pública também para Juara que precisa ser assistida nesse aspecto. Antes de encerrar, pede para incluir um ponto na pauta para que o Pleno pense acerca do assunto: mudança da Presidência da CSTM, mesmo ela permanecendo junto, pois entende ser o momento da Profª Jacy assumir a função, havendo manifestação imediata do Pleno em concordância, anunciando a aprovação por unanimidade. Justifica tal posição por julgar ser justo e as coisas na vida tem que ser justas. Argumenta ainda dizendo: “A senhora tem um trabalho muito grande aqui. A senhora tem essa mobilização e engajamento que eu não consigo ter por causa do meu trabalho. Então, eu estou junto com a senhora e queria pedir que a senhora assumisse a presidência. Vou comunicar por escrito está Casa, ao Presidente e aos deputados Wilson e Janaina. Eis a nova Presidente”, anuncia.

Tânia Arantes faz uso da palavra para dizer que: “A gente tem visto, durante todo esse tempo da Câmara, que a senhora tem esse senso de justiça afinadíssimo e justamente porque também a senhora falou que continua junto; e a terceira observação é que a professora Jacy está próxima das pessoas de quem o seu trabalho não te permite aproximar. A professora Jacy é uma pessoa que eu conheço há muitos anos já, antes de conhecê-la, presidente, já conhecia a professora Jacy e a gente já vinha fazendo trabalhos anteriores. E ela é um ser humano que me inspira muito, porque às vezes eu a olho com todas as dificuldades de saúde que ela está tendo, com esse tratamento agressivo e tudo, ela sempre está disponível, está andando Mato Grosso, fazendo aquilo que ela acredita. Então, assim, eu preciso terminar essa reunião usando a palavra para dizer que vocês duas, mais do que luz, são luz que irradiam coisas boas para a gente, vocês duas principalmente porque estão tocando isso aí. Todo mundo aqui tem um trabalho muito bacana, essa Câmara foi escolhida a dedo. Por isso que eu me sinto às vezes tão: Como é que eu vou falar? À parte dela. Não sou doutora de nada, não tenho cargo importante, não sou nada, não faço nem essa questão parlamentar, não sei acompanhar lei, nada disso. O que eu estou fazendo, principalmente para mim, isso é um período de aprendizagem, eu estou aprendendo com todas vocês e a gente consegue deixar o coração maior e existem transformações que vem por causa dessa convivência com todos vocês. Eu só tenho a agradecer e continuar apoiando tudo que vocês fizerem.

Profª Jacy muito emocionada diz: “Na verdade, eu não tenho palavras para expressar o que eu estou sentindo. Esse momento, não em função daquilo que vocês estão me designando, mas em função do sentimento que vocês estão expressando. Teve um momento muito especial nessa Câmara que foi quando a doutora Rosana publicou um artigo em minha homenagem. Aquilo me tocou profundamente, porque, Dra. Rosana, resgatou questões que a memória da gente não registra mais e a gente começa a fazer uma retrospectiva e ela fez isso. Em função desse registro que ela fez, uma série de instituições, tomaram, inclusive, como parâmetro para também me prestar homenagem. Não precisaram pedir um currículo para mim, tomaram o seu artigo como referência. Então, eu sou muito grata. Não porque isso, esse reconhecimento seja a mola mestra para a nossa atuação. A nossa caminhada que ela se deu desde os 16 anos de idade, na militância política, militância estudantil e



sindical, enquanto professora que fui, e que sou desde os 16 anos também, a gente encontrou muitas dificuldades, muitas barreiras, muitas vezes, eu fui agredida, sofri muita violência política e aquilo que a gente faz de bom, às vezes não é reconhecido. Mas exatamente essas vicissitudes que eu enfrentei serviu como desafio. Eu sabia que com a minha consciência que foi adquirida ao longo da caminhada, eu sofria tudo isso e me colocava no lugar de tantas outras que ainda não haviam adquirido, e sem a devida compreensão sofriam, sofrem e continuam sofrendo, às vezes, caladas, sozinhas, na solidão. Então, isso nos move. E a propositura da Câmara Temática foi em momento muito difícil, cenário político catastrófico que estava se apresentando, e dialogando com o deputado Wilson e Janaína, eu achava que era o momento de se irmanar, unir as forças, as poucas forças que cada uma estava trazendo em si e que na somatória se tornaria maior, se tornaria grande. Foi com esse propósito; e felizmente eu agradeço a Deus por essas oportunidades, porque, quando eu me sinto fraca, Ele (Deus) me torna forte. É assim que estou vencendo também essa luta contra o câncer. Estou vencendo, graças a Deus. Eu tinha quimioterapia, hoje de manhã, conversei com o meu médico. Ele me puxa a orelha, toda vez que eu altero, em função de compromissos. Ele fala: “A doença não espera, você tem que combatê-la ali”. E consegui transferir para a tarde, será a 16ª, aí tem só mais uma em janeiro e uma em fevereiro e aí eu olho e falo: Eu atravessei do outro lado do Jordão e vou cantar o hino da vitória. E isso eu quero dizer que vocês têm uma parcela muito grande, além da minha família e amigos mais próximos de cotidiano, vocês têm uma parcela muito grande, sabe, Suzi? Eu sou grata a você que me acompanhou várias vezes em tratamento e sessão. Esteve comigo, chorou comigo, sorriu comigo. E graças a vocês, porque essa Câmara me deu um animo tão grande. O médico falava: “Não é possível, tem que ficar de repouso, a sua imunidade está baixa, não pode”. Mas como Deus é tão bom, os resultados, quando passamos a trabalhar aqui, os resultados dos exames estão cada dia melhores. Eu falei: Doutor: está me dando força e ânimo para prosseguir e eu sei que Deus vai me fazer vencer. Então, assim, desembargadora, eu sei que não tenho, não tenho essa qualificação e competência suficiente para substituí-la em uma missão tão grande quanto essa, mas eu vou dar o melhor de mim, como eu tenho feito ao longo da minha vida. Eu sei que a senhora e vocês todas vão estar aqui juntas. Essas companheiras aqui valorosas que estão no cotidiano da direção desse trabalho. O meu coração é só gratidão! Grata a Deus, acima de tudo, e a cada uma das pessoas que Ele colocou em minha vida; são pessoas valiosas, valorosas e que sempre eu digo para mim: Senhor, muito obrigada! Vale a pena viver cada dia que o senhor me concede como oportunidade de praticar algo bom nessa vida. Só gratidão para vocês, conclui, retornando a palavra à Des. Maria Erotides.

Des. Maria Erotides encerra a reunião dizendo: “Então, assim nós encerramos os trabalhos desse ano de 2019 e rogamos a Deus que nos abençoe e nos dê graças de poder continuar o trabalho agora sob a nova presidência, mas sempre juntos. Muito obrigada a todos e um feliz e santo Natal em suas famílias”!

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, na qual eu, Jacy Ribeiro de Proença, digitei e assinei a presente ata, às 11h55.

ATA Nº 16- 10/02/2020

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de 2020, às 09 horas, na sala 202, Sala Professora Sarita Baracat, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, foi dada início à décima sexta, primeira reunião da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT, pela presidenta, Professora Jacy Proença.



Encontravam-se na reunião além da Presidenta, a Professora Jacy Proença, as seguintes integrantes: Desa. Maria Erotides, Dr^a Rosana Leite, Dr^a Lindinalva, Dr^a Amini, Dr^a Jozyrleth, Dr^a Mayana Alves, Eunice Ramos, Tânia Arantes, Eliane Bakairi.

Prof^a Jacy iniciou a reunião agradecendo a todas as pessoas presentes e fez a leitura das atas dos dias 25 de novembro e 16 de dezembro, as últimas de 2019, que foram aprovadas, e que causando grande comoção nas participantes, rememorar a homenagem à dessa Maria Erotides, a presença da Escola “Alcebíades Calhão” e a passagem da Presidência à Prof^a Jacy Proença. Na sequência, após os comentários gerais, entrou no segundo ponto da pauta, solicitando que a Desa Maria Erotides falasse das reuniões da Diretoria da CSTM em 03 e 06 de fevereiro para tratar acerca do simpósio e das demais ações para 2020.

Desa Maria Erotides apresentou a programação do seminário, a ser realizado em 05 e 06 de março, no Teatro Zulmira Canavarros e que o material a ser utilizado será elaborado pelo Edilson, utilizando a logo que ele criou para CSTM. No simpósio será apresentado parcialmente o relatório pela Dr^a Rosana. Somente em 30 de maio é que será feita a entrega do Relatório Final. Ainda no simpósio, lembra, terá a participação da Ministra Carmem Lúcia na abertura e Dep. Federal Benedita da Silva como palestra final. Terá também o lançamento da Cartilha “Namoro Legal” pelo Dep. Wilson Santos.

Dr^a Amini fala da Revista Científica que está elaborando com artigos acerca da mulher e a equidade de Gênero e propõe que seja lançada em 30/05, após apresentação do Relatório Final, o que é aprovado.

Dr^a Rosana fala do relatório da CSTM, onde aguarda as contribuições das companheiras frente ao compromisso firmado no Planejamento Estratégico, o que prof^a Jacy reitera a necessidade do envio em tempo para o fechamento do relatório.

Prof^a Jacy fala que manteve contato com a Prof^a Ângela da escola “Alcebíades Calhão” e marcou visita da CSTM para dia 12 de fevereiro, portanto, próxima quarta, em retribuição e incentivo ao carinho da professora e alunos à dessa Maria Erotides e forma de incentivar a continuidade do trabalho que vem sendo desenvolvido, ficando confirmadas as presenças da Prof^a Jacy Proença, Desa Maria Erotides, Tânia Arantes, que levarão as suas cartas aos alunos, em respostas àquelas que eles entregaram à Desa Maria Erotides.

Prof^a Jacy e Eliane retomam a questão do Encontro de Mulheres Indígenas, fruto do encontro das mulheres indígenas etnia bakairi, realizado na aldeia Santana em Nobres, de 03 a 05 de dezembro. Fala que a proposta originária era de realiza-lo ainda fim de mês ou início de março, mas que diante prazo exíguo pensa ser melhor para abril ou maio, o que será definido com as mulheres, lideranças indígenas. Ficou assim instituída a comissão para organizar o encontro: Eliane, Dr^a Amini Haddad, Prof^a Jacy.

Tânia solicita a fala, tendo em vista ter que se retirar e propõe a CSTM atender o convite e ir até o município de Juína, onde dia 22 de março será feito o encerramento das atividades alusivas à mulher, cujo tema é: “Protagonismo Feminino nos Espaços de Poder”. Diz ainda que o Prefeito tem feito um excelente trabalho junto às mulheres vítimas de violência. Após discussão e disponibilidade das integrantes ficou definido a participação com palestras da: Dr^a Lindinalva Rodrigues, Prof.^a Jacy Proença, Eunice Ramos e Tânia Arantes. Fala ainda da campanha suprapartidária em favor da delegacia da mulher, através de venda de camiseta que espera que seja encabeçada pela CSTM.



Drª Lindinalva lembra que a CSTM tem a proposta de campanha para março Projeto “Legislativo Afirmativo”, ficando de ser conversado melhor com a equipe da Dep. Janaina para entender o processo.

Desa Maria Erotides em relação ao simpósio, fala que está aguardando retorno da assessoria da Ministra Carmem Lúcia, do mesmo modo que a Profª Jacu aguarda retorno da Dep. Fed. Benedita da Silva. Na próxima reunião da CSTM daremos posição.

Drª Lindinalva fala que a cartilha “Mulheres no Espaço Público” o boneco está praticamente pronto.

Profª Jacy propôs a constituição de uma Comissão organizadora do Simpósio, ficando assim constituída: Drª Lindinalva, Eunice, Drª Amini, Drª Rosana, Drª Jozyrleth, Mayana. Quanto a cartilha diz que deverá ser impressa entorno de 10 a 15 mil cartilhas. Na reunião do dia 17/02 fazer a apresentação da cartilha com a participação do Dep. Wilson Santos. Na sequência falou sobre as audiências públicas em municípios importantes e que já aguardam a CSTM: Sorriso, Juína, Juara, Alta Floresta, São Félix do Araguaia.

Drª Jozyrleth retoma a questão da campanha com venda de camisetas em favor das delegacias, o que agradece em função das necessidades. Fala ainda das ações que estará desenvolvendo em março pela Delegacia, destacando o mutirão de intimação a partir de 02/03 e do mutirão, de 16 a 27/03, para dar celeridade a 400 processos acumulados. Informa da palestra de Drª Lindinalva e Drª Gláucia dia 30/03 no auditório da Diretoria Geral da Polícia, na Cel. Escolástico.

Profª Jacy antes de encerrar lembrou de reunião a ser realizada pela comissão organizadora do simpósio dia 13/02, apresentação da cartilha dia 17/02 com a presença do Dep. Wilson Santos, contato da Desa Maria Erotides com a assessoria da Ministra Carmem Lúcia e da Profª Jacy com a assessoria da Dep. Benedita da Silva para confirmação da participação ou não no simpósio. Agradeceu a presença de todas as pessoas e finalizou dizendo: “Muito obrigada e que Deus nos abençoe!”.

Nada mais havendo a tratar, eu, Profª Jacy Proença, dei por encerrada a reunião, cuja ata digitei e assinei às 11h20.

ATA Nº 17- 17/02/2020

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de 2020, às 09 horas, na sala 202, Sala Professora Sarita Baracat, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, foi dada início à décima sexta, primeira reunião da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT, pela presidenta, Professora Jacy Proença.

Encontravam-se na reunião além da Presidenta, a Professora Jacy Proença, as seguintes integrantes:, Drª Rosana Leite, Drª Lindinalva, Drª Jozyrleth, Drª Mayana Alves, Eunice Ramos, Tânia Arantes. Justificadas de Desa. Maria Erotides, Drª Amini Haddad, Eliane Bakairi que se encontra em encontro indígena no Pará, Eliana Vitaliano.

Profª Jacy iniciou a reunião agradecendo a todas as pessoas presentes e fez a leitura da ata anterior a qual foi aprovada por unanimidade. Registrou a presença da Ten. Cel Emirella que falará sobre a “Patrulha Maria da Penha”; da Drª Ana Paula Leiria, advogada, assessora do Desembargador Sebastião de Moraes Filho e Presidenta do “Patriota Mulher”, a qual foi convidada a compor a mesa



dos trabalhos; e da Sandra Raquel, Presidenta da Associação de Mulheres de Rondonópolis e região Sul de MT, acompanhada de um grupo de mulheres e de uma vítima de violência Cintya Vieira e sua irmã Keilla Cristina. Em seguida passa a palavra a Dr^a Ana Paula Leiria para sua saudação.

Dr^a Ana Paula faz a sua apresentação enquanto assessora de desembargador e Presidenta do Patriota Mulher. Diz que esteve no gabinete do Dep Wilson Santos e o Chefe de gabinete que a informou da existência desta Câmara e que eu poderia vir acompanhar a reunião. Registrou ainda que não tem experiência em questões partidárias, mas está disposição para aprender; diz sentir-se muito honrada em compor a mesa. Antes de encerrar informou que será candidata à vereadora nas próximas eleições. Mediante reação adversa a sua manifestação por parte da Dr^a Lindinalva, que, inclusive se retirou das dependências da reunião, pediu desculpas a todos pelo anúncio da candidatura.

Professora Jacy fala ser a CSTM um espaço aberto e democrático, mas apartidário, dizendo ainda que são perfeitamente compreensíveis alguns equívocos em início de caminhada na militância política, não devendo Dr^a. Ana Paula se preocupar em relação a isso e que poderia voltar para acompanhar as reuniões. Em seguida passa a palavra à Sardinha para a apresentação do boneco da cartilha.

Ricardo Sardinha faz a apresentação da formatação da cartilha com os devidos comentários acerca dos tópicos contidos nela por parte da Dr^a Lindinalva, sendo aprovada por unanimidade.

Tânia Arantes, a pedido da presidenta, fala sobre a visita aos alunos da Escola “Alcebiades Calhão”, oportunidade onde diretor, professoras envolvidas e alunos apresentaram com mais detalhe o projeto desenvolvido com a inclusão da questão de gênero no currículo escolar. Diz ainda que foi muito emocionante. Lembrou-se do evento agora denominado “Elas por Elas” a ser realizado em Juína, que aguarda a presença da CSTM, que tomou a liberdade de ampliar a agenda para um melhor aproveitamento das companheiras.

Prof.^a Jacy Proença passa a palavra a Ten. cel. Emirella para apresentar dados referentes à atuação da “Patrulha Maria da Penha” em um ano de funcionamento.

Ten. Cel Emirella faz a apresentação do projeto e dos dados alcançados, que foram extremamente animadores, comprovando a eficácia do projeto. Diz que para uma maior abrangência há necessidade que a Rede de Enfrentamento à Violência funcionar a contento. Antes de encerrar, solicitou um espaço no simpósio da CSTM para assinar Termo de Cooperação entre Tribunal de Justiça e Polícia Militar, bem como agradece e aceita convite da Prof.^a Jacy para participar das audiências públicas nas cidades polo, bem como para ser painalista no simpósio, necessitando tão somente de envio de ofício ao Comandante da Polícia Militar.

Prof^a Jacy faz a apresentação da Sandra Raquel, Presidenta da Associação de Mulheres de Rondonópolis e Região Sul de MT e passa a palavra a ela.

Sandra Raquel agradece a oportunidade concedida pela Prof^a Jacy de estar participando desse momento. Apresenta as mulheres que a acompanham: Cintya Machado de Oliveira, vítima de violência doméstica; Dr^a Cristiane Aquino dos Santos, Dr^a Lindamara Teixeira Dias, advogadas da vítima; Keilla Cristina, Irmã da Cintya; Josiane Campos, Presidenta da Associação de Mulheres Empreendedoras de MT; Sônia Mazetto, Presidenta da BPW- Associação de Mulheres de Negócios Profissionais de Várzea Grande. Sandra Raquel e a Keilla expõe o caso de violência sofrido pela Cintya, onde já recorreu à delegacia para obter as medidas protetivas e o seu agressor, agente penitenciário, está a usar tornozeleira e ela o botão do pânico. Pede orientação às integrantes da



ALMT

Assembleia Legislativa

CSTM, tendo em vista que o juiz Jeferson Luiz Quinteiro, converteu a prisão do agressor, Edson Batista Alves, agente penitenciário, para regime semiaberto; ele que já agrediu seis mulheres e manteve Cintya e seu filho de 06 anos em cárcere privado.

Profª Jacy solicita às companheiras que atuam com o Direito que apresente um encaminhamento, orientação às companheiras de Rondonópolis.

Drª Rosana, mesmo diante de reação adversa de Drª Lindinalva, cumprimenta a Drª Ana Paula e a parabeniza pela missão assumida no partido. Quanto a questão da ameaça à Cintya, propõe que seja enviado ofício aos juízes das comarcas respectivas, e a Corregedoria, manifestando a preocupação diante da ameaça à vida da Cintya, seu filho e familiares, mediante a soltura do agressor.

Drª Gláucia manifesta toda solidariedade à Cintya e diz que tudo isso revela a necessidade de se trabalhar a sensibilização dos agentes, dos operadores do Direito em relação aos direitos humanos das mulheres e a aplicabilidade da Lei Maria da Penha.

Profª Jacy esclarece que, embora a CSTM tenha objetivos específicos, e não lhe compete atuar diretamente na questão ora apresentada, não se furtou a ouvir a Sandra Raquel e a Cintya, que buscam compreensão, apoio frente à ameaça eminente. Parabeniza a Cintya, a Sandra pela coragem e não se manterem caladas. Ofertou todo apoio e solidariedade às companheiras. Registrasse nesse momento o acionamento do botão do pânico, anunciando que o agressor estava próximo ou nas dependências da Assembleia Legislativa, o que provocou situação de insegurança à vítima, levando ao chamamento dos seguranças para acompanhá-la.

Nada mais havendo a tratar, eu, Profª Jacy Proença, dei por encerrada a reunião, cuja ata digitei e assinei às 11h50.

ATA Nº 18- 02/03/2020

Aos dois dias do mês de março do ano de 2020, da Sala 201, Sala Deputado Oscar Soares, às 09 horas, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com a presença da presidenta da Câmara Setorial Temática da Mulher, Professora Jacy Proença, foi dado início à reunião ordinária da Câmara Temática Setorial da ALMT, onde a presidenta deu início aos trabalhos, fazendo as saudações iniciais.

Encontravam-se presentes: Professora Jacy Proença, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, Dra. Lindinalva Correia Rodrigues, Dra Amini Haddad Campos, Dra. Jozirlethe Magalhães Criveletto, Tânia Arantes, Eliane Bakairi e Mayana Vitória de Souza Alves.

Foi justificada a ausência da Desembargadora Maria Erotides Kneip e da Eliana Vitaliano, todas por compromissos assumidos anteriormente na mesma data.

Dra Rosana fez a leitura da ata da reunião ordinária anterior, que foi aprovada por unanimidade.

Foi passada a palavra para o senhor Ricardo Sardinha, que trabalha na SECOM da ALMT, para apresentar sobre a campanha realizada na mídia. Afirmou da importância dessa campanha que está sendo veiculada em horário nobre. Partiu-se do design de arte da cartilha. Somente ontem,



ALMT

Assembleia Legislativa

domingo, houve um alcance de aproximadamente 700 mil pessoas assistindo em horário nobre. Foi veiculada a campanha televisiva e de rádio, que foram mostradas na ocasião.

Professora Jacy afirmou que quando viu a propaganda na TV ficou muito emocionada. Questionou o porquê do agressor ter sido colocado em preto na propaganda. Ele respondeu que é azul escuro e não da cor preta. Ricardo Sardinha disse que irá verificar melhor a cor.

Sardinha apresentou o folder sobre o simpósio.

Professora Jacy pediu que a Dra Amini fizesse os agradecimentos ao responsável pela SECOM.

Dra Amini fez os agradecimentos ao Sardinha sobre o trabalho promovido e a qualidade dos áudios. Mensagens precisam ser compreendidas, e, na concepção dela a SECOM conseguiu. Parabenizou o trabalho e deseja que sejam alcançados os objetivos.

Foi passado para a Dra Lindinalva que falou sobre os preparativos do simpósio. Já foram contactadas e conseguidas parcerias. Primeiramente do presidente da ALMT (100 mil cartilhas), no TCE (mil camisetas). Disse que esta em busca de outro parceiro para confeccionar 1000 sacolas ecológicas. Estiveram no TRT, o que foi importante plea luta daquele tribunal na igualdade entre homens e mulheres. Parceiros: Fundação Escola do MP, OAB, DP, PJC, Associação do MP, CEDM/MT, Academia Mato-grossense de Letras, BPW, ABMCJ, TJMT, PM, Prefeitura de Cuiabá, AMM e SEDUC. Disse da importância da divulgação da causa em todo o estado através da OAB. Todos os parceiros se mostraram muito interessados na divulgação do evento e cartilha. O projeto em si já está pronto, mas estão fazendo um pré-agendamento da data da assinatura. Como os trabalhos terminam no dia 30/5, ela sugere que a campanha termine no dia 30/05, tempo de duração da câmara.

Professora Jacy parabenizou os integrantes da comissão e propôs a inclusão de instalação de outdoors na cidade. Pensou em dez outdoors. Disse da necessidade de envolver as universidades, os cursos de direitos, comunicação social e serviço social. Afirmou que a AMM e UCEMAT também podem entrar no rol de parceiros.

Professora Jacy apresentou a proposta do simpósio para aprovação.

Dra Amini propõe que a ampliação do tema sobre painel de delitos sexuais no simpósio.

Professora Jacy informou que mandará no grupo de whats sobre o simpósio para apreciação dos membros.

Professora Jacy mencionou sobre o Festival Elas Por Elas de Juína.

Informa que a próxima reunião será no dia 09/03 nesta mesma sala.

Sem mais, eu Rosana Leite Antunes de Barros (Relatora) o digitei, com a revisão final da Professora Jacy Proença (Secretária), às 101: 42horas.

ATA N° 19 - 09/03/2020



ALMT

Assembleia Legislativa

Aos nove dias do mês de março do ano de 2020, da Sala 201, Sala Deputado Oscar Soares, às 09 horas, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com a presença da presidenta da Câmara Setorial Temática da Mulher, Professora Jacy Proença, foi dado início à reunião ordinária da Câmara Temática Setorial da ALMT, onde a presidenta deu início aos trabalhos, fazendo as saudações iniciais.

Encontravam-se presentes: Professora Jacy Proença, Dra. Amini Haddad Campos, Dra. Jozirlethe Magalhães Criveletto, Dra. Lindinalva Rodrigues, Eliane Bakairi e Mayana Vitória de Souza Alves.

Foi justificada a ausência da Desembargadora Maria Erotides Kneip por compromisso anteriormente agendado, da Dra. Rosana que está acompanhando a filha Michelle em cirurgia, da Eunice Ramos por compromissos agendados anteriormente, da Tânia Arantes por compromissos anteriormente agendado, bem como do Dr. Willian em razão de trabalho, e da Dra. Glucia também em razão de trabalho.

Professora Jacy mencionou sobre a reunião que acontecerá nesta tarde para cuidar do seminário que acontecerá nos dias 25 e 26 desse mês, mas antecedendo a tudo isso, como sempre, nós vamos estar fazendo a leitura da ata anterior, vamos passar alguns informes. Afirmou que o servidor público da Assembleia Legislativa de nome Laerte, que é da Escola do Legislativo, que exatamente também é um organismo dentro da Assembleia Legislativa que se colocou como parceira, a Escola do Legislativo, como parceira da Câmara setorial temática, no tocante a todo o procedimento de inscrições para o nosso simpósio. Dito isso, eu quero cumprimentar inicialmente à todas as pessoas aqui presentes. E dizer que ontem nós tivemos, no calendário oficial, o Dia Internacional da Mulher, e, portanto, eu quero aqui não só parabenizar, mas manifestar toda a minha consideração, respeito, não só pelas mulheres que integram essa Câmara, mas todas aquelas que compõem esse legislativo, que ocupam os diversos espaços no executivo e no judiciário, mas especialmente à todas aquelas que ainda se encontram na invisibilidade, mas que desenvolvem um papel fundamental na construção, na consolidação da nossa sociedade. Elas têm uma participação efetiva, seja atuando dentro do seu lar ou fora dele. E que nem sempre nós a conhecemos na sua totalidade, mas a gente tem estabelecido, inclusive através dos trabalhos dessa Câmara, essas relações, onde nos é permitido estar, e a gente tem percebido essa convicção, essa determinação por parte dessas mulheres frente àquilo que cada uma desenvolve. Algumas, evidentemente, que necessitando de nosso apoio, requerendo um abraço, uma atuação, uma política pública, que venha garantir os seus direitos, como nós sempre dizemos aqui, direitos humanos nessa perspectiva da igualdade das relações entre mulheres e homens. Mas a gente tem percebido que em que pese algumas situações ainda nos chocarem nessa sociedade atual, nós percebemos alguns avanços. E é exatamente em torno disso que nós atuamos, porque mantemos acessa a chama da esperança em nossos corações de que é possível convivermos de forma mais igualitária, mais respeitosa, com mais justiça nesse mundo. Então, é isso que nos move, essa esperança, e percebermos algumas possibilidades como essa Câmara tem nos oportunizado, avançarmos em conquistas, em favor, eu não digo só em favoreço das mulheres, mas da humanidade, é da humanidade, porque às vezes, quando a gente se refere a perspectivas para as mulheres, uma condição melhor para as mulheres, mas falar de mulher é falar da sociedade como um todo. Nós, enquanto mulheres, quando pensamos em nós, na verdade nós pensamos no todo e não na particularidade, embora saibamos que temos que avançar em algumas especificidades para essa sociedade se tornar melhor do que a que nós temos hoje. Dito isso, eu quero passar para a Dra. Amini fazer a leitura da ata anterior e mais ao final vamos colocá-la para a apreciação, tendo em vista que a Dra. Rosana não vai comparecer hoje na nossa reunião, é a primeira reunião que ela não comparece, mas em razão de que ela se encontra acompanhando a filha que está passando por cirurgia nesse momento. Justifico também a ausência da eu Eunice Ramos, e a Tânia que está em viagem a trabalho. E não sei se estou esquecendo de mais alguém? O Dr. William também justificou em razão de trabalho. As demais, nós estamos aguardando o comparecimento a essa reunião. Nesse momento, passo para a leitura da ata.

Dra. Amini cumprimenta a todas as pessoas presentes, mencionando ser uma grande honra estar ao lado de mulheres representativas que fazem a diferença na atuação diária, no profissionalismo e na competência com que se comprometem com a causa da humanidade. Quando falamos do combate à violência contra a mulher, em



construir uma sociedade mais igualitária, estamos nos referindo à própria humanidade, esse sentido de equilíbrio que todos nós almejamos. Passou à leitura da ata da reunião ordinária do dia 02/03/2020.

Dra. Lindinalva pede a correção para constar a parceria da TVCA, e retirada da AMM. Afirmou que nesta tarde estarão na Câmara Municipal para tratar de mais uma parceria para o seminário.

Professora Jacy pergunta se os membros concordam com a correção proposta, sendo todas concordes.

A presidenta afirma que gostaria de chamar a atenção também, logo após essa leitura, para um artigo que a Dra. Rosana publicou, essa semana. Disse ter concordado e achado muito bons os artigos da Dra. Rosana, pedindo licença para ler o dessa semana, intitulado “Invadida”, onde é narrada a violência de gênero sofrida pela cantora Simony. Fez a leitura: "O título do artigo reflete em uma palavra o sentimento da cantora Simony, com a cena que viveu em 22 de fevereiro do corrente ano. Ela com outro artista foi convidada a apresentar os bastidores do Carnaval durante a festividade em canal aberto de você televisão. Alega que logo no primeiro dia, o descontentamento aconteceu. Simony é artista que começou na televisão ainda criança, quem nasceu na década de 70, 80, impossível não saber de quem se trata, na fase de criança a cantora fez muito sucesso juntamente com outras crianças, comandando o balão mágico, possui enorme desenvoltura frente às câmeras, sendo pessoa extrovertida como ela se identificada. A artista teve alguns relacionamentos amorosos e nunca os escondeu, sempre proporcionando satisfação da vida pessoal ao seu público. Com os relacionamentos vieram os filhos e filhas, ao todo, quatro. Nunca deixou de buscar a felicidade através de conhecer e conviver com alguns parceiros amorosos, todavia, nada e nem ninguém possui qualquer direito de avaliar os relacionamentos de outros, a vida prega peças, muitas vezes machistas. Simony se relacionou e permitiu carícias das pessoas com quem possui vontade, que tinha vontade, como deve ser, por óbvio. Em trabalho no dia já citado, a celebridade se encontrava entrevistando famosos e famosas que curtiam o Carnaval, a alegria dela sempre foi algo inerente, mesmo porque em sua profissão a empatia deve ser natural, o apresentador Dudu Camargo, figura já conhecida por causar situações constrangedoras, principalmente com mulheres, fez o esperado. Tendo sido entrevistado na ocasião, forçou um selinho na mulher, passou a mão em seus seios e afirmou que queria fazer um filho nela. Certamente, esse assediador em sua mente extremamente poluída, e buscando firmar algo, imaginou que tudo ficaria bem com o que fez. Pensou que estaria agindo de forma natural, pois a sua vítima é um mulher que já vivenciou alguns relacionamentos, é mãe, artista e usa roupas a expor o seu belo corpo, imaginou porque não a iria querer, ele um jovem apresentador em promissora carreira artística. É sabido da dificuldade de se destacar no meio televisivo e ele já é pessoa conhecida. Por que ela o recusaria? E a resposta é lógica e simples, ela não o queria, ela não o desejou, o corpo dela à pertence. Só deve se aproximar e tocar em seu corpo as pessoas autorizadas. Ela não é obrigada a nada por ser mulher. Ela pode e deve usar as roupas que bem desejar. Ela não devia se calar diante de tamanha humilhação e constrangimento. Para a vítima, foi uma gritante invasão, e tem razão, estava em ambiente de trabalho, possui nome reconhecido pela mídia e não queria passar por aquilo. Segundo a mulher, o agressor não pensou nos seus familiares, principalmente filhos e filhas que estavam assistindo a transmissão ao vivo. Além da invasão à mulher, desrespeitos houveram às pessoas que acompanhavam pela TV. Foram palavras da vítima: "Aconteceu um episódio que me deixou chateada, insatisfeita e invadida. Nós, mulheres, temos o direito de dizer o que a gente quer e o que a gente não quer. O meu corpo é o meu corpo e só toca nele quando eu permitir". Ela fez o correto ao não se calar, se indignar e lavrar boletim de ocorrência. Não é não!". Afirmou ser bem isso que ocorre mesmo. Disse que não sabe se as pessoas presentes já passaram por situações semelhantes, afirmando já ter passado. Elucidou a presidenta: “Então, não é não. As pessoas, os homens precisam entender isso. Não é pelo fato de nós sermos independentes, de termos ousadia que significa permissividade, mas pelo contrário, ter uma postura como cada uma de nós temos, significa ter muita, mas muita responsabilidade, responsabilidade consigo e para com os outros, que a gente querendo ou não, nos veem como referência. E aquilo que a gente faz e diz tem muito a dizer. Então, eu parablenizo a Simony pela atitude que tomou, e parablenizo a Dra. Rosana por ter escrito um artigo dessa natureza. ”



Professora Jacy convidou o servidor Laerte para manifestar informando sobre a participação da Escola do Legislativo no respectivo seminário a ser realizado por essa Câmara.

Laerte então cumprimentou as pessoas presente em nome da professora Jacy, e dizendo ser de grande importância a Câmara temática tratar um tema tão atual que é a violência e a agressão contra a mulher, afirmando no mês de março ser bastante indignado diante de tantas desigualdades. Disse que a Escola do Legislativo é a entidade que é responsável pela certificação, responsável por certificar e coordenar toda essa parte de inscrição dos eventos que a casa promove, dentro da Assembleia Legislativa. Afirmamos para a professora Jacy que estamos à disposição dessa Câmara para auxiliar em tudo que for possível. Afirmou ter na casa o teatro Zulmira Canavarros, que será utilizado para o evento, tendo um limite de vagas, e é necessário que haja uma composição das pessoas que vão participar. Disse ele: “Para isso temos uma ferramenta através do site da assembleia. Poderia clicar, por gentileza, lá em institucional. Em cima. Do lado. Isso. Institucional, eventos, por favor. Isso. Essa ferramenta é uma ferramenta pública da casa que nós desenvolvemos, junto com o setor de tecnologia, visando facilitar as inscrições de todos os eventos que ocorrem na casa, todas as audiências públicas, seminários, conferências e palestras, para que o público da casa e o público externo possa estar promovendo a sua inscrição. Isso é feito através de um cadastro simples. Nós temos ali o último evento que é o seminário da educação inclusiva, que será realizado [...] por gentileza, no seminário. Esse seminário será realizado em Rondonópolis, é um exemplo de como será feito o processo de inscrição. Isso é gerado um link, nós usamos a identidade visual dos eventos, no caso, a identidade visual do seminário, para divulgar isso, divulgar todo o trabalho, onde é colocado todo o cronograma de trabalho que será realizado, os palestrantes, por gentileza, poderia clicar. Vai o currículo dos palestrantes, das pessoas que vão estar participando, isso vai depois compor o certificado, e todo o cronograma. Então, dessa forma fica organizado para que vocês não tenham, no dia o trabalho de fazer toda a anotação das pessoas que vem participar, sem contar que há um controle de acesso. A partir do momento em que a pessoa entra na casa, através de um cadastro simples, esse cadastro é único na casa, através desse cadastro quem se inscreve tem acessos a várias setores da casa, tem acesso à proposições dos deputados, tem acesso às ações que a casa toma, e inclusive tem acesso às inscrições dos eventos. Dessa forma, já recebemos anteriormente essas inscrições, fazemos a captação disso, geramos uma lista de presença no dia, chancelada pelas inscrições, isso é feita a validação no dia do evento, são dois dias, nos dois dias será feita a validação e a partir daí, todas as pessoas que participarem, recebem automaticamente no seu e-mail, ou impresso, caso eles queiram, caso vocês solicitem, um certificado de participação, constando que ela participou do evento, isso serve para a composição do seu currículo, isso serve para a justificativa de ausência, caso pessoas do interior ou de outros setores necessitem de justificar as suas ausências para participar do evento, a quantidade de horas eu acredito que seja 16 horas. Que são dois dias, oito horas por dia. Todas as informações, quantidade de horas, as informações dos palestrantes, os currículos as fotos, tudo isso é fornecido pela Câmara, através da Naiara, inclusive já estamos providenciando isso. O evento ainda não está ativo, o link do evento, justamente porque estamos aguardando a programação definitiva, com os palestrantes. Então, isso está sendo providenciado, acredito que nas próximas horas, hoje ou amanhã isso já estará ativo. Trabalhamos em parceria com a Secom, onde é em todas as matérias da casa, em todo o material divulgacional, é divulgado o link em redes sociais e mídias sociais, ou até mesmo em material de divulgação, o link para que as pessoas se inscrevam. Nós tivemos experiência de eventos anteriores, onde foi feito a validação das presenças de maneira manual, através da assinatura de lista de presenças, nós evoluímos esse processo através inclusive da parceria com os gabinetes que passaram as dificuldades do processo, hoje fazemos a validação de forma quase que automática, através do CPF da pessoa, ela chega na portaria do teatro, dita o CPF, alguém digita o seu CPF, já é validada a sua presença. Isso automatiza o processo, faz com que elimine-se erros e elimine-se o retrabalho de redigitação, de nomes ou de inscrição manual. Estamos trabalhando para continuamente na casa para evoluir isso, que seja gerado um QR Code, onde a pessoa simplesmente vai chegar e bipar para ter acesso à Câmara. Então aqui na Assembleia nós trabalhamos com muitos eventos, com N situações. Então nós temos evoluído para levar facilidade para vocês, para trazer facilidade, e isso evita que vocês tenham que colocar um grande contingente de pessoas para coletar assinaturas, e evitar erros, e fazer com que a pessoa receba rapidamente, é possível até mesmo que durante o



ALMT

Assembleia Legislativa

segundo dia do evento, tão logo seja validada a lista de presenças, nós já estejamos, durante o evento, emitindo todos os certificados, e a pessoa mesmo antes de sair do evento, já tenha recebido no seu e-mail o certificado, em PDF, que ela pode imprimir e usar isso como validação. Isso divulga, dá um grau de confiabilidade, vai junto com o certificado o código de validação do certificado, é uma preocupação nossa da casa para que as pessoas tenham realmente um certificado válido, porque isso é utilizado para justificar ausência e horas atividade, no caso de professoras nas universidades. Então, a nossa preocupação é que seja uma ferramenta bastante transparente, bastante intuitiva e útil para vocês. Além disso, nós colaboramos no dia do evento com equipe, caso seja necessário, para estar recepcionando as pessoas, fazendo a validação e transformando isso em um processo muito rápido. Tivemos situações onde pequenos eventos gerou-se grande tumulto no acesso, e tivemos com o trabalho e melhorias, situações de um evento para 1.200 pessoas, que em 45 minutos todos os participantes validaram a sua presença e se adentraram ao teatro de maneira organizada, tranquila e transparente. Então, temos orgulho de estar colaborando com esse tema de vocês, é um tema de repercussão nacional, muito pertinente à nossa atualidade. Temos na escola duas diretoras mulheres, temos no nosso corpo discente e docente da escola uma grande participação feminina, e somos muito sensíveis à essa causa, quando fomos solicitados a colaborar, fiquei muito orgulhoso, e muito obrigado por essa oportunidade de participar de um evento dessa envergadura. E queremos que isso transcorra da melhor forma possível. Além de toda a identidade visual que fica dentro do link, a identidade visual também vai compor matérias jornalísticas, e vai compor um link na página principal da assembleia, direcionando as pessoas para a sua inscrição.”

A presidenta afirmou ter convidado o servidor Laerte para informar sobre o diálogo que tivemos, buscando essa parceria, tendo ficado bastante surpresa com o avanço que já deu nesse processo aqui dentro da Assembleia. A presidenta elucidou: “E eu falei exatamente o que a gente estava buscando. Porque assim, vão ser abertas inscrições para mil participantes. Então é importante que a gente tenha a celeridade nesse processo, e de forma bem organizada para não criar tumulto. E quando eu vi a expertise da escola do legislativo nesse sentido, que e o pessoal comentou comigo lá do gabinete, eu falei assim: "Bom, a escola do Legislativo mais do que nunca vai ser necessário aí dentro desse trabalho todo. E fiquei muito feliz, viu, Laerte? Por você ter aceito isso de pronto, o propósito disso. Já se colocou de imediato como parceiro, já vai disponibilizar uma equipe para ajudar no processo de recepção, na questão de validação da inscrição. E para nós isso vai ser muito valioso, já queremos que de antemão você agradeça toda a equipe lá da escola do Legislativo por isso. E como sempre, trabalhando de forma integrada com a secretaria de comunicação, que também tem sido parceira nossa de primeira hora. Estão desenvolvendo um trabalho maravilhoso que nos surpreende positivamente, a SECOM, e sei que da mesma forma a escola do legislativo fará esse trabalho, de cumplicidade conosco. Muito obrigada.”

Laerte afirmou que a presidenta usou termo bastante pertinente: comprometimento. Disse: “Isso remete a um comprometimento mútuo. Nós aqui da escola, da Assembleia, da SECOM, faz um trabalho fantástico. Eu acompanhei nos últimos dias, por meio de mídia expressa o trabalho que foi feito. Parabéns pela composição dessa campanha. Nos deixa muito orgulhoso participar de um processo como esse. Estaremos trabalhando muito próximo dessa câmara no sentido de dar todo feedback com relação à divulgação da inscrição, tudo que for necessário ser feito pela nossa equipe, está à disposição a estrutura da assembleia, que é uma casa cidadã, acolhe essas iniciativas. E disponibiliza corpo técnico, disponibiliza nossa equipe de pessoas que muito mais do que uma obrigação funcional, veem no trabalho uma oportunidade e uma honra de participar de um tema como esse. Estamos à total disposição para tudo que for necessário.”

Professora Jacy agradeceu ao servidor, afirmando: “Quero endossar que nesse processo todo, e tenho dito isso na audiência que tivemos com o presidente dessa casa, com a mesa diretora dessa casa, na semana passada, nós também registramos nossos agradecimentos sinceros, não só à secretaria de comunicação, mas à equipe da casa, que desde a primeira hora esteve conosco. Fizemos esse registro. Fiz questão de registrar isso ao Eduardo Botelho. Ele estava acompanhado de Wilson Santos e de Janaína, vice-presidente dessa Casa. É importante reconhecermos a parceria, a atuação, essa cumplicidade de todos aqueles. Porque não é só estar, não



é só vir, mas estar verdadeiramente conosco. Eu acho que isso que é importante, né? Então, nossos sinceros agradecimentos a todos que têm estendido a mão a essa câmara temática. Bom, dito isto. Obrigada, viu, Laerte?”.

Laerte agradeceu a oportunidade de estar expondo o trabalho, se colocando à disposição e agradecendo.

Professora Jacy projetou a programação do seminário, agradecendo as presenças do deputado

>> Bom, nesse momento nós vamos colocar aqui, projetar a programação, agradecendo a presença do tenente Arnaldo, que é o chefe de gabinete do deputado Wilson Santos, do Glauber, do Edilson, que também compõem a equipe. Afirmou que esses servidores estão contribuindo muito com tudo relacionado ao simpósio, como segundo a própria lei referente as câmaras temáticas é de responsabilidade do gabinete do deputado requerente acompanhar, subsidiar todo esse trabalho, então se fez necessário colocar isso lá, que o deputado solicitou que nós estivéssemos colocando como que estavam os andamentos.

A professora Jacy afirmou que a Dra. Lindinalva esteve dialogando com o secretário Adriano, da prefeitura de Juína, secretário de cultura, que esteve aqui na Casa durante a semana, semana passada, tratamos acerca do projeto elas por elas em Juína. Disse que pelo total envolvimento com o seminário, sugere transferimos a nossa participação lá para o mês de abril. Para o mês de abril, dia 16, véspera da conferência municipal da mulher no município, que ocorrerá no dia 17.

Dra. Lindinalva concordou com a novel data, pedindo a expedição de ofício pela CSTM para comunicação ao MPMT.

Professora Jacy disse que tomará as providencias necessárias para cumprir com a nova data em Juína.

Dra. Amini afirmou que não poderá acompanhar as integrantes da CSTM nas tratativas do simpósio na data de hoje por ter sido convocada pela desembargadora Maria Erotides para a abertura especificamente no fórum de Várzea Grande para atendimento às mulheres, com pauta de audiências extensa na tarde de hoje.

Dra. Jozirleth também manifestou: “Eu vou ter que justificar, presidente, porque... Inclusive falei pra Dra. Lindinalva, que eu não poderia acompanhar na câmara, nós estamos fazendo um outro evento na delegacia da mulher dia 30, e infelizmente nós já tínhamos reunião marcada para poder também tratar desse evento do dia 30 na delegacia. Então, como é com a diretoria, eu não tenho como redesignar outra data pra poder fazer a reunião, foi realmente marcada pela diretoria, então não teria como eu marcar para um outro horário, para uma outra data. Mas eu acredito que a gente poderia colocar no grupo da câmara temática para saber se algum outro integrante pode estar vindo.”

A presidenta afirmou que gostaria de ouvir as outras integrantes da câmara sobre o tema.

Professora Jacy afirmou: “Temos uma representante já nessa audiência pública. Eu acho que tá perfeito, viu, Eliane? Você tem aqui nosso aval para representar essa câmara temática. Tá certo? Bom, resolvido. Bom, posto isso, eu quero compartilhar, tenente Arnaldo, por favor, aqui, tome assento à mesa. Nós vamos apresentar agora a programação da forma como ela tá construída nesse momento, dizendo que ela poderá sofrer algumas pequenas alterações ainda. E aí eu pediria para a SECOM, né, que só esse momento de discussão dessa agenda pode ser registrado, transmitido, a partir daí não há mais necessidade, porque aí vai ser mais uma sessão de trabalho mesmo, de encaminhamentos, de pormenores de trabalho, tá certo? Aí ficamos só com essa parte aí da agenda, vamos dar início a essa sessão de trabalho dos organizadores do evento, tudo bem? Bom, então, essa programação que nós, no dia 25, né, nós vamos já estar ali no teatro Zulmira Canavarro, às oito horas da manhã, todas nós, todos nós, né, todos os envolvidos, recepcionando nossos participantes, que nós esperamos já abrir a inscrição no site da Assembleia Legislativa, se for possível, ainda hoje à tarde, ou mais tardar amanhã. Contendo



toda essa programação, com currículo e tudo dos palestrantes, certo? E vamos ter essa... Às 8:45 está proposta aí uma abertura, já está confirmado numa construção junto com a sala da mulher, né, com a Dani de Paula, nós fechamos as apresentações culturais, vai ter a participação do coral da Assembleia com o hino nacional e logo na sequência uma música referente a temática da mulher, sob a regência do maestro Carlos Taubaté. Estamos aguardando um contato, até solicitei do tenente Arnaldo, né, que mantivesse contato com um membro do grupo de Flor do Campo, pra poder estar também abrilhantando a nossa abertura. Logo na sequência, né, pós composição de mesas, apresentações culturais, vai se dar assinatura do termo de cooperação técnica, conforme a orientação aqui da Dra. Lindinalva, esse termo de cooperação se refere a execução desse projeto mulheres no espaço público, que foi até apresentado aqui também pela Dra. Lindinalva e a SECOM a cartilha, né, que foi construída pra ser desenvolvido esse projeto ao longo de três meses. Então, vai ter esse momento, que é logo nos momentos iniciais do nosso simpósio, para logo na sequência ter a fala das autoridades. Nós tínhamos, logo após a fala das autoridades, uma palestra magna, que estamos esperando, até retirei, porque estamos ainda aguardando a confirmação da ministra Carmem Lúcia, desembargador esteve na sexta-feira lá com a assessoria, né, da ministra, e eles estão aguardando só uma manifestação da parte dela. Então, estamos aguardando isso, se por ventura isso não ocorrer, nós vamos ter, já temos uma outra pessoa confirmada, né, para esse momento. Embora eu, particularmente, havia pensado, quero compartilhar com vocês isso aqui, eu tinha pensado em fazer essa palestra inicial com a Dra. Amini, que tem uma expertise nessa temática abrangente do nosso simpósio, eu havia pensado nisso inicialmente. Mas em tendo a ministra, eu creio que a Dra. Amini evidentemente que também quer ouvir a ministra, né? Então, ficaria, nós estamos nesse aguardo. E temos já outras pessoas confirmadas, que foram indicadas pela Dra. Lindinalva, que foram indicadas também pela Dra. Rosana. Aí teremos logo no período à tarde, sempre o início dos nossos trabalhos vai ter uma apresentação cultural, tá certo? Tá confirmada a participação da poetisa, vocês lembram da sessão especial do ano passado, dia internacional da mulher? Que teve a professora Aurelina, que pertence ao grupo de idosos e tal, ela é poetisa, e ela vai estar também conosco, abrilhantando essa abertura dos trabalhos no período da tarde. Na sequência, o primeiro painel nosso, que é mulher e mídia, que vai ser coordenado pela jornalista Eunice Ramos. E tem a participação, nossa participação nessa coordenação, junto com ela, e já estão confirmadas todas essas palestrantes. Pode prosseguir. Já estão confirmadas, tá? Pra falar sobre mulher e mídia, a jornalista Marisa Sanematsu, que é do Instituto Patricia... de São Paulo, aí vem a mídia mulher negra da jornalista Isabela Ferreira, do coletivo de audiovisuais, né, daqui do nosso estado. Tem envolvimento também com a... Com o cinema, né, com a arte do cinema. Aí vem a jornalista Bianca Moraes, né, que é pesquisadora da UFMT, e tem a jornalista Daniela Machado, que está fazendo doutorado também na nossa UFMT, cada uma com essa especificidade.”

Mayana diz: “Professora, a Bianca acabou de me mandar mensagem aqui, pedindo para cancelar a participação dela, porque vai ter um... Ela vai ter um outro compromisso no mesmo dia, no mesmo horário, mas que ela indicou, se eu não me engano... Pra Eunice Ramos Então, vai ter que tirar o nome da Bianca.”

Professora Jacy afirmou estar tudo bem: “ Ok. Estão vendo? Até ontem estava tudo ok, nesse momento estou recebendo essa informação por WhatsApp. Então, a gente já pode retirar ali, fazendo favor. E tinha uma outra pessoa que tinha sido indicada, Patrícia, né, mas eu acho que três pessoas é suficiente, principalmente pela representatividade dessas pessoas que estão compondo esse painel, né? Exato. Aí nós temos o segundo painel. Práticas, eu não sei porque não está salvando, eu tinha colocado ali, ah, não, está certo, é práticas efetivas no enfrentamento a violência doméstica e familiar. Vai estar conduzindo coordenadoras dessa mesa, pode acrescentar uma ou mais pessoas da câmara, mas, à princípio, são essas. Todas essas pessoas que são colocadas como palestrantes, só dá uma afastadinha ali da... Coronel, tenente coronel PM, ficou junto com o nome dela, já estão confirmadas, essas palestrantes aí, com experiências... Isso, tira a Bianca, ok. Já estão confirmadas. Ficou algum nome ali embaixo, como palestrante? Ah, tá faltando, não salvou essa alteração. Também tem um quarto projeto a ser apresentado aí, que vai ser pela secretária Maria Oneide, tá? Ela vai fazer, vai compor esse painel, com uma prática exitosa. Já coloca até ali, fazendo o favor, projeto... Embaixo do projeto Maria da Penha, coloca mais um pontinho aí, é o projeto mamãe, mamãe é massa, tá? Vai ser apresentado pela secretária Maria Oneide.



Já vamos fazendo paulatinamente, que aí... Mamãe é massa. Mamãe, você é massa, né? Mamãe, você é massa. Ali, fazendo o favor, é. E depois disso, dá uma subidinha, fazendo um favor, que tem um ajustezinho lá. E aí, concomitante a isso, eu até fiz questão que a equipe lá do gabinete já estivesse junto, porque já vai acompanhando efetivamente como ficou essa programação e como que a gente vai estar... Sim. É. Isso. Sobee um pouquinho. Qual parte, doutora? Isso. Ok. Aí, depois, a gente faz uma correção também, né, ortográfica, e tudo mais, aí... Mas, a princípio, é fundamental a gente já ter os temas, os subtemas e os palestrantes já tudo de acordo aí. É, depois a gente arruma, né, secretário do estado de educação. Aí no dia 26, vamos ter como abertura da apresentação cultural, está confirmada a poetisa Lucinha de Carvalho e a cantora Randy Santana. Aí o terceiro painel, os delitos sexuais contra as mulheres e aspectos práticos do atendimento às vítimas de crime contra a liberdade sexual. As componentes estão confirmadas ali. Falta um S no Rodrigues ali. Eu sempre fico na dúvida. Ah, é? Ok. Aí o quarto painel, mulheres em situação de rua, imigrantes. Pode ser, pode ser, é, que é o seu foco, né? Ok. Ok. O quarto painel, o quarto painel, qual é o tema lá mesmo? Me falhou agora. Mulher, isso, pode baixar. Já estão confirmadas como palestrantes. Tem mais uma palestrante ali que também não salvou. Agora está me falhando, foi indicada, mas eu não sei se tá confirmado ainda. Vamos deixar assim. Pelo menos essas duas estão confirmadas. É. Rosana Monteiro, né, que não é a nossa Rosana, é outra Rosana, é outra Rosana, também expert no assunto, né, Eliane? Expert no assunto. Fantástica, já tive oportunidade de entrevista-la lá na rádio. Nós temos logo na sequência, no período da tarde, apresentação cultural, a cantora Deise Aguenta, né? Aguenta. É Agna que fala? Agna. Agna. Então, está confirmada também, conversei com ela, de pronto se colocou à disposição. Na verdade, está repetido ali, são cinco painéis ao todo, eu repeti quatro, quatro, são cinco, políticas públicas na... Com os direitos humanos. Então, tem a nossa Eliane... A Vanda Copacabana, que é dos... Lá de Vila Bela, a Mariane Ramos e a Silvine, né, que vão estar falando dessa especificidade das mulheres negras, das mulheres indígenas e a princípio foi até proposto que nós trouxéssemos uma dessas mulheres que representam as mulheres ribeirinhas, né, principalmente com essa questão, tenente Arnaldo, dessa discussão aí do cota zero e tudo mais, a gente percebeu que tem uma especificidade dessas mulheres ribeirinhas. Então, a gente vê a associação delas para estar compondo isso, tá? Pra ser palestrante e mobilização também. Isso. E aí, pra finalizar, nós tínhamos proposto à deputada federal Benedita da Silva para fazer o nosso encerramento, nos foi alimentado o tempo todo que ela poderia estar vindo, mas isso não se confirmou em virtude de quê? De que estava chocando uma agenda dela, com uma agenda dela no Rio de Janeiro, e a demora em se manifestar, porque ela tentou alterar essa agenda no Rio de Janeiro, mas, infelizmente, não foi possível alterar e ela não estará conosco, então nós vamos tá solicitando, Dra. Lindinalva, é, a Ivana, eu gostaria até que a senhora falasse sobre a Dra. Ivana, que já confirmou, é isso?"

Dra. Lindinalva afirma que como a Dra. Ivana ela teve o nome aprovado pelos membros da câmara, já foi comprada a passagem dela por nosso parceiro, Escola Superior do Ministério Público, é uma promotora de justiça da violência doméstica do Rio Grande do Sul, palestrante de âmbito nacional, e que eu tenho certeza que vai abrilhantar muito o nosso evento. Ivana Battaglin é o nome dela, disse.

Eliane diz bom dia a todas, afirmando estar pensando nas políticas públicas a interseccionalidade com os direitos humanos, não teria como incluir a mulher camponesa também? Que aí tá falando da questão indígena, racial, concluiu.

Professora Jacy disse: "Poderíamos, agora nós precisamos de nomes para hoje. Nomes pra hoje, nome, confirmação do nome indicado, breve currículo e foto, porque já queremos... A escola do legislativo e a SECOM já incluem tudo isso no site já da Assembleia, abrir as inscrições, no mais tardar amanhã pela manhã. Tá certo? Teve essa indicação, como teve das ribeirinhas também, a gente só tá esperando mesmo indicação e confirmação, tá? Ficaria de boa representatividade, sem dúvida nenhuma. Depois vamos caminhar para o encerramento. Estamos aguardando um posicionamento do Governo do Estado em relação a inauguração da delegacia da mulher 24 horas. Case confirme, ela se mantém na programação. Se não, nós retiramos dessa programação. E aí tem a informação que durante os dias de simpósio, né, ali no saguão do teatro, no rol, né, de



entrada do teatro, nós vamos ter a exposição, né, do projeto feira popular, artesanato na praça, tá? Nós vamos ter em torno de 20 artesãs ali, expondo seus produtos durante esses dois dias, que é um projeto que completou agora, nessa semana, 15 anos, né, de existência, é um projeto que nós iniciamos pela prefeitura de Cuiabá, em 2005, ele perdura até hoje, e tá voltado exatamente para as mulheres que são chefes de família, para mulher que querem deixar essa condição de vulnerabilidade, de violência doméstica, e aquelas que buscam uma autoestima através desse ofício do artesanato, tá bom? Bom, posto isso, nós vamos entrar especificamente nessa sessão de desdobramentos, de encaminhamentos de trabalho, não tem necessidade nesse momento de ser feita essa transmissão. Não entendi. Só um detalhe, eu não sou assessora jurídica da... Estou apenas como assessora e a gente, o nosso assessor jurídico, ele é o Eloi Terena, ele fica...”

Professora Jacy afirmou que Eliane é Ex-aluna da Dra. Amini, estando explicado.

Professora Jacy fala da questão da delegacia 24 horas, que a Dra. Jozi falou que nessa data não seria possível, não seria melhor a gente tirar dali, da programação?

Dra. Jozirleth afirma: “ Extra oficialmente, o que nós sabemos é que a delegacia, ela está ficando pronta a estrutura. Mas em termos de efetivo para trabalhar não tem, é impossível. Então, eu até tive uma dúvida, presidente, qual seria essa inauguração, se era inauguração do espaço físico que, realmente, já tá pronto, ou se era inauguração para funcionamento, porque, de repente, a gente coloca de uma forma no evento, que a inauguração, no sentido de que a pessoa pode ir lá para ser atendida, e nós não temos efetivo algum para isso.”

Professora Jacy: “Bom, na verdade, nós estamos aguardando uma agenda pra esta semana, né, com o Governo do Estado, pra tratar dessa questão. Estava marcado pra semana passada, mas infelizmente ocorreu um imprevisto, e nós estamos aguardando uma confirmação pra esta semana. Só o governo pode efetivamente se posicionar em torno disso. Então, fica a princípio assim, né, agora se confirmar, ótimo, né, é o nosso anseio, né, é o nosso anseio que ela venha a funcionar o mais rápido possível. Bom, então vamos passar agora para essa questão do trabalho. Nós tínhamos, constituímos uma comissão coordenada pela Dra. Lindinalva referente a essa organização e mobilização para o nosso simpósio. Mas eu sei que houve um envolvimento mais específico com a questão do lançamento do projeto, da assinatura do termo, que foi mais a pauta, né, Dra. Lindinalva? Tratada, tanto que eu só percebi isso quando eu vi os ofícios que foram encaminhados, que estava expresso comissão do projeto, e não do simpósio, então eu vejo que se faz necessário agora a gente definir alguns encaminhamentos principalmente referente a essa mobilização e depois a organização efetivamente da execução do projeto em si, do simpósio, né, que são os dias 25 e 26. Então, assim, uma série de instituições foram contactadas. Foi solicitada a participação dos integrantes, as pessoas que compõem cada instituição dessa. Mas nós não sabemos até agora quantas pessoas efetivamente vão vir participar de cada uma das que foram contactadas. Eu, particularmente, estive, a Dra. Lindinalva não pôde ir, estive na secretaria de estado de educação, que confirmou, vai vir assinar o termo de cooperação. E também propusemos que a secretaria de educação trouxesse, pelo menos das escolas de Cuiabá e Várzea Grande, dois representantes por unidade escolar, e que a equipe da secretaria também, principalmente aqueles envolvidos na formação, que compõem o... Que é o Centro de Formação dos Educadores, participasse também do simpósio. Então, a secretária Maria Oneide se colocou inteiramente à disposição para ajudar nesse processo também. Tá aguardando os cartazes do simpósio, que eu creio que a gente receba ainda essa semana, para ela já enviar o ofício a cada unidade escolar, juntamente com esse cartaz para ser o máximo possível divulgado, juntamente com a programação. Estamos aguardando confirmação da secretaria. Vamos estar com a secretaria de estado de segurança, comando geral, na verdade, da Polícia Militar. Nós tínhamos agenda hoje. Exatamente para definir qual vai ser em termos de representação do comando da Polícia Militar no nosso evento também. Tenho uma agenda com a sala da mulher amanhã pela manhã. Quarta-feira pela manhã, com a sala da mulher da Câmara Municipal para definir também qual vai ser a participação da Câmara Municipal em termos de representação no nosso simpósio. Em termos de funcionários da câmara, em termos de extensão do convite as comunidades que estão participando ali, tá? Então, nós tínhamos outras tantas. Por



exemplo, das instituições que cada uma representa, hoje vou ter a reunião com a OAB, mais diretamente com a comissão da defesa e da igualdade racial para ver isso também. Então, das demais, pastoral do migrante, por exemplo, gostaria que Eliane falasse, depois as demais também poderiam falar como está o encaminhamento dentro das suas instituições. Pastoral do migrante, Eliane.”

Eliana diz: “ Conversei com a professora, interesse de estar pelo menos algumas, não todas as mulheres, mas algumas participando, né, aí teria que ver só como é que está a questão de locomoção, pedir pra professora ver, a Polícia Militar também tem um ônibus, né? Tem que ver ainda se vai... Quais são os números de participantes para ver quantas mulheres a gente pode tá trazendo para o evento. É interessante para elas participarem. Na verdade, pra participar, está dependendo do transporte. Tendo um transporte, por exemplo, um ônibus, você traria, inscreveria essas mulheres para participar de acordo com a demanda.”

A presidenta afirma: “ Vamos ver quantas vagas vão sobrar. Porque, assim, a maioria das mulheres que estão na casa, ou estão trabalhando, ou estão com seus filhos. Então, a gente tem que pensar numa alternativa pra que possa trazer essas mulheres. Se o número for maior, a gente consegue um ônibus, sim, se tiver número de vagas, for reduzida, a gente divide.”

Dra. Jozirleth afirma: “Nós tivemos uma reunião na Polícia Judiciária Civil, no caso quem representaria seria o próprio diretor geral no evento. Dra. Lindinalva esteve lá conosco para poder fazer assinatura do termo. Acredito que já está tudo certo pra presença dele, salvo havendo algum contratempo. E nós também estaremos, já estamos, na verdade, já passando aquele convite para toda a polícia e nós estamos já fomentando a participação do maior número de pessoas policiais, tanto da PJC, e especialmente das delegacias da mulher. Nós temos a delegacia da mulher de Várzea Grande e Cuiabá, que são as mais próximas. Estamos fomentando também participantes do plantão, porque os plantões trabalham com a violência contra a mulher, né, no atendimento da violência doméstica. Então, essa parte nós já estamos fomentando dentro da Polícia Civil a participação.”

A presidente pergunta se seria extensivo ao interior também.

Dra. Jozirleth responde: “Sim, porque inclusive nós estamos vendo com a assessoria de comunicação para ser colocado no próprio site da Polícia civil, e o Laerte fez uma apresentação ali, achei interessante divulgar já, inclusive, a forma da feitura da inscrição, né? O processo da inscrição, de entrar no site, então além do convite para colocarmos já na página inicial do site nosso da PJC, a forma de inscrição. Esse site todos os dias é lido por todos os policiais, né, nós temos um sistema, todos os policiais têm acesso, né, a esse site, além dos convites que nós já estamos distribuindo convite, no caso, feito pela...”

Dra. Lindinalva diz: “Presidente, fizemos uma nova correção da minuta, onde se a senhora observar, como uma das obrigações de cada parceiro seria justamente fomentar a participação dos seus membros e servidores no simpósio, tanto na reprodução depois e na execução do projeto, mas na participação do simpósio. Estamos aguardando somente a programação definitiva para reencaminharmos isso para os presidentes e diretores para eles fazerem esse convite para todos, inclusive do interior. Todos eles.”

Dra. Amini afirmou que concorda.

Professora Jacy afirma: “Por isso essa mobilização de representação das escolas é de suma importância, inclusive divulgar essas certificações para as faculdades. Porque eles precisam dessas complementações de carga horária. Então é muito importante falar que vai ter certificado e que essa é a carga horária, né, 16 horas/aula, pelo menos foi isso que foi dito aqui, né? Então isso é importante para fazer com que e não entregar, não mandar no e-mail antes de concluído o seminário. É muito importante isso mesmo! Que tenha alguém recebendo as assinaturas dos inscritos, para comprovar, realmente a participação para emissão desse seminário, tá, a emissão do certificado. Bom, então, nesse sentido... Bom, fechando, por exemplo, essa sistemática lá... Se a gente deixar



ALMT

Assembleia Legislativa

um convite solto, "ah, coloquei no site" isso não funciona. A gente sabe, né? Não funciona. Então nós temos que definir mesmo os critérios, um mecanismo de garantir a participação de cada uma das instituições. Então eu penso que a educação como é um dos principais focos nossos de atual, né, a questão da educação, isso a gente vai dar uma encaminhada lá, mas aí também, compartilhando isso no gabinete do deputado Wilson, pedi um envolvimento do mesmo da parte do gabinete nisso, que lá o gabinete já tem até uma expertise também nesse processo aí. Por exemplo, o simpósio da dislexia, sobre o autismo, essas discussões todas que tem ocorrido, no teatro, geralmente tem atingido o patamar de mil participantes. Então é lotação completa do auditório. É, tem sido assim, então a gente... Eu observei isso. Falei assim: Nós precisamos ter a participação mesmo direta do gabinete. Até porque a Câmara Temática surgiu lá. Não tem como não estar. Então tenente Arnaldo, tem um setor que para nós é fundamental, que já foi dito aqui, que são as universidades. Por que o processo de informação de estudantes, que daqui mais um tempo vão ser os profissionais que vão estar atuando, exatamente com essa questão toda apresentada, então eu gostaria de ver como que nós poderíamos fazer, tenente Arnaldo, em relação à essa mobilização das universidades, que eu sei que vocês têm contato, principalmente com os cursos de direito, de assistência social, de pedagogia, que são os que mais vocês tem mantido contato, também com essa organização dos ribeirinhos. Eu sei que o gabinete tem uma relação direta com eles também. No dia da organização, porque não é só chegar lá, tem que montar toda uma estrutura dentro do teatro. Nós gostaríamos muito de ter esse apoio lá do senhor e de toda a equipe."

O tenente Arnaldo faz uso da palavra: " Bom dia a todas. Prazer estar aqui com as senhoras, até emociona o nosso gabinete, gente de primeira qualidade, muito obrigado. Então, nós tivemos algumas reuniões com a professora Jacy Proença e a gente sente, fica um pouco preocupado, em um certo aspecto, que é a mobilização. Exatamente o que os senhores estão falando aí. Bom, o que que eu vejo aqui, existe uma comissão de trabalho já formada pela câmara temática, né? Eu vi aqui que o primeiro item [...] a organização do evento eu vejo que está muito bem elaborada, muito bem planejada, alguns detalhes que irão ser acrescentados e alinhados, essa é primeira parte, a segunda parte, é administração do evento. Essa foi a preocupação da minha equipe do gabinete. Internamente, presidente, nós temos, nós colocamos lá os responsáveis. Então a parte interna administrativa do gabinete, o responsável lá é o Edilson e o Glauber, estão ali os dois, então a parte interna é tv, mídia, cerimonial, água, café que é importante, coffee break, foi pedido e ainda não foi confirmado, para 800 pessoas, 2 dias. Isso não foi confirmado ainda, o coffee break, vai dar 1600. Informática. Então a parte interna do evento já está toda mobilizada, certinha. Reservado o teatro, isso daí sem problema. Agora, a parte externa ela está com uma câmara temática, a parte externa, surgindo agora os detalhes para nós, por exemplo, a senhora está dizendo para a gente entrar junto aqui na mobilização das universidades. Então, o que... nós temos feito com dislexia e o autismo, e em inclusão, vários eventos. Nós fomos... nós temos uma relação dos diretores, dos reitores, então o que a gente vai fazer? Vamos... Nós trabalhamos na base dos ofícios, vamos pegar a relação e fazer ofício do deputado ao diretor, ao coordenador, ao reitor, e a nossa equipe vai entregar praticamente em mãos, para convidar para esse evento. A gente pode também convidar também salas de aulas completas também, né? Combinar com os diretores, professores a possibilidade de vir uma sala de aula às vezes completa. Principalmente pedagogia, né, qual que seria a área mais interessante aqui? Letras."

A presidente afirma: "Direito, psicologia, pedagogia, assistência social, direito, jornalismo, comunicação.

Dra. Lindinalva afirma: "Nós vamos fazer os [...] e fazer o contato pessoal com os diretores e coordenadores desse curso, certo? Então essa é a mobilização e são 800 pessoas, dois dias. No segundo dia, normalmente ele é pouco frequentado."

A presidente afirma quanto à redução de pessoas no segundo dia. Afirmando: "É. De como vai estar disposto para o nosso também. É o cerimonial da Casa. A gente só senta com o cerimonial depois que está tudo definido em termos de programação, confirmações e tudo. Só para vocês terem uma ideia, para estender aquele painel lá, que na verdade eles chamam de lona, àquela altura é de cinco metros. Lona cortina. Então vai estar



ALMT

Assembleia Legislativa

disposto mais ou menos dessa forma aí para o nosso simpósio. Inclusive quero parabenizar também, eu tenho visto esses trabalhos, fantástico esses trabalhos em torno da dislexia, do autismo, fabuloso. Eu acho que só da... Quantos já foram realizados, da dislexia? Vai ser o quinto simpósio realizado da dislexia e cada dia está aumentando o número de participantes. Fantástico, fantástico. Daqui a pouco o auditório aqui do teatro vai ser pequeno para poder realizar. Então sempre atinge essa lotação completa, né, do auditório do teatro. Bom, eu queria até perguntar, Edilson, você tem alguma questão a colocar, pelas experiências ou é só isso mesmo? Nós tivemos no primeiro ponto da pauta a presença aqui do Laerte, né, esse simpósio teve a participação da escola do legislativo?”

Edilson diz que a escola também participa, achando interessante reforçar, pelas fotos que vocês veem aí a quantidade de pessoas que participam do evento, a gente precisa entorno de 10 a 15 pessoas no processo de recepção e credenciamento, eu não sei se vai ter alguma questão de inscrição social, porque a gente também precisa desmembrar pessoas para poder receber esses alimentos e doações, né?

A presidente agradece pela lembrança do Edilson. Afirma da necessidade de a Mayana buscar a logomarca com cada parceiro. Afirmou que donativos serão arrecadados, já com algumas entidades para serem beneficiadas.

Tenente Arnaldo sugere que na abertura dos eventos, o autor do requerimento é o deputado Wilson Santos. Ele tem feito essa abertura aí. Praticamente lê esse requerimento aqui. Sugestão.

A presidente concorda dizendo já ser praxe da ALMT.

Eliane diz: “Então, em relação a isso eu não tenho. Eu só preciso de um link para eu compartilhar nas redes para convocar as mulheres indígenas, as que estão aqui estudando e as que querem oportunizar, assim, o quanto antes para a gente conseguir apoio, quem sabe trazer algumas, né, fica mais tranquilo. Outro assunto, estive sábado reunido com uma organização de mulheres a nível de estado e que faz parte da federação, e elas pediram que eu solicitasse na câmara um momento né, ou na segunda para estarem vindo, conhecendo o trabalho. E elas fazem um importante trabalho de chão, nas aldeias levando... A professora esteve nos eventos delas. Então eu fiquei com essa missão, de estar trazendo elas aqui para a gente estar conversando. E também eu quero depois conversar com vocês, porque a gente sempre faz uma roda de conversa no mês de abril, que é o mês indígena das mulheres. Só que essa roda de conversa ganhou uma proporção maior. As meninas estavam procurando apoio, foram no governo. E aí surgiu a ideia de fazer um simpósio maior para falar sobre políticas públicas. E viram uma oportunidade de a gente estar no mínimo falando. Agora, o que ele vai utilizar, isso é com eles. E nisso a gente está numa correria para organizar esse simpósio, que é em abril, de 1º a 4 de abril. Provavelmente essa data, porque a primeira-dama também está... comprou essa ideia. E será para 200 mulheres indígenas de todo o estado. E nisso, a gente ficou... tem uns painéis e um deles é sobre violência. E eu gostaria muito, que coube a mim essa missão, gostaria muito de que nesse painel estivesse a câmara temática. Sabe? Eu acho que é uma oportunidade de a gente ouvir as mulheres e a gente pode fazer outra nas aldeias, como tem acontecido. Mas acho que a gente tem que aproveitar essas oportunidades pelo nível das mulheres que virão. E eu estou aqui expondo, porque assim, a federação não está na liderança, a gente está como âncora. Na verdade, quem está à frente é o [ininteligível], que é liderado pela Darlene. Eu faço parte da equipe. E a gente dividiu em vários painéis. Como políticas públicas é um assunto transversal, e a gente precisa conversar. E eu gostaria muito de tê-las nesse painel. E é formato de roda de conversa. Porque a intenção é provocar as mulheres a falar. Porque é um assunto que ainda é tabu para a gente.”

Dra. Amini diz: “Eliane, eu gostaria de falar já, deste momento, que você pode contar comigo. Vou cortar minha agenda de 1º a 4 nas audiências. Já até antecipá-las com tempo para poder estar com vocês nesse



momento. Parabéns por esse trabalho. Isso é de suma importância, levar essa temática nas mais diversas formas para todos os horizontes possíveis. Parabéns!”

Afirmou a presidenta: “Bom, então isso fica como ponto de pauta para a próxima reunião. Esse aí é só para a gente ter uma imagem da planta do teatro, o espaço que a gente vai ter para ocupar ali no rol do teatro, tá certo? Bom, acho que não tem mais nenhuma questão agora... Sobre isso não, né? Então tá, nós vamos encerrar agora esse ponto da pauta. Quero agradecer o tenente Arnaldo, Edilson, ao Glauber, e de quebra também Mayana, que compõe o gabinete, que já está totalmente envolvida, pela participação aqui e pela disposição, viu, tenente? Agradeço a todos. Eu sei que vocês mais diretamente estão, mas todo gabinete está envolvido com esse trabalho. Muito obrigada. Muito obrigada. O senhor eu sei que está com muita coisa lá. Se sinta à vontade. Eu recebi aqui do Jota, que o Jota encaminhou, um material todo que vai ser utilizado. O que que a gente solicitou? Eu e a Dra. Rosana estivemos, como eu disse, com o deputado Botelho, solicitando o apoio da casa para realização desse simpósio. Houve até um equívoco. A gente dialogava aqui, eu com a Dra. Lindinalva, nós instituímos a comissão para ser responsável pela organização e mobilização para o simpósio. Ela falou: eu não entendi. Achei que era só para o projeto. Mas essa questão agora já está resolvida. Então nós estivemos com o deputado Botelho, com a deputada Janaína e o deputado Wilson Santos em audiência, tratamos exatamente disso. E, de pronto, com a secretária de comunicação da casa. É importante registrar isso. Todo esse envolvimento da Secom e tudo mais, nós tínhamos uma mulher à frente dessa pasta, gente. Vocês sabiam? Dentro aqui da casa nós temos a... Eu falo Rose para ela, né? A secretária Rose. Então aqui essa é a proposta que está sendo encaminhada que já está definida. Isso aqui vai ser a lona de palco, que vai no mezanino, vai ali à frente do palco. Essa aqui é a proposta de outdoor, que também vai ser colocado na cidade. Nós temos a testeira que fala, de palco, já toda aqui... E esse aqui é o banner a ser feito. Esse aqui tem um nome que eu não sei. Eu esqueci. Fala aí, Mayana, o nome que se dá para isso.”

Continuou a presidenta: “Essas aqui as sacolas do simpósio. Inclusive vou fazer inscrição. Todas nós da câmara temos que fazer para receber certificado enquanto participante, quem é palestrante, enquanto palestrante. Aqui é o crachá. Convite. Olha, tudo que a gente pensou, e até o que nós não havíamos solicitado, a Secom produziu. Muito bacana. Isso que eu falo a questão de comprometimento mesmo com a questão. E ele já tem também o 'know-how' em relação aos outros eventos. Então nós até achamos que não ia ser tão necessário assim, se tivesse um custo muito elevado, podia cortar, por exemplo, crachá, alguma coisa dessa natureza. Mas está sendo produzido. E só temos que agradecer todo esse envolvimento. Daquela arte que nós aprovamos aqui na reunião passada, só tem uma questão que nós gostaríamos de ressaltar, atendendo pedido da Eliane. Eu peço até desculpas para a Eliane. Eu até sabendo disso, passou batido, viu, Eliane? Mas ela me alertou para isso. A Eliane pediu que nessa representação dessa mulher aqui... Não sei se vocês lembram, na arte anterior, apresentava essa mulher como a representação da mulher indígena de cabelo curto. E a Eliane falou assim: "Professora, não se esqueça desse detalhe". Está aqui, era uma mulher de cabelo curto, vocês lembram? Tá aqui. Então teve que colocar uma mulher indígena de cabelo comprido, porque na cultura indígena, o cabelo curto representa luto, representa talvez uma punição que ela esteja sofrendo. Então, aqui como nós estamos trabalhando altruísmo, nós estamos trabalhando autoestima, nós estamos trabalhando empoderamento, essa mulher indígena tinha que estar representada com cabelo longo. E a Secom, de imediato, atendeu isso, já produziu todas as peças fazendo exatamente essa modificação. Então isso são questões que parecem detalhes, mas que a gente, na nossa convivência com a Eliane tem aprendido, né, gente? Nós temos aprendido isso. Fantástico isso, esse compartilhamento e essa cumplicidade e o respeito, acima de tudo, pela cultura que cada uma tem, né? Cada uma representa. Eu penso que por hoje... Eliane.”

Registra, ainda, a professora Jacy alguns compromissos da CSTM em razão do mês de março.

Sem mais, eu Rosana Leite Antunes de Barros (Relatora) o digitei baseada na transcrição das falas, com a revisão final da Professora Jacy Proença (Presidenta)



ATA Nº 20- 16/03/2020

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de 2020, às 09 horas, na sala 202, Sala Professora Sarita Baracat, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, foi dada início à décima nona reunião da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT, pela presidenta, Professora Jacy Proença.

Encontravam-se na reunião além da Presidenta, a Professora Jacy Proença, as seguintes integrantes: Dr^a Jozyrleth, Dr^a Mayana Alves, Eunice Ramos, Tânia Arantes, Eliane Bakairi, Eliana Vitaliano, Telma Reis e Dr. William. Justificadas as ausências da Des. Maria Erotides, Dr^a Amini Haddad, Dr^a Gláucia Amaral, Dr^a Clarissa, Dr^a Lindinalva e da Dr^a Rosana Leite por cuidados de saúde a sua filha recém-operada.

Prof^a. Jacy iniciou a reunião agradecendo a todas as pessoas presentes e registrou a presença do Senhor Adriano, Secretário de Cultura do município de Juína, que falou sobre o projeto "Mulheres e seus Protagonismos" e do cancelamento da agenda para a qual a CSTM estava convidada, devendo tão logo seja definida a nova data ser comunicada.

Prof^a. Jacy compartilha com todas as pessoas presentes acerca das discussões e os encaminhamentos adotados até então para a realização do simpósio, bem como a programação final, com algumas alterações. Diz que, considerando a não confirmação da Ministra Carmem Lúcia e Dep Benedita da Silva, convidou para fazer a palestra Magna a Dr^a Amini Haddad que preenche todos os requisitos para tal e a Dr^a Ivana, do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que aceitaram o convite. Informa ainda que foi convidada a Vanda de Copacabana Vilas Boas, de Vila Bela da santíssima Trindade para integrar o quadro de palestrantes do quinto painel. Diante de imprevisto da Jornalista Isabela Ferreira, teremos a jornalista Bianca Moraes, pesquisadora da UFMT e a grande cantora Deize Águena para abrilhantar também a parte das apresentações culturais. Solicita à Mayana informações acerca da solicitação de prorrogação dos trabalhos da CSTM e quanto às medidas frente à pandemia pelo coronavírus.

Mayana informa que a Prof^a Jacy, antevendo o que poderia ocorrer frente à pandemia, solicitou ao Dep Wilson que elaborasse e apresentasse requerimento prorrogando o prazo de permanência da CSTM por tempo igual ao da suspensão.

Prof^a. Jacy propõe a suspensão imediata de todos os trabalhos da CSTM, inclusive do simpósio, que já está com todo material pronto. Abriu em seguida para discussão, momento em que as integrantes fizeram as suas ponderações, manifestando com certo pesar a situação que estava sendo apresentada. Assim a presidenta colocou em votação e foi aprovada por unanimidade a suspensão dos trabalhos, considerando a gravidade da situação na Europa, e o não saber ainda como irá se comportar a pandemia no Brasil, em Mato Grosso e, particularmente em Cuiabá. Diz ainda que mediante essa decisão a CSTM terá que expedir ofícios comunicando a decisão as/os palestrantes, como também aos parceiros que se somaram conosco no Projeto "Mulheres no Espaço Público", através de assinatura do Termo de Cooperação Técnica, lembrando ainda que a imprensa deverá ser comunicada também. Agradece a presença de todas as pessoas e diz que tão logo sejam possíveis os trabalhos serão retomados gradativamente, a princípio com algumas ações pontuais.

Nada mais havendo a tratar, eu, Prof^a Jacy Proença, dei por encerrada a reunião, cuja ata digitei e assinei às 11h00.

ATA Nº 21- 08/02/2021



ALMT

Assembleia Legislativa

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de 2021, às 08 horas, na sala 202, Sala Professora Sarita Baracat, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, foi dado início à vigésima reunião da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT, pela presidenta, Professora Jacy Proença.

Encontravam-se de modo presencial, além da Professora Jacy Proença, Dr^a Mayana Vitória de Souza Alves, Eliane Vitalino, e on-line a Desembargadora Maria Erotides Kneip, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, Dr^a Jorsyrleth Criveletto, Dr. Wiliam César Moraes, Dra Amini Haddad, Dra Clarissa, Dr^a Eliane Bakairi.

Prof^a Jacy Proença inicia a reunião desejando um bom dia a todas as pessoas integrantes da Câmara, a Equipe de Planejamento e da Comunicação da ALMT. Informa que mesmo sendo a primeira reunião de modo híbrido, estava sendo transmitida pela TV Assembleia. Saúda a todos com muita alegria, dizendo que embora todos estivessem enfrentando um período tenebroso, entre aspas, estava revendo a todos, nem que fosse pela telinha, e que o ano anterior não tendo sido tão bom, nem tudo foi tão ruim assim e que deveríamos agradecer a Deus por isso. Registra a presença do Dep. Wilson Santos, requerente da CSTM, e o convida para compor a mesa dos trabalhos e fazer sua saudação, já em breve teria que se ausentar para participar de reunião de Comissão.

Dep. Wilson Santos agradece a presidenta, Prof^a Jacy Proença e diz: “Desejo a todos uma ótima semana, principalmente com muita saúde. Não vamos ter Carnaval este ano, que é uma coisa inédita no Brasil. Carnaval só parava no Brasil quando Rondon chegava ao Rio de Janeiro. É, Rondon tinha essa capacidade de parar até o Carnaval. Mas desejar a todos uma ótima semana, muita saúde, muita paz”. Continua dizendo; “Dia 8 de março vai ser um dia especial para esse parlamento, porque nós vamos apresentar a Mato Grosso e ao Brasil, um documento que eu espero que possa contribuir de maneira pragmática para reduzir a violência contra as mulheres neste país. Resumidamente é isso. Quero agradecer ao presidente Eduardo Botelho, ao primeiro secretário da casa, deputado Max Russi, a primeira vice-presidente, deputada Janaina, a toda a Mesa Diretora, que não faltou apoio, não faltou logística. Tudo o que a comissão temática necessitou, que chegou a nós, tudo foi providenciado para que esse trabalho fosse realizado da melhor maneira possível. Eu sou apaixonado por esse tipo de comissão temática, porque ela extrapola os limites do parlamento, ela pula os muros do parlamento e traz pra cá, representantes da magistratura, do Ministério Público, da Defensoria, das polícias, das universidades, da intelectualidade, de vítimas, de algozes dessa violência. Eu não tenho dúvida que esse será um dos melhores trabalhos produzidos neste parlamento nos últimos 10 anos. Com certeza absoluta. A desembargadora Maria Erotides, a professora Jacy Proença, que presidiram de maneira exemplar, responsável, essa comissão temática. Têm todas as razões de se orgulharem do trabalho que foi feito. Parabéns! Foram dezenas de mãos, é um documento elaborado por dezenas de mãos, de cérebros privilegiados. Eu sempre falo isso. adoraria ver aqui em Mato Grosso o que já está acontecendo no parlamento argentino, onde 50% das cadeiras já são ocupadas pelo sexo feminino. A Argentina está à frente do mundo. E espero ainda ter vida para assistir essa transformação em nosso país”. Encerra dizendo que quando passou pela prefeitura, teve o privilégio de constituir vários secretariados, tanto na primeira gestão quanto na segunda. E em ambas as gestões, era um secretariado de homens e mulheres. Disse ainda três coisinhas sobre as mulheres: “são mais honestas, são mais sensíveis e são muito, muito mais comprometidas com aquilo que assumem”. Continua dizendo: “Jacy você foi minha vice no primeiro mandato e sabe muito bem disso”. Fizemos uma campanha difícilíssima, a sua presença na campanha foi decisiva pra nossa vitória. Você assumiu a prefeitura cinco, seis vezes, né? Cinco vezes. A primeira mulher a assumir objetivamente, a deliberar. E eu tenho isso como orgulho também, no meu currículo. Que Deus nos abençoe e continue mostrando o caminho, nos dando sabedoria, perdando os nossos defeitos e pecados. E que a gente possa, dentro das nossas limitações modestas,



ALMT

Assembleia Legislativa

contribuir para a construção de uma sociedade justa. Obrigado e parabéns a todas as senhoras!”, conclui.

Profª Jacy Proença agradece ao deputado Wilson Santos, primeiro pela iniciativa da constituição desse grupo de trabalho na ALMT, dizendo ainda que contou com todo apoio do Dep Botelho e respaldo da única mulher parlamentar, que é a deputada Janaina, que na oportunidade presidia esta casa. E , segundo, pelo Dep. Wilson Santos ter toda a compreensão da importância da mulher em todos os espaços e processos. Diz que esse fato, evidentemente, acrescentou um grau elevadíssimo de responsabilidade desse grupo, nesse trabalho pioneiro, não só no Mato Grosso, como em todo o país. E o que se espera desse trabalho é que ele venha a servir de referência para as demais casas de leis em outros estados, e até mesmo outros espaços, outras esferas de poder, a exemplo dos tribunais, das magistraturas de um modo geral, possam adotar, talvez, trabalho similar a esse que foi constituído aqui na Assembleia Legislativa do Mato Grosso. Registra a chegada e convida para compor a mesa a Eliana Vitalino, que tem uma representação importantíssima que é a da Pastoral dos Migrantes, das mulheres migrantes. Em seguida abre para as saudações das integrantes da CSTM, de forma breve, tendo em vista o teto da reunião das 08 às 10h00. As saudações a iniciar-se pela Desa. Maria Erotides, Drª Rosana Leite, integrantes da Diretoria e depois, na sequência, os demais membros que assim desejarem fazer uso da palavra nessa abertura dos trabalhos deste ano. Registra ainda que, a Diretoria esteve reunida anteriormente e só não puderam dar o abraço físico, mas apenas na alma; e que a desembargadora Maria Erotides foi a primeira pessoa que presidiu essa câmara temática e quando ela compartilhou na última reunião de 2019, que estaria abrindo mão dessa presidência e passando para eu estar conduzindo esses trabalhos, em um primeiro momento disse: - Não, eu não posso. Como é que eu teria essa condição de substituir alguém de tamanha competência assim? Mas ela não é... eu acho que já foi professora, mas em um modo todo professoral, convenceu esta professora a assumir essa responsabilidade, longe daquilo que ela desempenhou, mas a gente tem se dedicado também, a fazer, dar o melhor da gente na condução e eu sou muito grata a isso, a todas as pessoas integrantes da câmara, concluiu.

Desa. Maria Erotides Kneip cumprimenta a professora Jacy e diz: “É uma alegria, uma honra poder compor essa comissão junto com Vossa Excelência. Eu quero parabeniza-la pela condução dos trabalhos e dizer que estou aqui, sou sua soldado, pronta para a gente poder apresentar os trabalhos, mostrar o quanto essa câmara produziu. Cumprimento o deputado Wilson Santos, agradecendo por toda essa oportunidade que ele vem nos dando, pela iniciativa de propor a criação dessa comissão, que eu penso que foi a primeira de muitas que virão, porque esse é um trabalho que não pode ser, de forma nenhuma, suspenso. Cumprimentar as minhas amadas, queridas colegas. Enfim, cumprimentar a todos e me coloco à disposição para a gente poder concluir esse trabalho que eu posso dizer que, dentre tantos que eu pude fazer na minha vida, tem sido, talvez, o mais gratificante de todos. Ótima reunião, ótimo trabalho e estou à disposição”, encerra.

Drª Rosana Leite por sua vez cumprimenta as companheiras e companheiro presentes, em nome da professora Jacy, atual presidenta, e em nome da desembargadora Maria Erotides, que foi presidenta até 2019. Cumprimenta o deputado Wilson Santos e, mais uma vez, o agradece por ter se lembrado do seu pedido feito em 2018ol para análise das leis referente à violência contra a mulher e da professora Jacy para constituir a Câmara Setorial Temática. Fala que o relatório que está sendo construído seja, além de fácil acesso, que todo mundo perceba a vontade dos que a compõem de fazer o bem pelos direitos humanos das mulheres; trará falas dos integrantes e conta um pouquinho da história das mulheres relevantes de Mato Grosso, do Brasil, conforme sugestão do deputado Wilson Santos. Coloca-se à disposição para continuar o relatório, entendendo que será bastante proveitoso. Agradece ao. Deputado Wilson Santos, ao mesmo tempo em que propõe a instalação de



uma Câmara Setorial da Diversidade, tendo em vista estarem acontecendo muitos crimes contra esse segmento.

Profª Jacy agradece a Dra. Rosana e diz não ter palavras para adjetivar a sua competência. Diz ela ser fantástica e que sem dúvidas foi a melhor indicação para essa relatoria, por ter uma competência e habilidade para escrever e, acima de tudo, uma sensibilidade para captar o pensamento e o sentimento das pessoas. Enfatiza gostar muito de ler o que ela registra nos jornais e compartilha todos os seus artigos e opiniões acerca daquilo que acredita. Na sequência passa a palavra ao Dr. Willian.

Dr. William diz querer tão somente agradecer mais uma vez, por fazer parte da câmara setorial temática tão importante e que já deu certo, tomando por base a si mesmo, porque já mudou muitas coisas em sua minha vida, nas atitudes. Agradece a deputada Janaina pela sua indicação, enquanto único homem participando, mas sendo muito gratificante. Ratifica as palavras da professora Jacy, pois diz se empolgar também, com a leitura dos artigos da Dra. Rosana, pela qual tem admiração tremenda, pela forma tão pacífica e coerente. Continua dizendo ser muito gratificante pertencer a esse grupo seletivo. Refere-se ainda a forma discursiva da Dra. Josy e da referência que é Dra. Amini, sem contar a desembargadora que tanto nos ensina. Agradece também, a condução que a professora Jacy vem dando aos trabalhos da câmara, de forma muito competente e pontual. Coloca-se à disposição no que puder para contribuir. Registra ainda a lembrança quanto a deputada Janaina e o deputado Wilson, por estarem liderando essa importante temática e missão que, a cada dia que passa, cria mais solidez e mais importância diante dos fatos que ocorrem no nosso cotidiano, encerra.

Profª Jacy agradece ao Dr. William. E diz que no princípio, causou estranheza em algumas pessoas, o fato de ter um homem tratando dessas questões, mas foi extremamente importante e diz crer que aquilo que fora dito no início dos trabalhos se tivesse uma participação maior de homens nessa comissão, os reflexos disso na amplitude da sociedade composta por homens e mulheres, talvez tivesse um alcance maior. Se o efeito já começou a surtir logo no início dos trabalhos, nesse homem que tem toda essa espontaneidade de falar: "Eu mudei através da compressão maior e melhor dessa questão", com certeza em outros teria essa repercussão. Diz acreditar até naqueles que acompanham o trabalho, isso já deva ter trazido certos resultados, reflexos extremamente positivos no pensar e no agir de alguns homens que têm acompanhado o trabalho da câmara temática, conclui. Passa a palavra a Drª Amini Haddad.

Drª Amini Haddad cumprimenta a todas as pessoas presentes e diz estar feliz em poder rever a todos, ainda que seja desse modo virtual. Fala ainda do quanto foi importante estar na comissão com diálogos sustentados. Agradece a desembargadora pela oportunidade de fala, inclusive de levar alguns temas até o Congresso Nacional. Cumprimenta o deputado Wilson Santos e a deputada Janaina pela oportunidade de realização dessa câmara setorial temática, dos apoios recebidos e a professora Jacy pelo trabalho desmedido, pelo que vem realizando e se dispondo a realizar, e pela sua história mesmo, de luta. Cumprimenta também a Drª Rosana, uma amiga, uma companheira, pelos seus trabalhos, pela realização mesmo, que faz na sociedade, como se comporta, como se expõe, pela publicação dos seus trabalhos. Estende os cumprimentos a todas que participaram, pois cumpriram um papel relevantíssimo, trazendo novos olhares, novos diálogos, construindo outros projetos que vão sendo delimitados inclusive pela câmara setorial, que tem, inclusive, a participação representativa da comunidade indígena, da etnia, através da Eliane, que contribuiu também nesse horizonte. Acredita na capacidade das CSTM construir novas pontes. Fala também da sua atuação enquanto Membro de Comissão no CNJ, sendo responsável por protocolos de julgamentos e instrução na perspectiva de gênero, relembrando, inclusive, da importância das Desembargadoras Maria Erotides e Shelma Lombardi de Kato; enquanto professora da Universidade Federal de Mato



ALMT

Assembleia Legislativa

Grosso como coordenadora do núcleo de vulnerabilidades, o Nevu, na temática de direito e gênero da nossa faculdade de direito e das publicações que em breve serão disponibilizadas. Agradece a oportunidade pela caminhada com todas; manifesta admiração por cada uma e para finalizar se coloca à disposição para continuar a caminhada na busca da igualdade trazida pelo deputado Wilson Santos com a equivalência de fala, de oportunidades, com as mulheres podendo contribuir com o país e o mundo, onde acredita se obterá uma sociedade melhor, conclui.

Profª Jacy agradece a Dra. Amini e diz que ela é jovem, mas de uma inteligência brilhante e ser o tipo de pessoa que cada integrante se orgulha em poder conviver, porque se bebe da fonte da sabedoria. Passa a palavra à Eliana Vitalino.

Eliana Vitalino cumprimenta a todos e diz iria falar o que a Profª Jacy falou, de sentir uma alegria enorme e um orgulho de estar com cada uma. Continua dizendo que traz para a CSTM um pouco da voz da mulher migrante, que já na sua travessia, sofre todo tipo de violência, na origem e aqui no destino. Presta uma homenagem lembrando a todos, que as mulheres, as professoras iniciam neste dia as aulas em Cuiabá, não sabendo em outros municípios, mas tantas lutadoras que hoje, apesar da pandemia e da atividade remota, estão juntas a seus alunos. Deixa um grito que já consta no relatório, que é um grito da população dos defensores de direitos humanos do Araguaia, que têm sofrido com a falta de uma delegacia das mulheres, pois quando querem fazer a sua denúncia, seu acompanhamento, devem ir até Barra do Garças, que tem um núcleo excelente, mas é extremamente necessário, uma das prioridades que é a Delegacia da Mulher no Alto Araguaia.

Profª Jacy agradece a Eliana e diz que tem uma vastíssima experiência, é o tipo de pessoa, de mulher que atua lá na ponta, antes na casa de amparo, e depois na casa do migrante. É um comprometimento que só Deus para dar a força e sustentá-la na missão que lhe foi designada. Passa a palavra a Drª Clarissa.

Drª Clarissa cumprimenta a todos e a todas e diz ser uma alegria rever a cada uma, mesmo que distante, com saúde, tendo em vista o momento tão delicado que o mundo passa. Fala que fica tão feliz pelo fato da CSTM, com toda dificuldade do cenário nacional e internacional, a câmara trabalhou muito. Agradece, assim como todas, a oportunidade de estarmos juntas. Eu acho que fomos força uma para a outra. Saber que a gente vai enfrentar as dificuldades e estar unidas, nos fortaleceu, nos encorajou a querer e desejar, e contribuir para um mundo melhor. Agradece ao deputado Wilson Santos e também a deputada Janaína. Informa ao deputado Wilson que na OAB, a paridade já é uma realidade e que na próxima eleição, a Comissão já se configurará com 50/50, o que foi para nós, uma felicidade enorme, embora saiba que isso tudo é só o começo, pois efetivar a paridade na prática, torna-se desafio na próxima eleição. Agradece mais uma vez a todos e coloca-se, como disse a Des. Maria Erotides, como soldado e feliz, realizada, principalmente por estar todo esse tempo com pessoas tão excepcionais. Agradece a Profª Jacy por todo empenho e dedicação que tem todo junto com a desembargadora, a Rosana e as demais. Para finalizar diz que a CSTM pode contar ela, com a OAB para juntas se fazer mais pelo nosso estado, fazer mais pela nossa sociedade, finaliza.

Profª Jacy agradece a Dr. Clarissa por ser uma pessoa muito comprometida e diz que no início dos trabalhos, ela dizia mesmo que estava engatinhando nessa causa relacionada à mulher, mas, considerou tudo que foi tratado aqui na CSTM e tentou, nos espaços em que ela atua, adotar as questões na prática. Trata-se de uma pessoa jovem também, mas comprometida. Fala ainda que, mesmo sendo uma das pessoas com mais idade do grupo, ser bom poder compartilhar, dividir conhecimentos e novas visões e como se cresce nisso tudo. Afirma todas têm aprendido com a atuação da Drª Clarissa, sua postura e sua fala. Falas coerentes e, acima de tudo, comprometidas



ALMT

Assembleia Legislativa

com tudo que acredita. E que está afinada com o pensamento do grupo. A agradece mais uma vez e passa a palavra a Dra. Josyrleth.

Dr^a Josyrleth cumprimenta as pessoas presentes e manifesta a enormidade da saudade de todos, o desejo de poder dar um abraço na Prof.^a Jacy e a felicidade de vê-la com saúde. Compartilha que temorado por todas e que espera logo podermos estar juntas presencialmente com a graça de Deus. Diz sentir-se privilegiada por ter sido escolhida para compor o grupo, o que quase não acreditou quando recebeu o convite, mas aceitou humildemente a missão honrosa de estar dentro da Câmara Setorial. Fala ainda que aproveita da oportunidade para agradecer ao Dep. Wilson Santos e a Prof^a Jacy. Pela lembrança do meu nome para esse trabalho. Agradece ainda a desembargadora Maria Erotides, por todos os esforços que foram feitos, inclusive de implementar a rede de atendimento em Sorriso, onde se apresenta grau de criminalidade e número de feminicídios acentuados. Registra ainda os inúmeros trabalhos, ações desenvolvidas pela CSTM, a exemplo das minutas dos projetos de lei que foram feitos juntos, todos os dados, a oportunidade que ela teve de poder participar de um artigo científico da Dra. Lindinalva, em razão do crime de ameaça, a oportunidade de poder contribuir na câmara temática da Secretaria de Segurança Pública, levando a questão dos projetos de criação de núcleos. Manifesta concordância com a amiga Eliana, quanto a necessidade crucial de implantar esse primeiro atendimento à mulher nos municípios e que felizmente já conseguimos dar um passo a mais, pois durante esse tempo foi inaugurada a delegacia da Mulher de Primavera do Leste, foram criados outros núcleos, a exemplo do nosso próprio núcleo de Sorriso e agora a implantação, nos próximos dias, do núcleo em Lucas do Rio Verde, a delegacia de Sinop. Então, nós estamos, graças a Deus, caminhando e não pode-se dizer que estamos ainda da mesma forma com que nós iniciamos essa câmara temática. Para concluir diz que já caminhamos e são várias ações que a câmara temática da Assembleia Legislativa com certeza fomentou, a exemplo da implantação da própria medida protetiva por meio virtual, a discussão que foi levantada, quanto ao atendimento das vítimas transexuais na Delegacia da Mulher, levantando a hipótese desse atendimento no que diz respeito ao inquérito policial, já que se fazia o pronto-atendimento e ainda não estava definida essa questão do atendimento que seria o inquérito policial. Já tem o próprio plantão da mulher acontecendo, plantão 24 horas, com a porta aberta, não só para a mulher vítima, mas também a vítima trans sendo atendida no pronto-atendimento. Diz que a CSTM fez muito mais para além daquilo que conseguiu lembrar e que a forma como chegou não é a forma como está hoje, pois acredita que com a ajuda de todas, de todos na câmara temática, e também com a sabedoria do deputado Wilson Santos, que realmente fez, implantou essa câmara. E que graças a isso, pode dizer que cresceu durante esse tempo. Coloca-se à disposição da câmara temática, das mulheres de Mato Grosso, para o que for possível trabalhar, mesmo não sendo tão forte de saúde, mas diz que espiritualmente, e a vontade que tem é grande, de poder continuar e, se Deus quiser, presencialmente.

Prof^a Jacy responde dizendo Amém e envia um abraço a Dr^a Josy. Fala ainda que seria inimaginável uma Câmara Setorial Temática da Mulher sem a presença da Dra. Josyrçeth, com essa vasta experiência de atuação com as mulheres vítimas de violência. Seria impossível, reitera. Quanto a fragilidade citada, digo que ela tem fragilidade talvez em termos físicos, na questão da saúde, mas eu diria que é Deus na vida dela, porque ela se torna uma leoa à frente daquilo que ela faz. É impressionante! Diz acreditar que embora se registre mulheres importantes à frente de uma delegacia de mulher, mas com a visão, com esse comprometimento e essa ousadia, é Dra. Josyrleth, com tantos anos dedicados a isso. Ela reúne tanto conhecimento e tanta inspiração que contagia todas as pessoas com as quais tem a oportunidade de conviver. Agradece a Dr^a Josy pela contribuição em todos os aspectos. Solicita uma breve saudação da Mayana, que é integrante da câmara.



ALMT

Assembleia Legislativa

Dr^a Mayana cumprimenta a todas e todos que estão presentes. Diz ser uma satisfação muito grande ver cada uma, mesmo que pela telinha. Expressa à Desembargadora Maria Erotides, toda a minha admiração sente e considera a Dra. Rosana um amor, uma joia rara. Fala que a professora Jacy que me convidou para estar aqui nessa missão, sempre a coloca em saia justa, a coloca para falar no microfone. Complementa dizendo ser bom ver a todas bem, com saúde, com garra e ânimo para começar mais um ano, finalizar o nosso trabalho, embora falte muita coisa ainda. Concorda que muita coisa andou, mas tem muito ainda a se fazer. Manifesta sua gratidão eterna e diz estar sempre à disposição, para o que precisar, não só a professora Jacy, mas cada uma de vocês.

Prof^a Jacy agradece também a Mayana, a mascote do grupo, que se sentiu desafiada ao compor a Câmara, mas diz a ela que é um aprendizado no fazer. Diz que o revelar do comprometimento da Mayana foi muito bom, uma jovem também muito comprometida. Afirmo que uma série de situações conseguiu encaminhar, só foi possível, graças ao comprometimento e apoio da Mayana. Abre um parêntese agradecer a Equipe da Comunicação da Assembleia, do Planejamento, a começar pela Heliane Zanol e depois com a Evanira, pessoas fantásticas, enfatiza. A Mayana pode até pensar que o que faz seja simples, mas é um simples necessário, que sem ele, o trabalho não aconteceria. E sabe que poderá contar com a ela sempre, bem como toda a equipe do gabinete, a exemplo do Edilson, do Glauber que têm nos dado todo o apoio na execução e encaminhamentos dos trabalhos e são como a Mayana do gabinete do Dep. Wilson. Encerra agradecendo ao Luiz que coopera na transmissão das reuniões on-line e mais uma vez a TV Assembleia que faz todo o registro em imagens e torna o trabalho da CSTM tão explícito e compartilhado com toda a Casa e a sociedade fora. Em seguida entra em outro ponto da pauta: Plano de ação 2021 que fora encaminhado antecipadamente a cada integrante da Câmara.

Prof^a Jacy fala que em relação ao plano de ação para o ano, aditou algumas questões que foram propostas e pede para que os membros façam suas considerações acerca de cada ação que irá comentar, da forma que se segue: 1- Retomada das reuniões ordinárias de forma híbrida- 04 integrantes, a diretoria, quando possível, mais uma, e dos demais por acesso remoto. Calendário de reuniões- 08, 15, 22 de fevereiro, 01º/03. 2- De 05 a 12 Fev.- Construção de Agenda Única, envolvendo o máximo de instituições afins na consecução de ações e na elaboração pela Secom/ALMT de folder, outdoor, VTs com as integrantes da CSTM, contemplando o viés racial; e confecção de camisetas para a campanha - “Eu digo não ao assédio e as demais formas de violência!”. Definir arte com imagem conformadora à mulher aos diversos espaços. Encaminhamento: Cada integrante dialogar em suas instituições para efetivar a parceria e se posicionar até próxima reunião dia 15/02, quando se terá proposta de arte. 3- 08/03- SEMINÁRIO “Mulheres no Espaço Público” e lançamento cartilha de forma híbrida, Membros CSTM presenciais e inscritos on-line. Sala das Comissões ou Auditório na ALMT. Comissão: Dr^a Rosana, Dr^a Jozyrlet e Prof^a Jacy Proença. 4- 08/03- Entrega do Relatório Final ao deputado requerente, Dep. Wilson Santos e a Dep. Janaina. 5- 18/03- Blitz “Eu digo não ao assédio” com distribuição do folder informativo; 6- 22/03- Audiência Pública referente ao Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial(21/03) na perspectiva das mulheres, de forma híbrida, bem como produzir VTs sobre a temática. 7- Março- Audiência com Presidente, Dep. Eduardo Botelho, e Vice-Presidenta, Dep. Janaina Riva da ALMT e/ou Mesa Diretora para tratar da execução de ações. 8- Março- Diálogo com os demais deputados acerca da destinação de recursos públicos via emendas parlamentares. 9- Março- Retomar o diálogo para firmar compromissos com as instituições parceiras frente ao Termo de Cooperação Técnica na execução do Projeto “Mulheres no Espaço Público”. 10- De 01º/04 a 30/06- Produção da publicação do Relatório Final CSTM. 11- De março a junho- Visita aos Executivos e Legislativos dos municípios de Cáceres, Rondonópolis, Tangará da serra, Várzea Grande e Barra do Garças para acompanhar os avanços na implementação das políticas públicas, após reuniões e audiências públicas realizadas em 2019.



ALMT

Assembleia Legislativa

Realizá-las em parceria com a CST da SESP na constituição e/ou fortalecimento da Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher nos municípios. 12- 13 e 14/08 - Realização do I Simpósio “Legislação e Políticas Públicas: Combatendo a Violência e Promovendo os Direitos Humanos das Mulheres Pela Equidade”- lançamento Relatório Final. Mês em que se comemora os 15 anos da Lei Maria da Penha. 13- Visita ao CNJ, quando abrir à visitação. Audiência solicitada pelo Of. Nº 001/CSTM-ALMT de 08 de janeiro de 2021. A presidenta faz um comentário acerca da rede de Capacitação e Geração de Emprego para as mulheres vítimas de violência, dizendo que tem conversado com a Tânia Arantes para emanar palavras de edificação, de ânimo em função do estado em que se encontra de saúde, mas ela tem contribuído sobremaneira. Fala que a Tânia é uma mulher extremamente inteligente e apresentou a proposta, bem como a execução dela via parceria com a escola do Legislativo, Câmaras e Prefeituras no interior, a exemplo do que fizemos para realizar as audiências públicas nas cidades-polo. Após tecer comentários acerca de cada ação, destacando a publicação e distribuição do Relatório Final e a realização dos encontros de mulheres indígenas como também das mulheres negras. Em seguida abre para as contribuições das integrantes presentes.

Eliana Vitalino diz estar perfeito o plano de ação, mas propõe a colocação de outdoors na cidade referente a campanha “Eu digo não ao assédio”.

Desa. Maria Erotides solicita a Profa. Jacy para assim que for criada a identidade visual da campanha, encontro de março, que se fosse possível, disponibilizar para demais instituições, interligando assim as campanhas, a exemplo do Tribunal de Justiça que fará com relação à violência, especialmente a violência física mesmo. Uma ideia para se trabalhar juntos. Fala ainda em relação ao Encontro das Mulheres Indígenas, onde viu no grupo de WhatsApp da CSTM, a Eliane falando acerca da criação da rede, de que ela já estava trabalhando, e para qual se colocou à disposição, junto, lógico, junto com a Câmara, que precisa estar mais próxima dela para que essa rede aconteça, por ser uma rede com especificidade da mulher indígena. Propõe começar a ajudá-la já na próxima semana, o que de pronto é aprovado por todos.

Profª Jacy relembra os compromissos firmados pela CSTM frente ao Encontro com as mulheres indígenas na aldeia Santana, cujas propostas apresentadas constarão no Relatório Final.

Drª Amini, antes de se retirar para uma outra reunião, parabeniza a Profª Jacy e todas as participantes pelo excelente painel que fora construído na reunião e, também, pelas propostas da agenda de 2021, que as adjectivou como excelentes. Sugere a possibilidade, talvez, de reunir a Assembleia Legislativa, o governo do estado, o Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal de Justiça, para que essa campanha, ainda que os temas sejam diversos e que as cores emblemáticas que sugerem a campanha estejam, na verdade, dentro de uma conformidade no sentido de projetar as mais diversas modalidades de violência. Considera importante esse diálogo comum com imagens, que são imagens conformadoras da mesma projeção, no sentido de combate à violência contra a mulher, que é a perspectiva de gênero nessa leitura como um todo. Agradece a todos antes de retirar.

Drª Josyrleth manifesta concordância em relação a proposta da Drª Amini e propõe a gravação de VTs por algumas companheiras da CSTM sobre o assunto e disponibilizarmos nas redes sociais. Pede ainda apoio da CSTM da ALMT em relação a execução do plano da Câmara Temática da Mulher da Secretaria de Segurança. Enfim, propõe uma parceria, fazendo, em conjunto, essas visitas no interior do estado, Câmara Temática da Secretaria de Segurança com a Câmara Temática da Assembleia Legislativa, em sendo possível.

Drª Rosana propõe que cada uma da CSTM converse com a instituição ou poder a qual pertence e representa para ver a possibilidade de agrega-las, tornando-a mais forte.



ALMT

Assembleia Legislativa

Profª Jacy verifica se há mais alguma proposta e em não havendo coloca em apreciação o plano de ação com os adentos, solicitando que o e as participantes se manifestassem levantando a mão, sendo o referido plano aprovado por unanimidade juntamente com o encaminhamento proposto pela Drª Rosana, devendo cada integrante trazer posicionamento na próxima reunião. Para finalizar solicita a indicação de três pessoas para compor comissão responsável pela elaboração do projeto do seminário do dia 08 de março, ficando assim constituída: Drª Jozyrleth, Drª Rosana e Profª Jacy. Pede a Drª Rosana que faça um breve comentário sobre a finalização do Relatório da CSTM, em virtude de se ter apenas quinze minutos disponíveis para o encerramento. Registra a entrada da Eliane Bakairi, saudando-a e informando que já haviam tratado algumas questões referentes à mulher indígena e que, ao final, se tendo tempo, abria para a sua saudação. Passa a palavra à Drª Rosana falar da estrutura do Relatório.

Drª Rosana fala que o relatório está sendo condensado com uma introdução primordialmente, com falas das integrantes e do integrante; um breve resumo sobre as atas das reuniões com os pontos de decisão de cada uma; anexas todas as leis do estado que dizem respeito às mulheres e tudo que foi discutido estará nos anexos do relatório. E o fundamental: as proposições de algumas ações, de algumas leis, políticas públicas. Reitera que o relatório seja algo bem fácil leitura para que as pessoas possam refletir um pouquinho sobre esses direitos humanos das mulheres, sobre igualdade, sobre a verdadeira equidade que nós buscamos, sobre o direito equânime. Fala que foi isso que se definiu na reunião da diretoria, minha, sua e da desembargadora Maria Erotides. Trará também a história de algumas mulheres que foram homenageadas durante as reuniões da Câmara Setorial Temática; mulheres que já contribuíram, mas que as quais algumas não estão mais nesse espaço físico conosco. Para concluir, diz que o relatório contém bastante emoção, sensibilidade, diferencial que mulheres têm.

Profª Jacy agradece a Drª Rosana, inclusive pelo poder de síntese. Em função do tempo ainda de três minutos, solicita a Eliane que faça suas considerações, mas antes anuncia que passou o aniversário da Eliane, conforme registrou seus votos no grupo a CSTM e manifesta mais uma vez que deseja tudo e bom que há de bom para ela. Diz que a Eliane trata-se e uma pessoa formidável, de uma força e coragem muito grandes, pois caso contrário não conseguiria desenvolver o eu faz. E que só Deus para sustenta-la e dar a força necessária, pois quando nos falta força é Ele que nos sustém. Finaliza parabenizando-a mais uma vez.

Drª Eliane Bakairi agradece as palavras da Presidenta e cumprimenta a todas as pessoas. Agradece ainda a oportunidade por fazer parte da CSTM . Informa que agora faz parte da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, na condição de Vice-Presidenta, espaço onde relatou a experiência da CSTM e as companheiras consideraram a iniciativa maravilhosa. Fala que em março provavelmente estarão lançando campanha de combate à violência à mulher indígena, em nível nacional. Diz contar com o apoio das companheiras da CSTM, que considera mulheres maravilhosas, que a inspiram, que caminham junto nessa bandeira. Espera eu a CSTM acolha as suas parentes, embora saiba que não se trata de um tema muito difícil para conversar. E que acredita que após a vacina para a Covid 19 a CSTM e a UMIAB terão muito trabalho com as parentes e diz estar animada com os muitos desafios pela frente, entendendo, inclusive que a CSTM deva ser uma iniciativa que deva permanecer por ser um espaço maravilhoso na ALMT.

Profª Jacy emana os agradecimentos à Eliane e diz estar muito feliz por ela ocupar mais esse espaço, pois luta, comprometimento leva a isso, não é mesmo? Cada vez mais a gente vai sendo requisitada para estar atuando, e você é uma referência, uma referência, enquanto liderança desse povo, desses nossos parentes no estado e que foi muito bem reconhecida em nível nacional. Para finalizar reitera o compromisso de participação em mais uma reunião da CSTM na próxima segunda,



dia 15, no mesmo horário, das 08 às 10h, sala 202. Agradece a Deus, primeiramente, e a todas aquelas, aqueles que contribuíram para que a reunião ocorresse, cada pessoa que integra essa Câmara Temática, que pôde participar, e também a toda essa equipe de sustentação da Assembleia Legislativa, como também ao presidente Eduardo Botelho, ao deputado Wilson Santos, à deputada Janaina. À Equipe de planejamento e de comunicação, que sempre se dedicaram para fazer o melhor em termos de registro desses trabalhos. E que Deus nos abençoe, conclui.

Nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a reunião cuja ata foi digitada e assinada por mim, Presidenta Profª Jacy Proença, às 10 horas.

ATA N° 22- 15/02/2021

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de 2021, às 08 horas, na sala 202, Sala Professora Sarita Baracat, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, foi dado início à vigésima primeira reunião da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT, pela presidenta, Professora Jacy Proença.

Encontravam-se de modo presencial a Professora Jacy Proença e a Drª Jozyrleth Criveletto e on-line a Desembargadora Maria Erotides Kneip, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, Drª Mayana Alves, Dra Amini Haddad, Dra Clarissa Lopes, Drª Eliane Bakairi, Tânia Arantes, Eliana Vitaliano, Eunice Ramos.

Profª Jacy Proença inicia a reunião desejando um bom dia a todas as pessoas integrantes da Câmara, a Equipe de Planejamento e da Comunicação da ALMT. Informa que a reunião está sendo transmitida pela TV Assembleia para todo o estado, país e para o mundo via internet. Em seguida informa que consta da pauta da reunião: Leitura da ata da reunião anterior, Reapresentação do Plano de Ação da CSTM para 2021, Seminário do dia 08 de março e Termo de Cooperação Técnica a CSTM e demais instituições para execução do projeto “Mulheres no Espaço Público”. Inicia com a leitura, mas antes diz se tratar de uma ata longa, pois fez questão de registrar as falas praticamente na íntegra objetivando registrar o sentimento que impulsiona cada uma nesse trabalho. Trabalho técnico, mas com muito sentimento. Após ler parte da ata propôs dar continuidade na próxima reunião para que detenha o restante do tempo aos pontos específicos da pauta, o que foi aprovado por unanimidade.

Profª Jacy Proença diz que em virtude de ter sido solicitado por parte das integrantes que não puderam participar da reunião anterior estará reapresentando o plano já com alguns adendos, que por lapso não constou algumas ações que já vinham sendo encaminhadas na ALMT e interrompidas por conta da pandemia, conforme segue: PLANO DE AÇÃO CSTM 2021: 1- Retomada das reuniões ordinárias de forma híbrida- 04 integrantes, a diretoria, quando possível, mais uma, e dos demais por acesso remoto. Calendário de reuniões- 08, 15, 22 de fevereiro, 01º/03. 2- De 05 a 12 Fev.- Construção de Agenda Única, envolvendo o máximo de instituições afins na consecução de ações e na elaboração pela Secom/ALMT de folder, outdoor, VTs com as integrantes da CSTM, contemplando o viés racial; e confecção de camisetas para a campanha - “Eu digo não ao assédio e as demais formas de violência!”. Definir arte com imagem conformadora à mulher aos diversos espaços. Encaminhamento: Cada integrante dialogar em suas instituições para efetivar a parceria e se posicionar até próxima reunião dia 15/02, quando se terá proposta de arte. 3- 08/03- SEMINÁRIO “Mulheres no Espaço Público” e lançamento cartilha de forma híbrida, Membros CSTM presenciais e inscritos on-line.



ALMT

Assembleia Legislativa

Sala das Comissões ou Auditório na ALMT. Comissão: Dr^a Rosana, Dr^a Jozyrlet e Prof^a Jacy Proença. 4- 08/03- Entrega do Relatório Final ao deputado requerente, Dep. Wilson Santos e a Dep. Janaina. 5- 18/03- Blitz “Eu digo não ao assédio” com distribuição do folder informativo; 6- 22/03- Audiência Pública referente ao Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial(21/03) na perspectiva das mulheres, de forma híbrida, bem como produzir VTs sobre a temática. 7- Março- Audiência com Presidente, Dep. Eduardo Botelho, e Vice-Presidenta, Dep. Janaina Riva da ALMT e/ou Mesa Diretora para tratar da execução de ações. 8- Março- Diálogo com os demais deputados acerca da destinação de recursos públicos via emendas parlamentares. 9- Março- Retomar o diálogo para firmar compromissos com as instituições parceiras frente ao Termo de Cooperação Técnica na execução do Projeto “Mulheres no Espaço Público”. 10- De 01º/04 a 30/06- Produção da publicação do Relatório Final CSTM. 11- De março a junho- Visita aos Executivos e Legislativos dos municípios de Cáceres, Rondonópolis, Tangará da serra, Várzea Grande e Barra do Garças para acompanhar os avanços na implementação das políticas públicas, após reuniões e audiências públicas realizadas em 2019. Realizá-las em parceria com a CST da SESP na constituição e/ou fortalecimento da Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher nos municípios. 12- 13 e 14/08- Realização do I Simpósio “Legislação e Políticas Públicas: Combatendo a Violência e Promovendo os Direitos Humanos das Mulheres Pela Equidade”- lançamento Relatório Final. Mês em que se comemora os 15 anos da Lei Maria da Penha. 13- Visita ao CNJ, quando abrir à visitação. Audiência solicitada pelo Of. N^o 001/CSTM-ALMT de 08 de janeiro de 2021. 14- De junho a agosto, realizar Encontro de Mulheres Indígenas e das Mulheres Negras, Quilombolas em parceria com FEPOIMT, Fórum de Mulheres Negras de MT e CDIR- OAB/MT. 15- Fomentar a criação da Rede de Capacitação e Geração de Emprego para Mulheres Vítimas de Violência com execução de cursos nas cidades-polo do estado em parceria com a Escola do Legislativo, Câmaras Municipais e/ou Prefeituras. 16- 19/11- Realizar I Simpósio Educação Antirracista: Contribuições na Prática Jurídica e no Ensino Público, Auditório da ALMT, sendo referendado por unanimidade. A presidenta passa a palavra à Dr^a Jozyrleth para tratar do próximo ponto da pauta: Seminário “Mulheres no Espaço Público”.

Dr^a Jozyrleth expõe a concepção do projeto do seminário, onde os painéis deverão retratar as mulheres nos espaços públicos no sistema judiciário, no legislativo e no executivo, já com indicação das pessoas que serão palestrantes.

Desa Maria Erotides propõe a reflexão acerca da amplitude ou não do seminário e se este deveria contemplar ou não outros espaços do Judiciário, a exemplo da Defensoria Pública, Ministério Público, Delegacia da Mulher, Polícia Militar e atuam conjuntamente para fazer valer a legislação em relação às mulheres.

Prof Jacy faz as considerações acerca do simpósio a ser realizado em agosto, que contemplará um leque de temas e participações de mulheres nas diversas instâncias e espaços de atuação, o que no seminário com o referido tema e de apenas um dia e ainda sendo on-line não possibilitaria. Passa a palavra a Dr^a Jozyrleth.

Dr^a Jozyrleth diz que se for ampliar para essas outras representações para compartilhamento de ações, experiências terá que alterar a proposta e colocar mais de um dia de seminário, o que julga inviável por tornar-se muito cansativo e haver necessidade de uma disponibilidade maior de equipe de apoio, estrutura e de tempo de cada participante.

Desa Maria Erotides diz se sentir contemplada mediante a realização do simpósio em agosto que possibilitará o compartilhamento de outras falas e experiências.



ALMT

Assembleia Legislativa

Prof.^a Jacy diz serem pertinentes às considerações apresentadas pela desembargadora e que assim, através desse diálogo, debate de ideias se aprende. Solicita que as participantes se manifestem levantando a mão mediante concordância com a proposta do seminário apresentada pela comissão o que é aprovada por unanimidade.

Em relação ao último ponto da pauta, Termo de Cooperação Técnica que se celebram ente si CSTM e demais instituições, a Prof.^a Jacy diz que ele terá que ser revisto em termos de conteúdo e de quem efetivamente continuará como parceira, pois ele era para ter sido assinado na abertura do simpósio que não ocorreu em virtude da suspensão das atividades por conta da pandemia. E hoje observando a situação, uma série de instituições mudou os seus dirigentes, devendo a CSTM retomar o diálogo com cada uma delas.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião cuja ata foi digitada e assinada pela Presidenta Prof.^a Jacy Proença às 10 horas.

ATA Nº 23- 22/02/2021

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de 2021, às 08 horas, na sala 202, Sala Professora Sarita Baracat, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, foi dada início à vigésima primeira reunião da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT, pela presidenta, Professora Jacy Proença.

Encontravam-se na reunião de modo presencial a Professora Jacy Proença e as seguintes integrantes de modo remoto: Desa. Maria Erotides, Dr.^a Rosana Leite, Dr.^a Clarissa, Dr.^a Jozyrleth, Dr.^a Mayana Alves, Eliana Vitaliano, Eliane Bakairi. ? **Confirmar coma lista de presença.**

Prof.^a Jacy iniciou a reunião agradecendo a todas as pessoas presentes e as companheiras que compõem a CSTM que se encontravam on-line. Informou que mais uma vez estava sendo transmitida pela Tv Assembleia. Agradeceu o apoio de toda Equipe de Comunicação, de Planejamento, da TI em nome da Evanira e do Luiz. Informou a pauta a ser tratada:- Envio de expediente ao CNJ-Conselho Nacional de Justiça;- Distribuição de algumas tarefas frente ao conjunto de ações que nós elencamos para o nosso plano de ação, principalmente agora pra esse início de ano; - As inserções da campanha "Eu Digo Não Ao Assédio"; - tecer algumas observações em termos do seminário que vamos realizar no dia 8 de março, Mulheres no Espaço Público; - Movimento de enfrentamento à violência, que está sendo liderado pela deputada federal Rosa Neide; -Apreciação das atas das duas reuniões anteriores, da 20^a e da 21^a reunião, que na reunião anterior nós fizemos apenas a leitura de parte da ata mediante a extensão de registro que foi dessa nossa primeira reunião, que ocorreu no retorno aí dos trabalhos deste ano.

Prof.^a Jacy começou pelo ponto da distribuição de tarefas, falando que a CSTM estará lançando campanha contra o assédio juntamente com a Sala da mulher da Câmara de Cuiabá e com a Secretaria Municipal da Mulher de Cuiabá e um conjunto de instituições que foram parceiras da CSTM. Disse que solicitou da Sem da ALMT um folder sobre o assunto, mas gostaria que o conteúdo fosse proposto pela CSTM. Então, indica Dr.^a Jozyrleth, Dr.^a Clarissa. Eliana Vitaliano indica também a Prof.^a Jacy. Ficando assim constituída e aprovada a Comissão para elaborar o referido conteúdo, aproveitando um material que foi discutido ano passado com a Sala da Mulher da Câmara de Cuiabá,



mas que em função da pandemia não pode ser efetivado. Prof^a jacy solicitou ainda que aproveitassem do folder para informar o que é CSTM. A Secom vai formatar tudo isso, disse.

Quanto ao outro ponto da pauta, Termo de Cooperação Técnica frente a Campanha “Mulheres no espaço público”, disse que os contatos com os parceiros terão que ser revistos, tendo em vista várias instituições serem conduzidas hoje por novos dirigentes. Informou que esteve, inclusive com o Presidente da AMM que reiterou o compromisso com a CSTM. Disse ainda que o termo, que solicitou à Dr Lindinalva, terá que ser revisto, ampliado, acrescentando alguns compromissos a serem firmados frente a série de contingências apresentadas ao longo desse ano pandêmico. Propõe à Diretoria fazer a revisão e os contatos com as instituições, mas a começar pela respectiva que cada uma representa, atua. Disse não haver urgência quanto a isso, podendo a CSTM marcar um momento oportuno para a assinatura do Termo de Cooperação Técnica.

Desa Maria Erotides disse ser uma excelente ideia. “É isso mesmo, vamos reanalisar, porque o momento era outro, né? Também os presidentes, os dirigentes das instituições eram outras. Então, a gente aproveita já que vai fazer. Eu queria perguntar a senhora, se a assinatura seria então, no seminário de encerramento da comissão, seria isso? Ou poderia ser uma cerimônia anterior?”

Prof.^a Jacy disse que se poderia fazer uma cerimônia antecedendo o simpósio de agosto. E talvez, quem sabe, já no seminário, a gente anunciar algumas ações que foram desenvolvidas mediante esse termo de cooperação.

Desa Maria Erotides propõe fazer em maio, dizendo ter datas importantes para as mulheres no mês de maio. De repente poderia ser isso. Mas eu acho excelente. Eu apoio e me comprometo, dentro da minha agenda, a poder ir com a senhora, com a Rosana, com todos os que puderem, nas instituições, para a gente obter essas assinaturas. Ou pelo menos o compromisso dos seus dirigentes.

Dr.^a Rosana Leite disse: “Sim, concordo, professora Jacy, com a senhora, com a desembargadora Maria Erotides”. Também estou à disposição para nós podermos resolver agora, já que a situação é adversa. Concordo”.

Prof.^a Jacy antes de entrar em ponto da pauta perguntou à Mayana sobre a sua condição de saúde, sendo informada que se encontra em quarentena e espera retornar dia 01 de março às atividades. Falou às integrantes que enviou em janeiro expediente de nº 001/2021 ao Presidente do CNJ, Ministro Luiz Fux, mediante matéria veiculada em final de dezembro do ano passado pelo Fantástico, de uma reunião em caráter de urgência frente ao feminicídio da juíza do Rio de Janeiro. Informou acerca da constituição da Câmara nesta Casa de Leis e dos propósitos para qual foi criada. Solicitou ainda visita da Diretoria da CSTM, acompanhada pelo Dep. Requerente, Dep. Wilson Santos, ao referido grupo de trabalho para intercâmbio e troca de experiências, cooperação mútua para compartilharmos pensamentos, esperanças e tudo o mais possível. Disse ter ficado feliz pelo retorno imediato. Informaram que as visitas foram interrompidas por conta da pandemia, mas propuseram reunião virtual. Fez a leitura do expediente que recebeu dizendo: Prezada senhora Jacy Proença, de ordem da conselheira Tânia Recigel (diz não saber se a pronúncia está correta), Supervisora da política judiciária nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Resolução 254/2018. Informa que nos foi enviada pela presidência deste conselho, a demanda anexa em razão da matéria tratada. “Então, consulto, portanto, sobre a disponibilidade de agendarmos reunião virtual dia 3 de março, às 15h”. A presidente da CSTM disse que mediante esse retorno, de imediato sinalizou positivamente, e que estaria, nesta reunião, tratando e informando todas as companheiras que compõem essa câmara, inclusive ao presidente dessa Casa e ao deputado Wilson Santos, deputada Janaína, que têm acompanhado de perto esse trabalho, acerca dessa reunião. E que posteriormente,



ALMT

Assembleia Legislativa

irão agendar uma visita para nós irmos até Brasília, para esse diálogo presencial. Então, eu gostaria muito que a desembargadora e doutora Rosana, que compõem conosco essa diretoria, pudessem muito participar dessa reunião, dia 3 de março, quarta-feira, às 15h, horário de Brasília, sendo aqui, às 14h, havendo confirmação das participações.

Evanira, do Núcleo de Planejamento, que dá o suporte para a CSTM, informou que em função da pandemia o funcionamento da Casa é até as 14 horas, devendo solicitar autorização do presidente para extrapolar por mais uma hora e assim ter as equipes da TI, TV Assembleia e do próprio Planejamento. Propõe que solicitássemos ao CNJ a antecipação em uma hora da reunião.

Desa. Maria Erotides disse que normalmente, a agenda deles é muito, muito reservada e que dificilmente conseguiríamos um outro momento próximo. Propõe ajustarmos a situação por aqui mesmo. Pediu ainda que a Presidenta levantasse mais informações sobre o formato da reunião para que pudéssemos nos organizar melhor.

Profª Jacy disse que, embora a solicitação fosse para participar a diretoria da câmara com o presidente da Casa e o deputado requerente, eu gostaria muito que a doutora Amini participasse, até porque ela também tem uma atuação lá dentro do CNJ. Então, eu acho que seria importante a doutora Amini estar conosco nessa reunião, o que é aprovado.

Profª Jacy entra em outro ponto da pauta que é a questão do seminário do dia 8, cuja proposta foi projetada para acompanhamento de todas as pessoas. O seminário do dia 8, para fechar inclusive a produção do convite e programação, tanto de forma eletrônica, quanto físico, disse que será feita uma impressão física para encaminhar para os órgãos, que são principalmente os parceiros; faltando ainda fechar exatamente as pessoas que vão estar atuando no seminário, em termos de palestrantes, apresentação cultural. Informa que todos confirmaram, exceto representação do CNJ. Perguntou a Des. Maria Erotides se ela já havia dado encaminhamento nesse contato lá, ou já se aproveitaria dessa questão da reunião virtual, e já tratar do convite.

Desa. Maria Erotides disse que fez contato pessoal, mas julga ser melhor o contato institucional pela presidenta da CSTM. Irá continuar com o contato pessoal também.

Presidenta, profª Jacy, informou que as palestrantes Desa Maria Helena Póvoas, Dep. Federal Rosa Neide, Dep. Janaina, Secretária Rosamaria, Ver. Edna Sampaio, Secretária Luciana Zamproni irão gravar. Dr. Jamilson Haddad fará presencialmente a sua palestra. Disse ainda que terá que ver outra pessoa no gabinete do Dep. Wilson para os encaminhamentos dentro da Casa e fora, já que Mayana encontra-se acometida da Covid. Falou ainda da reunião que teve com o Presidente, Dep. Eduardo Botelho, que a recebeu muito bem e autorizou o funcionamento o dia todo da Sala 202 com toda a estrutura necessária para fazer acontecer o seminário, inclusive transferindo a reunião da CCJ para outro dia para não nos atrapalhar. Ele encaminhou ainda, mediante nossa solicitação, para o setor competente, um estudo do como manter esse trabalho na casa de forma permanente pela importância dele para a Casa e a sociedade.

Antes de encerrar a reunião, a Presidenta entrou no último ponto da pauta: Movimento pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, liderado pela Dep. Federal Rosa Neide. Disse que teve a oportunidade de estar numa segunda reunião na AMM, a convite da deputada Rosa Neide, da qual participaram a doutora Josyrleth, doutora Glaucia (ela vem de certa forma também, junto com a deputada Rosa Neide, à frente desse movimento) e uma série de outras instituições, Patrulha Maria da Penha, OAB Cuiabá e de Várzea Grande, prefeitura de Cuiabá com todos os organismos, assistência social, conselho, secretaria da mulher, enfim. Um conjunto de instituições inclusive, que



são parceiras da Câmara Setorial Temática. E vem mais ou menos assim, ao encontro, embora não seja o objeto desta câmara, mas vem somar também, a série de pensamentos e ações que essa câmara já vem desenvolvendo. Eu achei muito importante esse momento lá, primeiro por saber que tem outras pessoas atuando em outros espaços, em outras instâncias, também preocupados com essa questão da violência, e de como enfrentar essa violência. E que está abarcando um leque de outras demais instituições e pessoas que comungam desse pensamento. Segundo que foi uma oportunidade também, da gente estar pautando a existência dessa Câmara Setorial Temática aqui na Assembleia Legislativa, e de compartilhar assim, de forma muito breve, o trabalho que essa câmara já vem desenvolvendo. Algumas pessoas sabiam, mas outras não sabiam nem da existência dessa câmara. Então, achei importante esse espaço. E importante também, e que para nós assim, traz uma motivação. Considerou muito importante a fala da doutora Flavia, da OAB, da seccional lá de Várzea Grande, ter feito aquela manifestação de agradecimento a Câmara Setorial Temática pelo trabalho desenvolvido em Várzea Grande, através daquela audiência que colocou na pauta, na agenda da cidade, a necessidade de se ter um IML em Várzea Grande. Houve um comprometimento da ex-prefeita Lucimar Campos em relação a isso. Isso foi trazido para o governo do estado e o governo do estado já sinalizou a disponibilização de recursos para construção do IML em Várzea Grande. Eu achei extremamente positivo isso. E a deputada Rosa Neide solicitou que nós estivéssemos, já que tem essa organização, essa representação aqui dentro da Casa, que nós estabelecêssemos contato com o presidente e marcássemos uma agenda para que ela, juntamente com uma pequena para um diálogo com o presidente desta Casa acerca dessa questão do enfrentamento e ver o que poderá ser feito de forma conjunta. Inclusive algumas propostas que surgiram lá são propostas que estamos encaminhando aqui, tipo a campanha que vamos fazer sobre essa questão da violência, a questão do assédio, desenvolver ação conjunta nos municípios, principalmente nas cidades polos, levar essa discussão da questão da mulher, dos direitos da mulher, da necessidade de políticas públicas para enfrentar essa violência, oportunidade também que eu já compartilhei, que nós já vínhamos travando, realizando algumas audiências públicas. E já com uma demanda imensa de outros municípios que querem que a câmara vá até lá travar essa discussão, realizar também audiências públicas. Então, eu vejo como um movimento importante, e que eu tive oportunidade de participar lá dessa segunda reunião, embora o documento que tenha sido elaborado fruto da primeira reunião, que é uma carta compromisso, ela não está subscrita pela câmara, até porque eu confesso, talvez até ignorância da minha parte, eu não tinha conhecimento desse movimento, que foi final de dezembro. Fizeram uma reunião dia 29 de dezembro. Embora ela está subscrita por companheiras que são dessa câmara numa representação de outra instituição. Então assim, eu estou abrindo porque doutora Josy participou, não sei se doutora Rosana já participou, pra gente poder trocar informações acerca desse momento. Eu vejo como um movimento extremamente positivo.

Dr^a Rosana Leite disse à Professora Jacy, que ela e a Josy participaram desde o dia 29, e talvez a Dr^a Clarissa também. Informou que; “No dia 29 de dezembro, nós fizemos uma reunião ampliada a convite da deputada Rosa Neide. Cada uma trouxe os problemas que achou importante tendo em vista as estatísticas de violência contra a mulher, e também a situação com a juíza do Rio, mostrando que essa violência realmente, ela ainda precisa ser combatida e enfrentada com muita força. Então, foi isso que fez com que a professora Rosa Neide fizesse essa reunião, que participamos virtualmente. No momento eu até apresentei uma proposta do protocolo de feminicídio, que nós trouxéssemos esse protocolo de feminicídio que alguns estados já têm, para que fosse aplicado aqui em Mato Grosso. Estamos precisando, somos hoje o segundo estado que mais assassina suas mulheres. Isso é muito triste, apesar de termos a nossa câmara, de termos um sistema de justiça forte no enfrentamento, mas precisamos mais. Então, foi isso que fez com que surgisse esse movimento”, concluiu.



Dr^a Jozyrleth disse que: “Como a doutora Rosana já explicou, realmente nós participamos também, acredito que a doutora Clarissa também estava já desde a primeira reunião, né, em dezembro”. Na época, fomos convidadas como representante não da câmara setorial da secretaria, mas como titular da delegacia da mulher. Inclusive participaram outros delegados, como a doutora Mariel lá de Várzea Grande, inclusive o diretor, nosso delegado geral, doutor Mário também participou da primeira reunião. E esteve lá agora na AMM, o doutor Jean participando também, representando a diretoria de polícia. E realmente é um movimento que agregou assim, acho que a maioria dos seguimentos que hoje trabalham nesse enfrentamento, né, professora? E o intuito realmente era poder somar forças. E inclusive como foi colocado nessa última reunião, que a senhora participou, diante daquelas tarefas, das atividades que foram ali colocados como uma das várias ações que já foram postuladas por esse movimento, seria que a rede funcionasse, né, nos municípios. Então, a professora Rosa Neide propôs que fossemos, assim, nos municípios, que a AMM ajudasse nessa implantação. E eu disse ali que esse também era o objetivo da Secretaria de Segurança, né, da Câmara Temática, inclusive nós temos aqui, eu, Dra. Rosana, Dra. Maria Erotides pelo CMulher, do tribunal, a Clarissa pela OAB, nós também somos Câmara Temática de Secretaria da Segurança. Então, como foi dito lá na reunião, várias pessoas estão em variados grupos como a Câmara Setorial Temática da Assembleia, a Câmara Setorial Temática da Secretaria, estava nesse movimento e foi colocada essa questão, então, pela promotora, pela doutora Elisamara. Por que não fazer um movimento que colocasse todos congregando no mesmo esforço, no mesmo objetivo, que era de implantar realmente, essas redes, o atendimento padronizado em todo o estado, nos municípios, naquelas regionais que ainda não possuem delegacia também. E foi nesse sentido que nós colocamos ali à disposição como Câmara Temática da SESP, porque nós percebemos que as ações que estavam sendo discutidas ali, eram também ações que são tratadas aqui, tanto na Câmara Setorial Temática da Assembleia como na da Secretaria.

Desa Maria Erotides informou que; “Que esse ano passado, eu não estava na coordenação da mulher do Tribunal de Justiça, porque foi a desembargadora Maria Aparecida que assumiu. Então, eu fiquei na direção da escola, da escola da magistratura. Inclusive essa semana estou lançado, na sexta-feira, um livro que nós publicamos pela escola, com artigo científico sobre o ativismo judicial em tempos de pandemia. Estamos entregando à diretoria da escola. Lançando mestrado, fizemos com escolha de apresentação de projetos. Então, estamos entregando isso também. Então, até sexta-feira dessa semana, eu ainda sou diretora da escola, mas a partir de segunda-feira, eu estou assumindo o Comitê de Equidade de Gênero do Poder Judiciário. Estou ajudando a desembargadora Maria Aparecida. Então, eu não fiquei sabendo desse encontro na AMM, mas a partir de agora, da semana que vem, eu estou junto de novo e eu retorno para junto de vocês de novo nos outros segmentos. Obrigad!” concluiu.

A Presidenta parabenizou dessa Maria Erotides e disse: “Parabéns mesmo! E a gente sabe que onde ela coloca a planta dos pés dela, a coisa prospera e vai que vai”.

Desa Maria Erotides disse: “Na verdade, essa causa está dentro de nós, né? A gente não sabe viver sem ela”.

Prof.^a Jacy falou que, embora algumas vezes a gente prometa para nós mesmas que vai dar um tempo, não quer mais saber, a gente não deixa, principalmente mediante desigualdades, injustiças, é complicado. Informou que em relação ao movimento liderado pela Prof^a Rosa Neide já conversou com o presidente e precisa só definir a data com a secretária que faz a agenda e assim o Dep Botelho receber a deputada, a professora Rosa Neide, com uma representação reduzida desse movimento pra tratar com ele aqui. Falou ainda das gravações das inserções a serem lançadas ainda pelo Dia Internacional da Mulher e a campanha contra o assédio que estamos fazendo, devendo



ALMT

Assembleia Legislativa

definir data para as gravações, ficando assim definido: um grupo vem sexta pela manhã e outro grava após a reunião da CSTM na segunda. Na sequência se propõe a fazer a leitura das atas das reuniões anteriores, o que é interrompida pela Desa Maria Erotides.

Desa. Maria Erotides informou que irá participar presencialmente da próxima reunião e Segunda eu vou estar com a senhora aí pra nossa reunião e diz que dispensa a leitura da atas, por aprovar tudo que a presidenta escreve, pois o faz com muita competência. Reafirma dizendo: “Eu dispense a leitura e aprovo o que a senhora escreveu, professora Jacy”. O que é acompanhado por todas as participantes, sendo assim, aprovadas as respectivas por unanimidade.

Desa Maria Erotides disse ainda: “Nós todas confiamos plenamente na senhora”.

Profª Jacy agradeceu a confiança depositada e disse que ficava registrada, então a aprovação das atas dos dias 08 e 15 de fevereiro, respectivamente. Agradeceu agradeceu mais uma vez a participação de todas as pessoas; e a equipe do planejamento, Evanira, Luiz, ao Luiz do TI e também da jornalista Deise que fez a cobertura. Agradeceu a equipe da TV Assembleia que oportunizou a todos os mato-grossenses e brasileiros que tiveram interesse e alguém do mundo, a acessar tudo isso via internet e acompanhar esses trabalhos. Finalizou dizendo: “Muito obrigada e que Deus nos abençoe!”.

Nada mais havendo a tratar, eu, Prof.ª Jacy Proença deu por dada por encerrada a reunião, cuja ata digitou e assinou às 10h00.

ATA Nº 24 – 16/03/2021

Aos dezoito dias do mês de março do ano de 2021, da Sala 202, Sala Deputada Sarita Baracat, às 08 horas, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com a presença da presidenta da Câmara Setorial Temática da Mulher, Professora Jacy Proença, de forma híbrida, com membros presentes da ALMT e outros de maneira virtual, foi dado início à reunião ordinária da Câmara Temática Setorial da ALMT, onde a presidenta deu início aos trabalhos, fazendo as saudações iniciais.

Encontravam-se presentes: Professora Jacy Proença, Desembargadora Maria Erotides Kneip, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, Dra. Clarissa Maluf, Dra. Glaucia Amaral, Dra. Jozirlethe Magalhães Criveletto, Dra. Lindinalva Rodrigues, Eliane Bakairi, Dr. Willian Moraes, Tânia Arantes e Mayana Vitória de Souza Alves.

Foi justificada a ausência da Dra. Amini Haddad, da Dra Lindinalva, e da Eliane Vitaliano.

Professora Jacy iniciou mencionando as variadas atividades desenvolvidas pelos membros da CSTM no mês de março, mesmo de forma virtual. Mencionou que convidou a Dra. Claudia Aquino e a coordenadora da Casa da Mulher da Câmara de Cuiabá Thamires.

Algumas membras informaram às atividades que participaram no mês de março, dedicado às mulheres, a pedido da professora Jacy.

A presidenta pediu para que a desembargadora falasse sobre a reunião que aconteceu com o CNJ e a CSTM.

A desembargadora Maria Erotides cumprimentou a todas e todos os presentes, afirmando que a professora Jacy colocou as conselheiras Tânia e Maria Cristina, que participaram da reunião, a par dos trabalhos desenvolvidos pela CSTM. As conselheiras se surpreenderam com a CSTM, incentivando que prosseguíssemos



ALMT

Assembleia Legislativa

com os trabalhos. Pediram que a desembargadora fizesse uma proposição ao Colégio de Coordenadorias Nacionais com a possibilidade de replicar os trabalhos da CSTM para os demais Estados da Federação. Afirmou a desembargadora que os Estados precisam ver a visão feminina nas leis, o que pode ser feito através de câmaras como essa. Afirmou que a reunião foi exitosa, parabenizando a professora Jacy em ter buscado o Conselho Nacional de Justiça com a finalidade de fortalecer esse trabalho, plantando a ideia em todo o país.

Foi dada a palavra para a Dra. Claudia Aquino, que cumprimentou a todas em nome da desembargadora Maria Erotides. Disse ser uma honra conhecer o trabalho da CSTM, parabenizando aos membros.

Dr. Willian manifestou afirmando que está desenvolvendo trabalho no Desenvolve MT, onde estará com a BPW no Projeto Mulheres Empreendedoras. Agradeceu a oportunidade de ter feito parte do trabalho da CSTM como membro, e que já conhecia os artigos da Dra. Rosana que o fizeram refletir muito, bem como o trabalho da Dra. Amini. Disse que percebeu um grande crescimento pessoal ao laborar na CSTM não só como homem, mas, também, como pai de família.

A desembargadora Maria Erotides externou elogios ao projeto Mulheres Empreendedoras apresentada pelo Dr. Willian, dizendo estar feliz com o relato dele.

A professora Jacy agradeceu ao Dr. Willian e disse que quando algumas pessoas viram o seu compando a Câmara, causou certa estranheza, mas no caminhar junto à CSTM revelou um comprometimento com as causas e foi crescendo em compreensão sobre ela. Disse crer, que do mesmo modo que percebemos os reflexos desse trabalho no Dr. Willian, que ele possa ter influenciado positivamente que atuam diretamente conosco, como nos demais que acompanharam as audiências públicas, que nos ouviram a respeito dos direitos humanos das mulheres, a exemplo do jovem vereador de Barra do Garças que deu um verdadeiro testemunho ao final da audiência pública dizendo que: “Sempre dizia que essas discussões eram apenas para as mulheres. Participando aqui percebo que muitos comportamentos, atitudes que tomo são machistas e não o quero mais ser. Vou estar mais atento em relação a isso”, concluiu.

Dra. Clarissa mencionou o trabalho desenvolvido pela OAB/MT, na Comissão da Mulher, por ela presidida.

A pedido da presidenta, a Dra. Rosana passou a mencionar o relatório, explicando como foi construído, externando agradecimentos ao deputado Wilson Santos pela oportunidade de ser relatora, sendo uma honra. Disse que o relatório está ficando fácil de manusear, e que deseja vê-lo circular por todo o país, como um trabalho pioneiro.

Professora Jacy afirmou que o seminário virtual para o dia 29 de março está com os trabalhos bastante adiantados. Disse que em fevereiro e março do corrente ano se reuniu com representantes das câmaras municipais de Cuiabá e Várzea Grande para buscar parceria para o seminário e campanhas contra o assédio e divulgação do direito garantido em relação a “parada segura”.

A desembargadora Maria Erotides trouxe a notícia que a professora Jacy Proença havia sido agraciada com a Comenda Sarita Baracat pela Câmara Municipal de Várzea Grande, o que foi motivo de muita felicidade para ela, por ser moradora e admiradora daquele município.

A professora Jacy fez um histórico de sua história com o município de Várzea Grande, estando muito feliz com a comenda, mesmo porque o seu respeito e admiração por Sarita Baracat é muito grande.

Dra. Rosana parabenizou a professora Jacy pela comenda recebida, afirmando ser ela extremamente merecedora. Sugeriu à Dra. Claudia Aquino, já que ela se encontrava presente, a mudança do nome IAMAT – Associação dos Advogados de Mato Grosso -, para Associação das Advogadas e Advogados de Mato Grosso,



ALMT

Assembleia Legislativa

com a finalidade de atender à linguagem de gênero. Disse a Dra. Claudia que o nome será Associação da Advocacia de Mato Grosso, e que já estão trabalhando nessa mudança.

A professora Jacy sugeriu uma reunião entre a diretoria da CSTM como o atual presidente da ALMT, com a finalidade de tratar sobre os direitos humanos das mulheres em Mato Grosso. As três membras da diretoria concordaram com a respectiva reunião.

Sem mais, eu, Rosana Leite Antunes de Barros o digitei com a revisão e acréscimos da Prof^ª Jacy Proença.

ANEXO II- ATAS DA DIRETORIA.

ATA Nº 01 DIRETORIA

Aos onze dias do mês de junho do ano de 2019, às 09 horas, no gabinete do deputado Wilson Santos, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com a presença da presidente da Câmara Setorial Temática da Mulher, Desembargadora Maria Erotides Kneip, da secretária Professora Jacy Proença, da relatora Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, da assessora Mayana Vitória de Souza Alves e da servidora Heliane de Castro Zanol, foi dado início à primeira reunião da diretoria da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT, onde a presidente deu início aos trabalhos, fazendo as saudações iniciais.

A Des Maria Erotides falou sobre a importância da CSTM ter um planejamento estratégico e que a proposta de regimento a ser apresentada pela Prof^ª Jacy Proença poderá ser definida com a sua conclusão. Manifestou ainda sobre a câmara de gestão da ALMT que ajudar no planejamento estratégico.

Heliane afirmou que o núcleo (NCT - Núcleo de Comissões Temporárias) das comissões temporárias é subordinado à mesa diretora e está em processo de mudança. Antes funcionava fazendo parte das discussões, com pesquisas. Chegaram à conclusão de que o núcleo deveria dar suporte para o acontecimento das reuniões, audiências públicas, etc.

Heliane estará pronta para atender aos reclamos da câmara, com convites, cópia de atas etc.

Professora Jacy Proença apresentou uma proposta do Regimento Interno da CSTM e mencionou sobre as atribuições de cada componente e que o calendário de audiências públicas a serem realizadas nas cidades polo do estado deverá contemplar, inclusive, a participação do Dep. Wilson Santos e Dep. Janaína, de acordo com suas agendas.

Heliane informou da necessidade de programação com antecedência, principalmente no que diz respeito às audiências públicas.

A desembargadora Maria Erotides se preocupa com a falta de presença na CSTM de representante da presidência da ALMT ou da Sala da Mulher. A desembargadora afirma que sempre que chama alguém da presidência do TJMT no Poder Judiciário, as comissões fluem melhor.

Prof^ª Jacy diz que a Sala da Mulher, embora esteja com ações mais no voltadas para o social e cultural, entrou em parceria com o gabinete do Dep. Wilson em duas ações: Sessão Especial do Dia Internacional da Mulher em Cuiabá e Vila Bela e que a coordenadora Dani de Paula é uma pessoa de visão e mente abertas, tanto que possui um trabalho acadêmico sobre questão étnico_ racial.



A desembargadora acha importante a Sala da Mulher pelo menos, tomar conhecimento da CSTM.

A Dra. Rosana afirma que acha importante também, mesmo a Sala da Mulher tendo outro viés na atualidade, mas por sempre ter contribuído na temática dos direitos das mulheres.

A desembargadora Maria Erotides e a Dra. Rosana ressaltaram a importância da Janete Riva nos movimentos sociais em prol das mulheres.

Profa. Jacy concorda e lembra, inclusive que quando dona Janete esteve à frente da Sala da Mulher, esta foi parceira das ações da Vice-prefeitura, participando ativamente da Agenda Única da Mulher, no mês de março, e Agenda Única Zumbi dos Palmares, no mês de novembro. Disse ainda que acha importante a participação da UCMMT, principalmente no levantamento das leis junto as Câmaras Municipais e que, a gestão atual, cujo Presidente é o Ver Edcley, de Vila Bela, propõe um trabalho voltado à mulher. Fala também da importância de envolver a AMM_ - Associação mato-grossense dos Municípios.

A Dra. Rosana afirmou quanto ao núcleo existente na Câmara Municipal de Cuiabá de defesa da mulher. Afirmou estar fazendo parte de ações deste núcleo com palestras em vários bairros da capital.

A desembargadora questionou Heliane quanto à estrutura do núcleo. Ela afirmou que estão reestruturando, e no momento estão em três pessoas. Tem um arquivo de relatório que são encaminhados ao Instituto Memória. Este ano esta é a primeira câmara instalada, segundo Heliane. São quatro câmaras temáticas na atualidade. Alguma câmara, durante todo esse tempo, se aproximou no assunto mulher? Foi um questionamento da desembargadora Maria Erotides à Heliane.

Segundo Heliane não teve nenhuma. Ela fará um levantamento sobre o tema, já adiantando que essa é a primeira.

Dra. Rosana afirmou que não se lembra de ouvir falar de alguma câmara temática que tratasse de direitos das mulheres na ALMT.

A desembargadora Maria Erotides afirmou que já conversou com algumas pessoas que participaram de câmaras, para se informar dos trabalhos já realizados.

Heliane afirma que estará responsável por duas câmaras, sendo uma delas a CSTM.

A Dra. Rosana apresenta a pasta que conterá todas as atas e ações da CSTM para ser consultada em cada reunião pelos componentes.

A professora Jacy informou que em diálogo com o Dep. Wilson Santos, parlamentar requerente da CSTM, o Deputado propôs a realização de um Simpósio para apresentação do Relatório Final da CSTM.

A desembargadora afirma que terminaremos em novembro, e verá qual o melhor dia.

Com anuência dos demais membros da Diretoria, a professora Jacy ficou incumbida de conversar com a Dani de Paula, da Sala da Mulher, e com o vereador presidente da UCEMMAT sobre a CSTM e com o Presidente da AMM-Associação Mato-grossense dos Municípios.

Heliane perguntou se há uma pauta para a próxima reunião ordinária.



A desembargadora afirmou que trataremos do planejamento estratégico, aprovação da Moção de Repúdio frente à veiculação do que se denominou "Lei Neymar da Penha" e anteriormente, receber a visita do Dep. Leonardo.

Antes de encerrar, a Heliane sugeriu que a desembargadora una os dois setores de planejamento, tanto do TJMT quanto da ALMT, para um melhor planejamento estratégico.

A desembargadora Maria Erotides encerrou a reunião desejando bom dia a todas, afirmando que os trabalhos já começam a se dividir entre os componentes da Câmara.

Sem mais, eu Rosana Leite Antunes de Barros (Relatora) a digitei, com a revisão e devidas alterações finais da Professora Jacy Proença (Secretária), às 10h35 horas.

ATA Nº 02 DIRETORIA

Aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às 09h, no Gabinete do Dep. Wilson Santos na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, reuniu-se inicialmente a Diretoria da CSTM com a presença da Des. Maria Erotides, Presidenta; da Profª Jacy Proença, Secretária e da Drª Rosana Leite, Relatora.

A Des. Maria Erotides fez as saudações iniciais e passou para a Profª Jacy apresentar a pauta.

Profª Jacy informa que a pauta a ser tratada é a seguinte: - participação da CSTM no I Encontro Estadual de Mulheres Quilombolas de Mato Grosso e no I Seminário Empoderando Terezas, nos dias 24 e 25 do corrente mês, portanto, nesta semana; - cronograma de audiências públicas a serem realizadas pela CSTM e as condições para tal; - Nota de Repúdio pela CSTM em favor da Drª Rosana Leite.

Em relação ao primeiro ponto, Profª Jacy informa que pelo fato de não ser servidora da Assembleia Legislativa, a Casa ficou impossibilitada de conceder diárias.

Diante do fato, a Des Maria Erotides propõe tratar com o Dep. Wilson Santos para buscar alternativa para a questão. Só que antes, fala, em relação ao terceiro ponto da pauta, que é o da CSTM elaborar Moção de Repúdio ao Juiz e em favor da Drª Rosana Leite e que a Profª Jacy assinará em nome da Câmara.

A Des. Maria Erotides, antes de se deslocar para a sala do deputado Wilson, trata ainda da disseminação da violência pela forma como ela vem sendo veiculado pela mídia.

Drª Rosana também se manifesta em relação a essa questão, pois, tão logo se realizou audiência pública pela CMulher do TJ, outro crime bárbaro já foi registrado lá. Vê que a abordagem não está correta por parte da imprensa em se tratando de violência contra a mulher. O efeito tem sido contrário, ao invés de coibir tem incentivado à medida que se dá espaço para o agressor se tornar o "herói" do ocorrido.

Des. Maria Erotides diz que às vezes a mídia usa a expressão relação sexual, o que de fato não é, pois se tratar sim de abuso sexual.

Profª Jacy propõe, a exemplo do que já fora feito pelo Movimento Negro que seja feita uma parceria com o sindicato dos Jornalistas e se realize cursos, encontros, seminários, rodas de conversa com os profissionais da comunicação para tratar a respeito do assunto com participação, inclusive das



jornalistas Eunice Ramos, Marisa Batalha, Malu Souza e outras que tem um comprometimento com a causa.

Des. Maria Erotides propõe também um workshopping para orientar passo a passo o como abordar nas matérias esses casos de violência contra a mulher.

Encerrado esse ponto, nesse momento, a questão da participação em Vila Bela passa a ser tratada com o Chefe de gabinete e com o próprio Dep. Wilson.

Des. Maria Erotides coloca a importância da CSTM estar em Vila Bela e se fazer representar através da Profª Jacy Proença, que é militante, fala muito bem e entender melhor da questão do que qualquer outra da Câmara; mas também por Vila Bela apresentar dois aspectos: ser o município com maior índice de gravidez precoce do país e, o outro, por possuir um grupo de mulheres que não são reconhecidas nem como bolivianas e nem como brasileiras, as chiquitanas ou chiquitas. Diz ainda que gostaria muito de ir, mas encontra-se impossibilitada em face de outros compromissos durante a semana.

Dep. Wilson Santos reitera a importância da CSTM se fazer representar em Vila Bela e disponibiliza o carro, combustível e o motorista.

Des. Maria Erotides diz que à custa de hospedagem e alimentação ficará sob a sua responsabilidade.

Quanto ao segundo ponto da pauta: cronograma das audiências públicas, a reunião é transferida para a Sala da Presidência da Assembleia Legislativa, tendo a participação da Diretoria da CSTM e do Dep. Eduardo Botelho, Dep. Wilson Santos, Dep. Max Russi, Dep. Nininho, Dep. Avalone e Dep. Janaina Riva.

Des. Maria Erotides abordar acerca dos altos índices de violência contra a mulher e os aspectos nocivos desta para o aumento de suicídios de crianças e adolescentes.

Dep. Nininho fala que se assusta com a violência, principalmente em Sorriso e acha que há relação da questão da violência com as drogas.

Drª Rosana esclarece que não, pois não é o uso das drogas que leva a pessoa a ser violenta. Ela apenas potencializa, conforme estudos já comprovados.

A Des. Maria Erotides informa que o Planejamento Estratégico está praticamente concluído e conta com a consultoria do Núcleo de Planejamento da Casa, em especial da Ariadne, excelente profissional, como também do Sérgio. E que o Planejamento da CSTM está em consonância com o Planejamento da Assembleia Legislativa.

Profª Jacy fala que em relação às audiências públicas, estas seguirão como referência as realizadas para tratar do ensino ciclado ou seriado, sendo, portanto, proposto sete audiências em cidades polos.

Des. Maria Erotides consulta ao Dep. Botelho se ele, o Dep. Wilson Santos, a dep. Janaina e os demais presentes estão de pleno acordo, pois caso contrário, se restringirá tão somente a analisar e propor leis e políticas públicas para a Casa.

Profª Jacy esclarece que, embora a CSTM tenha sido concebida inicialmente para levantar e/ou propor legislação e políticas públicas que efetivem direitos humanos às mulheres do estado, hoje, nós próprias e a sociedade “exige” mais e a Câmara está indo além.



ALMT

Assembleia Legislativa

Dep. Botelho reitera a importância da CSTM, principalmente frente a essa questão da violência e fala da necessidade das audiências públicas, já que possibilitará as pessoas de tratarem e ouvirem acerca do assunto e assim, passarem a ter consciência da problemática.

Dep. Janaina fala que o quê a Des. Maria Erotides definir, ela concorda e participa, cancelando, inclusive outras agendas, se assim for necessário para estar presente nas audiências.

Dep. Wilson propõe que as audiências sejam realizadas em dois meses, para não ficar muito sobrecarregada a agenda e possibilitar a participação dos deputados e que se empenhará para atender o cronograma a ser definido.

Dep. Max Russi propõe que, se possível, as audiências públicas sejam casadas com as Sessões Itinerantes da Casa, o que Dep. Botelho reitera, pois otimizaria toda a lojista, pessoal da Assembleia-Cerimonial, TV Assembleia, etc. e possibilitaria a participação de um número maior de parlamentares. Fala ainda da possibilidade de todas as audiências serem transmitidas ao vivo, caso se efetive a aquisição de link para tal.

Após a discussão ficou estabelecido audiências públicas nas seguintes cidades polo: dia 23 de agosto em Rondonópolis; dia 06 de setembro em Cáceres; 13 de setembro em Alta Floresta; dia 20 de setembro em Barra do Garças; dia 04 de outubro em Tangará da Serra; dia 11 de outubro em Sinop e 18 de outubro em Várzea Grande e um Simpósio em Cuiabá para apresentação do Relatório Final para o dia 06 ou 10 de dezembro, a definir posteriori.

Des. Maria Erotides designa Prof^a Jacy para elaborar expediente oficiando o calendário ora definido à Presidência da Casa e que este estará sujeito a alterações, se necessário for.

Nada mais havendo a tratar, Des. Maria Erotides deu por encerrada à reunião e eu, Jacy Proença, digitei e assinei a presente ata às 11h30.

ATA Nº 03 DIRETORIA.

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de 2020, às 09 horas, no gabinete do deputado Wilson Santos, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com a presença da presidenta da Câmara Setorial Temática da Mulher, Prof^a Jacy Proença, da Secretária, Desembargadora Maria Erotides Kneip, da relatora, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, foi dado início à terceira reunião da diretoria da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT, onde a presidente deu início aos trabalhos, fazendo as saudações iniciais.

A Professora Jacy Proença apresentou uma proposta de tema central para o simpósio, ficando definido I Simpósio “Legislação e Políticas Públicas: Combatendo à Violência e Promovendo os Direitos Humanos das Mulheres”, a ser realizado em dois dias, 05 e 06 de março, antecedendo o Dia Internacional da Mulher.

Desa. Maria Erotides propôs que a abertura fosse feita pela Ministra Carmem Lúcia e a Prof.^a Jacy propôs que o encerramento fosse com a Dep. Federal Benedita da Silva, o que foi consensuado.

Dr^a Rosana propôs que tivesse um painel para falar sobre propostas concretas de como prevenir e combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, o que foi aprovado.



ALMT

Assembleia Legislativa

Quanto a arte do evento ficou estabelecido utilizar a logomarca da própria Câmara Temática, a exemplo das audiências públicas, onde o Edilson fez a arte, devendo ele fazer também todo o material do simpósio.

Foi colocada a proposta do Dep. Wilson Santos, da CSTM lançar a cartilha “Namoro Legal”, através de Termo de Cooperação da ALMT com o Ministério Público de São Paulo, devendo a CSTM enviar ofício ao Presidente dep. Eduardo Botelho, havendo manifestação de concordância por parte da Des. Maria Erotides e Dr^a Rosana Leite.

Ficou assim definida a programação para o simpósio: 05 de março, às 08h- Hino Nacional pela Banda da Polícia Militar, seguida de apresentação cultural pelo Grupo Flor Ribeirinha e Poema por Luciene Carvalho. Às 09h abertura oficial com composição do dispositivo e falas das autoridades. Às 10h30 palestra da Ministra Carmem Lúcia. Às 13h30 e na sequência apresentação cultural com a cantora Estela Ceregatti. Às 14h início do painel: Equidade e Direitos Humanos- Mulheres negras, Indígenas, Quilombolas, migrantes. Às 15h45 intervalo e às 16h outro painel: Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher-Prevenção e Combate. Para encerrar as atividades do primeiro dia, às 17h30 Lançamento da Cartilha “Namoro Legal” pelo Dep. Wilson Santos. O segundo dia, 06/03, às 08h Apresentação do Grupo Flauta Mágica, às 09h apresentação do Relatório Parcial da CSTM, seguido de debate e parada para o almoço. Às 13h30 apresentação cultural com a sambista Deize Águena e às 14h30 palestra com a Dep. Benedita da Silva falando sobre Mulher e Poder. Às 16h apresentação do Grupo Flor do Campo e às 17h todas as pessoas se dirigirem para a inauguração da Delegacia 24 horas.

Antes de encerrar a reunião se definiu a entrega do Relatório Final da CSTM para o dia 30/05, data que a CSTM completará um ano de atuação.

Nada mais havendo a tratar, eu, Prof^a Jacy Proença (Presidenta) digitei a presente ata e a assinei às 10h50.

ATA Nº 04 DIRETORIA

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de 2020, às 14 horas, no Nudem-Defensoria Pública, com a presença da presidenta da Câmara Setorial Temática da Mulher, Prof^a Jacy Proença, da Secretária, Desembargadora Maria Erotides Kneip, da relatora, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, foi dado início a quarta reunião da diretoria da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT, onde a presidente deu início aos trabalhos, fazendo as saudações iniciais.

A Professora Jacy Proença disse a reunião para fechamento da programação do simpósio, não so as questões a serem apresentadas e debatidas, mas já com a definição de todas e todos palestrantes para que fosse apresentada em definitivo na reunião do Pleno desta o pouco tempo para a CSTM fazer a divulgação, inscrições, sendo proposto e aprovado a transferência do evento para os dias 25 e 26 de março. Foi sendo discutido ponto a ponto a programação, ficando assim definida:

SIMPÓSIO- “LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: COMBATENDO A VIOLÊNCIA E PROMOVEDO OS DIREITOS HUMANOS. PELA EQUIDADE ENTRE MULHURES E HOMENS”.

PROGRAMAÇÃO

***Dia 25/03/2020- Abertura**

08h00- Recepção dos participantes

08h30- Formação do Dispositivo de Honra

08h45- Apresentação Cultural



ALMT

Assembleia Legislativa

.Hino Nacional e música pelo Coral da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso- Regência do Maestro Carlos Taubaté.

.Poema com Luciene Carvalho- Ocupante da cadeira 31 da Academia Mato-grossense de Letras.

09h00- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica do Projeto “Mulheres no Espaço Público”.

Apresentação: CSTM/ALMT Dr^a Lindinalva Rodrigues

09h30- Fala das Autoridades

10h00- Palestra Magna com a Juíza Dr^a Amini Haddad- “O Feminino na Perspectiva de Gênero”.

11h15- Câmara Setorial Temática da Mulher: criação, Objetivos e Ações.

Apresentação: Diretoria CSTM/ALMT Desa. Maria Erotides Kneip, Prof^a Jacy Proença, Dr^a Rosana Leite.

13h30- Apresentação Cultural

Declamação com a Poetisa Aurelina Haydê Carmo

14h00- PaineI- Mulher e Mídia

Coordenadoras: CSTM Jornalista Eunice Ramos, Dr^a Eliane Kunakalo Bakairi, Prof^a Jacy Proença

-Palestrantes:

. Mulher e Mídia- Jorn. Marisa Sanematsu- Instituto Patrícia Galvão/SP.

.A Mídia e a Mulher Negra- Jorn. Isabela Ferreira- Coletivo de Audiovisual/MT

. Como a Imprensa Noticia Femicídio- Jorn. Nealla Machado- Doutoranda UFMT

15h15- PaineI- Práticas Efetivas no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Coordenadoras CSTM: Dr^a Josirlethe Magalhães Criveletto, Dr^a Rosana Leite, Telma Reis.

Palestrantes:

.Patrulha Maria da Penha- Ten. Cel. PM Emirella Perpétua Souza Martins.

.Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher- Defensora Pública, Dr^a Lindalva de Fátima Ramos.

.Projeto “Maria da Penha Vai à Escola”- Prof.^a Ângela Maria de Almeida Demarco e Prof.^a Maria José de Oliveira Arruda, da EE “Alcebiades Calhao”.

.Projeto “Mamãe Você é Massa!” – Sec. de Est. de Educação, Prof^a Marioneide Angélica Kliemaschewsk

***Dia 26/03/2020**

08h00- Apresentação Cultural

Cantora Bia Boréu

Cantora Hend Santana

08h30- PaineI- Políticas Públicas na Interseccionalidade com os Direitos Humanos.

Coordenadoras CSTM: Desa Maria Erotides, Tânia Arantes, Dr^a Clarissa Lopes, Eliane Vitaliano.

Palestrantes:

-Sr^a Eliane Kunakalo Bakairi- membra do Inst. Kukamaniru de Apoio às Mulheres Bakairi e Assessora da FEPOIMT

-Sr^a Vanda Copacabana- Pres. Associação dos Chiquitanos.

-Dr^a Naryanne Ramos- Vice-Pres. da Comissão da Defesa da Igualdade Racial- CDIR/OAB/MT

-Dr^a Silviane Lopes- Conselheira da Comissão de Defesa da Igualdade Racial- CDIR/OAB/MT

-Sr^a Nilma Silva- Presidente da ASP/MT- Mulheres Ribeirinhas e seus aspectos.

-Prof^a Jacy Proença- Presidente CSTM e Membro-Conselheira CDIR/OAB.



10h30- Painel IV- Mulheres em Situação de Rua e Migrantes

Coordenadores CSTM: Dr^a Gláucia Amaral, Dr^a Eliane Lima Rodrigues, Dr^a Mayana Alves.

Palestrantes CSTM:

-Dr^a Rosana Esteves Monteiro, Defensora Pública.

-Eliane Vitaliano- Pastoral do Migrante em Cuiabá.

13h30- Apresentação Cultural

Cantora e Coord. de Cultura da BPW/Cuiabá- Deize Águena

14h00- Painel V- Os Delitos Sexuais Contra as Mulheres e Aspectos Práticos do Atendimento das Vítimas de Crime Contra a Liberdade Sexual.

Coordenadores CSTM: Dr^a Gláucia Amaral, Dr^a Clarissa Lopes, Dr. Willian César de Moraes.

Palestrantes: - Integrantes da CSTM

-Estupro- Desa Maria Erotides Kneip

-Assédio- Dr^a Amini Haddad Campos

-Importunação Sexual- Dr^a Rosana Leite

-Os crimes sexuais contra criança e adolescente- Dr^a Lindinalva Rodrigues

-Atendimento às Vítimas de Crimes Sexuais- Dr^a Jozirlethe Criveletto.

16h00- Violência de Gênero- Palestra com a Dr^a Ivana Battaglin – Promotora de Justiça da Violência Doméstica-MP/RS e Membro do COPEVID/GNDH.

Coordenação: Integrantes da Câmara Setorial Temática da Mulher/ALMT, Dep. Wilson Santos e Dep. Janaína.

17h30- Encerramento



Obs.: **Artesanato na Praça** Durante os dois dias de evento ocorrerão exposição do Projeto “Feira Popular Artesanato na Praça”, no Hall do Teatro Zulmira Canavarros.

Nada mais havendo a tratar, eu, Prof^a Jacy Proença (Presidenta) digitei a presente ata e a assinei às 17h40.

ATA Nº 05 DIRETORIA

Aos dois dias do mês de março do ano de 2020, às 11h30 horas, no Gabinete do Dep. Eduardo Botelho, Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, com a presença da Presidenta da Câmara Setorial Temática da Mulher, Prof^a Jacy Proença, da relatora, Dra. Rosana Leite Antunes de Barros, foi dado início a quinta reunião da diretoria da Câmara Setorial Temática da Mulher da ALMT.

Prof^a Jacy iniciou saudando à companheira Dr^a Rosana Leite, Relatora da CSTM, justificou a ausência da Desa Maria Erotides e saudou ao Presidente, Dep Edurado Botelho, ao Dep. Wilson Santos, requerente da CSTM, à Dep. Janaína, ao Dep. Carlos Avalone, ao Dep. Max Russi, ao Dep. Nininho e à Secretária Rosemeire da



ALMT

Assembleia Legislativa

Comunicação da ALMT. Agradeceu todo o apoio do Dep. Wilson Santos, do Presidente, da Dep. Janaina, da Sec Rose à CSTM, como também da Dani Paula, grande parceira.

Dep Wilson fala do esforço empreendido pela Desa Maria Erotides, primeira Presidenta e agora da atual Presidenta, Prof^a Jacy Proença, desenvolvendo ações para além dos muros da Assembleia Legislativa, levantando a realidade de cada região e alternativas de **superação das adversidades**.

Prof.^a Jacy fala do pioneirismo da ALMT com a instalação da CSTM e que o que fora planejado está sendo executado, faltando agora à realização do I Simpósio “Legislação e Políticas Públicas: Combatendo a Violência e Promovendo os Direitos Humanos das Mulheres pela Equidade”, em 25 e 26 de março, para o qual solicita apoio em relação a: confecção de cartazes, outdoors, folders, camisetas, pastas, lonas horizontais e verticais para serem colocadas no Teatro Zulmira Canavarros, que, inclusive deve ser decorado, bem como passagem e hospedagem para duas palestrantes.

Dr.^a Rosana ressalta a importância do trabalho que está sendo realizado pela CSTM e que o Relatório será apresentado parcialmente nesse simpósio e que, conforme deliberação da Diretoria, o Relatório Final será entregue em maio, num ato específico.

Pres. Eduardo Botelho, bem como os demais integrantes da Mesa Diretora manifestaram apoio à CSTM na realização, sendo autorizada a confecção de todo o material, que for possível. Designa a Secretária de Comunicação, Sec. Rose, para dar os encaminhamentos necessários, sendo que, logo após, foram feitos registro fotográficos do momento.

Nada mais havendo a tratar, eu, Prof^a Jacy Proença, dei por encerrada a reunião, cuja ata digitei e assinei às 12h15.

ATA 0? DIRETORIA

Aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de 2021, no Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública, realizou-se a reunião da Diretoria da Câmara Setorial Temática da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Encontravam-se presentes: a Presidente da CSTM, Professora Jacy Proença, a Secretária Geral, Desembargadora Maria Erotides Kneip e a Relatora, a Defensora Pública Rosana Leite Antunes de Barros. Prof^a Jacy Proença apresentou os pontos a serem tratados: Relatório final, Of. ao CNJ e Plano de Ação 2021.

Dr.^a Rosana Leite apresentou o esboço do Relatório Final da referida Câmara. Decidiu-se, então, que o Relatório seria encaminhado para as seguintes membras da Câmara: Dr.^a Amini Haddad, Dr.^a Gláucia Amaral, Dr.^a Clarissa Lopes, Dr.^a Lindinalva e Dr.^a Jozyrleth Criveletto para as devidas contribuições. Ficou estabelecido ainda que a que cada lei analisada deveria ter um breve comentário. Antes de entrar em outro ponto, Prof^a Jacy falou da necessidade de incluir as propostas originadas nos encontros das mulheres negras e do encontro das mulheres indígenas. Dr.^a Rosana pede à Prof^a Jacy para colocar na introdução do relatório as principais ações do período



em que esteve como Vice-prefeita, como reativação do CMDM, Diretoria de Políticas Especiais, a criação do CMPIR e principais projetos. Propõe um texto mais elaborado do Dep Wilson Santos.

Profª Jacy apresentou algumas propostas de ação para o plano de 2021, devendo apresenta-lo mais completo na reunião do Pleno da Câmara. Também, foi tratado sobre a situação pandêmica que estamos atravessando, com as adversidades que nos impossibilitou de realizar reuniões presenciais. Tratamos, outrossim, do Seminário Virtual da CSTM que realizar-se-á em março, e outro evento para agosto do corrente ano, em comemoração ao aniversário da Lei Maria da Penha.

A Professora Jacy Proença pontuou ter expedido ofício ao Conselho Nacional de Justiça- CNJ, solicitando visita à instituição por parte da Diretoria, acompanhada do Dep. Requerente, Dep. Wilson Santos; do Presidente da ALMT, Dep. Eduardo Botelho com a finalidade de promover um intercâmbio e apresentar os trabalhos da Câmara e, de outro turno, convidar algumas conselheiras a participarem dos respectivos eventos.

Sem mais, eu, Profª. Jacy Proença, Presidenta da CSTM, a digitei com as contribuições da Rosana Leite Antunes de Barros, Relatora da Câmara Setorial Temática da Mulher e a assinei às 17h30.

ATA 0? DIRETORIA.

Aos três de março de 2021, através de reunião síncrona por videoconferência, aconteceu o encontro entre a Câmara Setorial Temática da Mulher da Assembleia Legislativa de Mato Grosso e o Conselho Nacional de Justiça- CNJ. Encontravam-se presentes: a Conselheira do CNJ Tânia Regina Silva Recksiegel, a Conselheira do CNJ Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva, a Desembargadora Maria Erotides Kneip, a Professora Jacy Proença, a Juíza de Direito Amini Haddad Campos e a Defensora Pública Rosana Leite Antunes de Barros.

No início da reunião, todas se apresentaram, e a Presidente da CSTM, Professora Jacy Proença, mencionou o que a motivou a solicitar visita ao Presidente do CNJ, Ministro Luiz Fux, relatando matéria em programa de televisão que tratou do caso da juíza assassinada no Rio de Janeiro pelo e. marido, levando o CNJ convocar extraordinariamente Grupo de Trabalho que trata da questão do enfrentamento à violência contra a mulher e julgou importante promover o intercâmbio da CSTM com o CNJ, inclusive para compartilhar as experiências exitosas. Relatou o processo pioneiro de instalação da CSTM pelo Dep. Wilson Santos, bem como os propósitos dela e os trabalhos realizados até então.. Logo após, agradeceu ao Presidente, Luiz Fux, e as conselheiras, Drª Tânia e Drª Maria Cristina, pelo pronto atendimento à solicitação, em que pese ser no formato remoto em função da pandemia. Falou da importância do encontro, tendo em vista a possibilidade de estarmos conectadas com o CNJ para o desenvolvimento de trabalhos importantes em prol das mulheres. A Professora Jacy convidou as Conselheiras a participarem dos eventos que serão realizados pela Câmara Setorial Temática da Mulher; um seminário em 29 de março com o tema “Mulheres no Espaço Público”, e um simpósio “Legislação e Políticas Públicas que combatam a violência e promovam os direitos humanos das mulheres” no mês de agosto em alusão aso 15 anos da lei Maria da Penha. Em seguida abriu a palavra para as membras da CSTM.

A Defensora Pública Rosana pontuou da importância do Conselho Nacional de Justiça disseminar, junto aos Tribunais de Justiça de todo o país, o desenvolvimento dos trabalhos realizados na CSTM da AL/MT, já que essa é pioneira no Brasil, para que possamos trabalhar leis que cuidem dos Direitos Humanos das Mulheres Brasil a fora.

A Desembargadora Maria Erotides Kneip concordou com a Defensora Rosana, dizendo que o elo e a singularidade dos trabalhos desenvolvidos pelo CNJ em muito contribuem no enfrentamento à violência contra as mulheres. Afirmou, ainda, que essa ponte garantirá bons frutos para que as vulnerabilidades possam ser enfrentadas.



A Conselheira Maria Cristiana afirmou que gostou muito da ideia de disseminar os trabalhos da Câmara. Disse ser necessário o encaminhamento para as Coordenadorias da Mulher de cada Tribunal de Justiça, com o objetivo de replicar o trabalho de Mato Grosso. A Conselheira Tânia, por sua vez, mencionou que, para se cumprir com a formalidade, é necessário o encaminhamento de um ofício para que o CNJ possa provocar os demais Tribunais sobre o assunto.

A Professora Jacy reiterou o convite para que uma das Conselheiras pudesse estar conosco nos referidos Seminários de março e agosto do corrente ano. A Conselheira Maria Cristiana confirmou sua presença, afirmando ser uma honra participar. Disse que quando estiver mais próximo ao mês de agosto de 2021, uma das Conselheiras se comprometerá a participar do Seminário da CSTM que se realizará no referido mês.

Sem mais, eu, Prof^a. Jacy Proença, Presidenta da CSTM, a digitei com as contribuições da Rosana Leite Antunes de Barros, Relatora da Câmara Setorial Temática da Mulher e a assinei às 16h10.

NOTA DE APOIO À VEREADORA LUCIANA ZAMPRONI

A Câmara Setorial Temática da Mulher da Assembleia Legislativa de Mato Grosso – CSTM -, atuando na defesa das mulheres do Estado de Mato Grosso, e, reconhecendo a extrema desigualdade social que impera entre homens e mulheres, imposta por um sistema que tem como um dos pilares de sustentação o machismo e:

Considerando a necessidade para o aprimoramento da democracia de se ter a efetiva participação da mulher nos diversos lugares e espaços de poder, principalmente na política;

Considerando que a maioria da população no país, e em nossa capital ser de mulheres;

Considerando que o ambiente da política ainda é visto como masculinizado e pouco ocupado por mulheres;

Considerando que a Câmara Municipal de Cuiabá desde o último pleito estava carente da representação feminina;

Considerando a falta de priorização e de apoio dos partidos às candidaturas femininas;

Considerando a necessidade de superação do sistema patriarcal que aprofunda as desigualdades em diversos aspectos, que se refletem diretamente nos espaços institucionais de poder e no seu funcionamento, trazendo como consequência a hegemonia na representatividade de homens brancos e alto poder aquisitivo;

Considerando que são asseguradas às mulheres as condições para o exercício dos direitos fundamentais tais como à vida, à segurança, à saúde e demais direitos elencados na nossa Constituição Federal.

Primeiramente, é preciso apontar a satisfação da Câmara Setorial Temática da Mulher com a posse, no último dia 25 do corrente mês e ano, ao passarmos a contar com uma vereadora a representar as mulheres de



Cuiabá/MT, com a Vereadora Luciana Zamproni. Além de qualificada, desenvolveu trabalhos relevantes nos espaços que atuou, principalmente à frente da Secretaria Municipal da Mulher, que participou desde a sua concepção, e em pequeno espaço de tempo, implantou o “Espaço de Acolhimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica”, reivindicação antiga do Movimento de Mulheres.

De mesmo modo, manifestar sentimentos de repúdio aos ataques por ela recebido através de agressões verbais em sessão na Câmara de Cuiabá dia 29/09, certamente, por ser mulher.

AS violências e desrespeitos trazem traumas imensuráveis para as mulheres. Ocorrências tais são humilhantes, intimidadoras, constrangedoras e desagradáveis, fazendo com que elas se sintam diminuídas em qualquer contexto que estejam inseridas.

É de se ressaltar que a Dra. Luciana Zamproni já deixou o seu nome grafado na história, não só pelas suas ações, mas, também, pela reação imediata e precisa quando esteve na condição de vítima de violência, no mencionado episódio.

À vereadora Luciana Zamproni manifestamos apoio e solidariedade. E que a sua voz continue a ecoar em defesa dos direitos humanos das mulheres!

Cuiabá, 30 de setembro de 2020.

Profª Jacy Proença
Presidenta da CSTM/ALMT

NOTA DE APOIO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE ASSÉDIOS SEXUAIS

A **Câmara Setorial Temática da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso – CSTM** -, atuando na defesa das mulheres do Estado, reconhecendo que as mulheres são as maiores vítimas dos assédios sexuais, e, que ainda persistem em acontecer, vem a público manifestar no seguinte sentido:

É sabido que os assédios sexuais são delitos a tentar impingir poder sobre as vítimas, tendo como objetivo a satisfação do desejo sexual em troca de vantagens no ambiente de trabalho. Fica evidente, igualmente, que essa forma de ataque se transforma em assédio moral com facilidade, quando a vítima não cede à vontade do assediador.

Geralmente, os assédios sexuais acontecem sem que testemunhas venham a presenciar, motivo pelo qual, possui grande valia a palavra da vítima, quando corroborada com os demais meios de prova.

Os assédios sexuais se constituem em clara demonstração do quanto às mulheres estão vulneráveis aos ataques, preconceitos e discriminações diariamente.

Em meio a tantos enfrentamentos, campanhas, e divulgação em prol dos Direitos Humanos das Mulheres é entristecedor se deparar com situações que ferem o gênero feminino em qualquer lugar, principalmente, dentro do serviço público, que mesmo após inúmeras conquistas importantes e especiais, a mulher não tem sido poupada com agressões e dissabores.

Os assédios, abusos e desrespeitos trazem traumas de todas as órbitas para as mulheres, sendo intimidador, humilhante, constrangedor e desagradável mencionada situação.

O corpo da mulher não é objeto, muito menos, público. Todavia, o espaço público não tem sido lugar de proteção para elas. Circunstâncias tais ignoram o direito de ir, vir, estar e ficar.



ALMT

Assembleia Legislativa

Necessário salientar que os assédios sexuais atingem não somente a vítima, mas, sim, a todas as mulheres indistintamente, porquanto, a qualquer tempo toda e qualquer mulher pode ser vítima.

Diante do exposto, a Câmara Setorial Temática da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso apresenta nota de apoio a toda mulher vítima de assédio sexual, deixando evidente a necessidade de sempre dar crédito à palavra da mulher.

Profª Jacy Proença

Presidenta da CSTM/ALMT



Pronunciamento feito em 27 de novembro na Praça Alencastro, encerramento da agenda alusiva ao Mês da Consciência Negra.



ALMT

Assembleia Legislativa



Quariterê, filhas da resistência!

Como sou grata a Deus pela oportunidade que Ele ainda me concede de experienciar este momento impar em comunhão com grandes companheiras, mulheres de diversos matizes, especialmente mulheres negras.



Enfrentamos uma realidade muito dura nos últimos anos, onde vimos recrudescer o preconceito, o racismo, o machismo, o homofobismo e tantos outros ismos nocivos, perversos, alimentados por uma onda fascista que tem dissipado direitos, vidas de nós, o povo- negro, indígena, comunidades tradicionais e principalmente de nós mulheres, com primazia às mulheres negras.

Encontro-me em luto, com a alma sangrando pelo ocorrido com o João Alberto, com o que está a acontecer com os nossos irmãos quilombolas no país todo e, mais particularmente, com o que vem ocorrendo em Mata-Cavalo, neste momento; em luto pelas nossas fauna e flora, das florestas, do pantanal e cerrado destruídos pelas chamas da ganância de poderosos que não somam com o presente muito menos com o futuro desta nação.

É passada a hora de darmos as mãos, um basta a tudo isso unindo-nos numa só força e voz, numa verdadeira comunhão, contra essa opressão desmedida, descabida; é passada a hora de nos posicionarmos em favor daqueles que têm a compreensão exata da história e cultura deste país e que saiba reconhecer e valorizar a participação ativa, fundamental de negras e negros na construção, manutenção e desenvolvimento do nosso Brasil, estado e município.

Luta árdua tem travado do Brasil-Colônia até hoje enquanto mulheres e homens, negras e negros, para suplantarmos a cultura de ódio, da superioridade de uns sobre os outros; da segregação; do tudo para uns e nada para nosotros.

Pode parecer contraditório, mas estamos aqui para celebrar a vida, mas vida plena, vida em abundância, mas que infelizmente tem sido negada a maioria da população.

Estamos aqui para dar um basta ao preconceito, à discriminação, a exploração, que vem espoliando, usurpando, ceifando vidas, através de verdadeiro genocídio do povo negro do nosso país, alterando o modus operandi do racismo estruturante.

Não dá mais para naturalizar a segregação, a violência, a expropriação, a exclusão a que estamos submetidos, sendo sempre mais em se tratando de ter menos em direitos, em educação, em saúde, em moradia, em emprego, em chefias, em espaço de poder e sendo mais nos presídios, nas funções subumanas, à margem dos processos de desenvolvimento, se agravando à condição da mulher negra, que tem sido a pessoa mais desrespeitada no Brasil; a pessoa menos protegida; a pessoa mais negligenciada; a pessoa mais violentada; a mais desempregada e mais assassinada.

Importante registrar que, em que pese todo esse processo histórico-político-econômico de constituição do nosso país, do princípio até agora, o povo negro lutou e continua lutando pelo direito de ser brasileiro com direitos. Persistiu, resistiu! Apontou caminhos para a eliminação do racismo e promoção da igualdade racial para o bem desta nação.

Uma nova forma de convivência social é possível com respeito ao diverso, onde as diferenças não sejam utilizadas para sedimentar desigualdade, desumanidades.

Políticas públicas precisam avançar, a fim de diminuir as disparidades econômicas, sociais e educacionais impostas pela condição de raça e cor.

Precisamos adquirir a tão necessária, mas, ao mesmo tempo, tão combatida Consciência negra. Precisamos ter a percepção histórica, cultural sobre nós mesmos; temos que entender o que nos cerca; refletir individual e coletivamente sobre os fatos e no como operam classe e raça na defesa dos privilégios para alguns; refletirmos sobre a nossa própria condição, para nos entendermos enquanto povo brasileiro.



Orgulho-me de onde vim, do que fui e do que me tornei, forjada na luta cotidiana individual e principalmente coletiva.

Orgulho-me da vivência de consciência, luta e superação, quando nos vemos numa Academia de Letras, através da Imortal Luciene Carvalho; quando nos vemos em uma Prof.^a Edna Sampaio a ocupar uma vaga na Câmara no próximo ano; quando nos vemos nos espaços de poder, através das Secretárias Municipais Ozanira, Luciana Zamproni e Elis Prates; quando nos vemos em um Tribunal de Justiça, através da Desa. Maria Erotides; quando nos vemos em um Edinho Cuiabano, Bia Boréu que usam da força da música, da arte para levarem suas verdades, alegrias, esperança; quando nos vemos no espírito empreendedor da Vivian e dessas mulheres artesãs que com o labor das próprias mãos saíram do seu mundo privado e vieram em 2005 para o espaço público, através do projeto Feira Popular Artesanato na Praça, mudando as suas vidas e a dos seus, conquistando mais qualidade de vida.

Adquirir consciência negra é tarefa de todos para se ver, se entender, se amar, se respeitar enquanto povo brasileiro!

Todas as vidas importam! E nesse sentido,

Vidas Negras Importam!

Prof^a Jacy Proença- Presidenta da Câmara Setorial Temática da Mulher na ALMT e Membro da Comissão da Defesa da Igualdade Racial da OAB-MT.

Pronunciamento feito em 11 de dezembro de 2020 na Praça Alencastro, encerramento da agenda alusiva aos 21 Dias de Ativismo Contra a Violência Contra a Mulher.



Direitos Humanos das mulheres- 21 Dias de Ativismo Contra Violência Contra a Mulher



Dia 10/12, foi o Dia dos Direitos Humanos, cuja Declaração Universal completou 72 anos e, hoje estamos aqui para compartilhar com vocês o que pensamos, construímos ao longo do tempo acerca dessa questão, trazendo para o centro da reflexão o que isso tem a ver conosco, nós mulheres; como se encontra a efetividade dos avanços nas condições de vida, na autonomia e liberdade das mulheres, bem como na superação das situações de violência e desigualdade nas quais nos inserimos?

Existe uma histórica e profunda distinção do devir feminino, como sendo privado, circunscrito ao espaço doméstico, e do masculino, como sendo público, o que tornou as mulheres invisíveis enquanto sujeitos políticos, impossibilitando, desse modo, a politização de determinadas questões sérias que foram vistas como privadas, circunscrita tão somente no campo do doméstico e familiar. Assim, a mutilação genital feminina, casamento forçado e todo o conjunto de violência perpetrada contra as mulheres, bem como sua absoluta ausência nos espaços de tomada de decisão e representação política, ganharam reconhecimento na arena global, resultando em esforços conjuntos entre os quais se destaca a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Discriminações contra a Mulher de 1967. Contudo, necessário se faz compreender que a participação na vida pública é atravessada por estruturas sociais entre as quais processos de hierarquização, diferenciação e desigualdades são produzidos e perpetuados entre homens e mulheres.

Ao longo do tempo cabe registrar a importância das Conferências locais, estaduais, nacionais e internacionais, em que pese determinados momentos julgarmos ter pouca efetividade, em termos de alcance de seus objetivos, que motivaram à participação das mulheres em sua diversidade e a cada conferência foi sendo mais ampla e substantiva.

Destaco aqui às mulheres negras que tiveram essencial relevância de incidência na agenda dos direitos humanos das mulheres, bem como no enfrentamento ao racismo.

Os tensionamentos provocados pelas mulheres negras, especificamente no Brasil, desvelando as dinâmicas do racismo inscritas na composição das questões que singularizavam os direitos humanos das mulheres, como também expandindo aos direitos humanos das mulheres negras, foi fundamental para a integralização das dimensões de gênero e raça nas agendas associadas à demografia, desenvolvimento sustentável, segurança e paz, habitação, entre outras.

O avanço dos direitos humanos das mulheres tem ganhado fôlego a partir do fortalecimento da participação feminina e da manutenção dos mecanismos de controle social, a exemplo dos Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos da Mulher, Conselhos Estadual e Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, A Comissão da Defesa da Igualdade Racial da OAB MT, bem como destacam a relevância das mulheres enquanto sujeitos políticos e do que devem ser os direitos humanos e sua função central na promoção de desenvolvimento e paz.

Digo isto porque vivemos em um tempo, e aqui um tempo recente, em que ocorre uma crescente hostilidade contra os direitos humanos e aumentam as manifestações de ódio, de intolerância e de rejeição aos direitos conquistados pelas mulheres, pelas populações negra, indígena e LGBTI, entre outros grupos e comunidades. E tal situação ainda se acentua em virtude da crise política e econômica que enfrentamos agravada por uma pandemia que assola não só o Brasil, mas o mundo, fazendo suscitar, aflorar a violência contra as mulheres imposta por um convívio diário mais prolongado, levando a vítima há passar mais tempo com o agressor e enfrentando, assim, dificuldades para denunciar.

Daí a importância da Campanha, que ocorre no Mundo, a principio com 16 dias, mas que no Brasil desde 2003 tem a duração de 21 dias, iniciando-se em 20 de novembro, quando se celebra o Dia Nacional da Consciência Negra e se estende até o dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Extremamente importante para fomentar o debate sobre políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a mulher e sensibilizar, conscientizar a sociedade como um todo.



ALMT

Assembleia Legislativa

A importância, nesse sentido, de serviços e equipamentos públicos, a exemplo da Secretaria da Mulher que foi criada, a reativação e fortalecimento do Conselho da Mulher, a criação do Espaço de Acolhimento 24 horas para a mulher vítima de violência e da Delegacia 24 horas.

Por esta razão, tem sido tarefa permanente e desafiadora das mulheres conciliarem a vida privada com a vida pública, para então identificar-se e inserir-se em comunidades de pertencimento, ocupar espaços de representação e atuar na política de modo a pautar suas demandas específicas, incidir agendas comuns, bem como obter reconhecimento e legitimidade enquanto sujeito de direitos e sujeito político.

Esse tem sido um dos propósitos da CSTM na ALMT, de nós mulheres, enquanto militantes que atuamos em diversos espaços.

O Natal está se aproximando. O dia 25 de dezembro simboliza o nascimento de Cristo, a chegada de boas novas; Cristo que não faz acepção de pessoas; Cristo que nos ensina que “Assim devem os maridos amar a suas próprias mulheres, como a seus próprios corpos, pois quem ama a sua mulher, ama-se a si mesmo”, segundo Efésios 5.28; Cristo que nos ensinou a amá-lo e amar o próximo como a si mesmo.

Que isso se materialize em nosso viver com a efetivação de uma cultura de paz e amor e não de ódio!

Prof.ª Jacy Proença- Presidenta da Câmara Setorial Temática da Mulher na ALMT e Membro da Comissão d Defesa da Igualdade Racial/ OAB-MT.

Pronunciamento feito em 23 de dezembro de 2020 na Praça Alencastro, encerramento da agenda alusiva a força produtiva da mulher.



Empreendedorismo Feminino em Tempo de Pandemia.



Os problemas econômicos já existentes, mas impactados mais ainda em decorrência da pandemia do coronavírus estão atingindo mais diretamente a população feminina. O seu impacto é mais significativo, porque as mulheres são maioria em um setor fortemente afetado, o de serviços, além de representarem 80% dos trabalhadores informais do país. Além disso, enfrentam algumas dificuldades como o fato de estarem na linha de frente dos cuidados com os enfermos, com as crianças e com os idosos; ou seja, as mulheres cumprem muitas horas de atividades que não são remuneradas. Adicionado a isso um aumento da sobrecarga de trabalho doméstico, um aumento da violência em todos os países centrais do mundo e a demissão de mais de 7 milhões de mulheres no Brasil (sabemos que só por meio da independência econômica é possível romper com o ciclo da violência).

Diante de um quadro nada animador, isso vem exigir de todos, principalmente das mulheres, a necessidade de uma nova consciência de que podem ter direito a uma vida digna, de respeito e que precisam se reinventar, se adaptar a uma nova condição e modo de vida. E nesse sentido características empreendedoras precisam ser estimuladas e desenvolvidas.

Nessa perspectiva que surgiu em 2005 e coloco como referência o Projeto Feira Popular Artesanato na Praça, que conseguiu despertar inicialmente em 32 mulheres vítimas de violência e chefes de família o desejo de seguirem em frente, mantendo suas vidas e dos seus filhos com o próprio trabalho, através da produção e comercialização de produtos artesanais, cujo dom dado por Deus, cada uma já possuía.

Outro exemplo vivo de que é possível é o que fora feito pela companheira Vivian e a sua irmã, a saudosa Ana Fashion, que constituiu o “Espaço Afro”, voltado para a moda e a estética afro.

Exemplos incontestes de força, coragem, ousadia, determinação e luta. Sonharam, desejaram, se organizaram, lutaram para ter direito à vida, uma apoiando a outra, compartilhando suas dores e alegrias, as suas lutas e conquistas.

Políticas públicas que valorize essa força empreendedora feminina precisam acontecer, dando oportunidades e incentivos para micro e pequenos negócios, a exemplo do que essas mulheres produzem.

As dificuldades estão se agigantando com essa pandemia, mas unidas, firmadas num propósito, buscando aprimoramento e agregando valor à produção; buscando alternativas de financiamento e comercialização, essa crise pode ser enfrentada.

Essas mulheres podem dizer que não são mais as mesmas. Hoje são mulheres empoderadas, que sabem que podem fazer e acontecer, sendo e fazendo pessoas mais felizes.

Profª Jacy Proença- Presidenta da Câmara Setorial Temática da Mulher e Membro da Comissão da defesa da Igualdade Racial da OAB-MT.